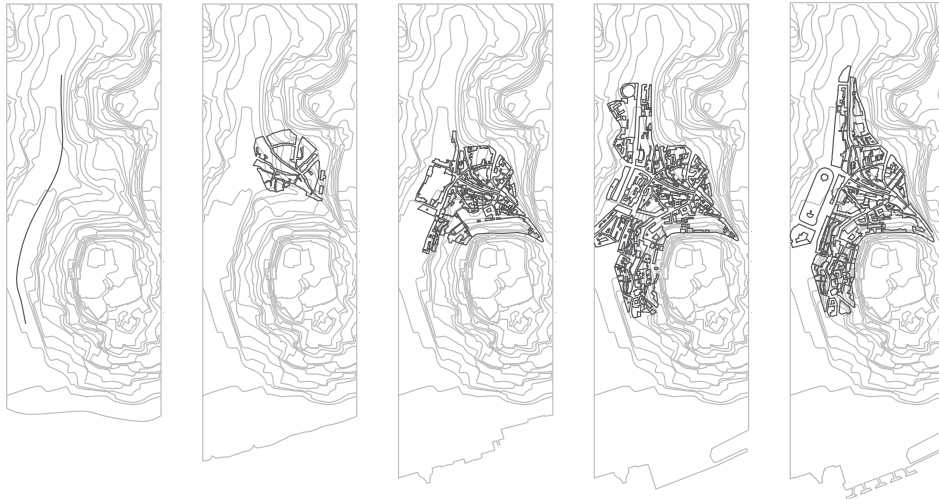


MOURARIA: HISTÓRIA E FORMA URBANA



ANA RITA ELIAS ALMEIDA
Dissertação Final de Mestrado
para a obtenção do Grau de Mestre em Arquitectura

Orientador científico: Professor Doutor Paulo J. G. Pereira
Presidente do Júri: Professor Doutor Jorge Luís Firmino Nunes
Vogal: Professor Doutor Sérgio dos Santos Barreiros Proença

LISBOA, JULHO DE 2016

IMAGEM DE CAPA:

1. O desenvolvimento da área da Mouraria ao longo dos séculos, sobre a topografia de Lisboa. 1. A rua de saída de Lisboa que segue grosseiramente o traçado da Rua do Benfornoso no período Romano. 2. A Mouraria no mapa de Tinoco. 3. A Mouraria no mapa de Filipe Folque. 4. A Mouraria no mapa de Silva Pinto. 5. A Mouraria Actual. Desenho da autora. Topografia original do Forma Urbis Lab.

MOURARIA: HISTÓRIA E FORMA URBANA

RESUMO

Mouraria: História e Forma Urbana é, no essencial, um texto síntese dos conhecimentos históricos do bairro da Mouraria, em Lisboa, com ênfase nas transformações urbanas.

Num momento charneira para a capital portuguesa, de alterações de tecidos urbanos e sociais, a Mouraria - que foi primeiro o lugar dos derrotados, era recentemente o lugar do emigrante, e é agora o sítio da tolerância, da aceitação e da multiculturalidade - tem vindo a ganhar importância como estandarte da Lisboa cosmopolita. Com a cidade de olhos postos na revitalização do bairro, é necessário compreender a sua génese, assim como as suas conturbadas mutações, para nela se poder intervir.

Desde os Romanos à actualidade, passando pela herança árabe, a vida na comuna muçulmana, as reformas manuelinas, o fado, a tipificação, a demolição e a reconstrução, este texto vai percorrendo os momentos chave que fazem o bairro, por vezes numa perspectiva histórica, noutras vendo os acontecimentos por um prisma analítico, em alturas crítico. Enquanto síntese histórica de um lugar, pretende ser um ponto de partida para a formação de um mais amplo conhecimento nos temas da Olisipografia e da história do urbanismo. As páginas que se seguem são um contributo para uma cidade excepcionalmente bem estudada e valorizada, que tem vindo a historiar aos bocados um dos seus lugares mais longamente habitados.

PALAVRAS CHAVE: Mouraria, Martim Moniz, Lisboa, Olisipografia, Urbanismo.

MOURARIA: HISTÓRIA E FORMA URBANA

ABSTRACT

Mouraria: History and urban shape is, in essence, a synthesis on the historical knowledge of the neighbourhood of Mouraria, in Lisbon, emphasising its urban transformation.

Mouraria was born in the 12th century as the place of the defeated. In the last decades the area shifted from an emigrant hub to the embodiment of the city's ever growing spirit of tolerance, acceptance and multiculturalism. In the meantime, the Portuguese capital is currently undergoing vast transformations in its urban and social fabrics, and in light of such changes, the role of history gets increasingly more important, as a pathway to knowledgeable rehabilitation. Understanding the origins and the turbulent evolution of Mouraria could be of help to future interventions.

From the Roman times to the present day melting pot, moving through the islamic heritage, life in the moorish quarter, the 15th century reforms, fado, demolitions and reconstructions, the text addresses the key moments that made the neighbourhood, sometimes factually, often times from an analytical, even critical, point of view. As an historical review of a place, it aims to widen the ever growing knowledge of Lisbon and its urban transformations.

KEYWORDS: Mouraria, Martim Moniz, Lisbon, Olisipografia, Urbanism.

MOURARIA: HISTÓRIA E FORMA URBANA

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Paulo Pereira, pela ajuda preciosa e pelo ainda mais precioso bom humor constante. Um sentido obrigada pelas certeiras palavras com que pontuou este trabalho, que também é seu. Acima de tudo, um grande obrigada por saber que ser professor é muito mais que partilhar conhecimento.

Um agradecimento também aos muitos docentes que me acompanharam neste longo (demasiado longo!) percurso, mas especialmente aos Professores com P maiúsculo, com quem aprendi a fazer e a ver Arquitectura, mas que, pelo caminho, não deixaram de ensinar sobre tudo o resto. Obrigada aos professores Pedro Abreu, António Lobato Santos, Nuno Mateus, Maria João Neto, e, em Istambul, às professoras Deniz Mazlum e Zeynep Gunay. Do mesmo modo, mas de forma diferente, um sentido agradecimento aos mestres que me mostraram Lisboa pelas suas palavras, de Júlio de Castilho a Helder Carita e Sérgio Proença, passando por Vieira da Silva, José-Augusto França, o velho Tinop e todos os outros que constam na bibliografia desde documento.

Já que aqui estamos, não poderia deixar de agradecer a companhia de todos os funcionários e novos amigos com quem partilhei as salas da Biblioteca Nacional durante a escrita deste trabalho. Uma tese é um caminho solitário, mas apenas se o quisermos.

Aos meus pais, e à minha pequena, mas grande família, a quem devo tudo, pela força em mim depositada. Espero um dia fazer-vos orgulhosos. Também ao Manel, um grande obrigada pela companhia diária, pelos passeios na Mouraria, por seres a minha escala humana nas fotografias e na vida.

Finalmente, um obrigada a Lisboa, esta cidade de luz, de contrastes e de *muitas e desvairadas gentes* com tanto de novo, como de velho. Velho esse que merece, acima de tudo, o nosso elogio e respeito.

MOURARIA: HISTÓRIA E FORMA URBANA

NOTA PRÉVIA

AO TEXTO:

Este documento foi redigido segundo o Acordo Ortográfico de Língua Portuguesa de 1990.

À CARTOGRAFIA:

As plantas/cartografias originais apresentadas foram trabalhadas, na sua maioria, a partir de fontes digitalizadas e obedecem a escalas diferentes, tendo-se preferido a clareza de leitura e eficácia demonstrativa ao jogo dimensional, que neste caso é secundário, excepto em análises mais finas, devidamente assinaladas.

À ABREVIACÃO:

AML - AC - Arquivo Municipal de Lisboa - Arco do Cego

AN/TT - Arquivo Nacional / Torre do Tombo

BNP - Biblioteca Nacional de Portugal

C. Ref. - Código de Referência

CML - Câmara Municipal de Lisboa

dir. - direcção

EPUL - Empresa Pública de Urbanização de Lisboa

FCG - Fundação Calouste Gulbenkian

PALOP - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PDM - Plano Director Municipal

PSP - Polícia de Segurança Pública

QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional

trad. - Tradução

UL - Universidade de Lisboa

vol. - Volume

III	RESUMO
V	ABSTRACT
VII	AGRADECIMENTOS
IX	NOTA PRÉVIA
X	ÍNDICE
XII	ÍNDICE DE IMAGENS
XVIII	PREFÁCIO
1	INTRODUÇÃO
11	CAPÍTULO UM OS ROMANOS, OS VISIGODOS, OS ÁRABES 138 A.C. - 1147 Sobre a história da Lisboa Antiga, onde se analisa o desenho urbano primordial da cidade, com vista a analisar as suas influências na forma urbana da Mouraria.
29	CAPÍTULO DOIS: A LISBOA CRISTÃ E A MOURARIA 1147 - 1496 A história da recristianização de Lisboa, analisando a formação da comuna moura e a sua integração social e financeira na cidade. A forma urbana do século XV.
55	CAPÍTULO TRÊS A MOURARIA QUE JÁ NÃO O É 1496 - 1775 A transição religiosa da Mouraria, as suas influências na forma urbana. As grandes construções e a inclusão do bairro no resto da cidade. As influências islâmicas e as novas infra-estruturas.
79	CAPÍTULO QUATRO DO TERRAMOTO À REGENERAÇÃO 1775 - 1858 Sobre o nascimento do Fado no berço da prostituição. O aumento da população da Lisboa oitocentista e as suas consequências. O “bairro popular” e as vilas operárias.

ÍNDICE

CAPÍTULO CINCO DA REGENERAÇÃO AO ESTADO NOVO 1851- 1926	97
O primeiro prolongamento da Rua da Palma. Os novos espaços de lazer. Abertura de novas ruas. Lisboa Monumental.	
CAPÍTULO SEIS AI MOURARIA! 1926-1971	109
O impacto do Estado Novo na zona baixa da Mouraria. Os anteplanos de António Emídio Abrantes. Os projectos para um túnel. O plano de Gröer. As demolições. O plano de Remodelação da Baixa de Faria da Costa. O plano de Meyer-Heine.	
CAPÍTULO SETE MOURARIA: O MUNDO CABE AQUI 1971-2016	149
Os projectos da EPUL. A imigração pós ditadura. O gabinete técnico local. QREN Mouraria. EPUL Jovem 8. Associação Renovar a Mouraria.	
CRONOLOGIA	173
CONCLUSÃO	179
BIBLIOGRAFIA	189
FILMOGRAFIA/ MUSICOGRAFIA	194
ANEXOS	195

1. O desenvolvimento da área da Mouraria ao longo dos séculos, sobre a topografia de Lisboa. 1. A rua de saída de Lisboa que segue grosseiramente o traçado da Rua do Benfornoso no período Romano. 2. A Mouraria no mapa de Tinoco. 3. A Mouraria no mapa de Filipe Folque. 4. A Mouraria no mapa de Silva Pinto. 5. A Mouraria Actual. Desenho da autora. Topografia desenhada por Sérgio Proença. In Proença, Sérgio - *A diversidade da rua na cidade de Lisboa - Morfologia e morfogénese*, Dissertação de doutoramento apresentada na Faculdade de Arquitectura da UL, Lisboa, 2014.
- 2 As imagens que começaram este trabalho. A primeira, uma vista do Martim Moniz e da Mouraria a partir da Senhora do Monte. A segunda, a vista do quarto da autora em Istambul. Fotografias da autora, de 12 de Setembro de 2010 e 4 de Setembro de 2013.
- 3 Um dos selos de cera de meados do séc. XIV representando a Sé de Lisboa (reinado de D. Afonso IV). Fonte: *O Livro de Lisboa*, dir. Irisalva Moita, Livros Horizonte, Lisboa, 1994. p. 43.
- 4 Dedução do traçado das principais vias e estruturas da cidade romana de Olisipo a partir da reconstituição elaborada por Rodrigo Banha da Silva com base nos vestígios arqueológicos. Cartografia original de Sérgio Proença, escala 1:10 000. Alterações da autora. In Proença, Sérgio - *A diversidade da rua na cidade de Lisboa - Morfologia e morfogénese*, Dissertação de doutoramento apresentada na Faculdade de Arquitectura da UL, Lisboa, 2014, p. 50.
- 5 Um exemplo de fina dado por Hakim: "The sidewalk portions represent the width of the Fina dor each side. Location: Rabat, Morocco. (Photo: Papini, M.H.A.T., Rabat)" in Hakim, Besim - *Arabic Islamic Cities - Building and Planning Principles*, Kegan Paul, Londres, 1986 p.25.
- 6 Arco de Jesus, em Alfama. Ainda que parte antiga da Cerca Moura, ilustra o conceito de *Sabat* na cidade.
- 7 Uma re-adaptação do *Sabat* (vulgo passadiço) na entrada das Escadinhas de São Cristóvão pela Rua da Madalena. O redesenho da cidade por ocasião do plano pombalino, permitiu a reutilização destas lógicas construtivas. Fotografia da autora.
- 8 Largura das ruas nos períodos Romano e Muçulmano. Desenhos da autora.
- 9 Reconstituição do traçado das principais estruturas da cidade de Al Uxbuna (1:10.000). Cartografia original de Sérgio Proença, escala 1:10 000. Alterações da autora. In Proença, Sérgio - *A diversidade da rua na cidade de Lisboa - Morfologia e morfogénese*, Dissertação de doutoramento apresentada na Faculdade de Arquitectura da UL, Lisboa, 2014, p. 58.
- 10 Foral dos Mouros Forros de 1170, Livro 4 das Inquirições de D. Afonso III, Fól. 8. (AN/TT).
- 11 Disposição dos exércitos atacantes, por terra e por mar, em 1147, quando da tomada de Lisboa aos Mouros. Interpretação segundo uma gravura do século XVIII, publicada na obra *El Alphonso del cavallero Don Francisco Botello de Moraes Y Vasconcelos, dedicado a la Magestad de Don Juan V, etc . 1716* Gabinete de Estudos Olisiponenses. Fonte: *O Livro de Lisboa*, dir. Irisalva Moita, Livros Horizonte, Lisboa, 1994. p. 89.
- 12 O perímetro da Mouraria de Évora, com a Rua da Mouraria ao centro, cuja rectilinearidade desenha os eixos das ruas que lhe são perpendiculares. Fonte: Google Maps, alterações da autora.
- 13 Percursos impostos às mulheres cristãs no arrabalde da cidade em 1366, a partir do desenho de Luís Filipe Oliveira e Mário Viana. Desenho da autora.
- 14 Sectores económicos na comuna muçulmana de Lisboa. Fonte: Barros, Filomena - *A Comuna Muçulmana de Lisboa*, Hugin, Lisboa, 1998, p.90.
- 15 Actividades do sector secundário na comuna muçulmana de Lisboa. Fonte: Barros, Filomena - *A Comuna Muçulmana de Lisboa*, Hugin, Lisboa, 1998, p.90.
- 16 Limites e ruas da Mouraria a partir dos desenhos de A. H. de Oliveira Marques, Luís Filipe Oliveira e Mário Viana. Escala 1:2000. Fonte: Oliveira, Luís Filipe; Viana, Mário - *A Mouraria de Lisboa no século XV*, in *Arqueologia Medieval*, Edições Afrontamento, Mértola, 1993, p.193; e Marques, A. H de Oliveira - *Novos Ensaios de História Medieval Portuguesa*, Editorial Presença, Lisboa, 1988, p. 100.
- 17 Equipamentos da Mouraria no século XV, a partir do desenho de Luís Filipe Oliveira e Mário Viana. Escala 1:5000. Fonte: Oliveira, Luís Filipe; Viana, Mário - *A Mouraria de Lisboa no século XV*, in *Arqueologia Medieval*, Edições Afrontamento, Mértola, 1993. p. 193.
- 18 Balcões à entrada da Rua do Capelão, alguns apoiados em prumos de madeira. Arquivo Fotográfico CML. C. Ref.: PT/AMLSB/BAR/000079
- 19 Rácio comprimento - largura das casas e dependências. Fonte: Oliveira, Luís Filipe; Viana, Mário - *A Mouraria de Lisboa no século XV*, in *Arqueologia Medieval*, Edições Afrontamento, Mértola, 1993, p. 196
- 20 Lápide funerária com inscrição árabe. Calcário. Sécs. XIII-XIV. Proveniente do sub-solo da Praça da Figueira. Museu da Cidade. Fonte: *O Livro de Lisboa*, dir. Irisalva Moita, Livros Horizonte, Lisboa, 1994. p.43.

ÍNDICE DE IMAGENS

- 21 A ermida da Anunciada. Construída nos limites da antiga cerca do Coleginho, está hoje incluída no edifício do Teatro Taborda, não tendo sido, no entanto, abrangida pelo projecto de reabilitação. Foto SIPA: 00179896
- 22 O Hospital de Todos os Santos e a Igreja de São Domingos, com o bairro da Mouraria como pano de Fundo. Desenho à pena de Francisco Zuzarte, “*Rossio antes do Terramoto*”. 1787, Colecção Celestino da Costa.
- 23 Lápide comemorativa colocada em 1987 na fachada do antigo Convento, na Rua Marquês de Ponte de Lima. Fotografia da autora.
- 24 Novos grandes edifícios na Mouraria do século XVI, escala 1:5000. Desenho da autora.
- 25 Vestígios arqueológicos do Convento da Rosa. Fotografias de Paulo Pereira.
- 26 A Igreja do Socorro e a Rua de São Lázaro, antes das demolições do Martim Moniz. Fotografia de Eduardo Portugal, anterior a 1949, Abaixo, é visível a fachada do Teatro Apolo. Arquivo fotográfico CML. C. Ref.: PT/AMLSB/POR/019589
- 27 Balcão na casa quatrocentista do Largo da Achada. Arquivo Fotográfico CML. C. Ref.: PT/AMLSB/BAR/000110
- 28 Adufas nas varandas da rua do Benfornoso. Gravura de Roque Gameiro, “*Casas na Rua do Benfornoso*” no início do século XX. Fonte: Gameiro, Alfredo Roque - *Lisboa Velha*, Vega, ACD, Lisboa, 1992, estampa 10.
- 29 Traçado aproximado dos canos de Lisboa, a partir do desenho elaborado por Salgado Barros. Escala 1:10 000. Fonte: Barros, António Salgado de - *Os canos na drenagem da rede de saneamento da cidade de Lisboa antes do terramoto de 1755*, *Cadernos do Arquivo Municipal, 2a Série*, Lisboa, 2014, p. 103
- 30 A rua dos Canos e a ponte construída em 1562, mais tarde incorporada na rua de São Vicente à Guia. Sem escala. Fonte: Augusto Vieira da Silva - *A cerca Fernandina de Lisboa, Vol 1*, CML, Lisboa, 1948, p. 58 (Mapa 2).
- 31 As portas de São Vicente ou da Mouraria (51), da Rua Nova da Palma (52) e da torre do Jogo da Péla (53), na vista Olisippo de Jorge Bráunio. Fonte: Braun, Georg - *Olisippo quae nunc Lisboa, ciuitas amplissima Lsitaniae, ad Tagum...*, Lisboa, 169-, reprodução da BNP, cota cc-381-a disponível em <purl.pt/22208>. Consultado a 22 de Março de 2016.
- 32 A castanho, a Rua Nova da Palma na cartografia de Filipe Folque. Para referência, no topo da imagem é possível ver a ainda existente Rua de São Lázaro, e o Hospital de São José. Escala 1:5000.
- 33 A sul, a planta em calçada da antiga Porta da Mouraria, em 2011. Desenho de Eduardo Nery. Escala 1.500 Fonte: ortofotomapa 2011, Lisboa Interactiva.
- 34 Inscricção comemorativa da construção da cerca Fernandina. Fotografia de Ferreira da Cunha, 1950, Arquivo Fotográfico CML. C. Ref.: PT/AMLSB/FEC/000003
- 35 O arco do Marquês de Alegrete em 1862. Esta configuração manteve-se até ao fim do século XIX. À esquerda, a inscriçã comemorativa da cerca fernandina, onde hoje está o Salão Lisboa Desenho de B. Lima, gravura de J. Coelho, *Arquivo Pittoresco, Vol. V*, 1862, p. 377.
- 36 O palácio e o Arco do Marquês de Alegrete nos anos quarenta. Arquivo Fotográfico CML. C. Ref.: PT/AMLSB/MNV/000315
- 37 Possivelmente a fotografia mais antiga do Palácio do Marquês de Alegrete, datando de 1914. Arquivo Fotográfico CML. C. Ref.: PT/AMLSB/FAN/001685
- 38 Mapa-síntese das grandes intervenções urbanas do capítulo. Escala 1:4000. Desenho da autora.
- 39 Amâncio e Adelaide da Facada na pintura *O Fado* de José Malhoa. 1910, Óleo sobre tela, 150 x 183 cm. Colecção museu da cidade / CML.
- 40 A Rua das Farinhas por Roque Gameiro, no início do século XX. Na Balcoada um azulejo com São Marçal. À direita uma inscriçã onde se lê “*S.Mamede*”. Fonte: Gameiro, Alfredo Roque - *Lisboa Velha*, Vega, ACD, Lisboa, 1992, estampa 31.
- 41 O azulejo de São Marçal. Abaixo, um método de controlo de incêndios mais eficiente: a sinalização para um extintor comunitário dentro do edifício. Fotografia da autora.
- 42 A abertura do Largo do Terreirinho. Acima, a carta de Tinoco (Lisboa anterior ao Terramoto). Abaixo, a de Filipe Folque (1856-58). Escala 1:1000 Fonte: Lisboa Interactiva.
- 43 Crescimento anual médio total, natural e migratório de Lisboa entre 1801 e 1900. Fonte: Menezes, Marlucci - *Mouraria, Retalhos de Um Imaginário*, Celta, Oeiras, 2004, p. 39.
- 44 Mapa das Vilas e Pátios operários na zona da Mouraria, São Cristóvão e Intendente:
1. Pátio do Lima (Beco da Bombarda)
 2. Pátio Mariana Vapor (Escadas do Monte)
 3. Vila Irene (Escadas do Monte)
 4. Vila Júlia (Calçada Agostinho de Carvalho)
 5. Pátio Porciles
(localização provável, morada: Rua de S. Lázaro 1)

6. Vila Luz Pereira (Travessa do Jordão)
 7. Pátio do Jordão (Travessa do Jordão)
 8. Pátio das Olarias (ao largo das Olarias)
 9. Pátio do Caldas
(localização provável, morada: Rua da Guia 5)
 10. Pátio do Miguel Rodrigues (Largo da Severa)
 11. Pátio do Beco da Guia (Beco da Guia 3)
 12. Pátio do Ceitil
(localização provável, morada: Beco do Jasmim 3)
 13. Vila Almeida (à Igreja do Socorro)
 14. Pátio do Coleginho (à Igreja do Socorro)
 15. Pátio do Marquês de Castelo Melhor
(ao Palácio da Rosa)
 16. Vila Castelo (Escadinhas da Costa do Castelo)
 17. Vila do Leitão e Vila Isaura (Rua da Costa do Castelo 58)
- Não encontrados:
Vila Eduardo (sem localização)
Pátio Ramos (Largo da Achada 65)

Mapa da autora, sob a cartografia de Silva Pinto (1904-1911) a partir dos dados de Marluce Menezes e do Inquérito aos Pátios de Lisboa. Fonte: Menezes, Marluce - *Mouraria, Retalhos de Um Imaginário*, Celta, Oeiras, 2004, p. 40; *Inquérito aos Pátios de Lisboa: Anno de 1902*, 1903, Imprensa Nacional, Lisboa, pp. 5-6.

45 “A estratificação das prostitutas nos finais do século XIX. (...) Quadro compilado fundamentalmente, de dados de Armando Gião, Contribuição para o Estudo da Prostituição em Lisboa, Lisboa, 1891, pp.20-27” in Pais, José Machado - *A prostituição na Lisboa boémia dos inícios do século XX*, in *Análise Social*, vol. XIX, Lisboa, 1983, p. 951.

46 O extenso laranjal da Quinta do Brandão (canto superior direito), na cartografia de Filipe Folque (1856-58), precisamente antes do prolongamento da Rua Nova da Palma, cujo troço inicial se pode observar no canto inferior esquerdo desta imagem. Escala 1:2000 Fonte: Lisboa Interactiva.

47 O cartaz do filme de Leitão de Barros, “A Severa”, o primeiro filme sonoro português, de 1930. Imagem disponível em: <http://cinemartaz.publico.pt/Filme/50449_a-severa>. Consultado a 19 de Maio de 2016.

48 A rua da Guia na primeira década do século XX, pouco anos após a descrição de Tinop. Fotografia de Joshua Benoliel. Arquivo Fotográfico CML. C. Ref.: PT/AMLSB/JBN/000681.

49 “Lisboa 1900 - Planta mostrando o traçado completo da Avenida dos Anjos e das ruas adjacentes todas em parte já construídas e em projecto”. Arquivo Fotográfico CML. C. Ref.: PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/09/00968

50 A tracejado, a extensão total da Rua a Palma antes da abertura da Avenida dos Anjos, na cartografia de Silva Pinto (1904-1911). Escala 1:4000. Fonte: Lisboa Interactiva.

51 O Real Colyseu de Lisboa na Rua da Palma. Fotografia de Alexandre Cunha, 19---. Arquivo Fotográfico CML. C. Ref.: PT/AMLSB/ACU/001109

52 O Paraizo de Lisboa, recinto de diversões na Rua da Palma, o predecessor da Feira Popular. Fotografia de Alberto Lima, 19---. Arquivo Fotográfico CML. C. Ref.: PT/AMLSB/ACU/000984

53 O interior do Paraizo de Lisboa, com o palco art nouveau e o lago. Fotografia de Alberto Lima, 19---. Arquivo Fotográfico CML. C. Ref.: PT/AMLSB/LIM/002097

54 O Theatro do Príncipe Real, posteriormente Theatro Apollo, na Rua da Palma. A Igreja do Socorro ficava do outro lado da rua (figura 27). A fotografia é certamente anterior a 1910. Arquivo Fotográfico CML. C. Ref.: PT/AMLSB/ACU/001127

55 Planta de 1896, relativa à desanexação de parte das dependências do Hospital do Desterro para a abertura da Avenida dos Anjos e Largo do Intendente. AML-AC Documento PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/09/01063, Página 14

56 Abertura da Calçada da Mouraria. Acima, a carta de Tinoco (Lisboa anterior ao Terramoto). Abaixo, a de Filipe Folque (1856-58). Escala 1:1000 Fonte: Lisboa Interactiva.

57 “Abertura da Rua do Marquês de Ponte de Lima, Escadinhas da Saúde e Escadinhas do Marquês de Ponte de Lima sobre o traçado urbano preexistente. Planta (1:5.000)” Cartografia original de Sérgio Proença. Fonte: Proença, Sérgio - A diversidade da rua na cidade de Lisboa - Morfologia e morfogénese, Dissertação de mestrado apresentada na Faculdade de Arquitectura da UL, Lisboa, 2014, p. 194.

58 O Salão Lisboa em 1968. Fotografia de Eduardo Gageiro. Arquivo Fotográfico CML. C. Ref.: PT/AMLSB/EGA/000078.

59 “O palácio das festas no morro do Castello, coroando a cidade com as suas cúpulas”, envolto nos ciprestes onde sempre esteve parte alta da Mouraria. À esquerda, a ponte que se estendia desde São Pedro de Alcântara. Fonte: Almeida, José Fialho de - *Lisboa Monumental*, in *Ilustração Portuguesa*, nº 36, Empresa do jornal O Século, Lisboa, 1906, pp. 398, 399. Disponível em <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/IlustracaoPort/1906/N36/N36_master/N36.pdf>. Consultado em 5 de Abril de 2016.

60 Mapa-síntese das grandes intervenções urbanas do capítulo. Escala 1:4000. Desenho da autora.

ÍNDICE DE IMAGENS

- 61 Em primeiro plano, a Igreja da Saúde. À sua esquerda, está hoje o Centro Comercial da Mouraria. Atrás, a Rua da Mouraria e a entrada da Rua do Capelão. Ao centro, o edifício do Colégio dos Meninos Orfãos. Fotografia de Arnaldo Madureira. Arquivo Fotográfico CML. C. Ref.:PT/AMLSB/ARM/100736.
- 62 “Ante-projecto de prolongamento da Avenida Almirante Reis entre o Socorro e Largo de S. Domingos e da ligação da Rua da Palma entre a Guia e Poço do Borratém.” de António Emídio Abrantes, em 1926. Acima, a nova rua ligando a Rua da Palma ao Rossio. A verde, todos os edifícios a demolir. No triângulo vermelho desenha-se o mercado de Flores e ao lado, a nova Igreja do Socorro, no sítio do Palácio do Marquês de Alegrete. Entre os dois, a ligação da Rua da Palma ao poço do Borratém. AML-AC. C. Ref.: PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/10/002/02, p. 14.
- 63 Alargamento da Rua da Palma. Na planta de Silva Pinto, (1904-11) o troço após a Igreja do Socorro tem 14 metros de largura. Na planta de 1950 (CML), o mesmo troço passa a ter 25 metros. Escala 1:4000 Fonte e medições: Lisboa Interactiva.
- 64 “*Obra de prolongamento da Rua da Palma no arruamento junto ao teatro Apollo*”. Planta de 1930. O pontilhado branco é acrescentado pela autora para melhor leitura da imagem. AML-AC. C. Ref.: PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/10/003/06, p. 4.
- 65 “*Ante-projecto do prolongamento da Rua da Palma entre o Socorro e a Praça da Figueira*” de António Emídio Abrantes, em 1934.O pontilhado vermelho é acrescentado pela autora para melhor leitura da imagem. AML-AC. C. Ref.: PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/10/003/01,p.3.
- 66 Ante-plano para a construção de um túnel a construir entre o Socorro e o Largo de São Domingos, a cargo da Sociedade metropolitana e colonial de construções limitada. Sem escala. Disponível no Disponível no AML-AC. C. Ref.: PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/10/004/01, p. 13.
- 67 Plano Director de Urbanização de Lisboa de 1948 (Gröer). A tracejado, a 1ª e 2ª circulares, em projecto, assim como a Avenida de Berna e a sucessão de estradas até ao Lumiar. Na Baixa, é já visível a intenção de ligar a Avenida Almirante Reis com o Rossio e a Baixa.
- 68 Os bairros no Plano de Urbanização de Lisboa em 1938. Fonte: CML.
- 69 O Arco do Marquês do Alegrete, ao qual se adossava o palácio com o mesmo nome. Fotografia de Eduardo Portugal, 1947. Arquivo Fotográfico CML. C. Ref.: PT/AMLSB/EDP/000947
- 70 A castanho, os edifícios existentes na carta de Silva Pinto (1904-11), sobrepostos na planta de 1950, mostrando a escala das demolições. Escala 1:2000 Fonte: Lisboa Interactiva. Desenho da autora.
- 71 Demolições referentes à Mouraria ou à Remodelação da Baixa. Dados compilados de CML - Anais do Município de Lisboa 1946-58, Lisboa,1947-57. Páginas por ano: 1946 (p. 84), 1947 (p. 74), 1948 (pp. 81, 82), 1949 (p. 70), 1950 (pp. 88-90), 1951 (pp. 75,76), 1952 (pp. 81, 82), 1953 (pp. 94,95), 1954 (pp. 83, 84), 1955 (pp. 86, 86), 1956 (pp. 90, 91), 1957 (pp. 60,70), 1958 (p. 69). Fonte original da compilação: Hemeroteca Digital. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/AnaisMunicipio/AnaisMunicipiol.htm>>, consultado a 15/04/2016.
- 72 O largo do Martim Moniz por volta de 1946. Ao fundo, a Rua do Socorro e a Calçada do Jogo da Pela. Fotografia de Judah Benoliel. Arquivo Fotográfico CML. C. Ref.: PT/AMLSB/JBN/004413. À direita, fotografia da autora, no mesmo lugar, na actualidade.
- 73 O largo do Martim Moniz e a Rua Nova da Palma na década de 50. Ao fundo, a Igreja de São Domingos. Fotografia de Judah Benoliel. Arquivo Fotográfico CML. C. Ref.: PT/AMLSB/JBN/004416. À direita, fotografia da autora, no mesmo lugar, na actualidade.
- 74 O Arco do Marquês de Alegrete em 1949. Fotografia do estúdio Mário Novais. Arquivo Fotográfico CML. C. Ref.: PT/AMLSB/MNV/000107. À direita, fotografia da autora, no mesmo lugar, na actualidade.
- 75 A Ermida de Nossa Senhora da Saúde em 1902 .Autor desconhecido. Arquivo Fotográfico CML. C. Ref.: PT/AMLSB/FAN/002792. À direita, fotografia da autora, no mesmo lugar, na actualidade.
- 76 A antiga Rua Martim Moniz. Ao fundo, as Escadinhas da Saúde. Fotografia de Judah Benoliel. Arquivo Fotográfico CML. C. Ref.: PT/AMLSB/JBN/004433. À direita, fotografia da autora, no mesmo lugar, na actualidade.
- 77 A igreja do Socorro em 1944. Ao fundo, as Escadinhas da Saúde. Fotografia de Eduardo Portugal. Arquivo Fotográfico CML. C. Ref.: PT/AMLSB/POR/059178. À direita, fotografia da autora, no mesmo lugar, na actualidade.
- 78 A rua e arco do Marquês de Alegrete, no século passado. Ao fundo, a Ermida de Nossa Senhora da Saúde. Fotografia de José Barcia. Arquivo Fotográfico CML. C. Ref.: PT/AMLSB/BAR/000262. À direita, fotografia da autora, no mesmo lugar, na actualidade.
- 79 A paragem de eléctricos no lugar do Palácio do Marquês de Alegrete. Fotografia de Eduardo Portugal, em 1947. Arquivo Fotográfico CML. C. Ref.: PT/AMLSB/EDP/000948

- 80 Contagem de carros por hora em Julho de 1947, após alterações na circulação de transportes públicos. in CML - Anais do Município de Lisboa, ano de 1947, CML, Lisboa, 1948, p. 178
- 81 Plano de remodelação da Baixa - Planta de Apresentação, da autoria de Faria da Costa. Fotografia dos Estudos Mário Novais. Arquivo Municipal de Lisboa. C. Ref.: PT/AMLSB/DPP/000028.
- 82 Faria da Costa - "*Plano de Remodelação da Baixa - Planta de conjunto*" À direita, o edifício Mundial, primeiro de escritórios, actualmente um hotel, defronte à Praça D. João I. Mais a Norte, a Rua da Palma. Planta de 1949. AML-AC, C. Ref.: PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/10/432, p. 3.
- 83 À esquerda, o "*Plan d'aménagement de Lisbonne. Esquisse de l'aménagement des environs immédiats du Rossio*", desenhado por Gróer em 1939. Com a igreja de S. Domingos como referência (ao centro), pode ver-se o túnel que sai da Mouraria até à rua das Portas de Santo Antão, assim como as premissas para os novos edifícios na baixa da Mouraria. À direita, a planta de conjunto do "Plano de Remodelação da Baixa" de Faria da Costa, de 1949 (a orientação da planta original foi alterada para se alinhar com a de Gróer), onde o túnel vai desembocar por baixo, ou no lugar da Igreja de São Luís dos Franceses. Sem escala. AML-AC, C. Ref. (Gróer): PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/10/004/03, p. 3; (Faria da Costa): PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/10/432, p. 3.
- 84 Faria da Costa - "*Plano de Remodelação da Baixa - Perspectiva do Conjunto da Praça de D. João I e da Rua da Palma.*"; "Perspectiva da Praça de D. João I", "Perspectiva de uma das parcelas da Rua da Palma", AML-AC, C. Ref.: PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/10/432, p. 3, 5, 6.
- 85 Os pavilhões provisórios de substituição do mercado da Figueira, na baixa da Mouraria, em 1955. Fotografia de Eduardo Portugal. Arquivo Fotográfico CML. C. Ref.: PT/AMLSB/EDP/001223.
- 86 Os mesmos pavilhões na planta de 1950. Escala 1:1000. Fonte: Lisboa Interactiva.
- 87 A via rápida interior. Heine, George Meyer - Plano Director, Vol. 1, CML, Lisboa, 1967, tópico 1.8, p.3.
- 88 O primeiro edifício do Hotel Mundial, projecto de Porfírio Pardal Monteiro, inaugurado em 1958. Fotografia de Judah Benoliel, 195-. Arquivo Fotográfico CML. C. Ref.: PT/AMLSB/JBN/004917.
- 89 "*Apresentação*" do Estudo de conjunto do Martim Moniz. À esquerda, a plataforma pedonal. À direita, o viaduto entre os vales, e a nova rua da Palma. AML-AC, C. Ref.: PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/10/430, p. 12.
- 90 "*Perspectiva geral*" do Estudo de conjunto do Martim Moniz. No fundo, a capela de Nossa Senhora da Saúde. À esquerda, o Hotel Mundial. AML-AC, C. Ref.: PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/10/430, p. 6.
- 91 "*Integração no ambiente local*" do Estudo de conjunto do Martim Moniz. AML-AC, C. Ref.: PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/10/430, p. 15.
- 92 "*Enquadramento da capela existente*" do Estudo de conjunto do Martim Moniz. AML-AC, C. Ref.: PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/10/430, p. 16.
- 93 A proposta do P.D.L. de Paiva Lopes e Barros da Fonseca (1967). Duarte, Carlos; Lamas, José - Renovação Urbana do Martim Moniz, in *Arquitectura*, nº 146, CESL, Lisboa, 1982, p. 29.
- 94 A praça da Figueira em 1966, enquanto parque de estacionamento. Fotografia de Armando Seródio. Arquivo Fotográfico CML. C. Ref.: PT/AMLSB/SER/S03849
- 95 A praça da Figueira em 1972. A inauguração da estátua Equestre fez-se um ano antes. Fotografia de Armando Seródio. Arquivo Fotográfico CML. C. Ref.: PT/AMLSB/SER/S07798.
- 96 O Martim Moniz em 1970. Ao centro, as traseiras da capela de Nossa Senhora da Saúde. Ao fundo, os pavilhões provisórios. Fotografia de Armando Seródio. Arquivo Fotográfico CML. C. Ref.: PT/AMLSB/SER/S06830.
- 97 Martim Moniz em 1976, como parque de estacionamento. Fotografia de F. Gonçalves. Arquivo Fotográfico CML. C. Ref.: PT/AMLSB/GON/S00222.
- 98 O Martim Moniz na década de 70. Fotografia de Amadeu Ferrari. Arquivo Fotográfico CML. C. Ref.: PT/AMLSB/FER/003738.
- 99 Mapa-síntese das grandes intervenções urbanas do capítulo. Escala 1:4000. Desenho da autora.
- 100 A campanha de marketing da EPUL para venda dos apartamentos do Martim Moniz. Ao lado da fadista Carminho, que dá a cara pelo empreendimento, lê-se: "*Tenha uma casa com vista para o fado*". Fotografia de António Guterres, autor do blog Buala, no artigo "*Interações reflexivas sobre o novo plano MARTIM MONIZ*" de 7 de Outubro de 2012. Disponível em: <<http://www.buala.org/pt/cidade/interacoes-reflexivas-sobre-o-novo-plano-martim-moniz>>. Consultado a 6 de Maio de 2016.
- 101 A proposta de Filipe Lopes e Leopoldo Criner da EPUL (1975). Duarte, Carlos; Lamas, José - *Renovação Urbana do Martim Moniz*, in *Arquitectura*, nº 146, CESL, Lisboa, 1982, p. 29.

ÍNDICE DE IMAGENS

- 102 Maquete de apresentação do projecto de Carlos Duarte e José Lamas. Duarte, Carlos; Lamas, José - *Renovação Urbana do Martim Moniz*, in *Arquitectura*, nº 146, CESL, Lisboa, 1982,, p. 30.
- 103 Planta de apresentação do projecto de Carlos Duarte e José Lamas. Legenda 1: Capela de Nossa Senhora da Saúde. 2: Hotel Mundial. 3: Centro Cultural. 4: Hotel e Centro Comercial. 5. Comércio e escritórios. 6: Comércio, escritórios, estacionamento. 7: Comércio, escritórios, grande estacionamento público. 8: Armazém comercial, Restaurante Panorâmico. 9: Comércio, escritórios, cinema e teatro. Fonte: Duarte, Carlos; Lamas, José - *Renovação Urbana do Martim Moniz*, in *Arquitectura*, nº 146, CESL, Lisboa, 1982, p. 30. Legenda em Lamas, José - *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2004, 3ª edição, p. 475.
- 104 A rua de serventia junto ao hotel, do projecto de Carlos Duarte e José Lamas. Duarte, Carlos; Lamas, José - *Renovação Urbana do Martim Moniz*, in *Arquitectura*, nº 146, CESL, Lisboa, 1982, p. 30.
- 105 O plano de pavimentos da autoria de Eduardo Nery. Duarte, Carlos; Lamas, José - *Renovação Urbana do Martim Moniz*, in *Arquitectura*, nº 146, CESL, Lisboa, 1982,, p. 30.
- 106 O Martim Moniz da estação de Metro homónima. Fotografia da autora.
- 107 O mercado da Rua da Guia em 1989, no documentário "Mouraria" da RTP. Fonte: *Mouraria*, documentário da colecção "Bairros Populares de Lisboa", dir. Courinha Ramos, RTP, 1989. Disponível em: <<http://www.rtp.pt/arquivo/index.php?article=389&tm=35&visual=4>>. Consultado a 5 de Maio de 2016.
- 108 O Mercado Fusão do Martim Moniz em 2016. Fotografia da página de Facebook do Mercado Fusão. Disponível em: <www.facebook.com/MercadoFusao/photos/a.610277665652313.153713.472366719443409/1236842282995845/?type=3&theater>. Consultado a 9 de Maio de 2016.
- 109 Associação Renovar a Mouraria. Fotografia da autora.
- 110 Plano de Intervenção do QREN Mouraria. Disponível em: <www.aimouraria.cm-lisboa.pt/plano-de-intervencao.html>. Consultado a 9 de Maio de 2016.
- 111 Largo do Caldas. Fotografia da autora.
- 112 Largo do Intendente. Fotografia da autora.
- 113 Rua das Farinhas. Fotografia da autora.
- 114 Largo da Achada. Fotografia da autora.
- 115 Largo da Rosa. Fotografia da autora.
- 116 Casa e Largo da Severa. Fotografia da autora.
- 117 Centro de Inovação da Mouraria. Fotografia de Fernando Guerra. Disponível em: <archdaily.com.br/br/766390/centro-de-inovacao-da-mouraria-dnsrq>. Consultado a 9 de Maio de 2016.
- 118 Mercado do Chão do Loureiro. Fotografia da autora.
- 119 "Plano geral de acessibilidades suaves e assistidas à colina do castelo". Projecto do Atelier Bugio, 2009. Disponível em: <www.atelierbugio.com/box2/uploads/press_release__plano_geral_acessibilidades_castelo.pdf>. Consultado a 9 de Maio de 2016.
- 120 "Mesquita na Mouraria". Projecto de Inês Lobo, 2013. Disponível em: <www.ilobo.pt/ines_lobo_arquitectos_ida/01092_Mosque_in_Mouraria.html>. Consultado a 9 de Maio de 2016.
- 121 Mapa-síntese das grandes intervenções urbanas do capítulo. Escala 1:4000. Desenho da autora.

Não sendo um prefácio nestes moldes um requerimento necessário à obtenção do grau de mestre pela Faculdade de Arquitectura, é necessário sim à compreensão das motivações deste texto. Está aqui escrito, porque me revi nestas palavras de João Paulo Freire, em *Lisboa, do meu tempo e do passado*:

“E devo confessar-te, amigo leitor, que estas primeiríssimas notas de investigação histórica que eu hoje começo juntando e alinhavando (...) tiveram sua origem e causa na manifesta ignorância que me vi forçado a confessar diante d’uma simples curiosidade da minha Maria Judith, e ao desejar responder-lhe, de prompto, quando ambos folheavamos uma ilustração antiga, a esta sua pergunta:

-Paisinho, porque se chama teatro da rua dos Condes?

-Porque fica na rua que tem esse nome.

Houve um silêncio. E logo a pequena interrogou de novo:

-Oh! Paisinho...

-Dize, filha.

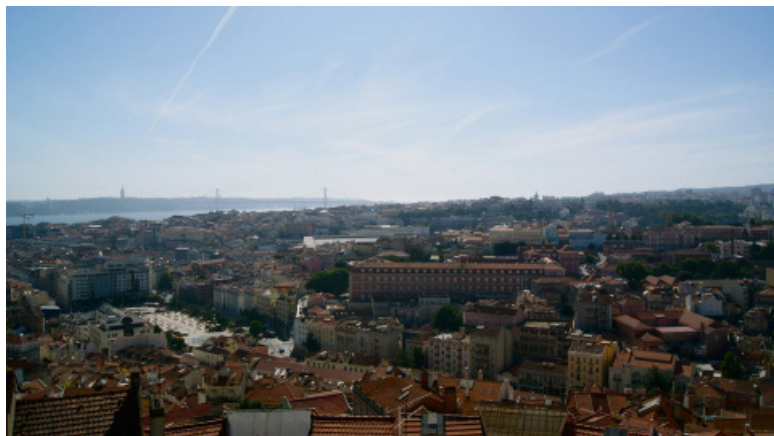
-E porque é que se chama rua dos Condes?

Olhei para a pequena e perguntei a mim próprio:

-É verdade... porque é que se chama rua dos Condes...

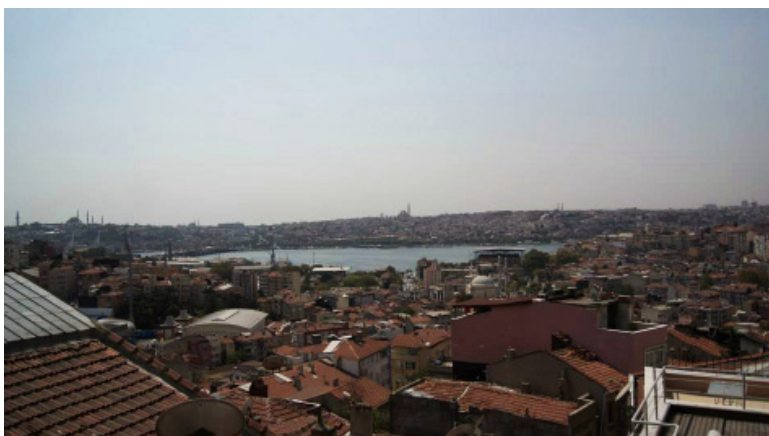
E tive de confessar que o não sabia. Passando quasi todos os dias por ela, ha, pelo menos, seis anos, nunca o seu nome me despertara a curiosidade de lhe saber a origem, apesar de ter lido já a história do seu teatro, e de possuir, por estes estudos, uma predilecção especial.

-Pois, minha filha, não sei. Mas logo já te posso dizer alguma coisa a tal respeito.”¹



¹ Freire, João Paulo - *Lisboa do meu tempo e do Passado*, vol. 1, Parceria António Maria Pereira, Lisboa, 1931-1939, pp. 17-18.

Sem a *Maria Judith*, e sem Lisboa, o motor destas palavras nasce, ainda que inconscientemente, no meu primeiro dia em Istambul, a bordo do programa Erasmus. Ao abrir uma janela da minha nova casa, encontrei um cenário estranhamente familiar. Primeiro a luz, igual à *nossa*, que fazia ver um amontoado casario, sem aparente ordem, descendo em direcção ao rio, que se enfiava lá ao fundo. Depois, a forma e escala das ruas, de largura estreita e linha tortuosa, ladeadas por casas perigosamente penduradas sobre o domínio público, que em muito se pareciam às que tinha deixado em Lisboa. A semelhança era inegável, especialmente tendo-me despedido do miradouro da Senhora do Monte no dia anterior. Tinha eu naquela altura ideia que Lisboa tinha estado sob domínio islâmico, que as nossas palavras muito deviam ao árabe, mas, na minha *manifesta ignorância*... pouco mais sabia. Havia, pelo menos, um lugar chamado Mouraria. Desse lugar eu gostava, passava lá muitas vezes, para subir ao *monte*. Mas, como ao nosso amigo João Paulo Freire, *nunca o seu nome me despertara a curiosidade de lhe saber a origem*. O conhecimento rebolou tal bola de neve. Descobri rapidamente o domínio muçulmano, a herança islâmica, o Adalberto Alves e a História do cerco de Lisboa do Saramago. Longe, em Istambul, descobri de novo Lisboa. Quando voltei, o desafio da tese pôs-se de muitas (muitas!) maneiras. Mas havia duas fotografias que conduziam o caminho...



1 As imagens que começaram este trabalho. A primeira, uma vista do Martim Moniz e da Mouraria a partir da Senhora do Monte. A segunda, a vista do quarto da autora em Istambul. Fotografias da autora, de 3 de Setembro de 2013 e 4 de Setembro de 2013.

Rather than presume, in other words, as practically everybody in the architectural world wants to presume, that buildings and city-forms are a transparent medium of cultural expression, I am convinced that the relationship only works the other way around . The more we know about cultures, about the structure of society in various periods of history in different parts of the world, the better we are able to read their built environment²

² Kostof, Spiro - *The City Shaped - Urban Patterns and Meanings Through History*, Thames and Hudson, London, 1991, p.10.

Tentar compreender a história urbana da Mouraria é antes de tudo compreender que esta não é feita de pedra e cal, mas sim de pessoas. À luz das palavras de Kostof na página anterior, entender o novelo urbano de um dos mais antigamente habitados lugares da já antiga Lisboa, passa por primeiro desenhar a paisagem humana, porque certamente as marcas da sua passagem se calcam na topografia. É pois, por essa razão, que este texto cobre a sua existência contínua, desde o do vale *fértil e aprazível* descrito por Damião de Góis³, até à Mouraria multicultural dos nossos dias.

Fazer este trabalho no contexto de um mestrado de arquitectura, e como tal, dirigido a arquitectos, seria talvez abordar o desafio pelo seu lado técnico: datar ruas, dissecar edifícios, mapear contrastes e semelhanças. Este trabalho não o faz (pelo menos, não sempre), pela razão acima mencionada, mas porque há um trabalho inicial a fazer: a síntese do que se sabe sobre o bairro. E essa, é maioritariamente coberta pelo material olisipográfico. Assim, estando-se atento à transformação urbana, procura-se oferecer ao leitor a maior quantidade de informação disponível, contribuindo para o estabelecimento de um léxico que defina o bairro no tempo, com as suas formas urbanas, lógicas de organização, habitantes e momentos chave. Não se pretende fazer neste texto uma história do urbanismo ou da arquitectura completa do bairro (*porque como se sabe, ela nunca existirá*), mas sim lançar (mais) algumas pistas para o seu estudo, partindo da premissa que o bairro nasceu da iniciativa dos seus habitantes. A cidade - e por associação, a Mouraria - não é apenas feita de cérceas, alturas de vãos, larguras de portas ou revestimentos de fachada, e a Mouraria, em particular, é em muito definida pela actividade urbana autóctone, maioritariamente livre dos constrangimentos da legislação no decurso da sua história. Tal condição apresenta uma vantagem maior no estudo da construção vernacular na cidade.

Enquanto história síntese de um lugar em Lisboa, o texto increve-se, claro, no domínio da Olisipografia, da história do urbanismo até,

³ Góis, Damião de - *Descrição da Cidade de Lisboa*, trad. José da Felicidade Alves, Livros Horizonte, Lisboa, 1988.

mas também nesse campo quase tangível que é um misto dos dois: o desenvolvimento urbano no paradigma actual da cidade. Faça-se então uma revisão:

Lisboa, enquanto objecto de estudo, foi já profundamente analisada de muitas perspectivas. Desde a *Lisboa Antiga*⁴ de Júlio de Castilho, no momento inaugural da Olisipografia, às *peregrinações* de Norberto Araújo, passando pelo metódico Vieira da Silva e os poéticos Matos Sequeira e Pastor de Macedo, até à espantosa democratização dos nossos dias, que vem trazendo o campo de estudo para o domínio do cidadão, ou não se observem os muitos lugares *internéticos* onde, laboriosamente, se vão descrevendo as ruas e as casas de Lisboa. Mais ou menos científico, o estudo da cidade e das suas muitas nuances é agora do interesse de todos, sendo o conhecimento cada vez mais variado e abrangente. Estes avanços revestem-se de grande importância na nossa contemporaneidade, regrada pela indefinição arquitectónica.

Na herança da Olisipografia, é essencial neste documento a *Cerca Fernandina* de Augusto Vieira da Silva⁵, identificando e descrevendo os limites da cerca do século XIV, incluindo, claro, as ruas e casas da Mouraria. Também são de considerar as várias menções ao bairro na obra dos antigos olisipógrafos: Pedro de Azevedo⁶, Sousa Viterbo⁷, Pastor de Macedo e Matos Sequeira⁸ ou Pinto de Carvalho (Tinop)⁹. São também fonte quase inesgotável as gravuras de Roque Gameiro¹⁰, cujo gosto particular pelos bairros de génese moura o fez desenhar muitas adufas, balcoadas, tabelinhas. O mesmo se pode dizer, naturalmente, da cartografia histórica de Tinoco, Folque, ou Silva Pinto.

4 Castilho, Júlio de - *Lisboa Antiga, Bairros Orientais*, Lisboa, Serviços Industriais da CML, 1935.

5 Silva, Augusto Vieira da - *A Cerca Fernandina de Lisboa, vol. 1*, CML, Lisboa, 1948.

6 Azevedo, Pedro A. de - *Do Areeiro à Mouraria*, in *O Archeologo Português, vol. V*, Museu Ethnológico Português, Lisboa, 1900.

7 Viterbo, Sousa - *Ocorrências da vida mourisca*, in *Arquivo Historico Portuguez, vol. V*, Lisboa, 1907.

8 Macedo, Luiz; Sequeira, Gustavo - *A Nossa Lisboa : Novidades antigas dadas ao público*, Portugália, Lisboa, 19--,

9 Carvalho, Pinto de (Tinop) - *História do Fado*, Arquimedes, Lisboa, 2010.

10 Gameiro, Alfredo Roque - *Lisboa Velha*, Vega, ACD, Lisboa, 1992.

Hoje, novas gerações e novas interpretações dão fôlego ao campo de estudos. No virar do milénio, grandes avanços se notaram na elaboração de compêndios sobre a história de Lisboa. A ver, *O Livro de Lisboa*¹¹, coordenação de Irisalva Moita, que reúne as elites académicas para discorrer sobre a história de Lisboa na linha de tempo, ou o *Dicionário da História de Lisboa*¹², reunindo uma outra elite, desta feita para discorrer alfabeticamente sobre outras histórias da mesma Lisboa. Ambas sobre a asa da grande produção que foi a *Lisboa 94 - Capital Europeia da Cultura*. Mas a obra de que mais se valeu este trabalho foi seguramente a *Lisboa História Física e Moral* de José-Augusto França¹³, onde a cidade vê a sua consagração numa obra maior, de um historiador maior, elevando um assunto que não são só já as Lisboas Antigas e as peregrinações.

No que concerne a estudos propriamente ditos sobre a Mouraria, o mais relevante será o de Filomena Barros, provavelmente a autoridade máxima em bairros de mouros pós-conquista, de seu nome *A Comuna Muçulmana de Lisboa*¹⁴. O texto observa a evolução do bairro nos séculos XIV e XV, o primeiro período de que há notícia. Através da leitura exaustiva das *gerais* Chancelarias Régias e Leituras Novas, a autora notavelmente encontra os poucos registos do quotidiano da Mouraria *moura*. Muito a partir deste e de uma conferência de A. H. de Oliveira Marques¹⁵, surge - piscando já o olho ao urbanismo - o estudo de Luís Filipe Oliveira e Mário Viana, *A Mouraria de Lisboa no século XV*¹⁶.

Mais actual, menos histórico, é o trabalho que Marluci Menezes tem vindo a realizar sobre a Mouraria. Este texto concentra-se particularmente

11 Moita, Irisalva (dir.) - *O Livro de Lisboa*, Livros Horizonte, Lisboa, 1994.

12 Santana, Francisco; Sucena, Eduardo (dir.) - *Dicionário da História de Lisboa*, Carlos Quintas e Associados, Lisboa, 1994.

13 França, José-Augusto - *Lisboa. História Física e Moral*, Livros Horizonte, Lisboa, 2008.

14 Barros, Filomena - *A comuna muçulmana de Lisboa*, Hugin, Lisboa, 1998.

15 *A persistência do elemento muçulmano na história de Portugal após a «reconquista». O exemplo da cidade de Lisboa*. In Marques, A. H de Oliveira - *Novos Ensaios de História Medieval Portuguesa*, Editorial Presença, Lisboa, 1988.

16 Oliveira, Luís Filipe; Viana, Mário - *A Mouraria de Lisboa no século XV*, in *Arqueologia Medieval*, Edições Afrontamento, Mértola, 1993.

em *Mouraria, Retalhos de Um Imaginário*¹⁷, que traça a paisagem etnográfica do bairro da heterogeneidade e da multiculturalidade, fazendo um interessante cruzamento entre o mito da Severa e a tipificação do bairro. Faz, inclusivamente, uma breve adenda histórica, muito citada por colegas mestrandos. Fora da Mouraria, é também notável o trabalho de Teresa Rodrigues em *Cinco séculos de quotidiano - A vida em Lisboa do século XV aos nossos dias*¹⁸, que vem pautando muitas vezes este texto com as agruras dos lisboetas, tão necessárias ao estudo de um bairro, que, como se diz no início, é feito de pessoas.

É preciso aqui colocar um parêntese, para fazer eco das palavras de José Mattoso, na abertura do colóquio *Lisboa, encruzilhada de muçulmanos, judeus e cristãos (850º aniversário da conquista de Lisboa)*, sobre a colossal falta de informação sobre a herança muçulmana portuguesa, mas da feliz viragem de paradigma face à mesma comemoração no Estado Novo:

As comunicações previstas concentram-se na sua quase totalidade sobre o mundo e a época islâmicas. Também este facto é significativo de uma alteração fundamental em relação com o que aconteceu há cinquenta anos. Nessa altura, o que chamava a atenção era o ponto de vista dos conquistadores, e portanto a inclusão da cidade no espaço cristão, assim como o papel que passou a desempenhar na construção do País. Em 1947 considerava-se que a conquista de Lisboa tinha sido como que um ponto zero. Um começo absoluto. Reduzia-se, assim, a nada, ou a aspectos puramente negativos o passado muçulmano. A vitória sobre os Mouros teria esmagado por completo o passado islâmico. Portugal não devia nada à civilização árabe. Pelo contrário, a construção da Nação só teria sido possível devido ao esmagamento da barbárie sarracena.

Hoje considera-se, com razão, que esta interpretação da conquista de Lisboa é puramente absurda. Em História não há começos absolutos. A ignorância histórica acerca do passado muçulmano, que se verifica na historiografia portuguesa é, portanto, demasiado gritante para que não se considere urgente preenchê-la. (...) De facto não se trata apenas de reconstituir o passado muçulmano de Lisboa. O mais importante consiste em esclarecer o papel efectivamente

17 Menezes, Marlucci - *Mouraria, Retalhos de Um Imaginário*, Celta, Oeiras, 2004.

18 Rodrigues, Teresa - *Cinco séculos de quotidiano - A vida em Lisboa do século XV aos nossos dias*, Cosmos, Lisboa, 1997.

*desempenhado pela cultura e os costumes islâmicos na formação de Portugal.*¹⁹

A restante comunicação de Mattoso, que teria pleno cabimento nestas páginas, assim como as restantes *actas* do colóquio²⁰, representam um excelente estado da arte sobre a problemática da falta de informação sobre os mouros em Portugal. Noutros moldes, o mesmo diz Adalberto Alves, quando afirma que “*Portugal (...) tem razões adicionais para olhar com especial interesse para o mundo Árabe-Islâmico. É que, ao fazê-lo, olha para si próprio.*”²¹

Parênteses feito, volte-se ao século XV, a Lisboa, às reformas manuelinas, e ao estudo das mesmas feito por Helder Carita em *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna (1495-1521)*²², que veio também esclarecer este estudo. Aqui já no domínio pleno da história do urbanismo, é também importante o trabalho de Walter Rossa, em particular na apreciação do *condimento islâmico*, como lhe chama, mas também na análise das cidades medievais, do urbanismo regulado, e da estrutura medieval de rua nova, rua direita, travessa, patentes no texto *A cidade Portuguesa*, da compilação *A urbe e o traço*²³. Não esquecer a tese de mestrado do mesmo autor, *Além da Baixa*, que, aliada à Olisipografia, lança certamente das primeiras bases para o estudo da forma urbana enquanto ferramenta da escrita histórica. No mesmo campo, está também Luísa Trindade²⁴, nunca aqui citada, mas inúmeras vezes consultada, e, Sérgio Proença com *A diversidade da rua*

19 Mattoso, José - *No 850º Aniversário da Conquista de Lisboa*, in *Actas do Colóquio “Lisboa, encruzilhada de Muçulmanos, Judeus e Cristãos (850o aniversário da reconquista de Lisboa)”*, Edições Afrontamento, Lisboa, 2001, p. 12.

20 Ver também Matos, José Luís - *Lisboa Islâmica*, in *Actas do Colóquio “Lisboa, encruzilhada de Muçulmanos, Judeus e Cristãos (850o aniversário da reconquista de Lisboa)”*, Edições Afrontamento, Lisboa, 2001.

21 Alves, Adalberto - *Portugal, Ecos de um passado árabe*, Instituto Camões, Lisboa, 1999, p. 5.

22 Carita, Helder - *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna (1495-1521)*, Livros Horizonte, Lisboa, 1999.

23 Rossa, Walter - *A urbe e o traço - Uma década de estudos sobre o urbanismo Português*, Almedina, Coimbra, 2002.

24 Trindade, Luísa - *Urbanismo na Composição de Portugal*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 2013.

*na cidade de Lisboa - Morfologia e morfogénese*²⁵, muito aqui citado, ainda mais vezes consultado, espera-se que nunca inadvertidamente plagiado. O texto de Proença, aliado aos esclarecedores e irrepreensíveis desenhos que o acompanham, vem inventariar as ruas lisboetas, construindo um quadro tipológico da sua origem e forma, dependente de uma forte e correcta análise histórica que não raras vezes veio apoiar a escrita deste documento.

Falta talvez terminar este sumário de gula livresca com um livro que é ainda necessário escrever: o da história das demolições da Mouraria. A maioria da informação usada neste texto para as relatar veio da *fonte*: dos Arquivos Municipais, dos Anais do Município, do sem fundo Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal. Com o que se foi encontrando espera-se lançar as bases - e também o interesse - para que esta história se escreva. Porque - e agora citar-se-á de novo Mattoso, tirado do contexto, mas não da razão - *“a percepção dos factores de que dependeu outrora o desenrolar dos acontecimentos decisivos no devir histórico permitirá também orientar as nossas escolhas perante a complexa realidade que nos envolve. Apercebemo-nos de que há nela fenómenos e estruturas que só se podem compreender devidamente quando os colocamos num contexto histórico.”*²⁶

Na nossa contemporaneidade, a descoberta da cidade - enquanto soma e subtracção de diversos tecidos urbanos no tempo - reveste-se de particular importância no campo da arquitectura. Nunca houve tantos arquitectos no país como no nosso agora, e ao mesmo passo, nunca houve tanta construção desenraizada, sem significado, tão distante das pessoas. O arquitecto (também o urbanista, e já agora o político) deve ter um profundo conhecimento do passado histórico e vernacular para que a sua obra possa ter um efeito consciente e positivo na comunidade. É com essa consciência que este texto caminha para a Mouraria, e para a descoberta da sua história urbana.

25 Proença, Sérgio - *A diversidade da rua na cidade de Lisboa - Morfologia e morfogénese*, dissertação de doutoramento apresentada na Faculdade de Arquitectura da UL, Lisboa, 2014.

26 Mattoso, José - *No 850º Aniversário da Conquista de Lisboa*, in *Actas do Colóquio “Lisboa, encruzilhada de Muçulmanos, Judeus e Cristãos (850o aniversário da reconquista de Lisboa)”*, Edições Afrontamento, Lisboa, 2001, p. 12.

A relação entre a arquitectura e o meio em que se vai tentando inserir é surpreendentemente tumultuosa, talvez pela incapacidade que o arquitecto tem (por vezes, convenhamos) de reflectir a realidade - passada e presente - da sociedade. A procura de uma resposta para o que é a arquitectura hoje não é o assunto deste texto, mas uma das soluções é - para a autora - muito clara, e a raiz desta dissertação: a arquitectura deve encontrar o seu significado na história; e a história da cidade, enquanto arquivo de pedra²⁷, tem seguramente a chave para o reencontro da arquitectura com as pessoas. Este trabalho é, por isto, uma tentativa pessoal de explorar o passado para, enquanto estudante de arquitectura, procurar o reencontro, e tentar intervir acertadamente no presente.

²⁷ "A cidade é um arquivo de pedra. Memória e ao mesmo tempo projecto. Espaço temporal. Ela é a mãe da História." Auzelle, Robert, *Clefs pour l'urbanisme*, Seghers, 1971, p. 12.

INTRODUÇÃO

*“Perde-se na noite dos séculos a origem da cidade de Lisboa. Nem documentos escritos, nem monumentos, nos permitem averiguar não só quem foram os fundadores de Lisboa, nem a época em que começou a sua fundação.”*²⁸

*“Diz-se, por isso, que Lisboa é uma cidade fundada por Ulisses. Os seus terrenos, bem como os campos adjacentes, podem comparar-se aos melhores, e a nenhuns são inferiores, pela abundância do solo fértil, quer se atenda à produtividade das árvores, quer à das vinhas. É abundante de todas as mercadorias, ou sejam de elevado preço ou de uso corrente; tem ouro e prata. Não faltam ferreiros. Prospera ali a oliveira. Nada há nela inculto ou estéril; antes os seus campos são bons para toda a cultura. Não fabricam o sal: escavam-no. É de tal modo abundante de figos, que nós a custo podemos consumir uma parte deles. Até nas praças vicejam os pastos..”*²⁹

28 Silva, Augusto Vieira - *O Castelo de S. Jorge em Lisboa*, Tipografia da Empresa Nacional de Publicidade, Lisboa, 1937, p. 9.

29 Osberno - *Conquista de Lisboa aos Mouros (1147)*, trad. José Augusto de Oliveira, Serviços Industriais da CML, 1935, pp. 40-41.

CAPÍTULO UM

OS ROMANOS, OS VISIGODOS, OS ÁRABES

138 a.C. - 1147

Sobre a história da Lisboa Antiga, onde se analisa o desenho urbano primordial da cidade, com vista a analisar as suas influências na forma urbana da Mouraria.



³ Um dos selos de cera de meados do séc. XIV representando a Sé de Lisboa (reinado de D. Afonso IV).
Fonte: O Livro de Lisboa, dir. Irisalva Moita, Livros Horizonte, Lisboa, 1994. p. 43.

A entrada dos Romanos na cidade de Lisboa - então baptizada de *Olisipo* - deu-se a 138 a.C. Sabe-se previamente da ocupação das terras ao longo do estuário do Tejo desde a Pré-História, e da persistência de um povoado fortificado desde a Idade do Ferro, mas é apenas a partir da tomada por Décimo Júnio Bruto e da crescente importância da cidade como porto comercial que se conseguem obter informações concretas sobre o urbanismo de Lisboa.

A ocupação Romana não encontrou grande resistência, já que os seus habitantes teriam como ocupação principal as relações comerciais e o abastecimento dos muitos navios que atracavam no porto, mas é a partir deste período que o povoado do alto da agora Colina do Castelo começa a crescer. Desconhece-se o número de habitantes de *Olisipo*, mas o esquema evolutivo da ocupação do território permite desenhar um crescimento populacional em relação aos seus anteriores ocupantes. O desenvolvimento da cidade, após a conquista, foi feito rapidamente, “*estendendo-se a cidade em forma de avental, com uma inflexão que se acentuava, no sentido sudoeste...*”³⁰. Existiriam dois pólos urbanos de referência: o topo do monte do castelo, ao qual os Romanos acrescentaram uma fortificação à ocupação anterior, e o limite físico desenhado pelo rio. Entre os dois, desenharam-se diversas estruturas públicas monumentais que pontuavam a colina até às margens do rio e da zona portuária, descendo os socalcos naturais ligados por diversas vias acidentadas, muitas ainda visíveis sob o traçado da Lisboa actual. As casas apinhavam-se na encosta, misturando a realidade monumental com a habitacional, desenhando uma forma de habitar que se prolongaria pela ocupação muçulmana, até à Idade Média.

As condicionantes topográficas da cidade impediram, certamente, a implantação do modelo urbano de cidade Romana colonial, assente no *cardus* e no *decumanus*, tendo sido prolongado o uso dos caminhos principais da anterior ocupação. A apropriação deste modelo fez com que duas vias principais “*a meia encosta, mais ou menos paralelas e*

30 Moita, Irisalva - “*Das Origens Pré-Históricas ao Domínio Romano. O Domínio Romano.*” in *O Livro de Lisboa*, dir. Irisalva Moita, Livros Horizonte, Lisboa, 1994, p. 43.



4 Dedução do traçado das principais vias e estruturas da cidade romana de Olisipo a partir da reconstituição elaborada por Rodrigo Banha da Silva com base nos vestígios arqueológicos. Cartografia original de Sérgio Proença, escala 1:10 000.

“concêntricas”³¹ confluíssem na Porta do Sol, junto à actual igreja de Santa Luzia, “onde um fórum terá existido”.

Seguindo a descrição de Irisalva Moita, n’ *“O Livro de Lisboa”*, a primeira das vias, “a mais interior”³² seguia “em direcção à Porta da Alfófa, no Alto das Escadinhas de São Crispim, circuitando depois a colina por um caminho que deve coincidir com a actual Rua da Costa do Castelo; e a segunda, em direcção à Porta de Ferro, situada no actual Largo de Santo António, prosseguindo(...) em direcção à Igreja de São Nicolau e, novamente, para nordeste, em direcção à Porta da Mouraria, (...) aberta na Muralha Fernandina para deixar passar a sucessora desta velha estrada. Depois, seguia pela Rua do Benfornoso, em direcção aos Anjos e Arroios, ao longo da depressão cavada pelo ribeiro de Arroios. É possível que daqui prosseguisse para se encontrar com a estrada militar que saía por Chelas, em direcção à ponte da ribeira de Sacavém...”³³

Irisalva Moita acrescenta ainda que a preexistência destes percursos em relação à Cerca Moura, que Vieira da Silva afirma datar de facto do período Romano³⁴ é confirmada “pelas várias portas abertas nesta, exactamente para lhes dar passagem”³⁵.

Ao mesmo tempo, é visível que a estrutura urbana acima citada foi, sistematicamente utilizada até à Lisboa Pombalina e, em parte, prolongada até aos dias de hoje, embora acolhendo diferentes apropriações e dimensões. Sobre estas últimas, e apesar de faltarem em Lisboa dados arqueológicos que as comprovem, Sérgio Proença infere, na sua dissertação de doutoramento, algumas comparações com a cidade Heleno-Romana de Sagalassos, Turquia, com a qual Lisboa se

31 França, José-Augusto - *Lisboa. História Física e Moral*, Livros Horizonte, Lisboa, 2008. p. 35.

32 Moita, Irisalva - “*Das Origens Pré-Históricas ao Domínio Romano. O Domínio Romano.*” in *O Livro de Lisboa*, dir. Irisalva Moita, Livros Horizonte, Lisboa, 1994. p. 44.

33 Ibidem.

34 “Outros autores, notando a grande quantidade de inscrições, de moedas e de alguns outros vestígios de origem romana que existiam ou foram encontrados nas muralhas e nas tôrres, atribuíram ao povo rei a construção da cerca.”, em Silva, Augusto Vieira da - *A Cerca Moura de Lisboa*, Publicações CML, Lisboa, 1939, p. 86.

35 Moita, Irisalva - “*Das Origens Pré-Históricas ao Domínio Romano. O Domínio Romano.*” in *O Livro de Lisboa*, dir. Irisalva Moita, Livros Horizonte, Lisboa, 1994. p. 44.

assemelha em termos topográficos - “*também implantada num relevo acidentado de uma encosta virada a Sul*”³⁶ - e cujas ruas datam, também à semelhança de Lisboa, do século I. Em Sagalassos, as vias mais largas teriam entre 5 a 6,7 metros, o que o autor afirma ser semelhante à via de entrada na cidade descoberta nas escavações sob a Praça da Figueira, de largura de cerca de 6,5 metros. Ao mesmo tempo, as vias secundárias teriam entre 2 e 4 metros. Proença afirma ainda que “*Os becos, apesar de não terem sido escavados, deviam ter dimensões próximas dos encontrados num contexto de encosta semelhante, em Pergamon, onde os becos inclinados apresentam larguras entre 1,80 metros e 2 metros ou menos.*”. Todas estas dimensões parecem estar de acordo com o modelo romano comum de 8 pés romanos - 2,40 metros.

Olisipo chegou ao fim no princípio do século V, com invasões bárbaras dos Alanos, Vândalos e Suevos, antes de ser tomada pelos Visigodos, num breve período de união e paz na Península Ibérica, correspondente aos séculos VI e VII³⁷. Após anos de saques e um inconstante poder administrativo, a cidade seria pouco mais que uma vila, ainda que mantendo relações comerciais dentro do Mediterrâneo, nomeadamente com os sírios, os bizantinos, italianos e norte africanos.³⁸ A crescente ruralização e feudalização fez surgir um novo poder clerical aliado a uma nova ideologia religiosa. Os bispos, especialmente nas antigas cidades romanas, tomaram conta do discurso político e filosófico, utilizando os concílios como meio para determinar a lei religiosa e do estado. Lisboa foi privada de muitos dos seus monumentos pagãos Romanos, não só por questões ideológicas, mas também para aproveitamento das pedras para novas construções. Ao mesmo tempo, e para contribuir para a crescente destruição, sabe-se de um terramoto em 472. Todas estas razões transformaram a cidade num lugar mais compacto e dependente do espaço privado, o que levou, em muitos casos, à ocupação do domínio

36 Proença, Sérgio - *A diversidade da rua na cidade de Lisboa - Morfologia e morfogénese*, Dissertação de doutoramento apresentada na Faculdade de Arquitectura da UL, Lisboa, 2014, p. 52.

37 França, José-Augusto - *Lisboa. História Física e Moral*, Livros Horizonte, Lisboa, 2008. p.44

38 Coelho, António Borges - “*O Domínio Germânico e Muçulmano*” in *O Livro de Lisboa*, dir. Irisalva Moita, Livros Horizonte, Lisboa, 1994. p. 79.

público. Lisboa ocuparia então 15 hectares amuralhados, povoados por cerca de 5000 habitantes.³⁹ No entanto, as vias estruturantes da *Olisipo* Romana manteriam o seu traçado, assim como o perímetro fortificado.⁴⁰

Corria o ano de 711 quando Tarique (*Tariq ibn Ziyad*), governador de Tãnger desembarcou na Península Ibérica. Tendo reunido um exército maioritariamente constituído por povos berberes conquistados, avançou rapidamente sobre Córdova e Toledo, e mais tarde, com o reforço do Emir *Mussa ibn Nuçair*, tomou Sevilha e Mérida, seguindo para Norte, derrotando Rodrigo, rei dos Visigodos com resistências assinaladas apenas em Santarém e Coimbra⁴¹. A ocupação igualmente pacífica de *Olisipo*, agora rebaptizada de *Al Uxbuna* ou *Lixbuna* deu-se em 714, e apesar do claro domínio muçulmano da península, as intrigas entre as diferentes facções do Islão fizeram sentir-se em todo o território, e consequentemente, em cada cidade⁴².

As informações sobre a cidade durante os primeiros anos da conquista são escassas, existindo apenas relatos significantes a partir do século X, do cronista árabe Ahmed ibn Mohamed al-Razi, e de Osberno⁴³, um cruzado inglês que acompanhou D. Afonso Henriques na conquista

39 Ibidem.

40 Proença, Sérgio - *A diversidade da rua na cidade de Lisboa - Morfologia e morfogénese*, Dissertação de doutoramento apresentada na Faculdade de Arquitectura da UL, Lisboa, 2014, p. 52

41 França, José-Augusto - *Lisboa. História Física e Moral*, Livros Horizonte, Lisboa, 2008. pp. 45-46

42 Citando José Augusto França (idem pp. 46-47): “Em 750, os Omiadas perderam o seu califado que, sob domínio dos Abácidas, passou de Damasco a Bagdad, na Pérsia (...) cinco anos depois, um neto do último Califa omíada, Abd al Rahman, (...) alcançou Ceuta donde veio à península para (...) instituir uma monarquia muçulmana independente com capital em Córdova.” Em 929, o seu sucessor, Abd al Rahman III instituiu com sucesso, um novo califado nessa cidade, e conquistou definitivamente o território peninsular, incluindo *Al Uxbuna*. Morreu em 1002 e o seu herdeiro seria assassinado 7 anos mais tarde, desagregando o califado. Este acontecimento, seguido de um período de anarquia, deu origem a 22 Taifas, reinos de domínio pessoal ou familiar. *Al Uxbuna* foi alternadamente dominada por duas taifas, com capital em Badajoz e Sevilha, entre 1015 e 1093.

43 É ainda discutível a autoria do relato, muitos concordando que Osberno seria o destinatário deste, e que o verdadeiro autor seria um tal “R.”, talvez Raulfo de Glanville. Ainda assim, o tomo aqui citado, de 1935, dos Serviços industriais da CML tem o nome de “*Conquista de Lisboa aos Mouros (1147) Narrada pelo Cruzado Osberno, testemunha presencial*”, e como tal, referir-se-à neste texto a Osberno como autor deste livro.

da cidade em 1147. Segundo António Borges Coelho, no século X, Lisboa seria “o centro político, administrativo, económico e religioso de uma região que envolvia a península de Setúbal com Almada, Palmela e Alcácer, parte dos campos de Balata, Sintra e outras vilas do actual distrito de Lisboa.”⁴⁴ Enquanto núcleo funcional e cultural, Lisboa representava a maior cidade do *Gharb Al-Andaluz*, e como tal, um importante centro urbano para a fé islâmica, já que a cidade era o local de expressão da cultura por excelência, não só pelas referências deixadas por Maomé no Corão, que considerava a cidade como o único lugar adequado à prática da religião, mas também pela cultura precedente dos povos que vieram a converter-se ao Islão, de cultura marcadamente urbana.

Assim, em *Al-Uxbuna* reuniu-se uma população nova, aliciada pelas possibilidades económicas da margem do Tejo, juntos com Suevos e Godos cristãos, que viram a sua religião tolerada à sombra do Islão. Estima-se (a contagem difere de autor para autor)⁴⁵ uma população total de cerca de 20 a 25 mil pessoas, 40 000 incluindo a periferia, que se distribuíam numa área de 30 hectares, 15 hectares dentro da cerca moura, outros 15 nos arrabaldes⁴⁶. É de notar que a cidade transbordava o perímetro das muralhas já desde os tempos romanos, embora estas alcançassem o rio, como descreve al-Razi (888-955): “*cujas muralhas, descendo a lanços, chegam até à margem do Tejo, dela separada apenas pelo muro*”.⁴⁷

“A porta ocidental [do Ferro], a maior da cidade, é encimada por arcos sobrepostos que assentam em colunas de mármore, por sua

44 Coelho, António Borges - “O Domínio Germânico e Muçulmano” in *O Livro de Lisboa*, dir. Irisalva Moita, Livros Horizonte, Lisboa, 1994. p. 79.

45 De entre os autores consultados, por exemplo, Torres e Macías (*A arquitectura e as artes: O Garb Al-Andaluz in História da Arte Portuguesa*, dir. Paulo Pereira, vol. I, Círculo de Leitores, Lisboa, 1995, p.167), falam em 10 000 pessoas, enquanto que José Augusto França, fala em mais que o dobro. Ao mesmo tempo, no relato do cruzado Osberno, citam-se, à altura da conquista, 154 000 do sexo masculino, mas incluindo os habitantes do castelo de Santarém, e os nobres de Sintra, Almada e Palmela, bem como mercadores espanhóis e africanos. (Osberno - *Conquista de Lisboa aos Mouros (1147)*, trad. José Augusto de Oliveira, Serviços Industriais da CML., 1935, p.42).

46 França, José-Augusto - *Lisboa. História Física e Moral*, Livros Horizonte, Lisboa, 2008, p. 50.

47 Idem, p.51

vez apoiadas em envasamentos de mármore. Lisboa possui uma outra porta que se abre a Ocidente: chamam-lhe Porta de Alfôfa. Domina um vasto plaino atravessado por duas ribeiras que vão lançar-se no mar. Ao sul encontra-se outra porta, a Porta do Mar, na qual penetram as ondas pela maré cheia, e vêm, numa altura de três braças, bater contra a muralha contígua. A leste, uma porta, dita Porta de Alfama, que fica próxima da fonte termal situada junto ao mar. São termas abobadadas nas quais brota água quente e água fria e que a maré cheia cobre. Finalmente, uma porta a leste, a Porta do Cemitério.”⁴⁸

Também Osberno mencionou as duas primeiras portas, no lado ocidental da cidade: a porta do Ferro, assim designada por comunicar com a ferraria da cidade, nos arrabaldes, e da Alfôfa (significando postigo, dava entrada à Alcáçova, a partir do Chão da Feira).⁴⁹ A primeira, descrita acima no parágrafo de Al-Himyari, abria-se para um extenso arrabalde extra muros, onde existiria também um cemitério para cristãos moçárabes, o que indica que seria neste arrabalde que esta comunidade teria maior expressão.

A margem do rio era então definida pela actual Rua dos Bacalhoeiros, com uma entrada na Porta do Mar, a qual se desenha hoje no Arco Escuro. Ainda virada para o rio, na actual Travessa de São João da Praça, estaria uma passagem rasgada na Cerca Velha, contígua ao chafariz d’El-Rei, tomando-lhe o nome. O chafariz encontra-se documentado desde o século XIII, nessa altura denominado *chafariz Sancti Johannis*, mas remonta, segundo Vieira da Silva, ao período romano, quando muito provavelmente se posicionava dentro da muralha, junto com a sua reserva de água. Mais para oriente, estaria a torre de Alfama, ligada à cerca principal por um pano de muro, protegendo a entrada para a porta do mesmo nome. O nome da porta e do denso povoado (*al-hamma*) a

⁴⁸ Al-Himyari, *Kitab Ar-Rawd Al-Mitar*, trad. António Borges Coelho, *Portugal na Espanha Árabe* vol. I, Seara Nova, 1972, p. 57.

⁴⁹ A título de curiosidade, citando Vieira da Silva: “A denominação de Chão da Feira é antiquíssima, e indica a existência, naquele sítio, do antigo mercado, que remonta talvez à época do domínio muçulmano, e que, depois de muitas vicissitudes e mudanças de local, ainda hoje subsiste com o nome de Feira da Ladra.” Silva, Augusto Vieira da - *O Castelo de S. Jorge em Lisboa*, Tip. Empresa Nacional de Publicidade, Lisboa, 1937, p. 80.

que esta dava entrada é procedente das nascentes de águas quentes e dos banhos públicos - *Hammams* - que substituíram as termas dos Cássios, no período Romano. Outra hipótese será a de que o nome provenha da existência de uma mesquita - *aljama, masjid, jami'* - sendo qualquer uma das possibilidades plausível, ou até, sobreponíveis. No entanto, reconheça-se a existência e a persistência de águas termais na zona oriental da cidade, com inúmeros poços, banhos e fontes, que ainda hoje se encontram parcialmente identificáveis. As chamadas *alcaçarias* correspondiam a este influxo mineromedicinal. Destacam-se pelo menos seis, com equipamentos adjacentes e cujo nome se perpetuou até ao século XIX, quando não até à actualidade: Alcaçarias de D. Clara, Alcaçarias do Baptista, Banhos do Doutor - e as Alcaçarias do Duque, o Tanque das Lavadeiras e a Fonte das Ratas. Por último, ainda a nascente, o geógrafo descreve a Porta do Sol, apelidada no período muçulmano de Porta do Almocavar, pelo antigo cemitério muçulmano que se estendia até à encosta de São Vicente de Fora.

Na cidade, habitaria um governador (o *váli*) que representava pessoalmente o califa, especialmente nos rituais religiosos. Enquanto centro de poder, *Al-Uxbuna* era servida de uma zona fortificada, separada da medina, à semelhança de outras cidades islâmicas - a alcáçova - posicionada no ponto mais estratégico da cidade, o topo da agora colina do Castelo de São Jorge, sob o casco urbano fundado pelos Romanos e igualmente usado por Suevos e Visigodos, com uma área total de 4 hectares.

Alfama, abaixo da alcáçova, representa, em relação à Lisboa medieval, o resíduo mourisco de mais constante carácter. Fechada sobre si própria, de traçado incerto e linhas de força irregulares, Alfama foi, e é ainda desenhada sem um fio condutor, concentrando-se no espaço privado em detrimento do espaço público, como a maioria dos aglomerados de génese Islâmica. É de sublinhar, no entanto, que este urbanismo orgânico, aparentemente desregrado, não decorre necessariamente da religião, como se estudará mais à frente, mas sim *“em função de uma maior*

*ou menor dependência de um poder estabelecido e da sua capacidade em impor determinados programas urbanísticos e construtivos*⁵⁰. Em Lisboa, o conjunto urbano que deu origem à cidade islâmica foi adaptado das pré-existências romanas e visigodas e obedece, organicamente, à ondulação do terreno. Um bairro seria habitado por um conjunto de famílias de um mesmo grupo étnico, e seria perfeitamente autónomo, fazendo uso dos seus próprios equipamentos públicos, desde espaços comerciais e de culto até banhos públicos e latrinas. As casas seriam maioritariamente térreas, ou com um primeiro piso e um quintal. Quando possível, desenhavam-se passadiços entre elas, sobre as ruas.

No início do séc XII, Lisboa seria uma grande cidade portuária, como atestam os geógrafos al-Zuhri e *al-Idrisi*, que descrevem *Al-Uxbuna* como um dos portos mais importantes do *Al-Andaluz*, paragem habitual para mercadores europeus e africanos. A navegação e a actividade comercial intensa provocaram um aumento populacional que se expressou num intenso período de desenvolvimento urbano, particularmente na zona da ribeira, onde se juntou uma grande quantidade de pescadores, artesãos e comerciantes, afirmando a zona da baixa como área comercial. A grande facilidade de embarque e desembarque de pessoas e bens sugere a existência de mercados e de uma actividade comercial intensa, o que não limitaria, no entanto, a existência de *suqs* menores em cada bairro.

No caso particular de *Al-Uxbuna*, a organização da sociedade tanto em sectores de actividade como em famílias alargadas (*clãs*), condicionou o desenho urbano, assim como novos comportamentos religiosos e sociais, que muitas vezes conduziram à ruptura com a malha urbana precedente, para dar lugar a um protagonismo do privado. Recorrendo ao relato algo tendencioso do cruzado: “*Os seus edifícios estão aglomerados tão apertadamente que, a não ser entre as dos comerciantes, dificilmente se achará uma rua com mais de oito pés de largura. A causa de tamanha aglomeração de homens era que não havia entre eles nenhuma religião obrigatória; e como cada qual tinha a religião que queria, por isso de todas as partes do mundo os homens mais depravados acorriam aqui como a uma*

⁵⁰ Macías, Santiago; Torres, Cláudio - *A arquitectura e as artes: O Garb Al-Andaluz* in *História da Arte Portuguesa*, vol. I, dir. Paulo Pereira, Círculo de Leitores, Lisboa, 1995, p.163.

*sentina, viveiro de tôda a licenciosidade e imundície.”*⁵¹

Depreende-se ainda destas palavras que estes 8 pés de largura, (2,40 metros) nas vias secundárias mostram uma alteração em relação às vias romanas do mesmo tipo, no período anterior (2 a 4 metros). O espaço público, foi, portanto, sendo sistematicamente reduzido em prol do espaço privado, sendo, no entanto, as ruas dos *sugs*, que conduziam à mesquita maior, mais largas.

Nas cidades islâmicas, e também em *Al-Uxbuna*, sobressai uma hierarquia de ruas. Estes tipos são, claro, uma depuração do tecido urbano das cidades islâmicas, sendo a realidade muito mais rica e variada com o contexto urbano, a topografia, e como dito anteriormente, as entidades reguladoras. Tem-se então a rua principal da cidade - a *shari* - o espaço público por excelência, que todos podem usar; o *darb* - que irradia tendencialmente da *shari*, e estrutura as zonas residenciais; e a *azzikka*, o elemento mais característico do espaço urbano de génese islâmica⁵².

Para a *shari*, sabe-se que o profeta lhe ditou um limite mínimo de largura de “7 cúbitos”⁵³ (o equivalente a três metros e meio) e pode-se novamente atestar, pelo retrato do cruzado, que as ruas de *Al-Uxbuna* teriam aproximadamente essa dimensão, sabendo que as ruas do *sug* seriam maiores que as de 8 pés de largura.

A *shari*, enquanto atravessamento importante, vai articulando diversos tecidos urbanos entre si. Em Lisboa, observa-se que esse eixo de tráfego principal se sobrepõe ao do período romano: entre as portas do Sol e do Ferro, ou, correspondentemente, às duas mesquitas: a da alcáçova, na actual igreja de Santa Cruz do Castelo; e a mesquita maior,

51 Osberno - *Conquista de Lisboa aos Mouros (1147)*, trad. José Augusto de Oliveira, Serviços Industriais da CML, 1935, p.42.

52 Guidoni, Enrico, *La ville européenne, formation et signification du quatrième au onzième siècle*, Pierre Mardaga éditeur, Bruxelles, 1981, p. 61.

53 “Seven cubits as the minimum width of public thoroughfares. S:4. The basis for this width is to allow two fully loaded camels to pass. The cubit ranges from 46 to 50 cm. The width, therefore, ranged from 3.23 to 3.50 m. From my research I found that the minimum vertical height of a public through street is also 7 cubits. This corresponds to the maximum vertical height of a camel with the highest load, (...)” Hakim, Besim - *Arabic Islamic Cities - Building and Planning Principles*, Kegan Paul, Londres, 1986 p.20.



5 Um exemplo de fina dado por Hakim, e um conjunto de sabat ao fundo: "The sidewalk portions represent the width of the Fina for each side. Location: Rabat, Morocco. (Photo: Papini, M.H.A.T., Rabat)" in Hakim, Besim - *Arabic Islamic Cities - Building and Planning Principles*, Kegan Paul, Londres, 1986 p.25.

sensivelmente no lugar da Sé. Esta rua, ainda que de perfil mais estreito que no período romano, extravasava o perímetro das muralhas para os arrabaldes a oriente e ocidente, definindo-lhes a estrutura urbana. Sintetizando, a *shari* lisboeta, correspondente às ruas do Limoeiro e Augusto Rosa, teria então a função de ligar as entradas na cidade aos edifícios principais da mesma, nomeadamente os *sugs*, as mesquitas e as duas entradas para a alcáçova.

Na Lisboa muçulmana, assim como nas outras cidades islâmico-mediterrânicas, a *azzikka*, ou o beco, constitui o miolo da forma urbana, estruturando o território de cada bairro e de cada família, descrito nas páginas anteriores. Desenvolve-se tipicamente a partir de uma rua principal, mas, por ser facilmente fechado, é considerado propriedade semi-privada. Segundo Hakim, a *azzikka* é propriedade colectiva de todos os seus utilizadores, e todas as alterações na via dependem do seu unânime consentimento⁵⁴. O autor atribui-lhe uma largura de 4 cúbitos, (1.84 - 2.00m)⁵⁵, podendo ser ainda mais estreito. A própria tipologia da *azzikka* origina uma multiplicidade de apropriações, como a *fina*, uma extensão da casa para o espaço público, ou o *sabat*, que surge da união de duas *finas*.

A *fina* define-se no espaço imediatamente em frente à entrada da casa (figura 5), funcionando como uma antecâmara, que pode ser fechada quando em contacto com o beco. Existe apenas quando não perturba o movimento deste último, e não pode estender-se mais que a metade da largura da rua. Muitas vezes, a definição da *fina* leva à construção do *Sabat* (figuras 6 e 7), o fechamento da rua nos níveis superiores a esta, com vista a utilizar o espaço aéreo através de uma construção que une dois lados opostos da via.

No correr dos séculos, o desenho da rua da cidade partiu para outros caminhos, mas estes três tipos de ruas reflectem um momento muito concreto na história urbana de Lisboa: o tempo em que o espaço privado

54 Idem, p. 26.

55 Hakim, Besim - *Arabic Islamic Cities - Building and Planning Principles*, Kegan Paul, Londres, 1986 p.26.

se sobrepôs ao espaço público, tendo as ruas largas progressivamente menores, conforme a progressão para o interior da cidade. Mesmo considerando as intervenções no reinado de D. Manuel, que alteraram sobremaneira o desenho urbano de Alfama e da Mouraria, estes bairros são ainda um testemunho físico de um modo de viver virado para o interior.

Para lá da alcáçova e da medina existia um grande arrabalde a ocidente, comunicando com o interior muralhado pelas portas da Alfafa e do Ferro, e outro a norte, no monte da Graça. O primeiro, a Ferraria, mencionada acima, que existiria já do período Romano, era formada por uma sucessão de bairros albergados pelas muralhas, sendo cada bairro recortado nas rochas, um casario cerrado, com poucas aberturas, formando uma fortificação exterior como descreveu o cruzado: *“Ao sopé dos muros existem arrabaldes alcandorados nos rochedos cortados a pique, e são tantas as dificuldades que os defendem que se podem ter em conta de castelos bem fortificados”*⁵⁶. Descendo a encosta no meio do labirinto urbano rapidamente se chegaria à zona portuária e ao esteiro da ribeira, descrito anteriormente.

Passando este bairro, e no prolongamento das ruas principais dentro da muralha, desenvolver-se-iam os campos de produção agrícola. É certo que, a Norte, na zona da Mouraria, existiriam já várias herdades e campos de cultivo, particularmente vinhas e olivais,⁵⁷ *“um valeiro a norte do castelo, junto à ribeira que descia de norte e junto à qual verdejavam hortejos, as ‘almuinhas’...”*⁵⁸

No monte da Graça, então conhecido por *Almofala*, existiria, como o nome indica, um pequeno aldeamento, dominando visualmente o vale da Avenida Almirante Reis. Este bairro seria protegido pelo *burdj* da Penha de França, e também aqui a agricultura seria a actividade primária. Teria sido aqui que D. Afonso Henriques teria acampado, em

56 Osberno - *Conquista de Lisboa aos Mouros (1147)*, trad. José Augusto de Oliveira, Serviços Industriais da CML, 1935, p. 41.

57 Barros, Filomena - *A comuna muçulmana de Lisboa*, Hugin, Lisboa, 1998, p. 141.

58 França, José-Augusto - *Lisboa. História Física e Moral*, Livros Horizonte, Lisboa, 2008, p. 52.



6 Arco de Jesus, em Alfama. Ainda que parte antiga da Cerca Moura, ilustra o conceito de *Sabat* na cidade.



7 Uma re-adaptação do *Sabat* (vulgo passadiço) na entrada das Escadinhas de São Cristóvão pela Rua da Madalena. O redesenho da cidade por ocasião do plano pombalino, permitiu a reutilização destas lógicas construtivas.

1147, durante a conquista da cidade.

Assim sendo, Lisboa partiu de um aglomerado proto-histórico de cariz mediterrânico, provavelmente com influências esparsas de Fenícios e Gregos, das quais se desconhece a forma. Com os Romanos, o Império tentou introduzir uma disciplina urbana que só ocasionalmente pôde ser cumprida em função da topografia em encosta, mas mesmo com a insistência disciplinada dos romanos, a organização urbana que vingou decorria de vários itens da política de equipamentos romana, para lá de uma hierarquia viária particular, não circunscrita aos habituais *cardus* e *decumanus*, na qual os acessos a norte teriam um papel preponderante⁵⁹. Um desses seguia, como se viu, da Rua do Benfornoso pelo vale de Arroios.

Mas a evolução, durante mais de 300 anos, deste tecido urbano numa cidade aberta ao mar e ao comércio não seguiu, decerto, estas directivas. A compactação urbana que advém da redução da população abre as portas à conquista muçulmana e à implantação de uma cidade que segue as lógicas islâmico-mediterrânicas, vagamente semelhantes à apropriação do espaço das populações do Norte de África, mas com o carácter diferenciador que a tolerância⁶⁰ religiosa e étnica veio oferecer⁶¹. As pré existências urbanas e humanas fizeram de *Al-Uxbuna* um lugar particular na paisagem europeia. Como posto por José Luis de Matos:

“A diversidade urbana existente em Lisboa nos períodos islâmico e medieval cristão é uma marca original da Cidade e permite entender porque razão coexistem hoje em Lisboa muitas «cidades» distintas, cada uma delas com a sua personalidade própria e inconfundível, onde os elementos de que se compõem revelam, de forma clara, a estrutura social, as características da vida económica, as ideologias

59 A partir das conclusões de Rodrigo Banha da Silva, Sérgio Proença e Paulo Pereira.

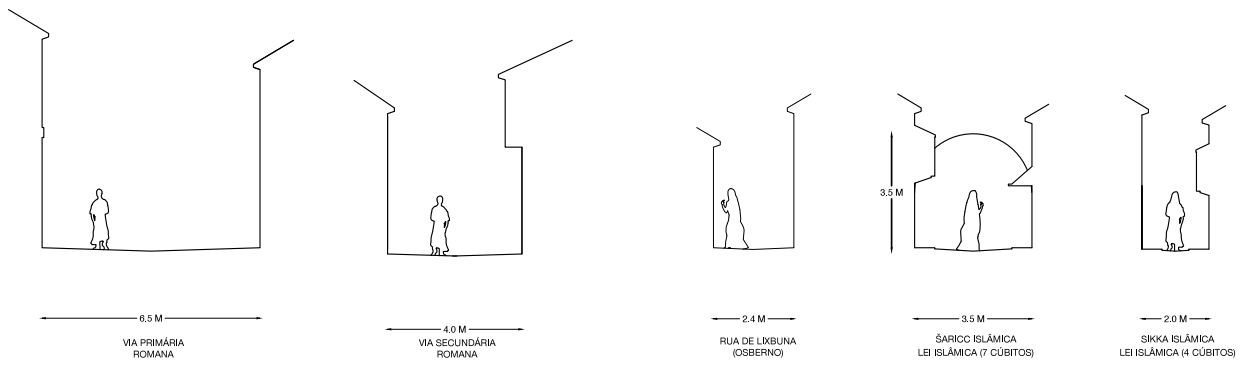
60 Como confirma França: “A aceitação do negro, ou mestiço, al-Gudâme como governador de Lixbuna no século X, em facto que parece ser raro, não deixará de significar uma abertura de espírito dos habitantes da cidade.” França, José-Augusto - *Lisboa. História Física e Moral*, Livros Horizonte, Lisboa, 2008, p. 54.

61 Matos, José Luis - *Lisboa Islâmica*, in *Actas do Colóquio “Lisboa, encruzilhada de Muçulmanos, Judeus e Cristãos (850º aniversário da reconquista de Lisboa)*, Edições Afrontamento, Lisboa, 2001, p. 79.

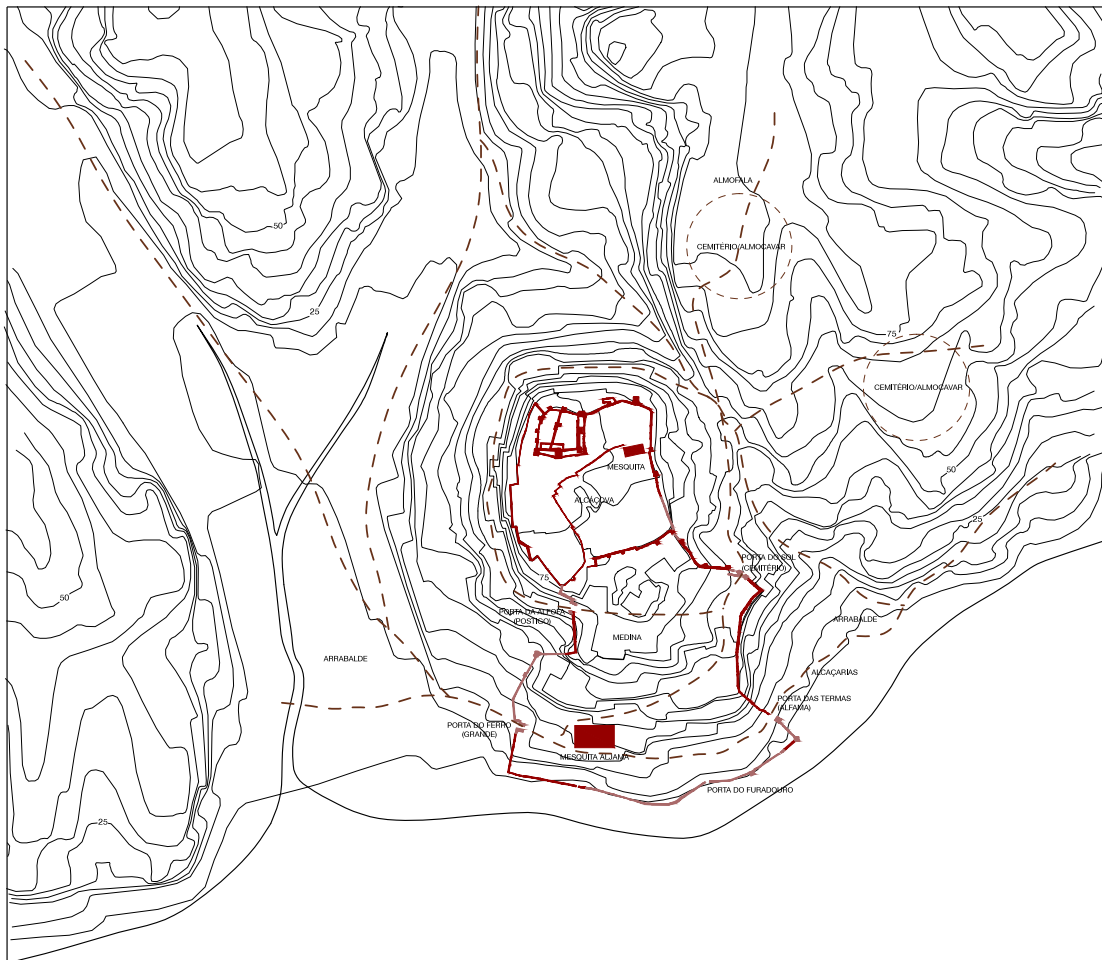
de quem as concebeu e habitou.”⁶²

É a amálgama de gentes e costumes que vai dar origem a Alfama, aos arrabaldes da Baixa, e depois, à Mouraria, fazendo uso do vocabulário urbano de génese muçulmana que acima foi exposto (figura 8), prolongando no tempo a forma de habitar virada para o interior que Tarique encontra na *Olisipo* Visigoda, mas sempre com a irregularidade do traçado, a organicidade das linhas de força e a propensão natural para o enigmático, para a sedutora descoberta do desconhecido que o quase meio milénio de domínio muçulmano ofereceu à cidade. Entre muitas outras coisas.

62 Idem, p. 81.



8 Largura das ruas nos períodos Romano e Muçulmano. Desenhos da autora.



9 Reconstituição do traçado das principais estruturas da cidade de Al Uxbuna (1:10.000). Cartografia original de Sérgio Proença, escala 1:10 000.

*Os fidalgos com os seus gibões de seda, os homens de armas com as suas couraças e capacetes luzentes, os frades de todas as ordens, uns de habito sombrio como os franciscanos, outros de habito claro, azul do céu, como os loyos, o gentio de Guiné e os indigenas das Canarias, todo este tumultuar de gente de variadas côres nos trajos e nas epidermes, todos estes contrastes ethnographicos e sociaes, deviam constituir um quadro verdadeiramente original e surpreendente. Que pena que um animatographo não fixasse, transmittindo á posteridade, essa mescla ondulante, essa mancha polychroma do viver social da edade media portugueza!*⁶³

63 Viterbo, Sousa - *Ocorrências da vida mourisca*, in *Archivo Historico Portuguez*, vol. V, Lisboa, 1907, p. 83.

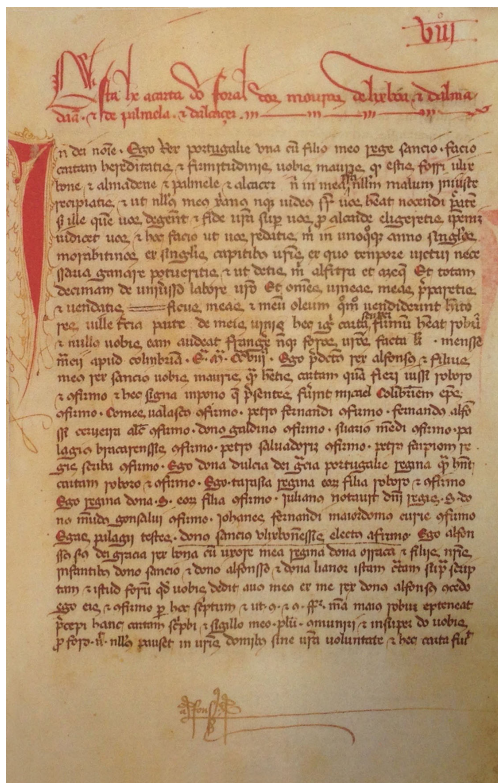
CAPÍTULO DOIS

A LISBOA CRISTÃ E A MOURARIA

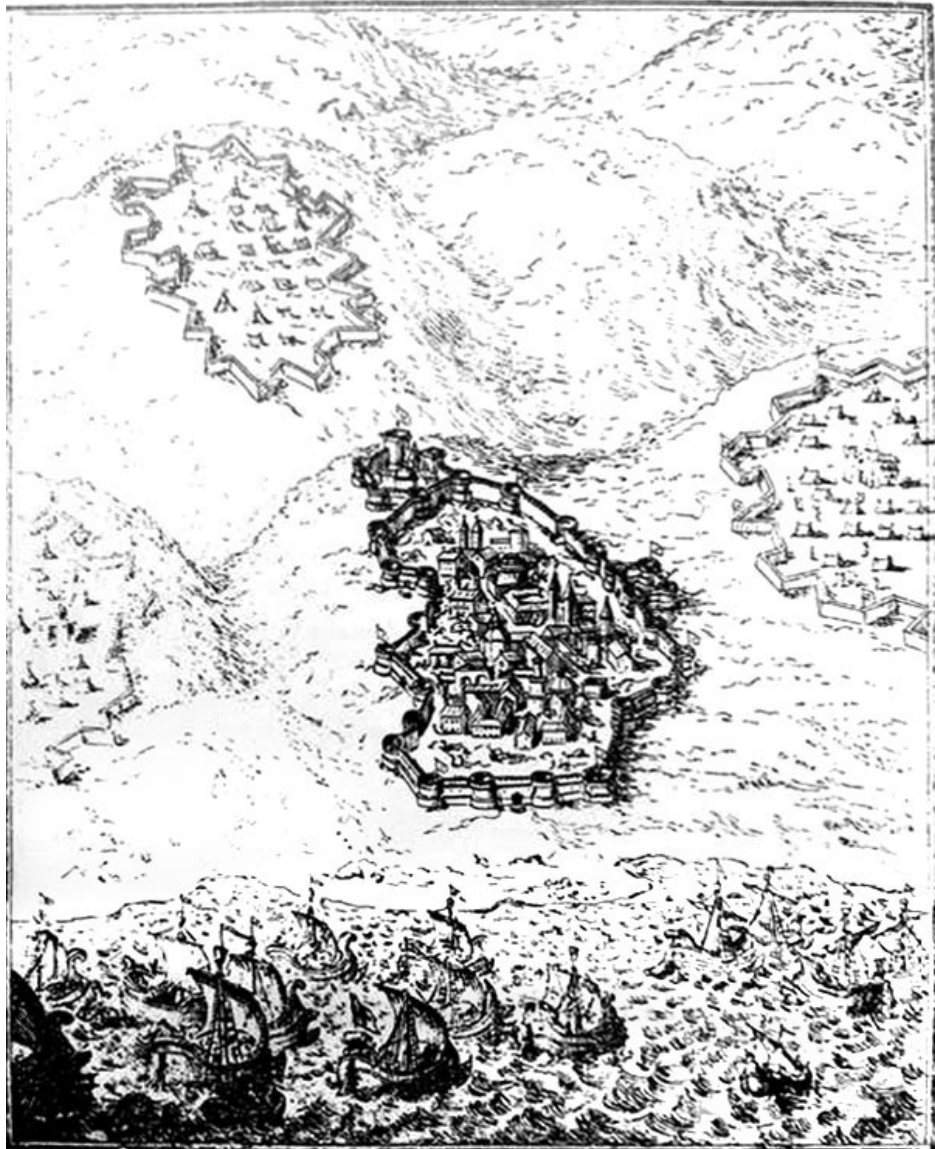
1147 - 1496

*A história da recristianização de Lisboa, analisando a formação da
comuna moura e a sua integração social e financeira na cidade.*

A forma urbana do século XV.



10 Foral dos Mouros Forros de 1170, Livro 4 das Inquirições de D. Afonso III, Fól. 8. (AN/TT). O texto original encontra-se disponível nos anexos deste documento na página 201.



11 Disposição dos exércitos atacantes, por terra e por mar, em 1147, quando da tomada de Lisboa aos Mouros. Interpretação segundo uma gravura do século XVIII, publicada na obra *El Alphonso del cavallero Don Francisco Botello de Moraes Y Vasconcelos, dedicado a la Magestad de Don Juan V, etc.* . 1716 Gabinete de Estudos Olisiponenses encontrado no Livro de Lisboa p.89.

Passados mil anos de domínio Romano, trezentos de Suevos e Visigodos, e mais quatrocentos de Muçulmanos, Lisboa integrou o território do reino português, em 1147. Como analisa França, “*Uma civilização se instalou e desfez, outra dela se aproveitou e uma terceira, com mais capacidades de cultura, nela viveu e deixou memória quotidiana*”⁶⁴.

A tomada da cidade por D. Afonso Henriques envolveu um esforço bélico maior que o das três conquistas anteriores, mas, para o rei, esta revelava-se indispensável na definição do seu território. O feito valeu-lhe o reconhecimento da independência do reino, pelo Vaticano e pelo seu primo, o Rei de Leão e Castela, Afonso VII. Teria ocorrido uma tentativa de reconquista em 1140, sem sucesso, provavelmente por falta de guerreiros. Em 1147, no entanto, após a rápida conquista de Santarém, o rei, desta vez ajudado por cruzados ingleses, bretões e germanos, distribuídos por 164 navios, avançou pela foz do Tejo, chegando a Lisboa em Junho desse ano.

O cerco durou dezassete semanas, durante as quais a cidade foi engenhosamente atacada pelos cristãos, e desesperadamente defendida pelos sitiados, que a pouco e pouco viram as provisões esgotadas e as ajudas negadas. O relato minucioso de Osberno, já referido no capítulo anterior, fala de vários ataques às muralhas da cidade, às povoações vizinhas - Almada, Palmela, Sintra - e até ao pequeno povoado da Penha de França, onde se instalaria o acampamento dos portugueses. Por sua vez, os ingleses e bretões assentaram arraiais a oriente do arrabalde da Baixa, enquanto que os germanos estariam perto da porta do Sol, acima da grande mesquita.

Foi durante este conflito que se celebrou D. Martim Moniz, mártir de linhagem conhecida, morto entalado numa das portas da cidade, para que os seus companheiros pudessem entrar. Já em seiscentos, reconheceu-se-lhe o feito, tendo sido colocada uma placa no local, mas, segundo França, a “*porta de Martim Moniz*” já existiria desde pelo menos 1258.

⁶⁴ França, José-Augusto - *Lisboa. História Física e Moral*, Livros Horizonte, Lisboa, 2008, p. 55.

Deu-se conta de vários conflitos entre cruzados, para lá da guerra religiosa, como fruto da ambição e avareza de alguns dos guerreiros, particularmente os flamengos. Estes acontecimentos levaram a um planeado saqueamento da cidade, um acordo entre mouros e cristãos que deixava o alcaide e o seu genro manter todas as suas posses, e todos os habitantes os mantimentos necessários. Caricatamente, o Conde de Aarchot, chefe dos flamengos, insistiu, porém, em resgatar para si a *égua árabe* do alcaide, pedido que lhe foi negado. Todo o espólio seria colocado na alcáçova, sendo seguidamente inspeccionada o resto da cidade, e caso se encontrassem outros bens, os seus proprietários seriam condenados à pena de morte. Acordo feito, a 25 de Outubro, 140 cruzados ingleses e 160 flamengos entraram então pela porta do Ferro, estes últimos apoiados por mais 200 que secretamente entraram pelas aberturas na muralha. Nesta situação de vantagem, os flamengos ocuparam-se de saquear o que puderam, proceder “*injuriosamente para com as donzelas*”⁶⁵ e inclusive assassinar o velho bispo moçárabe da cidade, cortando-lhe o pescoço. Por último, trataram de prender o alcaide, despojando a sua casa de todos os bens, tendo o Conde de Aarchot vitoriosamente guardado para si a égua, mesmo sabendo que esta “*urinando sangue matara a cria*”.⁶⁶

Durou este saque cinco dias, saindo a população moura ininterruptamente pelas portas da cidade: “*pareceram uma tam grande multidão de gente, como se tôda a Espanha houvesse vindo ali*”⁶⁷. Na mesquita da medina, “*que se sustenta sôbre sete ordens de colunas com outras tantas cimalthas*”⁶⁸, encontrava-se um elevado número de doentes e cadáveres.

Nomeado por fim o bispo da cidade, D. Gilberto de Hastings, Lisboa inicia um novo ciclo histórico, de marcada actividade eclesiástica.

⁶⁵ Osberno - *Conquista de Lisboa aos Mouros (1147)*, trad. José Augusto de Oliveira, Serviços Industriais da CML, 1935, p.83.

⁶⁶ Idem, p. 83.

⁶⁷ Idem, p. 84.

⁶⁸ Ibidem.

No fim da Idade Média registavam-se já vinte e três igrejas, sete dentro da cidade muralhada, mais dezasseis dentro da futura cerca fernandina. A purificação da mesquita maior, assim como das outras mesquitas, simbolizaria a substituição de crenças na cidade. Assim, a 1 de Novembro de 1147, esta mesquita foi sagrada a nova catedral da cidade. Supõe-se que o culto cristão seria ali celebrado, enquanto que, nas proximidades decorreriam as obras de edificação do novo templo⁶⁹. O mesmo aconteceu às mesquitas que deram lugar às igrejas de Santa Cruz do Castelo (na alcáçova), Santa Rufina (ou Santa Basaliza, na Baixa)⁷⁰ e Sta. Marinha do Outeiro (em São Vicente).

A nova organização social teve repercussões, não só a nível cultural, mas também a nível do traçado urbano.

O arrabalde mouro da Baixa evoluiu dentro das suas funções anteriores, albergando as casas e locais de trabalho do sector comercial, numa lógica urbana algo confusa, onde a indústria e o comércio se fundiriam com o negócio de distribuição da produção agrícola. Em boa verdade, as áreas exteriores ao perímetro muralhado não sofreram grandes alterações durante o primeiro século sobre o domínio cristão. Com a conquista da cidade, apenas as classes mais baixas se quedaram: camponeses, artesãos, pescadores ou pequenos mercadores, que asseguraram o funcionamento da cidade durante os primeiros anos, enquanto a cidade não adquiria uma população fixa de cristãos. Por outro lado, as classes mais altas, sobretudo os intelectuais, migraram para outros lugares sobre o domínio muçulmano, onde as suas qualidades fossem melhor apreciadas. Ainda assim, permaneceram na Lisboa cristã alguns imãs ou juristas, que teriam assegurado o funcionamento das mesquitas e a aplicação do direito Corânico.

No resto do país, onde a reconquista só terminou a 1249, com a

69 Silva, Carlos Guardado da - *Lisboa no reinado de D. Afonso Henriques*, in Salvado Salete, coord. - *Afonso I de Portugal : nos 900 anos do seu nascimento*, Grupo de Amigos de Lisboa, Lisboa, 2012. p.151.

70 França, José-Augusto - *Lisboa. História Física e Moral*, Livros Horizonte, Lisboa, 2008, p. 65.



12 O perímetro da Mouraria de Évora, com a Rua da Mouraria ao centro, cuja rectilinearidade desenha os eixos das ruas que lhe são perpendiculares.

tomada de Faro, a evolução urbana não teria sido muito diferente. Segundo Walter Rossa, no resto do país a densificação do arrabalde deu continuação ao processo urbano iniciado no período islâmico, encarando-o como um lugar predominantemente funcional, o lugar da indústria e da agricultura. O bairro fora de muros “*era um espaço simultaneamente urbano e periurbano, (...) áreas com forte identidade comunitária, organizadas em paróquias tidas como rurais.*”⁷¹

Foi com o alastrar das cidades que novas actividades comerciais começaram a surgir, para lá do mercado diário no espaço murallhado, criando-se as feiras, com maior ou menor periodicidade, podendo ou não ser *francas*. Com a necessidade de um lugar para albergar estes eventos, surgiram os rossios, terreiros ou largos da feira, que rapidamente ganharam importância na comunidade e edifícios à sua volta, nos quais funcionaria o comércio diário do arrabalde, com artesãos, taberneiros e estalajadeiros, os últimos com a função de dar alojamento a forasteiros sem que estes tivessem que entrar na cidade murallhada e pagar portagem. Tradicionalmente, as Ruas *direitas* da Mouraria e do Benfornoso, teriam esta função, já que eram importantes vias de acesso à cidade desde o período Romano. A porta de São Vicente era em 1500, em conjunto com outras seis, um posto de cobrança de direitos de entrada e saída de mercadorias.⁷²

Foi então nestes lugares periféricos que se definiram as mourarias e as judiarias um pouco por todo o país, criando guetos no espaço urbano, especialmente no primeiro caso. É de notar que a redefinição do arrabalde para a criação de uma nova comuna, quando construído com celeridade, resultava, não raras vezes numa malha com padrão visivelmente regular, como na zona do campo de Santana, em Lisboa, ou a Mouraria de Évora⁷³ (figura 12). Tal não sucedeu no caso da comuna moura de Lisboa. No século XII, os arrabaldes dos mouros existiram predominantemente no sul do país, com Leiria e Santarém a definir a

71 Rossa, Walter - *A urbe e o traço - Uma década de estudos sobre o urbanismo Português*, Almedina, Coimbra, 2002, p. 221

72 Silva, Augusto Vieira da - *A Cerca Fernandina de Lisboa*, vol. 1, CML, Lisboa, 1948, p.28.

73 Rossa, Walter - *A urbe e o traço - Uma década de estudos sobre o urbanismo Português*, Almedina, Coimbra, 2002, pp. 221-222.

fronteira, enquanto que os judeus se espalharam um pouco por todo o território.

Em geral, as mourarias instalaram-se nos locais menos atractivos da cidade, não só em termos de clima e topografia, como também do ponto de vista funcional: estariam mais afastadas dos principais eixos comerciais da cidade, assim como dos lugares de maior movimento. A preocupação em defender estes lugares da cidade era quase sempre descartada. Por vezes existiria uma porta de entrada na cidade, que traria mais problemas à população moura que defesas, já que por ela entrariam muitas vezes cristãos avessos à religião de Maomé, mostrando a sua inimizade através de assaltos e saques. Um bom exemplo será precisamente a Mouraria de Lisboa, instalada num vale de fraca incidência solar, a norte, junto da grande mancha de hortas que abastecia a cidade, longe da azáfama comercial à beira do Tejo, e, mais tarde, no séc XIV, excluída do novo perímetro muralhado formado pela Cerca Fernandina, para mais facilmente defender a Alcáçova. Fernão Lopes, na Crónica de D. Fernando, faz inclusive menção à comuna moura durante o ataque de D. Henrique de Castela, em 1373: “*Os mouros forros do arrebalde foramse todos com seus gasalhados pera o curral dos coelhos, junto com a fortaleza dos paços delRei, que he em um alto monte ali estavam em tendilhões acoutados por sua defensom*”⁷⁴.

Com a presença de imãs e juristas, a população de um arrabalde mouro, durante os dois primeiros séculos após a reconquista, gozaria de administração própria e de facilidade de expressão de costumes e religião. A criação jurídica das mourarias e judiarias data das cortes de Elvas de 1361, durante o reinado de D. Pedro I, a pedido popular, que justificou a criação de um lugar específico para estas religiões em todas as cidades ou vilas onde morassem pelo menos dez Judeus ou Mouros com o facto de estes fazerem “*alghumas cousas desordinhadas de que os*

74 Gaspar, Jorge - *A cidade Portuguesa na Idade Média. Aspectos da estrutura física e desenvolvimento funcional, La ciudad hispanica durante los siglos XIII a XVI*, Actas del coloquio celebrado en La Rábida y Sevilla del 14 a 19 de septiembre de 1981, tomo I, Madrid, Universidad Complutense, 1985, p.136.

christãos Reçebem scandalo e noio”⁷⁵. A propriedade no interior destes bairros, não era, no entanto, exclusiva dos mouros. Jorge Gaspar reporta para o caso da rainha D. Isabel, mulher de D. Dinis, e de *Fátima, a moura da rainha*, a quem o rei *doou* uma casa na Mouraria, e Filomena Barros apresenta um extenso gráfico com todas as propriedades reais na comuna.⁷⁶

Sob o *Foral dos Mouros Forros de Lisboa, Almada, Palmela e Alcácer, de 1170*, foi garantido a estas comunas islâmicas a garantia de tolerância religiosa, do direito à eleição dos seus oficiais de justiça, assim como o direito a manter as suas leis e demais questões administrativas no foro interno. Surgiu para reter alguma da mão-de-obra muçulmana após a reconquista, necessária por ainda não existir na cidade uma população fixa de cristãos. O rei auto-intitulou-se como o legítimo sucessor dos dirigentes muçulmanos, endereçando-se a esta população como “*os meus mouros*”. Este regime de tolerância protegia os habitantes das comunas (“*assy que em minha terra nenhuum mal, e sem razom nom recebades, e que nenhuum Chrisptaaõ, nem Judeu sobre vos aja poder de vos empeeecer*”⁷⁷) enquanto os tornava servos do poder régio, já que desde a conquista que estariam isentos de impostos e serviços ao concelho (*E esto vos faço per tal, que dedes a mim em cada huum anno senhos maravidis de cada huã cabeça dês aquelle tempo, que o mantimento necessario gaançar poderdes; e que dedes a mim Alfitra, e Azaqui, e a dizima de todo vosso trabalho; e todallas minhas vinhas adubedes, e vendades os meos figos, e o meu azeite, como venderem os moradores da Villa a terça parte dos meos moyos.*)⁷⁸ Este foral determinou o modo de funcionamento das demais comunas portuguesas, norteando todas as directivas que dali para a frente iriam guiar a actuação do rei face à minoria muçulmana, recorrendo não raras vezes o monarca regente, aos seus funcionários e letrados para estabelecer novas regras ou normas de acordo com as tradições e as leis

75 Barros, Filomena - *A comuna muçulmana de Lisboa*, Hugin, Lisboa, 1998, p. 141.

76 Idem, pp. 154-155.

77 *Foral dos Mouros Forros de Lisboa, Almada, Palmela e Alcácer, de 1170*. In *Herculano, Alexandre - Portugaliae monumenta historica - Leges et consuetudines Vol. I, f. III*, Olisipone Typis Academicis, 1863 pp. 396-397.

78 Ibidem.

islâmicas.

Curiosamente, o foral da cidade tardou nove anos após o foral dos mouros. Apenas em 1179 estariam reunidos cristãos suficientes para ser autorizada a criação de uma câmara de governo. Lê-se, portanto, nestes trinta e dois anos após a conquista, uma cidade ainda com uma vasta população moura e judaica, com moçárabes e cristãos, mantendo o multiculturalismo e as *muitas e desvairadas gentes* de Fernão Lopes.

Numa sociedade maioritariamente cristã, as minorias religiosas seriam objecto de uma legislação segregacionista, para lá dos direitos e deveres acima descritos. De entre essas medidas destaca-se, por exemplo, a interdição ao cargo de oficial do rei ou de algum outro elemento da nobreza. Quanto às indumentárias, as suas vestes deveriam identificar a sua situação social, como as demais classes da sociedade medieval. Particularmente, para as comunidades mouras, D. Afonso V especifica, para as mangas das aljubas, que estas fossem *“tam largas que possam revolver em cada huma dellas uma alda de medir pano”*⁷⁹, o albornoz fechado, e sempre com um escapulário, sobre pena de o infractor ser preso e perder as suas roupas. Não seria, no entanto, necessária outra forma de identificação, como um dístico, no caso dos judeus, a não ser para os mouros cativos.

Sumariamente, o conjunto desta legislação, que, segundo Filomena Barros *“estigmatiza os muçulmanos e os judeus como inferiores face à maioria dominante, retirando-lhes capacidades de intervenção e impondo-lhes marcas visíveis do seu próprio estatuto”*⁸⁰, enuncia um conjunto de medidas - várias sob o signo da igreja - com o intuito de evitar o contacto entre as três religiões, confinando cada uma ao seu espaço socio-cultural. Judeus e mouros não poderiam entrar em tabernas cristãs, ou nas suas residências, excepto em casos de saúde ou ofício especializado. Da mesma forma, as mulheres cristãs não estavam autorizadas a entrar nas mourarias ou judiarias sozinhas, apenas acompanhadas por alguém

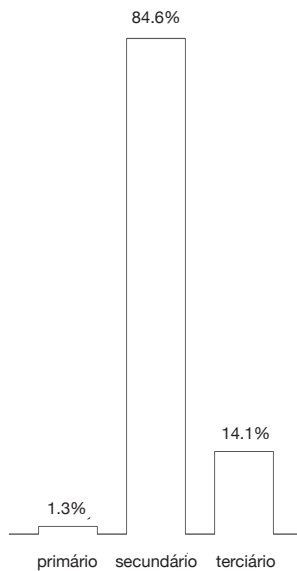


13 Percursos impostos às mulheres cristãs no arrabalde da cidade em 1366, a partir do desenho de Luís Filipe Oliveira e Mário Viana:
A - *“caminho que uay da porta de sancto andre pera sancta barbora pella calçada desy pello almovouar hu os mouros jazem enterrados”*
B - *“caminho djreiro que se uay do poço dos mouros ao dístico logo de santa barvoira”*

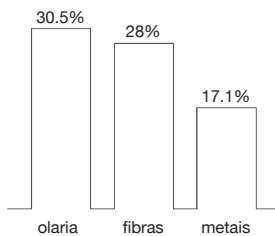
79 Barros, Filomena - *A comuna muçulmana de Lisboa*, Hugin, Lisboa, 1998, p.139.

80 Idem, p. 140.

14 Sectores económicos



15 Actividades do sector secundário



Dados: Barros, Filomena - A comuna muçulmana de Lisboa, Hugin, Lisboa, 1998, p.90

que “*seja homem grande, e não seja moço*”⁸¹. Se se encontrassem sem companhia, deveriam contornar os bairros. Para esse caso, o rei D. Pedro especificou dois caminhos que as mulheres deveriam tomar, o “*caminho que uay da porta de sancto andre pera sancta barbara pella calçada desy pello almououar hu os mouros jazem enterrados*”, e o “*caminho djreiro que se uay do poço dos mouros ao dicto logo de santa baruora*” (figura 8)

No reinado do mestre de Avis ordenou-se que as portas das mourarias e das judiarias se fechassem ao toque das Trindades - ao pôr do sol - mas vários são os casos que demonstram que ultrapassar os muros e as portas seria relativamente fácil e que aconteceria com frequência. A convivência entre mouros e cristãos seria algo habitual, não só no lazer, como nos negócios e actividades económicas. Exemplo disso, seria, mesmo à saída da Mouraria, na Rua de Benfica (actual Benfornoso) onde cristãos e moçárabes trabalhariam juntos, nas várias tendas de olaria que ali se instalaram para a produção e comércio de cerâmicas. Os cristãos fixam o seu negócio ali desde, pelo menos, o século XIV, aproveitando o saber dos muçulmanos e completando a sua actividade. Particularmente no caso dos oleiros, a influência das técnicas árabes mostrou-se bastante importante no desenvolvimento da olaria portuguesa, prova disso sendo as muitas palavras de origem árabe ligadas à olaria rústica, assim como a continuada tradição de olaria - e posteriormente, o azulejo - que se verificou neste lugar, explícita na toponímia, mesmo após a expulsão dos mouros em 1496. Para lá dos oleiros, também existem dados sobre sapateiros e ferreiros cristãos que, não só trabalhariam na Rua de Benfica, como habitariam na Mouraria, como indica Filomena Barros.⁸²

Embora a agricultura fosse a actividade de maior interesse do poder central aquando da elaboração dos forais dos mouros, esta não era, segundo os arquivos reais, a actividade predominante (figura 14). De facto, nos forais de Lisboa, Algarve e Évora, a actividade agrícola era a única mencionada, mas, no panorama da cidade de Lisboa, o

81 Idem, p. 141.

82 Idem, pp. 194-195. O quadro da autora encontra-se duplicado nos anexos deste documento na página 203.

sector primário compreende apenas 1.3% da população trabalhadora do bairro⁸³. O sector secundário e a produção artesanal constituíam 84.6% do mercado de trabalho, distribuindo-se a população entre os já referidos oleiros, sapateiros, e ferreiros mas também no trabalho com fibras, realizado por tapeteiros, esparteiros, esteireiros e cordoeiros (figura 15). A elevada percentagem de mestres artesãos no bairro significa certamente que a produção aqui realizada não se destinaria apenas ao consumo do bairro, mas que serviria também o resto da população de Lisboa. Apesar de constituírem uma pequena parte da mão-de-obra produtiva da cidade, a grande quantidade de oleiros, tecelões e ferreiros sugere uma especialização dos ofícios, que muitas vezes se estendia por gerações.

As referências a quintais dentro da própria Mouraria, mostram, no entanto, que a actividade agrícola seria certamente um complemento económico à produção e ao comércio. O empraçamento de quintais nos arredores da cidade, de cristãos para artesãos moçárabes era também comum, reforçando esta ideia de complementaridade económica, ao mesmo tempo que atenuaria a rigidez da segregação social deste período.

Em síntese, os mouros forros da Mouraria de Lisboa criaram, na sua periferia, uma espécie de centralidade, contribuindo para um particular sector manufactureiro de Lisboa, adicionando-lhe por vezes conhecimento, num ambiente de cooperação entre culturas, embora sob o olhar por vezes reprovador da igreja católica. Mas, se é verdade que por vezes a sociedade moçárabe era alvo de segregação, é um facto que a uma parte destes eram atribuídos largos privilégios.

As isenções que advêm do estatuto de privilegiado vão desde a isenção fiscal (total ou parcial), até à liberdade para não participar nos cargos comunais.⁸⁴ Nas posições de topo, como a do alcaide, do capelão, e, até 1311, do muezin, os privilégios entendem-se como uma legitimação da comuna, do seu poder e autonomia jurídica e religiosa, mas também

83 Idem, p.90.

84 Idem, p. 76.

para tornar estas posições mais atractivas, especialmente a primeira, já que era comum os próprios habitantes das mourarias escaparem às suas responsabilidades no bairro.⁸⁵ No que toca aos oficiais da comuna, verifica-se a repetição dos mesmos nomes em sucessivos cargos diferentes, assim como a repetição de apelidos, sugerindo uma espécie de linhagem nos deveres comunais, formando uma elite privilegiada.⁸⁶ Outras formas de obter isenções das pesadas cargas tributárias incluíam a recompensa do monarca por serviços prestados; o incentivo de uma determinada actividade, como foi o caso dos tapeteiros da cidade; por mediação de terceiros que solicitariam a regalia para a sua clientela, ou, claro, pelo suborno dos funcionários do Estado em troca de uma prestação monetária.⁸⁷

Parte das solicitações de isenção tributária eram atribuídas a mestres ou artistas que gozariam de alguma proximidade com a corte, como é o caso de Mafamede Locai, sapateiro, ou Brafome Lexune, músico ao serviço da corte. É de notar também as cartas de alforria atribuídas aos mestres de azulejo e de tapeçaria. Um “*Ali azulejo*”, mouro da rainha D. Leonor e “*Feyate Azulejo*” constam dos documentos, sendo o primeiro um dos mouros que permanece na cidade, mesmo depois do édito de expulsão.⁸⁸

À classe dos tapeteiros foram atribuídas amplas isenções tributárias, sendo quase todos provavelmente, como refere Sousa Viterbo, funcionários do rei, trabalhando para forrar as salas das câmaras reais ou fabricar panos de armas. De entre os privilegiados da comuna, os tapeteiros eram uma aristocracia por si só, constituindo 28% do total⁸⁹. A primeira referência ao seu estatuto social surge no reinado de D. João I, atribuindo regalias a quatro tapeteiros, tendo o número apenas aumentado no reinado de D. Duarte, com a descendência dos primeiros. Estariam isentos de todos os impostos pagos ao rei, ao concelho, à comuna e à elegibilidade

85 Idem, p. 41.

86 Idem, p. 42.

87 Idem, p. 74

88 Idem, p. 94.

89 Idem, p. 96.

para cargos comunais, sendo todas as regalias também aplicadas aos seus empregados. Dentro da Mouraria, todas estas regalias não foram vistas com bons olhos, tendo por várias vezes os seus moradores forçado, sem êxito, os artesãos a participar nas actividades da comuna.

Os tapeteiros eram ainda autorizados a sair do reino para adquirir material para o seu ofício, sempre que necessitassem, sem requerer qualquer autorização, e podendo ainda levar consigo um acompanhante. É de notar que mais tarde esta decisão foi revogada, sendo necessário pedir autorização ao reino, já que a nobreza estaria preocupada em reduzir o fluxo migratório da comunidade muçulmana, aplicando medidas preventivas a todos os mudejães.

Numa última nota em relação a regalias, é importante notar a dicotomia entre mouros e judeus. Os privilégios dos mouros tendem a incidir sobre as isenções fiscais e aposentadoria, o que traria certamente muitos inconvenientes à gestão da comuna, enquanto que os judeus, à parte de isenções fiscais, das quais também gozavam, estariam certamente mais preocupados em manter o seu alto estatuto social, como afirma Maria José Ferro Tavares, colocando-se, muitas vezes, numa posição semelhante à da nobreza portuguesa. Segundo a autora, vários judeus da comuna lisboeta “receberam carta de vassallos do rei e privilégio de *fidalgos*... outros recebem o título de *servidores do rei e de cortesãos*. *Judeus mesteirais obtêm carta de moradores da casa real*”⁹⁰. A diferença entre as duas minorias étnicas advém certamente das amplas vantagens sócio-económicas de ter esta comunidade próxima do rei e numa alta posição no sistema de classes. A comuna muçulmana, embora útil no serviço real, nunca teve um papel tão importante na organização interna da cidade.

É importante reter que toda a informação sobre a Mouraria muçulmana que chegou aos nossos dias, a descrita acima e a que se irá ainda ler, surge apenas após o édito de expulsão de D. Manuel I, em 1496. O conhecimento do bairro advém maioritariamente das cartas de

⁹⁰ Tavares, Maria José - *Os judeus em Portugal no século XV*, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1982, pp. 219.

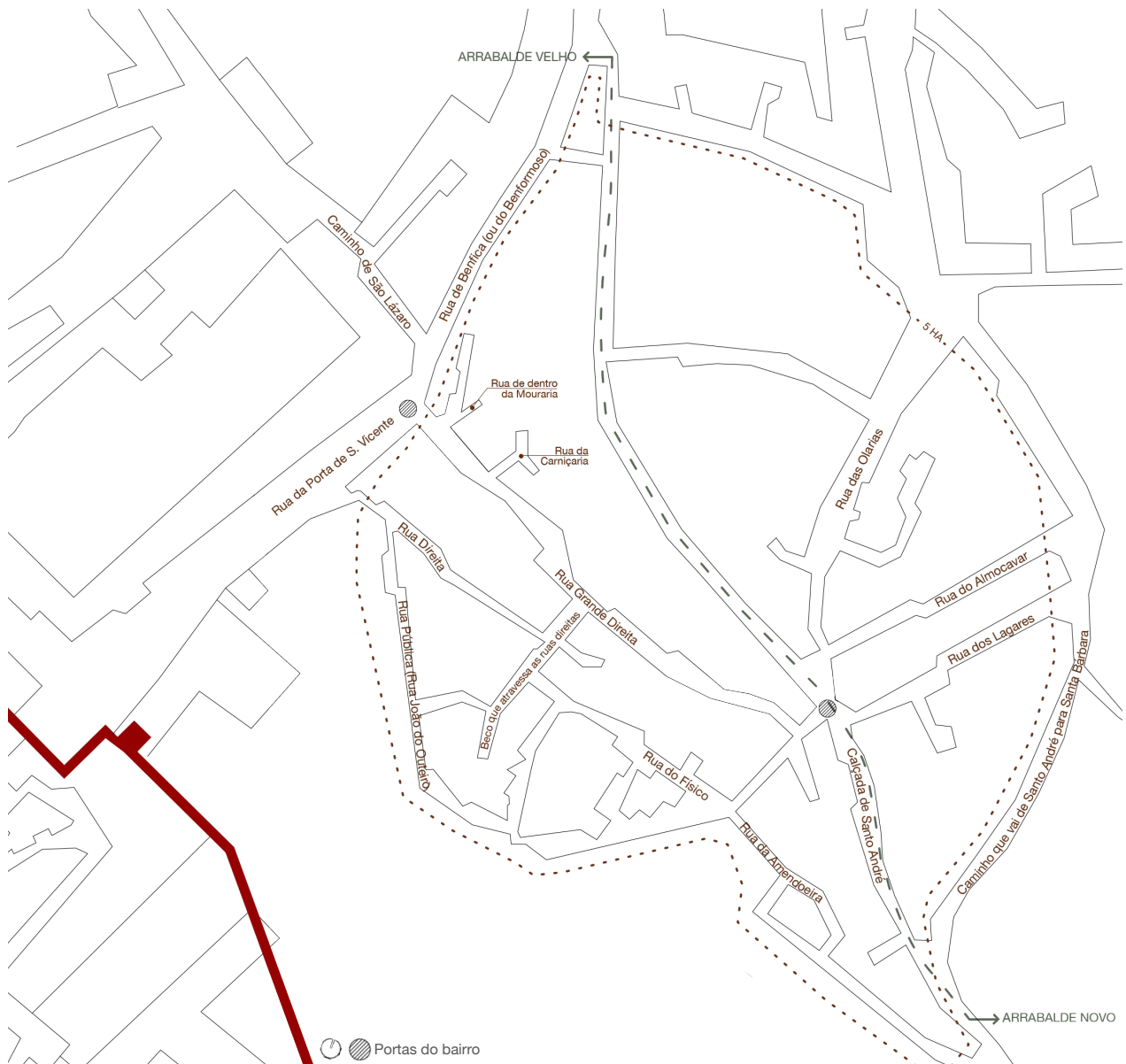
empresamento a cristãos e de algumas ordenações reais, que permitiram mapear a maior parte dos espaços públicos do bairro, assim como um considerável número de habitações particulares. A informação cuidadosamente compilada das cartas régias por Sousa Viterbo e Pedro de Azevedo no início do século passado e mais tarde vista noutra prisma por Filomena Barros, Luís Filipe Oliveira e Mário Viana formam o corpo documental que serve de base a este estudo.

Os dois últimos autores⁹¹ começam por dar conta do rápido crescimento da comuna na segunda metade do século XIII. A existência de dois capelães privilegiados no reinado de D. Dinis sugeria a existência de duas mesquitas no bairro, e como tal, população suficiente para as frequentar; por outro lado, o bulício comercial que vinha da Rua *Direita* da Mouraria e que se estendia para a Rua do Benfornoso, indica a Mouraria como um lugar com uma certa vida económica e social. Oliveira e Viana propõem ainda um número de habitantes para a população da Mouraria de Lisboa, baseando-se no coeficiente de 348 habitantes por hectare apresentado por Torres Balbás⁹² para as cidades muçulmanas da Península, a Mouraria de Lisboa, com aproximadamente 1.5 hectares, contaria com cerca de 500 moradores.

“Ficava a Mouraria entre as portas de Santo André e de S. Vicente, sem as alcançar, pois que lhes interpunham terrenos em que posteriormente se foram construindo habitações de cristãos. (...) Os limites da Mouraria não se podem, por enquanto, determinar exactamente. Pelo sul ficava a meio da encosta do Castello, pelo poente era limitada pela rua direita da porta de S. Vicente, hoje chamada da Mouraria, e pelo nascente não passava além da entrada da rua da Amendoeira. Da parte do norte ainda é maior a dúvida, porque era aqui onde se encontravam os almocavares dos judeus e dos mouros, os quaes terrenos foram depois cortados por diversas ruas, ao que parece. O lado sul não tem offerecido á Mouraria alteração desde os tempos mais remotos; só agora tende a ser alterada profundamente com a criação de um bairro nos terrenos do Marquez de Ponte-de-

91 Oliveira, Luís Filipe; Viana, Mário - *A Mouraria de Lisboa no século XV*, in *Arqueologia Medieval*, Edições Afrontamento, Mértola, 1993.

92 Torres Balbás, Leopoldo - *Ciudades Hispano Musulmanas*, Instituto Hispano-Árabe de Cultura, Madrid, 1970, p.102.



16 Limites e ruas da Mouraria a partir dos desenhos de A. H. de Oliveira Marques, Luís Filipe Oliveira e Mário Viana. Escala 1:2000.

Lima.”⁹³

A área média do arrabalde mouro surge através da posição do almocavar (tradicionalmente fora de portas da comunidade), e da delimitação dos caminhos que as mulheres cristãs deveriam tomar, definidos no reinado de D. Pedro, e já descritos anteriormente. Analisando estes trajectos, o arrabalde mouro ocuparia uma área substancial no vale rodeado pelas colinas do Castelo, da Graça, e da Senhora do Monte, de cerca de três hectares. Por outro lado, a indicação das portas da Mouraria, referidas no reinado de D. João I, revela um perímetro consideravelmente mais pequeno. A porta mais a norte colocar-se-ia no cruzamento da Rua do Benfornoso com o início da actual Rua dos Cavaleiros. Subindo essa mesma artéria, e no cruzamento desta com a Calçada de Santo André estaria a segunda. Pedro de Azevedo sublinha no entanto que *“em rigor esta última Rua [a dos Cavaleiros] é a continuação da que saía de Santo André, e, como esta, ficava fóra da influencia mourisca.”*⁹⁴ Sobre o limite a Norte, acrescenta ainda o mesmo autor, falando sobre o hospital dos Meninos Orfãos, que a actual Rua da Mouraria não faria definitivamente parte do bairro: *“A existencia d’este estabelecimento prova que a actual rua da Mouraria não fazia parte do arrabalde dos mouros, e effectivamente a estrada que saía de Lisboa por uma das suas portas principaes e com a invocação do padroeiro da cidade [São Vicente], não devia estar inquinada com a vizinhança mahometana. Ainda assim parece que havia um ou outro mouro residente, como tambem havia entre os almoinheiros christãos outros mouros.”*⁹⁵

Tendo a localização certa de duas portas, Oliveira e Viana admitem a existência de outras duas: uma lançaria um limite entre a vizinhança moura e cristã, na Rua da Amendoeira, e outra, mais provável, estaria situada para lá do poço dos mouros, sem localização provada⁹⁶.

93 Azevedo, Pedro A. de - *Do Areeiro á Mouraria*, in *O Archeologo Português*, vol. V, Museu Ethnologico Português, Lisboa, 1900, p. 270.

94 Idem, p. 266.

95 Idem, p. 263.

96 Oliveira, Luís Filipe; Viana, Mário - *A Mouraria de Lisboa no século XV*, in *Arqueologia Medieval*, Edições Afrontamento, Mértola, 1993, p.192.

Estes 1.5 hectares da Mouraria entre portas acabam por ser apenas uma pequena parte do que seria de facto o lugar quotidiano da população moura. A maioria dos espaços públicos da comuna estaria perto das portas ou mesmo extra muros, o que atesta mais uma vez a fluidez dos percursos e o ponto de que, apesar de as portas se cerrarem ao toque das Trindades, estas não constituíam em si um limite. O bulício das Ruas do Benfornoso e da Mouraria, uma das principais saídas da cidade desde os tempos Romanos, terá sido a força motriz para a instalação das olarias e ferrarias neste eixo, assim como o acesso aos banhos, fundamental para o trabalho dos artesãos.

Por volta do século XIV, com o aumento da população moura na cidade, proveniente de outras partes do país, e com o contributo dos muitos cristãos que se mudaram para a colina norte do Castelo, surgiu um novo núcleo da comuna, o *Arrabalde Novo*. A actividade oleira na Rua do Benfornoso e a colaboração inter-religiosa neste ofício, uma das mais importantes actividades manufactureiras neste século, terá iniciado o processo de expansão do bairro, com tendas desde a Rua dos Lagares à Rua das Olarias. Com a passagem do tempo, o *Arrabalde Novo* cimentou a ligação ao *Arrabalde Velho*, “o todo constituindo a chamada “Mouraria”, que persistiu até hoje na sua planta quase original”⁹⁷. O conjunto contaria com cinco hectares de área, em maioria ocupada por “quintais, quintas e mesmo campos de sementeira, vinhas, olivais e pomares”⁹⁸, vivendo o bairro numa realidade semi-urbana e semi-rural, à semelhança do resto da cidade de Lisboa.

Não significa isto que a Mouraria vivesse mais no seu exterior do que no seu interior. A forma urbana mostra um urbanismo semelhante ao que se praticava do lado sul da colina, em Alfama, e de resto, noutras cidades árabes do mediterrâneo. O bairro não é um espaço público por excelência, um lugar desenhado para a circulação. Prova disso são as duas *Ruas Direitas*: a Rua dos Cavaleiros e o eixo Rua do Capelão -

97 Marques, A. H. de Oliveira - *Novos Ensaios de História Medieval Portuguesa*, Editorial Presença, Lisboa, 1988, p. 103.

98 Ibidem.



17 Equipamentos da Mouraria no século XV, a partir do desenho de Luís Filipe Oliveira e Mário Viana:
 1 Mesquita Grande; 2 Mesquita Pequena;
 3 Escola dos Mouros; 4 Banhos; 5 Carniçarias dos Mouros; 6 Curral dos Mouros;
 Nota: A mesquita grande (1) é aqui assinalada com base no desenho dos autores acima mencionados. A sua localização histórica é porém definida do lado oposto da rua (1a) por João Nunes Tinoco, afirmando o cartógrafo que ali estaria o mosteiro de Santo Antão-o-Velho, erguido no solo da antiga mesquita da Mouraria. Escala 1:5000

Rua da Guia, correspondentemente apelidadas de *Rua Grande Direita* e *Rua Direita* (figura 16) por várias referências documentais, que não seriam mais do que duas ruas sem saída, ainda que lineares. Ainda assim, enquanto *ruas direitas* cumprem o seu propósito etimológico, o de orientar o percurso originário do traçado da rua, de rua *directa*.

A abundância de becos, dentro do perímetro designa mais que uma simples construção urbana desregulada, mas um *modus operandi* típico da população muçulmana, que, de resto, viveria conforme os costumes do Islão: nas leis, nas orações, nas aprendizagens, nos mesteres. A forma urbana, tal como a disposição dos equipamentos públicos reflecte-o (figura 17): a madrasa, onde se fomentaria a aprendizagem do árabe e do Corão, colocava-se ao lado da mesquita grande, formando o grande centro religioso da comuna, à semelhança de tantas outras cidades à sombra do Islão. Os banhos, que serviriam a população em geral mas que também abasteceriam a indústria dos cortumes e das olarias na Rua do Benfornoso, estariam próximos da mesquita pequena, para as abluções antes de cada uma das cinco rezas do dia. Possivelmente por esta razão terá sido a mesquita pequena colocada convenientemente perto da zona comercial e industrial do bairro, para que o ritual diário fosse cumprido sem as morosas deslocações à mesquita grande.

O bairro funciona sobre dois pontos antipodais. Nos dois extremos, junto às portas, encontramos as funções comunitárias mais importantes. A Sul, o núcleo religioso, a Norte o comercial. No âmago de uma comunidade onde a religião seria o laço comum a todos, a mesquita e a madrasa impunham-se como um núcleo comunitário para o bairro. Para lá do culto da religião, a mesquita acolhia também os abandonados e desprotegidos. Com uma área superior a 300 m², a mesquita era o maior edifício do bairro, ainda que inferior à maioria das mesquitas espanholas, mas com uma dimensão considerável quando comparada com a Sé do Porto (560 m²), ou as catedrais de Viseu e Coimbra, com menos de 500 m². Havia uma “*casa grande*”, por certo a sala de orações, com 272,3 m², uma “*casa Pequena de 3 quinas*”, um “*quintal com poço*”

e um “*quintal com árvores*”⁹⁹

A madrasa, que fomentou a aprendizagem do árabe e da cultura islâmica funcionou até pelo menos o reinado de D. João I (1385-1433), quando o monarca ordenou que só a língua portuguesa seria utilizada em todos os documentos oficiais, sobre pena de morte.¹⁰⁰ Não é certo, porém, que esta ordenação tenha provocado o seu abandono.¹⁰¹ Este conjunto, também complexo, era composto por duas divisões no piso térreo, sobradadas e um anexo igualmente sobradado, com uma área total de 48 m². Oliveira e Viana afirmam que o piso térreo seria habitado por estudantes, enquanto que o ensino propriamente dito seria feito no piso superior.¹⁰² Era também neste núcleo que viveriam algumas das personalidades mais importantes da comuna, como o capelão ou os oficiais. Mafamede Laparo, último capelão antes da expulsão, teria aqui a sua residência. Seria natural, portanto, que aqui se realizassem também as reuniões comunitárias.

O pólo oposto a este concentrava o comércio, as tendas de artesanato, a carniçaria e os banhos, na esquina da Rua de Benfica com a Rua Grande Direita. A posição limítrofe dos banhos, partilhando a sua localização com uma das portas do bairro, coloca o edifício ao uso comum de cristãos e muçulmanos. O prédio seria propriedade régia e emprazado a um cristão desde o início do século XIV, tendo posteriormente passado para a mão de um habitante mouro no arrabalde, com a função de pardieiros. Mais tarde, tornaram-se habitações. Próxima destes equipamentos, estaria, como já se referiu, a mesquita pequena, um edifício térreo com uma área de 47 m².

99 Oliveira, Luís Filipe; Viana, Mário - *A Mouraria de Lisboa no século XV*, in *Arqueologia Medieval*, Edições Afrontamento, Mértola, 1993, p. 197.

100 Marques, A. H. de Oliveira - *Novos Ensaios de História Medieval Portuguesa*, Editorial Presença, Lisboa, 1988, p. 102.

101 “A identificação de 4 letrados durante o reinado joanino, bem como de um licenciado em direitos mouros, além de alguns profissionais de escrita (...) e de um físico, permitem pensar na manutenção de uma certa vida cultural, a que a escola, por certo, não seria alheia.” - Oliveira, Luís Filipe; Viana, Mário - *A Mouraria de Lisboa no século XV*, in *Arqueologia Medieval*, Edições Afrontamento, Mértola, 1993, p. 198.

102 Ibidem.

Fora destes dois pólos, a comuna era ainda composta por uma cadeia, de que se conhece apenas a área (13,2 m²), e o almocavar, na colina da Graça (figuras 13 e 16). O terreno, de área desconhecida, mas pontuado por oliveiras, seria um local de grande importância para a comuna, com grande afluência semanal, ou nas comemorações religiosas. Ainda fora de portas, na Rua da Porta de São Vicente, estaria o curral dos mouros, que na realidade também seria dos judeus, o poço dos mouros, e a loja de arrecadação dos direitos pagos pela comunidade ao rei.

As ruas direitas, que ligam as entradas do arrabalde às mesquitas, à semelhança da Rua do Limoeiro - a *shari* do período muçulmano - desdobram-se nas *azzikkas* da lei islâmica, como as Ruas de Dentro e da Carniçaria, ou o actual beco do Jasmim, que fora referido como “*beco que atravessa ambas as ruas direitas*”¹⁰³. A *finá*, enquanto extensão do espaço privado na rua também tinha a sua apropriação, não só com os balcões e os passadiços nos primeiros pisos, mas com “*os poiais, as bancas, os tabuleiros*”, que inclusive, existiam para lá da Mouraria, na Rua Nova e na de Morraz. “*eram os alpendres que, levantados frente à porta, prolongavam a habitação e protegiam da chuva, eram as escadas, eram os esteiros, eram as casas reconstruídas, que avançavam um pouco para lá dos antigos alicerces, (...) eram mesmo as padeiras, sentadas na rua, onde expunham a sua mercadoria.*”¹⁰⁴. Como afirmam Oliveira e Viana, “*se a Mouraria era um bairro fechado, o seu espaço interno também podia descrever-se, com alguma propriedade, com um conjunto de espaços fechados.*”¹⁰⁵ Esta divisão de áreas leva involuntariamente a que a maioria dos caminhos existentes termine num beco. Estes espaços interiores teriam certamente menos movimento que as ruas direitas, de circulação mais intensa, com constantes idas à mesquita, aos banhos ou à zona comercial. A maioria destas ruas teriam larguras semelhantes à maioria das ruas da Lisboa da Idade Média, e mesmo as ruas direitas - as mais movimentadas - não se apresentam como verdadeiros eixos de

103 AN/TT, *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fl. 224.

104 Gonçalves, Iria- *Posturas Municipais e vida urbana na baixa Idade Média: o exemplo de Lisboa*, Sep. de: Estudos Medievais, 7, Porto, 1986, pp. 159-160.

105 Oliveira, Luís Filipe; Viana, Mário - *A Mouraria de Lisboa no século XV*, in *Arqueologia Medieval*, Edições Afrontamento, Mértola, 1993, p. 194.

tráfego, tendo pouco mais que três metros¹⁰⁶.

“Ter percorrido, antes da expulsão, a Mouraria, espaço físico urbanístico destinado à Comuna dos Mouros Forros de Lisboa, corresponderia a visitar uma mini-Lisbuna, onde as tipologias da antiga cidade muçulmana se encontravam representadas e as práticas do quotidiano reproduziam as do período islâmico.”¹⁰⁷

Ao mesmo tempo que a política urbana régia se ia reformulando para abarcar ruas mais largas, as Ruas *Direitas* da Mouraria continuam a assemelhar-se às ruas com pouco mais de oito pés de largura da *Lixbuna* islâmica. A exemplo disso, a Rua Nova da cidade, do reinado de D. Dinis, tinha a largura de oito braças (14,72m)¹⁰⁸. Na Mouraria, as políticas urbanas parecem não estar incluídas nestas primeiras reformas da cidade, até porque, no período entre meados do século XI e a primeira metade do século XIII a cidade começou a desenvolver-se para lá do legado islâmico, deixando as comunas mouras e judaicas à margem dessa evolução. Helder Carita, ao estudar precisamente essa época de transição entre as estruturas islâmicas e os primeiros modelos urbanísticos do cristianismo, antes de se debruçar sobre o modelo urbano Manuelino¹⁰⁹, explica que a descontinuidade islâmica deu lugar a uma nova continuidade espacial *crístã*, a novas estruturas axiais que se desenvolvem do centro para fora, dando origem à primeira expansão da cidade. A intensa actividade eclesiástica que se regista nestes séculos, em conjunto com a rápida construção de novos templos cristãos e a fundação de novas paróquias, e ainda com a inactividade régia, esta mais preocupada em aumentar a área do reino, ao mesmo tempo que o defendia e povoava, criou novos núcleos urbanos à volta dos edifícios religiosos, as novas referências da cidade, espalhados por todas as colinas,

106 Oliveira e Viana determinam, na sua obra a largura de um passadiço “*que não atingia os três metros*”, com base num relato de aforamento do livro 1 da Estremadura, Leitura Nova folhas 177 e 178.

107 Alves, Adalberto - *Em Busca da Lisboa Árabe*, Clube do Coleccionador dos Correios, Lisboa, 2007, p. 129 .

108 Proença, Sérgio - *A diversidade da rua na cidade de Lisboa - Morfologia e morfogénese*, Dissertação de doutoramento apresentada na Faculdade de Arquitectura da UL, Lisboa, 2014, p. 65.

109 Carita, Helder - *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna (1495-1521)*, Livros Horizonte, Lisboa, 1999.



18 Balcões à entrada da Rua do Capelão, alguns apoiados em prumos de madeira. Arquivo Fotográfico CML. C. Ref.: PT/AMLSB/BAR/000079

e ligados entre si.

Entretanto, na Mouraria, os edifícios continuam “*aglomerados tão apertadamente*”¹¹⁰ como do outro lado da colina, em Alfama, dando azo à construção de inúmeros balcões apoiados em prumos de madeira que avançavam sobre as ruas, à semelhança de muitas cidades muçulmanas. “*Estas sacadas em madeira que podiam ocupar a terça parte da rua, vinham por tradição islâmica do musharabié e tinham uma forte presença em toda a cidade, hoje difícil de imaginar.*”¹¹¹. Avançavam sobre a rua, tornando-as insalubres, escuras e pouco arejadas, por vezes obstruindo a passagem de homens a cavalo. Ainda assim, tinham uma vantagem: as ruas apertadas, planeadas para climas mais quentes, lançavam sombras sobre a rua, criando um escape ao sol mediterrânico. Várias destas construções resistiram ao tempo e à tendência globalizante das leis da cidade no fim do séc. XV, talvez pelas razões expostas acima. Nos nossos dias podemos ainda observar exemplos no troço inicial da Rua do Capelão (figura 18), no Largo da Achada ou na Rua das Farinhas.

Para lá dos balcões, a estrutura das casas do bairro era em muito idêntica à maioria das casas medievais da cidade, geralmente térreas, com um piso sobradado ou a junção das duas tipologias, onde apenas uma das divisões do piso térreo se encontra sobradada. Nesses casos, a divisão comunicava geralmente com a rua ou com um quintal na parte dianteira da casa, com uma porta para a via pública. Este espaço teria funções semelhantes às de um típico pátio muçulmano, ou seria apenas o fecho de um beco, um enclaustramento da via pública tornando-a semi-privada,¹¹² comum nas demais cidades islâmicas por questões de segurança nocturna, ou em casos de conflito. De resto, os quintais seriam abundantes em todo o bairro, e, embora desconhecidas as suas dimensões, seriam grandes o suficiente para o cultivo de uma horta familiar, árvores de fruto ou um poço, completando, como já foi

110 Osberno - *Conquista de Lisboa aos Mouros (1147)*, trad. José Augusto de Oliveira, Serviços Industriais da CML, 1935, p.42.

111 Carita, Helder - *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna (1495-1521)*, Livros Horizonte, Lisboa, 1999, p. 82.

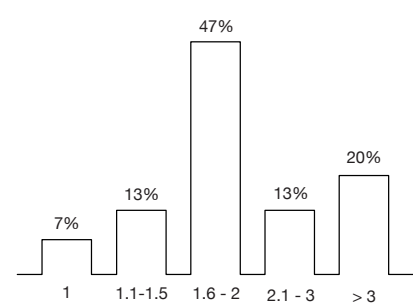
112 “*A cul-de-sac, (...) is private property owned and shared by its users.*” Hakim, Besim - *Arabic Islamic Cities - Building and Planning Principles*, Kegan Paul, Londres, 1986 p.64.

referido, as actividades económicas predominantes no bairro.

Quanto à dimensão das casas, Oliveira e Viana organizam um conjunto de documentos do século XV¹¹³ com a indicação de quinze prédios do bairro e as suas medidas em metros. A análise do rácio da figura 19 entre o comprimento e a largura dos prédios atribui uma forma alongada ou ligeiramente rectangular à maior parte das casas, sendo a casa quadrada menos comum. É curiosa a descrição do uso do tijolo em vários destes documentos, mesmo nos edifícios de maior importância, como a mesquita e a madrasa. Os documentos tendem a usar uma descrição genérica dos materiais empregues nas construções, nomeando geralmente pedra, cal, telha, madeira ou pregos. Considerando a importância da olaria no bairro, a presença de barreiros nas suas imediações, e ainda a construção tradicional do Norte de África e a arquitectura islâmica na península, o uso abundante de tijolo e cerâmicas nas construções do arrabalde seria natural e evidente. Oliveira e Viana citam “*uma casa de taipas com um sobrado e (...) uma outra construção, também de taipa, nas Olarias, ao Arrabalde Novo*”¹¹⁴

Depois de 1147, a Lisboa cristã mantém as funções gerais dos bairros da Lisboa muçulmana, como Alfama ou a Baixa. Por outro lado, aumenta o território habitado da cidade, ora com a formação de arrabaldes, com as suas feiras e comércio independente, ora com um urbanismo polarizado pelos edifícios religiosos. À medida que mais e mais igrejas pontuam a paisagem, instalam-se nas suas imediações novas populações, formando novas paróquias, novos marcos de referência na cidade. Ao mesmo tempo, o desenho urbano vai-se regularizando, ajudado pela crescente importância dada ao planeamento e à concepção.¹¹⁵ Agora desenhada com cordeamentos quer nos cheios, quer nos vazios, com a malha urbana mais ou menos ordenada, a cidade medieval vê também

19 Rácio comprimento - largura das casas e dependências



Dados: Oliveira, Luís Filipe; Viana, Mário - *A Mouraria de Lisboa no século XV*, in *Arqueologia Medieval*, Edições Afrontamento, Mértola, 1993, p. 196

113 Oliveira, Luís Filipe; Viana, Mário - *A Mouraria de Lisboa no século XV*, in *Arqueologia Medieval*, Edições Afrontamento, Mértola, 1993, p. 197. O quadro encontra-se duplicado nos anexos deste documento na página 205.

114 Idem, p. 196.

115 Proença, Sérgio - *A diversidade da rua na cidade de Lisboa - Morfologia e morfogénese*, Dissertação de doutoramento apresentada na Faculdade de Arquitectura da UL, Lisboa, 2014, pp. 71-76.

uma progressiva racionalização com as ruas novas e as ruas direitas, que Sérgio Proença sistematiza nos parágrafos seguintes:

“A rua nova consiste na formalização de um novo conceito espacial urbano, um eixo polarizador da vida cívica e comercial. Funcionalmente encontramos raízes no souk árabe, porém a sua materialização assume princípios de composição que reflectem os novos ideais formais medievais cristãos como a regularidade de alinhamentos e dimensões, a tendência rectilínea do traçado, a uniformização de comprimentos e larguras ou a procura por perpendicularidades na conformação de espaços. (...)”

A rua direita constitui-se como um elemento estruturador e director do crescimento urbano, directa a um ponto que serve de referência ao traçado e ao atributo toponímico que a identifica. (...) no caso de Lisboa as ruas direitas, em regra, sucedem-se criando eixos que apontam a direcção de expansão da cidade e duplamente geram e estruturam as suas áreas adjacentes. (...) Distinguem-se da rua nova por não terem o carácter singular e central desta, antes assumem um papel polarizador das funções comerciais e cívicas de um bairro ou vizinhança que acumulam com a função de canal de circulação principal e radial da cidade.”¹¹⁶

É de notar que, apesar dos passos dados em direcção a uma progressiva ortogonalização da cidade, esta continuava ainda a apoiar-se nas velhas lógicas muçulmanas. Ora leia-se a análise da vida lisboeta da baixa idade média (séculos XI a XV) feita por Iria Gonçalves:

“A vida do homem medieval passava-se preferentemente ao ar livre. (...) A rua, era por assim dizer, o prolongamento da morada (...). [As aberturas da casa medieval,] pequenas, e, para mais, só muito raramente e muito tardiamente, no século XV, protegidas por vidraças - eram as gelosias de madeira (...).”

(...)
[A] rua medieval, salvo algumas excepções, define-se, em primeiro lugar, pela sua exiguidade. É certo que, embora raramente, existiam ruas “largas” de oito, dez, doze metros, mas a grande maioria situava-se entre os dois e os seis metros e algumas delas mal atingiam um metro. Além disso, o seu traçado era, na maior parte das vezes, extremamente sinuoso (...). Os edifícios construíam-se de um lado e do outro formando reentrâncias e saliências várias, de

116 Idem, pp. 75-76.

*acordo com o avanço ou o recuo dos imóveis (...). Muito comuns por toda a parte eram as sacadas e balcões (...). Em Lisboa estavam bem regulamentados: cada imóvel podia utilizar um terço da rua, incluindo nele a beira do telhado; reservava-se igual espaço para o que, do outro lado, o enfrentava e só o terço restante se guardava, para continuar aberto. (...) Se de ambos os lados da via, os edifícios tivessem o mesmo proprietário, este podia uni-los, lançando um sobrado entre os dois. (...) Eram os passadiços, tão vulgares na Idade Média.*¹¹⁷

Se até ao século XV, como afirmado pela autora, a Lisboa Medieval fazia uso do passadiço, do balcão e da adufa numa linguagem não tão diferente assim da usada em *Al-Uxbuna*, com o reinado de D. Manuel a cidade assiste a uma progressiva regularização do espaço urbano, a par com uma significativa transformação social que terminam decididamente a metamorfose da Lisboa muçulmana para a cristã. Apartado de todos estes desenvolvimentos, o arrabalde mouro perpetua a forma da cidade muçulmana no seu espaço, pondo de parte as *Ruas Novas* e as suas dimensões arejadas, adaptando a ideia das *Ruas Direitas* à sua maneira, dirigindo-as para os becos da Amendoeira, fazendo uso continuado dos pátios muçulmanos, como ainda os há na Rua de São Pedro Mártir, ou abraçando antes as balcoadas do Largo da Achada ou da entrada da Rua do Capelão.

À margem das posturas municipais e da organização urbana, o arrabalde mouro de Lisboa consegue ainda assim ter uma participação activa na cidade. Nesta matéria, é importante a atribuição tardia do foral mouro às populações de Lisboa, Palmela e Alcácer, até 1170 misturadas com a demais população cristã. O regime de tolerância e protecção oferecido aos *mouros do rei* foi um ponto de partida para as relações quotidianas que se vieram celebrar na Rua do Benfornoso entre mouros e cristãos. O património azulejar português teve no Bairro das Olarias uma casa e uma escola, beneficiando da constante troca de saberes de duas culturas diferentes. Ficam para o presente a toponímia, a fábrica Viúva Lamego, e as primeiras casas de tijolo de Lisboa, mas também a continuada e próspera convivência entre gentes de diferentes credos e tradições.

117 Gonçalves, Iria- *Posturas Municipais e vida urbana na baixa Idade Média: o exemplo de Lisboa*, Sep. de: Estudos Medievais, 7, Porto, 1986, pp. 156-158.

Que Judeus e Mouros se saiam destes Reynos, e nom morem, nem estem nelles. Porque todo fiel Christão sobre todas as cousas he obriguado fazer aquellas que sam serviço de Nosso Senhor, acrecentamento de sua Sancta Fee Catholica, e a estas nom soamente devem pospoer todos os guanhos e perdas deste mundo, mas ainda as próprias vidas, o que os Reys muito mais inteiramente fazer devem, e sam obriguados, porque per Jesu Christo Nosso Senhor sam, e regem, e delle recebem neste mundo maiores merces, que outra algua pessoa, polo qual sendo Nós muito certo, que os Judeus e Mouros obstinados no ódio da Nossa Sancta Fee Catholica de Christo Nosso Senhor, que por sua morte nos remio, tem cometido, e continuadamente contra Elle cometem grandes males, e blasfêmias em estes Nossos Reynos, as quaes nom tam soamente a elles, que sam filhos de maldiçam, em quamto na dureza de seus corações estiverem, sam causa de mais condemnaçam, mas ainda a muitos Christãos fazem apartar da verdadeira carreira que he a Sancta Fee Catholica; por estas, e outras mui grandes e necessarias razões, que Nos a esto movem, que a todo Christão sam notorias e manifestas, avida madura deliberaçam com os do Nosso Conselho, e Letrados, Determinamos, e Mandamos, que da publicaçam desta Nossa Ley, e Determinaçam até per todo o mez d'Outubro do anno do Nascimento de Nosso Senhor de mil e quatrocentos e noventa e sete, todos os Judeus, e Mouros forros, que em Nossos Reynos ouver, se saiam fóra delles, sob pena de morte natural, e perder as fazendas, pera quem os acusar. E qualquer pessoa que passado o dito tempo tiver escondido alguu Judeu, ou Mouro forro, per este mesmo feito Queremos que perca toda sua fazenda, e bens, pera quem o acusar, e Roguamos, e Encomendamos, e Mandamos por nossa bençam, e sob pena de maldiçam aos Reys Nossos Socessores, que nunca em tempo aluu leixem morar, nem estar em estes Nossos Reynos, e Senhorios d'elles, ninhuu Judeu, nem Mouro forro, por ninhua cousa, nem razam que seja, os quaes Judeus, e Mouros Leixaremos hir livremente com todas suas fazendas, e lhe Mandaremos pagar quaesquer dividas, que lhe em Nossos Reynos forem devidas, e assi pera sua hida lhe Daremos todo aviamento, e despacho que comprir. E por quanto todas as rendas, e dereitos das Judarias, e Mourarias Temos dadas, Mandamos aas pessoas que as de Nós tem, que Nos venham requerer sobre ello, porque a Nós Praz de lhe mandar dar outro tanto, quanto as ditas Judarias, e Mourarias rendem.

*El-Rei D. Manuel I
Vila de Muge
5 de Dezembro de 1496*

CAPÍTULO TRÊS

A MOURARIA QUE JÁ NÃO O É

1496 - 1775

*A transição religiosa da Mouraria, as suas influências na forma urbana.
As grandes construções e a inclusão do bairro no resto da cidade. As
influências islâmicas e as novas infra-estruturas.*



20 Lápide funerária com inscrição árabe. Calcário. Sécs. XIII-XIV. Proveniente do sub-solo da Praça da Figueira. *Museu da Cidade*. Fonte: *O Livro de Lisboa*, dir. Irisalva Moita, Livros Horizonte, Lisboa, 1994, p. 43.

D. Manuel I subiu ao trono a 27 de Outubro de 1495, herdando uma situação difícil. A expulsão dos judeus de Castela e Aragão em 1492 colocou o país no foco. Os judeus olharam para Portugal como um reino pacífico e progressivo, onde há muito não se registavam perseguições religiosas. Ao predecessor de D. Manuel, D. João II, foram oferecidas avultadas somas para que deixasse entrar os judeus vindos do país vizinho, deixando o monarca numa posição complicada: se por um lado, o aumento da população judaica no reino traria certamente conflitos de natureza económica, social, religiosa e étnica, por outro seria lamentável pôr de parte uma avultada oferta monetária. D. João II permitiu então a passagem da fronteira, ao custo de oito cruzados por cabeça, com a condição de que não se quedassem no reino por mais de oito meses. Nestas premissas, entraram no país cerca de cinquenta mil judeus, que, cumprindo o acordo, com algumas excepções, abandonaram o país após o período de tempo acordado.

D. Manuel iniciou o seu reinado com a libertação dos judeus cativos. Porém, um ano depois, este povo enfrentava a expulsão. O sonho da unificação da península e a possibilidade de casamento com D. Isabel de Castela, quase herdeira do reino deixou D. Manuel à mercê dos pedidos dos monarcas castelhanos, que exigiram a imediata expulsão dos judeus. Sem mais opções, D. Manuel consentiu. A 5 de Dezembro de 1496 foi emitido o édito transcrito na página anterior, dando aos judeus - e aos muçulmanos também, por arrasto - menos de um ano para que, teoricamente, se fossem do reino. Em Abril de 1497, seis meses antes da data limite, D. Manuel ordenou que todas as crianças com menos de catorze anos fossem impedidas de abandonar o país. Evidentemente, esta proibição era um convite à conversão generalizada, preferindo muitas famílias o baptismo forçado à cruel consequência de perder filhos e bens. Nasceram assim os cristãos novos e uma sucessão de tumultos e conflitos a nível nacional.

Entretanto, na Mouraria de Lisboa, o processo de expulsão iniciou-se com o desmantelamento da estrutura comunal, com todos os seus edifícios públicos a serem doados, pelo monarca, ao Hospital de Todos-

os-Santos. A mesquita grande e as suas propriedades, a cadeia, as lápides do almocavar (figura 20) e vários bens do bairro passaram para as mãos da instituição “*em troca de dois padrões do valor de 40.000 rs., que lhe havia atribuído.*”¹¹⁸

O almocavar foi dessacralizado e a sua propriedade, também do Hospital, cedida a particulares para aproveitamento das oliveiras. Com a excepção das “*campas e cabeceiras dos dictos jaziguos por que a pedra dellas temos [D. Manuel] dada e aproveda pera a fabrica do esprittall de Todollos Santos da dicta çidade*”¹¹⁹

Quanto à mesquita, foi, em Abril de 1498, emprazada a um casal. Mais tarde, em 1511, o rei faz uma doação “*à Catharina de Christos e a suas irmãs freiras da terceira ordem de S. Francisco, a fim de erigirem casa de oratorio, com seu altar, onde se dissesse missa, sob invocação e Nossa Senhora da Annunciada, sendo mais obrigadas a fazer todos os dias oração por el-rei e seus sucessores*”¹²⁰ Pela descrição de Sousa Viterbo (figura 21):

*“O mosteiro da Annunciada teve o seu primitivo fundamento no lugar onde os mouros de Lisboa vinham fazer as suas preces ao Deus que elles adoravam sob o nome Allah. Frei Luis de Sousa, com a intolerancia de um fanatico, impropria de um espirito tão esclarecido e de um escriptor tão delicado, designa a extincta mesquita com o titulo affrontoso de cova de ladrões. Devidamente purificada, a destinou D. Manuel a recolhimento de umas boas mulheres chamadas Beatas da Terceira Ordem do Seraphico P. S. Francisco, mas sem clausura, nem obediencia certa de prelado.”*¹²¹

As obras de conversão de mesquita para convento iniciaram-se três meses depois da doação, a 18 de Dezembro, e rapidamente foram as freiras de São Francisco ali instaladas. Passados, porém, quatro anos, as primeiras habitantes do convento cederam o seu lugar às freiras dominicanas, que trocaram com os frades de Santo Antão, que celeremente cederam o seu



21 A ermida da Anunciada. Construída nos limites da antiga cerca do Colejinho, está hoje incluída no edifício do Teatro Tabor, não tendo sido, no entanto, abrangida pelo projecto de reabilitação. Foto SIPA: 00179896

118 Barros, Filomena - *A comuna muçulmana de Lisboa*, Hugin, Lisboa, 1998, p.152.

119 Idem, p. 152.

120 Idem, p. 153.

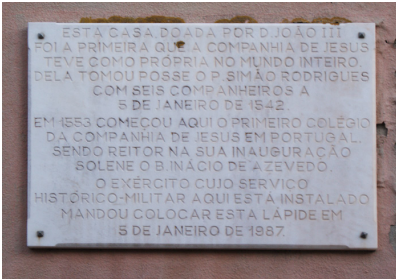
121 Viterbo, Sousa - *Ocorrências da vida mourisca*, in *Archivo Historico Portuguez*, vol. V, Lisboa, 1907, p. 85.



CAPÍTULO TRÊS: A MOURARIA QUE JÁ NÃO O É



22 O Hospital de Todos os Santos e a Igreja de São Domingos, com o bairro da Mouraria como pano de Fundo. Desenho à pena de Francisco Zuzarte, "Rossio antes do Terramoto. 1787, Coleção Celestino da Costa.



23 Lápide comemorativa colocada em 1987 na fachada do antigo Convento, na Rua Marquês de Ponte de Lima. Fotografia da autora.

lugar aos jesuítas, e finalmente estes últimos trespassaram o convento para os frades da Graça, que lá se quedaram até à extinção das ordens religiosas. Entre todas estas trocas, o convento da Anunciada teve um papel relevante na história religiosa portuguesa: o padre Simão Rodrigues, zeloso apoiante de Ignacio de Loyola, e fundador do colégio da Companhia de Jesus em Coimbra, viu a potencial influência que a companhia poderia ter perto da corte, em Lisboa. A constante partida de naus com destino ao extremo oriente, para onde a *“Companhia estendia as suas vistas prescrutadoras (...), onde tanto devia alargar o seu domínio”*¹²² seria certamente vantajosa, levando a um acordo do padre com os frades de Santo Antão, tendo estes entregue o convento aos jesuítas a 5 de Janeiro de 1542. O colégio de Santo Antão entrou rapidamente em funcionamento, atraindo as classes mais abastadas, e acumulando um grande número de estudantes. O exponencial crescimento da companhia levou, em 1593, à expansão e à cedência aos frades da Graça, levando os primeiros com eles o nome do patrono, distinguindo o *Coleginho* da Mouraria como Santo Antão o velho, e o novo lugar, do outro lado do vale, como Santo Antão o novo, hoje o hospital de São José. Não obstante, o Coleginho de Santo Antão o Velho ficou na história dos jesuítas como *“o seu primeiro domicílio em Portugal, e talvez a primeira Casa que a Ordem teve no mundo”*¹²³ (figura 23), um dos lugares onde São Francisco Xavier residiu temporariamente, em 1541, e o lugar que guarda as cinzas do poeta brasileiro Frei José de Santa Rita Durão.

Em 1784 foi aqui refundado um colégio de Santo Agostinho, mas, em 1830, chegou ao convento a Missão Portuguesa, fundada por jesuítas franceses em 1829. Com a chegada dos liberais a Lisboa, em 1833, o Coleginho foi invadido, tendo-se os padres e noviços refugiado no Palácio da Rosa durante um mês, por caridade da Marquesa de Ponte de Lima, até partirem para Génova.¹²⁴ No último século foi sede da Comissão de Estudos para as Campanhas de África, sede do serviço Histórico-Militar do Exército, e finalmente, com a demolição, em 1949, da Igreja de Nossa Senhora do Socorro para a construção da nova

122 Idem, pp. 86-87.

123 Idem, p. 87.

124 Santana, Francisco; Sucena, Eduardo (dir.) - *Dicionário da História de Lisboa*, Carlos Quintas e Associados, Lisboa, 1994, p. 860.

Praça do Martim Moniz e alargamento da Rua da Palma, transferiu-se a sede da Paróquia do Socorro para a Igreja de Santo Antão O Velho, onde se mantém até à actualidade.

A enfadonha história dos onze diferentes proprietários da actual Igreja de Nossa Senhora do Socorro aqui descrita serve apenas o propósito de afirmar como o lugar consistentemente mais importante do bairro no correr do tempo. A forma que este lugar tomou noutros tempos não é clara na história: o sismo de 1755 destruiu o edifício da Companhia de Jesus, mas a sua reconstrução iniciou-se rapidamente. O edifício que hoje conhecemos data de 1764, e os azulejos dos séculos XVII e XVIII. Enquanto proprietário, o Serviço Histórico-Militar do Exército levou a cabo extensos trabalhos de restauro, nomeadamente no claustro interior, no convento primitivo, e na igreja anexa.¹²⁵

Entretanto, na baixa da cidade, a Ribeira afirmou-se como centro económico e burguês de Lisboa, com a mudança da corte da alcáçova para a beira rio, em 1498. Com o aumento da procura, e consequentemente, das rendas na baixa da cidade, as classes mais desfavorecidas foram empurradas para lá do centro comercial, criando novos bairros populares. Alfama, e também a Mouraria, vão se afirmando como os lugares das classes operárias, o primeiro como o bairro dos marinheiros e dos trabalhadores fabris e o segundo albergando as actividades já ali importantes nos séculos passados, como o fabrico de cerâmicas e os lagares. Já sem a população moura, instalou-se no arrabalde uma nova população, fervorosamente cristã, “*enchendo-o de templos, de ermidas, de procissões e nichos, com seus cultos e devoções*”¹²⁶(figura 24).

O primeiro dos templos, mandado erguer pelos bombardeiros de Lisboa, chegou em 1505, oito anos após a extinção da comuna, em honra de São Sebastião, seu padroeiro e advogado da peste. Em 1570, neste mesmo lugar, realiza-se a primeira procissão de Nossa Senhora da Saúde, pelo fim de um surto de peste que assolara a capital, que cresceu

¹²⁵ Ibidem.

¹²⁶ Ribeiro, Victor - *A Mouraria in Serões, Revista Mensal Ilustrada*, Série II, vol. IV, Lisboa, 1907, p. 255



24 Novos grandes edifícios na Mouraria do século XVI, escala 1:5000. 🕒

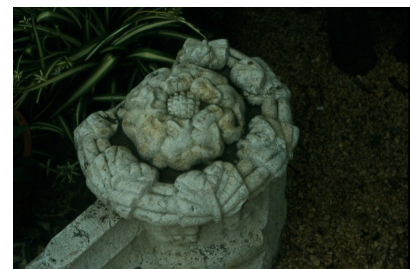
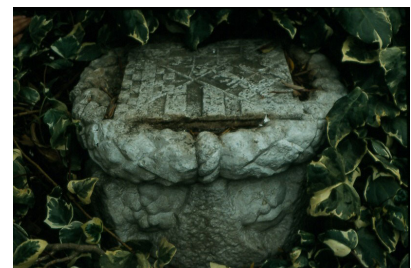
para se tornar, ainda hoje, a maior procissão da cidade. A partir de 1661, a ermida passou a designar-se propriamente como Nossa Senhora da Saúde, albergando também a imagem da santa, que até ali estaria guardada no Colégio dos Meninos Orfãos.

Também com o flagelo surgiram nas redondezas devoções a São Cristóvão, São Roque e São Sebastião, mas a peste não terá sido o principal catalizador da mudança no bairro. De facto, ao longo do século XVI, a construção de novos templos católicos assim como de grandes edifícios nobres alterou consideravelmente a percepção urbana da Mouraria. O desmantelamento da comuna moura tornou possível a aplicação dos modelos urbanos cristãos abordados no capítulo anterior, e a construção de seis novos edifícios satélite alterou sobremaneira a vivência do bairro, trazendo novas gentes, rotinas e tradições.

Para lá do Coleginho de Santo Antão e da Ermida de São Sebastião, é construído, em 1519, o convento de Nossa Senhora da Rosa, paredes meias com a Igreja de São Lourenço, esta datando de 1258 ou 1271. Acolheu freiras dominicanas até 1670, quando um incêndio consumiu parte do edifício, tendo o resto caído em ruínas com o sismo de 1755. No seu lugar existe actualmente um edifício de arquitectura residencial marcadamente pombalina, datando provavelmente de meados do século XVIII. No jardim é possível encontrar ainda diversos vestígios do convento da Rosa, como “*arcos inteiros, aduelas de arcos, chaves de abóbodas, vãos integrais*”¹²⁷ (figura 25).

No século XVII, a construção do Palácio da Rosa em terreno contíguo ao convento e assente sobre parte da cerca Fernandina, desenvolve uma articulação com a igreja de São Lourenço, onde já existiriam umas casas e um edifício do século XV. O palácio desenvolve-se à volta de um pátio central, enquanto que a igreja se liga ao edifício através de uma tribuna lateral. A aquisição por parte da CML em 1970 e obras de restauro nesse período realizadas, decorrentes da avançada degradação do edifício,

127 CML - Edifício no Largo da Rosa, 6 (Vestígios do Antigo Convento da Rosa). Disponível em: <<http://www.cm-lisboa.pt/equipamentos/equipamento/info/edificio-no-largo-da-rosa-6-vestigios-do-antigo-convento-da-rosa>>. Consultado a 26 de Janeiro de 2016.



25 Vestígios arqueológicos do Convento da Rosa. Fotografias de Paulo Pereira

“puseram a descoberto, no seu subsolo, vestígios da época muçulmana e da primitiva igreja medieval.”¹²⁸. Actualmente, o edifício, classificado como Monumento de Interesse Público desde 2012, é propriedade de uma empresa de empreendimentos turísticos. Aguarda, há já largos anos, a transformação num hotel de charme.

Em 1539, foi construída, pela mão do Conde de Castanheira, a casa que daria origem, em 1697, ao Palácio do Marquês de Tancos, na rua homónima, até 2007 a sede da Companhia de Dança de Lisboa, que nesse ano abandonou o palácio por se encontrar em avançado estado de degradação. Foi vendido pela CML em 2014.

O Colégio dos Meninos Orfãos, por sua vez, existia já desde 1273, fundado pela Rainha D. Brites, mulher de D. Afonso III, mas foi refundado e reformado em 1549, sob a invocação de Nossa Senhora de Monserrate, e albergando trinta crianças pobres que seriam preparados para missões religiosas em África e no Brasil, também pela mão da companhia de Jesus. Corria o ano de 1758 quando a companhia deixou a administração do edifício. Depois desta data, o edifício albergou um sem número de equipamentos públicos, e é agora centro de dia, mas também já foi, até 2014, esquadra da PSP. É Imóvel de Interesse Público desde 1986. Os quarenta e um painéis setecentistas com cenas do Antigo e Novo Testamentos atribuídos a Domingos de Almeida são uma das obras primas do património azulejar da cidade.

Ainda no século XVI, iniciou-se a construção da igreja de São Sebastião da Mouraria, rebaptizada, em 1646, de Nossa Senhora do Socorro (figura 26). Com a alteração do nome da igreja, alterou-se também o nome da freguesia do bairro, que até 1596 fazia parte da extensa freguesia de Santa Justa, que funcionava, desde as suas origens na reconquista, como um aglomerado de todos os bairros extra muros, em parte

128 CML - *Palácio da Rosa, incluindo a Igreja de São Lourenço e toda a área de jardim*. Disponível em: <www.cm-lisboa.pt/equipamentos/equipamento/info/palacio-da-rosa-incluindo-a-igreja-de-sao-lourenco-e-toda-a-area-de-jardim>. Consultado a 26 de Janeiro de 2016.

populares, agrupando-os de forma a que se inserissem na cidade¹²⁹. A sua desagregação, um século após a expulsão dos mouros, deu origem à freguesia de S. Sebastião da Mouraria, observando-se, finalmente, a integração do antigo arrabalde mouro (e também das três Judiarias) na cidade, agora de cara lavada, com uma nova população, novos templos, novos palácios, e uma nova estrutura espacial. É neste período que ocorre a primeira extrapolação do bairro para fora do limite dos arrabaldes. Eduardo Sucena nota: “*a Mouraria seiscentista tinha já absorvido toda a área confinante, só em parte edificada, para sul até ao Poço do Borratém/ traseiras de S. Domingos e, para poente, até à Rua da Palma.*”¹³⁰

Ao mesmo tempo que as casas iam passando para o domínio cristão, as que estariam em pior estado iam sendo remodeladas, particularmente as construções de madeira, com três, quatro ou cinco pisos, que acabaram por ser destruídas, incendiadas ou objecto de sucessivas reconstruções.¹³¹ É particularmente neste momento que começam a aparecer as legislações urbanas que iniciam uma tendência standardizante na cidade. Com a provisão de 17 de Junho de 1499 surge a primeira norma de demolição de todos os balcões e balcoadas da cidade, afirmando: “*...que se não use do foral e Capitulo que falla nas sacadas que se fazem nas cazas q possão tomar a terça parte da rua...*”¹³², tornando obrigatória a fachada direita em todas as novas construções. Ao mesmo tempo, a reconstrução de um edifício obrigava à alteração da fachada, eliminando os balcões - “[as casas]...*velhas que são feitas querendoas correger seos donos se não possam fazer e ante se desfiação de todo e se faça parede direita sob pena (...) de vinte cruzados...*”¹³³ - e alterando radicalmente a estrutura do edifício,



26 A Igreja do Socorro e a Rua de São Lázaro, antes das demolições do Martim Moniz. Fotografia de Eduardo Portugal, anterior a 1949. Abaixo, é visível a fachada do Teatro Apolo. Arquivo fotográfico CML. C. Ref.: PT/AMLSB/POR/019589

129 Segundo José Albertino Rodrigues: “*Esta zona [Santa Justa] se estendia a partir do Rossio a leste em direcção a Santa Bárbara e ao norte, pela Porta de Santo Antão, até o Palhavá, São Sebastião e caminho de Alvalade; todos estes bairros estavam e fase de desenvolvimento e localizados fora dos muros do século XIV.*” - Rodrigues, José Albertino - *Ecologia Urbana de Lisboa na segunda metade de século XVI*, in *Análise Social*; n.º 29, Lisboa, pp. 96-115

130 Sucena, Eduardo - Mouraria (Bairro da) in Santana, Francisco; Sucena, Eduardo (dir.) - *Dicionário da História de Lisboa*, Carlos Quintas e Associados, Lisboa, 1994, p. 589..

131 França, José-Augusto - *Lisboa: Urbanismo e Arquitectura*, Biblioteca Breve, vol. 53, Lisboa, 1980, p. 17.

132 Carita, Hélder - *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna (1495-1521)*, Livros Horizonte, Lisboa, 1999, p. 82.

133 Ibidem.



27 Balcão na casa quatrocentista do Largo da Achada. Arquivo Fotográfico CML. C. Ref.: PT/AMLSB/BAR/000110

que, se antes avançava progressivamente sobre a via, passou a deixá-la a descoberto. Finalmente, a ordenação de 10 de Agosto de 1502 vem poupar todas as sacadas - velhas e novas - de tamanho inferior a palmo e meio (33 centímetros), consolidando-as como elemento central na linguagem arquitectónica portuguesa dos séculos XVII e XVIII.

A forte presença destes elementos em toda a Lisboa e as alterações formalizadas na entrada do século XVI contribuíram para uma crescente visão racionalista da cidade. Ainda assim, a mudança não se manifestou com a mesma força na Mouraria. O grande número de balcões que ainda se observam nas ruas do bairro, muitos em edifícios dos séculos XVIII e XIX dão a entender que as ruas continuaram escuras e tortuosas, de circulação difícil, e com graves problemas de saneamento, como o indica o topónimo popular da Rua do Capelão, durante este período conhecida como Rua Suja. Aqui, os balcões sobrepõem-se piso sobre piso, aumentando sobremaneira a largura da fachada em relação ao piso térreo. Outro dos casos que escapou à legislação Manuelina (aliás, como muitos outros visíveis em Alfama, por exemplo) é com certeza a casa no Largo da Achada (figura 27), cujo balcão conta cerca de sessenta centímetros para fora da fachada.

Para lá das sacadas, de tradição islâmica¹³⁴, suspensas em grande parte dos prédios da Lisboa medieval, é curiosa a afirmação de Samuel Pepys, em 1661, no seu diário, descrevendo a abundância de adufas¹³⁵ em toda a cidade:

“Jantei com o capitão Lambert e o sogro, e falámos muito de Portugal donde ele regressou há pouco; ele disse-me (...) que não há vidros nas janelas nem os querem ter; ainda hoje os nossos mercadores troçam dum feitor inglês, recém-chegado, dizendo que o vidro seria uma

134 “Estas sacadas em madeira que podiam ocupar a terça parte da rua, vinham por tradição islâmica do musharabié e tinham uma forte presença em toda a cidade, hoje difícil de imaginar.” - Carita, Hélder - *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna (1495-1521)*, Livros Horizonte, Lisboa, 1999, p. 82.

135 “MUXARABIA top. ([hoje, p. crp., Mascarovia], Alenquer) e s.f., de مَشْرَابِيَّة (maxarabiyya), «janela saliente em rótula» - (arg.) adufa [elm. decorativo ár., em rótula, e meio prático de arejamento das casas s/ deixar passar o sol; em Portugal e no Brasil ainda se encontram exemplares em ant. construções].” - Alves, Adalberto - *Dicionário de Arabismos da Língua Portuguesa*, INCM, Lisboa, 2013, p. 669.

*boa mercadoria para enviar para lá*¹³⁶

Ainda que exageradas, as palavras de Pepys não estariam desprovidas de alguma verdade. As adufas - a par com portadas, tabelinhas e as janelas de vidro numa ou outra casa mais abastada - resguardavam grande parte das aberturas das casas da Lisboa seiscentista, remetendo a sua origem para a *Mashrabiya* islâmica, que tradicionalmente materializa a importância da privacidade nos ensinamentos do Corão. Ainda que agora regida por valores católicos, a adufa permaneceu na linguagem arquitectónica da cidade, como uma forma de resguardo visual nas ruas apertadas e um eficaz método de ensombramento. A obra de Alfredo Roque Gameiro (figura 28) é testemunha da abundância de adufas ainda no início do século XX, principalmente como resguardo nas varandas, por vezes cobrindo também janelas. Na Mouraria, encontram-se facilmente exemplos na maioria das ruas.

Para lá das fachadas, não é difícil adivinhar que a qualidade da habitação lisboeta nos séculos XVI era globalmente má e substancialmente inferior nos bairros mais antigos como Alfama ou a Mouraria. Em média, nos estreitos fogos, habitavam entre 4 e 5 habitantes¹³⁷, em prédios de andares empilhados e de pobre construção. As ruas estreitas e sujas eram ladeadas de prédios por vezes com cinco e seis pisos, onde o sol entrava com dificuldade. É de notar que, em meados do século XVI estes bairros, até aqui os lugares mais densamente povoados, se viram confrontados com um bloqueio físico. Sem espaço para mais construções nem para mais habitantes, com as freguesias entaladas umas nas outras, estas áreas populacionais rapidamente atingiram uma densidade populacional de difícil gestão, levando à sua progressiva implosão.

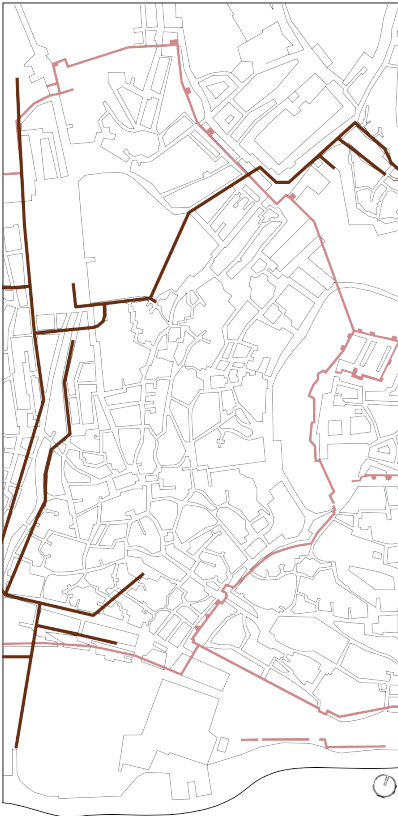
Não obstante, as habitações continuariam, por muitos séculos, voltadas para ruas insalubres, difusoras das mais variadas pragas, e frequentemente perigosas ao cair da noite. Com efeito, a sujidade da capital era constantemente mencionada em relatos de visitantes, como



28 Adufas nas varandas da rua do Benfornoso. Gravura de Roque Gameiro, no início do século XX.

136 Branco, Fernando Castelo - *Lisboa Seiscentista*, Livros Horizonte, Lisboa, 1990, p.48.

137 Rodrigues, Teresa - *Cinco séculos de quotidiano - A vida em Lisboa do século XV aos nossos dias*, Cosmos, Lisboa, 1997, p. 42.



29 Traçado aproximado dos canos de Lisboa, a partir do desenho elaborado por Salgado Barros
Escala 1:10 000

o francês Carrère, que afirma: “Cada golpe de vista, à distância do local onde estávamos, era tão belo, quanto sujo e nojento era o próprio local. Também é verdade que as ruas nunca são limpas, apesar de existir um contrato com varredores de ruas, mas que eles não cumprem”¹³⁸. Paris não seria certamente mais salubre que Lisboa, mas este não deixava de ser um discurso bastante comum entre as narrativas dos visitantes deste período. Ainda assim, a inexistência de uma rede de escoamento de lixos e abastecimento de água, aliada aos péssimos hábitos higiénicos dos lisboetas geraram uma ameaça constante de epidemias, tornando a sobrevivência diária uma tarefa árdua, particularmente nas camadas mais jovens. Segundo Teresa Rodrigues, “cerca de metade das mortes assinaladas na documentação paroquial coeva diziam respeito a crianças com menos de dez anos”¹³⁹

O tradicional *água-vai!* continuou a ser usado pelo século XVIII adentro, e ainda que no resto da Europa este já fosse um costume bárbaro, nada dissuadia os alfacinhas de deitar todo o tipo de imundícies pela janela abaixo. Com a chuva, limpavam-se as ruas inclinadas, arrastando os dejectos para a zona baixa da cidade, inundando as ruas, tornando a circulação impossível. Com o crescimento da população ao longo dos séculos, a situação só piorou. O esteiro pré-histórico, que entrava pela baixa da cidade juntava duas linhas de água: a que subia o vale da actual Avenida de Liberdade, que mais tarde se veio a tornar no *Cano Real* (substituindo o antigo *rego das imundícies*¹⁴⁰), por onde grande parte da drenagem de águas da cidade era efectuada; e o cano de Arroios, “que toma as águas do chafariz d’Arroios, e vem até á igreja dos Anjos, e abaixo do chafariz se mette por entre as hortas, [passa pela Rua da Mouraria e também por baixo do Palácio do Marquês de Alegrete] e vem á Rua dos Canos, e por dentro do mosteiro de São Domingos vem sair á Bitesga, e vae por baixo das casas da Rua da praça da Palha”¹⁴¹, onde se ligava ao Cano Real (figura 29). Pedro Azevedo nota que o lugar onde se erguia “o arco

138 Idem, p. 53.

139 Idem, p. 48.

140 Barros, António - *Os canos na drenagem da rede de saneamento da cidade de Lisboa antes do terramoto de 1755*, Cadernos do Arquivo Municipal, 2ª Série, nº 1, Lisboa, 2014 p.92

141 Idem, pp.92-93



31 As portas de São Vicente ou da Mouraria (51), da Rua Nova da Palma (52) e da torre do Jogo da Péla (53), na vista de Olissippo de Jorge Braúnio. Fonte: Braun, Georg - *Olissippo quae nunc Lisboa, ciuitas amplissima Lisitaniae, ad Tagum...*, Lisboa, 169-, reprodução da BNP, cota cc-381-a disponível em <url.pt/22208>. Consultado a 22 de Março de 2016.

do Marquês de Alegrete, em substituição da porta de S. Vicente, era cavado tão profundamente que o corpo de S. Vicente pôde no tempo de D. Affonso Henriques alli mesmo desembarcar de bordo da barca que o trouxera do Cabo do seu nome”¹⁴², embora Vieira da Silva descarte a teoria com base na constituição geológica do subsolo lisboeta.¹⁴³

Com a construção da muralha fernandina, no século XIV, o curso deste rego foi canalizado dentro da cidade muralhada, deixando, porém a zona da Mouraria ainda em vala descoberta, tendo-se posteriormente em data desconhecida encanado as águas num nível subterrâneo e aberto a Rua dos Canos da Mouraria.¹⁴⁴ Em 1625, com receio de um possível ataque inglês à cidade, para auxiliar o Prior do Crato, a cerca de Lisboa foi reparada, e, no caso dos canos da Mouraria, que na altura se abriam para o interior muralhado, foi proposta “*hua grade de ferro groça no cano real da banda de dentro do muro [da cerca], defronte da rua dos Canos*”¹⁴⁵.

Pedro de Azevedo nota a construção de uma ponte em 1562, a mesma que Vieira da Silva representa em mapa, (figura 30) afirmando que “*a necessidade d’ella não era grande, pois bastava abrir um novo cano, para que as aguas represadas em frente da muralha tivessem vasão*”¹⁴⁶. A ponte de pedra, afastada cerca de vinte metros da muralha, rapidamente foi nivelada e incorporada na Rua de S. Vicente à Guia (o actual início da Rua da Mouraria). Aquando da demolição do palácio do Marquês de Alegrete foram encontrados vestígios do arco e do pé direito da ponte.¹⁴⁷ Para lá deste cano principal na Rua da Mouraria, Pedro Azevedo nota ainda mais dois canos parciais que aqui terminam, um de princípio

142 Azevedo, Pedro A. de - *Do Areeiro á Mouraria*, in *O Archeologo Português*, vol. V, Museu Ethnologico Português, Lisboa, 1900, p. 217.

143 Silva, Augusto Vieira da - *A Cerca Fernandina de Lisboa*, vol. 1, CML, Lisboa, 1948, p. 43.

144 Idem, p. 52.

145 Idem, p. 53.

146 Azevedo, Pedro A. de - *Do Areeiro á Mouraria*, in *O Archeologo Português*, vol. V, Museu Ethnologico Português, Lisboa, 1900, p. 223.

147 Silva, Augusto Vieira da - *A Cerca Fernandina de Lisboa*, vol. 1, CML, Lisboa, 1948, p. 57.

desconhecido, que sobe a Rua dos Cavaleiros, e outro que desce a Rua do Capelão, desde o mosteiro de Santo Antão o Velho (figura 29).

Pouco antes de 1562 foi aberto um novo postigo na cerca Fernandina, a porta da Rua Nova da Palma, ao mesmo tempo que se desenhou a rua homónima.¹⁴⁸ O aumento do trânsito na zona Norte de Lisboa - vale a pena lembrar que o trajecto da Rua do Benfornoso seria um dos pontos de entrada da cidade desde o período Romano - tornou necessária uma nova abertura entre as portas de São Vicente e de Santo Antão. A porta em questão era uma simples abertura na muralha, com portas de madeira.¹⁴⁹ Com o terramoto de 1755, a estrutura foi demolida, mas para a posteridade ficou a sua representação na vista de *Olissipo* na obra de Georg Braun, *Civitates Orbis Terrarum* (figura 31). Quanto à rua que dá o nome à porta, diz Vieira da Silva¹⁵⁰ que esta foi traçada pragmaticamente sob ordem do Mosteiro de São Vicente de Fora, que no século XVI possuía naquela zona uma extensa horta, com dezoito habitações, aforadas a um casal, uma Francisca Coelha, e um João de Palma. Com vista a fazer render o terreno, em 1554, o mosteiro ordenou a estes dois a construção de mais trinta casas e uma rua que passasse pelo meio da horta. Note-se que o relato de Vieira da Silva difere sobremaneira da descrição feita por Pedro Azevedo. Segundo este último:

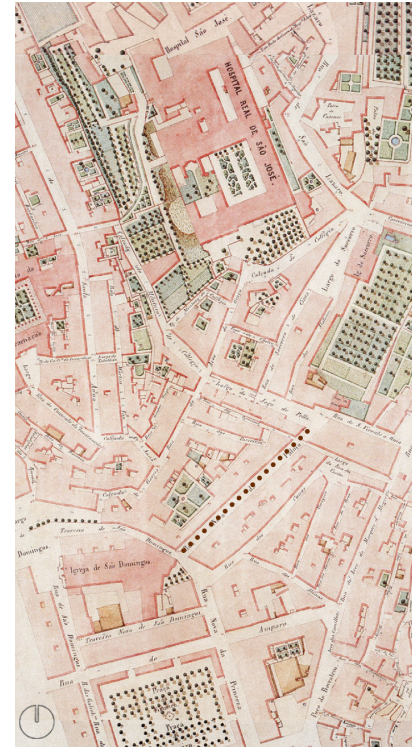
*“Augmentando o transito, resolveu a camara abrir uma nova rua no valle rompendo-se, como já atrás fica notado, a muralha. A rua nova recebeu o nome de Rua Nova da Palma, não querendo dizer esta denominação que houvesse uma rua anterior chamada da Palma. Quanto ao termo Palma não consta houvesse precisamente por onde foi traçada a nova via de comunicação ermida nenhuma assim chamada;”*¹⁵¹

148 Azevedo, Pedro A. de - *Do Areeiro á Mouraria*, in *O Archeologo Português*, vol. V, Museu Ethnologico Português, Lisboa, 1900, p. 261.

149 Silva, Augusto Vieira da - *A Cerca Fernandina de Lisboa*, vol. 1, CML, Lisboa, 1948, p.58.

150 Idem, p. 58.

151 Azevedo, Pedro A. de - *Do Areeiro á Mouraria*, in *O Archeologo Português*, vol. V, Museu Ethnologico Português, Lisboa, 1900, p. 261.



32 A castanho, a Rua Nova da Palma na cartografia de Filipe Folque. Para referência, no topo da imagem é possível ver a ainda existente Rua de São Lázaro, e o Hospital de São José. Escala 1:5000



33 A sul, a planta em calçada da antiga Porta da Mouraria, em 2011. Desenho de Eduardo Nery.



34 Inscrição comemorativa da construção da cerca Fernandina. Fotografia de Ferreira da Cunha, 1950. Arquivo Fotográfico CML. C. Ref.: PT/AMLSB/FEC/000003

Independentemente dos relatos, a Rua *Nova* da Palma manteve este desenho (figura 32) até 1858¹⁵², altura em que foi prolongada até ao Largo do Intendente, como se verá adiante. Entretanto, em 1674, a porta de São Vicente passou a arco, sendo alargada o suficiente para que dois coches conseguissem passar, passando assim a ajudar na distribuição do tráfego de saída da cidade, a par com o postigo da Rua Nova da Palma.¹⁵³

Sobre esta porta - hoje desaparecida mas ainda celebrada na calçada portuguesa (figura 33) - convém aqui esclarecer a sua história. A sua primeira denominação terá sido exactamente *São Vicente*, afirmando Vieira da Silva que a designação estaria ligada às acima mencionadas hortas, propriedade do Mosteiro de São Vicente de Fora¹⁵⁴. Não será porém descabido ligar o nome ao próprio Santo e ao relato popular - ainda que não historicamente preciso - sobre a chegada do seu corpo a Lisboa, também já referida. A agora Rua da Mouraria, teria também a designação de *Rua direita da porta de São Vicente*.¹⁵⁵ Segundo Pedro de Azevedo, a primeira referência à troca de nome - da rua e da porta - de *São Vicente* para *Mouraria* aparece, curiosamente, em 1545, já depois da expulsão, e a vista de Olisipo lista a Rua da Mouraria como “*Porta que vulgo dicitur da mouraria*”¹⁵⁶. Em 1674 faz-se então o alargamento da porta e, mais tarde em 1694, o Palácio do Marquês de Alegrete desenha-se ao seu lado, emprestando-lhe o nome. É também por esta altura que é reentalada no arco a inscrição medieval comemorativa da construção da cerca Fernandina (figura 34), que hoje está encastrada no número 16 da Rua da Mouraria. A título de curiosidade, a figura 35 mostra uma das suas localizações, assim como uma perspectiva sobre os edifícios em 1862.

152 Silva, Augusto Vieira da - *A Cerca Fernandina de Lisboa*, vol. 1, CML, Lisboa, 1948, p. 60.

153 Idem, p. 43

154 Idem, p. 42.

155 Azevedo, Pedro A. de - *Do Areeiro à Mouraria*, in *O Archeologo Português*, vol. V, Museu Ethnologico Português, Lisboa, 1900, p. 262.

156 Braun, Georg - *Olisippo quae nunc Lisboa, ciuitas amplissima Lisitaniae, ad Tagum...*, Lisboa, 169-, reprodução da BNP, cota cc-381-a disponível em purl.pt/22208. A vista de Olisippo consta dos anexos deste documento, na página 207.

A construção do Palácio do Marquês de Alegrete veio alterar sobremaneira forma urbana na entrada da Mouraria, especialmente por deitar por terra um pedaço considerável da cerca fernandina, “*das torres a ela pegadas e as casas dos seus avoengos*”¹⁵⁷ (figura 30). O palácio sofreu bastante com o terramoto de 1755, perdendo os dois andares superiores, tendo sido reconstruído após o desastre e adaptado a prédio de rendimento, com fins comerciais e industriais. Houve aqui um depósito de cereais, uma fábrica de refinação de açúcar e um animatógrafo. A fachada norte do Palácio abria para o Largo da Rua dos Canos, onde até ao século XVI o rego que vinha de Arroios circulava em vala aberta. Em 1932 a Câmara Municipal iniciou o processo de compra para posterior demolição do edifício, com vista a melhorar as condições de circulação da zona. A forma urbana que resultou destes trabalhos, realizados em 1946 será abordada adiante, mas é conveniente acrescentar aqui a figura 36, ilustrando o conjunto do arco e fachada nascente do edifício após a reabilitação do século XVIII.

O último dos edifícios públicos que aparece na Mouraria neste período é a Ermida de Nossa Senhora da Guia (figura 30), demolida com a extensão da Rua Nova da Palma até ao Largo do Intendente, exactamente cem anos após a sua inauguração, em 1859.

Aqui chegada, a Mouraria já não o é. De bairro de mouros para mais uma parte da cidade cristã, desmantela-se a estrutura comunal e inicia-se o processo de desenvolvimento urbano já em vigor na restante Lisboa. Neste período a área do bairro abarca já o vale de Arroios até ao sopé da colina de Santana, chegando a sul até à Igreja de São Cristóvão e a Norte, ao início da actual Rua da Palma. Aplica-se a lógica *polarizadora* que já se tinha vindo a verificar após a conquista de D. Afonso Henriques, e nascem inúmeros edifícios religiosos, para lá dos palácios e edifícios nobres, que vêm dar orientação e pontos de referência ao bairro. Na mesma lógica, vão abaixo grande parte dos balcões do edificado mouro, e medieval, mais ou menos tardio, ficando a casa do Largo da Achada para amostra. A miséria e a sujidade vão sendo cada vez mais criticadas,

¹⁵⁷ Silva, Augusto Vieira da - *A Cerca Fernandina de Lisboa*, vol. 1, CML, Lisboa, 1948, p. 51.



35 O arco do Marquês de Alegrete em 1862. Esta configuração manteve-se até ao fim do século XIX. À esquerda, a inscrição comemorativa da cerca fernandina, onde hoje está o *Salão Lisboa* Desenho de B. Lima, gravura de J. Coelho, *Archivo Pittoresco*, Vol. V, 1862, p. 377.



36 O palácio e o Arco do Marquês de Alegrete nos anos quarenta. Arquivo Fotográfico CML. C. Ref.: PT/AMLSB/MNV/000315

não só no bairro como na cidade no seu todo, e o sistema de esgotos neste período instaurado é uma primeira tentativa de resolução de um problema que ainda na actualidade está por solucionar. Para lá de palácios, igrejas e casas sem balcões, traça-se a Rua *Nova* da Palma. A história de fundação contada por Vieira da Silva deixa por explicar a origem do topónimo à luz do conceito de “*Rua Nova*” exposto por Sérgio Proença no capítulo anterior¹⁵⁸. Não obstante, pode deduzir-se que a rua aberta no século XVI terá sido central para a ligação do bairro com a restante cidade, eventualmente funcionando como eixo cívico e comercial, não certamente com centralidade dada à Rua Nova de D. Dinis, mas numa escala menor, de bairro. Na outra face da moeda surge, no entanto, a hipótese de a designação *Nova* em *Rua Nova da Palma* se extinguir simplesmente na semântica, exprimindo apenas isso, uma novidade.

Questões etimológicas aparte, o troço inaugural da Rua Nova da Palma marca um momento maior no crescimento do bairro, e as suas muitas reencarnações, nos séculos que ainda estão para vir, ligam-se a inúmeros acontecimentos na história urbana da Mouraria - uns felizes, outros infelizes.

Com o terramoto de 1755, apenas alguns dos grandes edifícios do bairro foram reabilitados, embora a maior parte deles tenha sofrido graves danos (figura 38). O restante conjunto urbano foi votado ao esquecimento na sombra do plano urbano da baixa pombalina, à semelhança de outras zonas antigas da cidade. Na Mouraria, em particular, este processo de degradação estendeu-se durante séculos, iniciando um particular período de segregação espacial¹⁵⁹.

158 Ver página 53 deste documento.

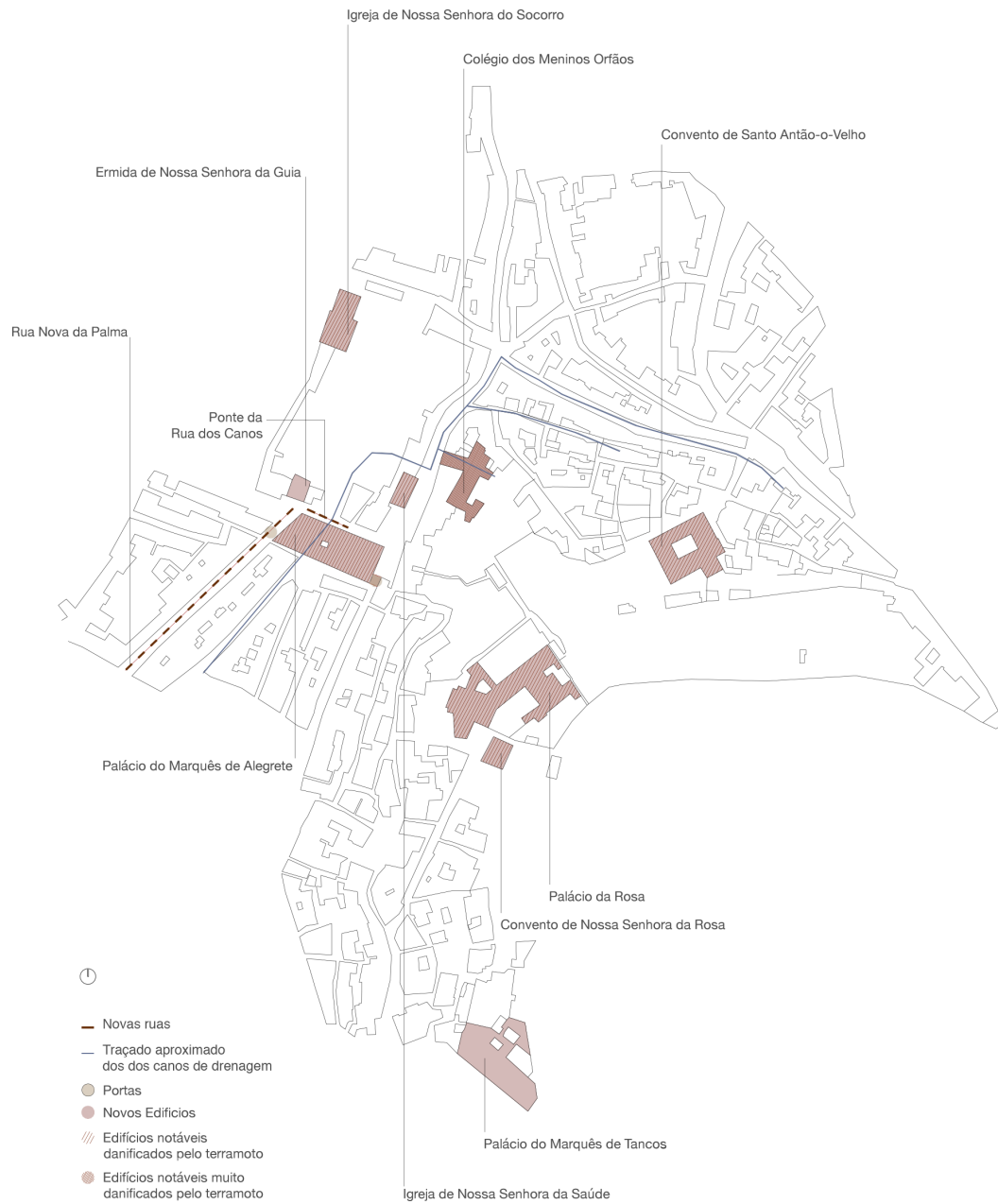
159 Menezes, Marluci - *Mouraria, entre o mito da Severa e o Martim Moniz*, Dissertação de doutoramento apresentada na FCSH -UL, Lisboa, 2011, p. 51.

CAPÍTULO TRÊS: A MOURARIA QUE JÁ NÃO O É



37 Possivelmente a fotografia mais antiga do Palácio do Marquês de Alegrete, datando de 1914. Arquivo Fotográfico CML. C. Ref.: PT/AMLSB/FAN/001685

CAPÍTULO TRÊS: A MOURARIA QUE JÁ NÃO O É



38 Mapa-síntese das grandes intervenções urbanas do capítulo. Escala 1:4000. Desenho da autora.

“Os amantes predilectos das rameiras antigas eram os marujos e os cocheiros, uns e outros mestres na arte de cantar o fado, passavam horas seguidas a cantal-o acompanhado pela antiga guitarra de escaravelhas.

E era vel-as então, alheadas de tudo; os cotovellos fincados á meza, o queixo entre as mãos, o olhar perdido no espaço, relembrando talvez equal canto ouvido ellas sabiam onde, e não era raro ver-lhes uma lagrima mais rebelde saltar-lhe dos olhos e rolando-lhe pela face ir-se sumir por entre o corpete desabotoado, na abundancia do seio.

Depois, como que um estremeção lhe sacudia os nervos e mettendo os dedos pelos cabellos gritava ao cantador como que a querer afastar ais depressa o passado que já ia fugindo no despertar do sono:

— Vá de tristezas rapazes, uma coisa alegre é que se quer. Para lagrimas basta esta vida.

E elles, como comprehendendo o que ia n'aquella alma de mulher, passavam logo para uma cantiga bréjeira e assim desapareciam os momentos tristes de ha pouco.

*Hoje já nada d'isto existe.*¹⁶⁰

160 Schwalbach, Fernando - *O Vício em Lisboa (Antigo e Moderno)*, Livraria Editora, Lisboa, 1912, pp.41-42.

CAPÍTULO QUATRO

DO TERRAMOTO À REGENERAÇÃO

1755 - 1858

Sobre o nascimento do Fado no berço da prostituição, o aumento da população da Lisboa oitocentista e as suas consequências. O “bairro popular” e as vilas operárias.



39 Amâncio e Adelaide da Facada na pintura *O Fado* de José Malhoa. 1910, Óleo sobre tela, 150 x 183 cm. Colecção museu da cidade / CML.

Não é tarefa fácil descrever a devastação em vidas humanas e património edificado e cultural perdido a 1 de Novembro de 1755. Se tragédia não cabe nestas páginas, a notável empresa da reconstrução é de igual modo uma história complexa. A catástrofe atingiu principalmente a área compreendida entre o Terreiro do Paço e o Rossio, desde a base da colina do Castelo até São Roque, mas também as zonas de Alfama até São Vicente de Fora, de Santo Antão-o-Velho até à Pena, a colina da Graça e o monte de São Gens. França nota que nestas zonas se atingiu o grau máximo (nove) da escala de Richter, conforme a análise dos estragos pelos especialistas modernos.¹⁶¹ Perderam-se dez mil pessoas, vinte mil casas, sessenta conventos, trinta e três palácios, os seis hospitais da cidade, e todo o complexo do Paço real, à beira-rio.

A reconstrução iniciou-se rapidamente: os planos começam a aparecer um mês depois, pela mão do velho engenheiro-mor do Reino, Manuel da Maia, sob a tutela de ferro do futuro Marquês de Pombal. Puseram-se cinco hipóteses sobre a mesa, e correndo o risco de transcrever uma parte da história que todos conhecem, aqui ficam elas, como conta José-Augusto França:

*“ou reconstruir Lisboa tal como ela existia na véspera do terramoto, ou corrigir os planos antigos com alargamento das mesmas ruas, ou, insistindo neste caso, também com diminuição da altura dos prédios, ou reedificar com planos inteiramente novos a parte central da cidade - ou, finalmente (e de preferência) abandonar as ruínas ao seu destino e construir uma nova cidade a poente da antiga, ao longo do rio, cerca de Belém, em zona menos sacrificada pelo terramoto.”*¹⁶²

Com a quarta hipótese escolhida, tratou-se de parcelar terrenos, definir um traçado - um esforço conjunto de Eugénio dos Santos e de Carlos Mardel, criar uma estrutura de madeira inovadora e desenhar o conjunto de tipologias de edifícios que definiu a era pombalina. Tudo isto resultou

¹⁶¹ França, José-Augusto - *Lisboa. História Física e Moral*, Livros Horizonte, Lisboa, 2008. p. 345.

¹⁶² França, José-Augusto - *Lisboa: Urbanismo e Arquitectura*, Biblioteca Breve, vol. 53, Lisboa, 1980, p. 39

numa nova capital para o país, uma cidade pensada e programada para todos os domínios: económicos, sociais, culturais e políticos.¹⁶³ Ao mesmo tempo brotam do solo um sem número de igrejas, assim como novos espaços de lazer - teatros, uma ópera, o Passeio Público - tudo com uma rapidez e eficiência que com certeza o país já não vê desde então, constituindo esta epopeia um caso de força maior no quadro da história urbana europeia. Contudo, ao mesmo tempo que uma parte da cidade renascia das cinzas, outra se quedou na sua medievalidade, em crescente degradação e em crescente aumento populacional. Esta dualidade marcou uma “*etapa fundamental*” na história da cidade, “*separando duas Lisboas - a medieval e barroca*”.¹⁶⁴

Para lá dos já mencionados palácios e edifícios religiosos que ruíram com o terramoto e rapidamente foram reconstruídos, não se pode dizer que do terramoto tenham resultado alterações significativas para a Mouraria, nem a nível urbano nem arquitectónico, já que ainda hoje se pode constatar que uma grande parte dos edifícios sejam anteriores ao século XVIII.¹⁶⁵ Contudo, é curioso observar o aparecimento de vários painéis alusivos a São Marçal, (figura 41) padroeiro dos bombeiros, como forma de protecção contra incêndios, que em 1755 acabaram por ser mais destrutivos que o próprio terramoto, queimando a cidade durante pelo menos cinco dias. Sendo que por um lado a estrutura urbana e arquitectónica permaneceu inalterada, por outro as condições de vida tenderam a degradar-se, não só devido ao peso da idade do edificado, mas também porque passados alguns anos da tragédia, a cidade reiniciou o processo de crescimento populacional, com um fluxo migratório particularmente dirigido aos bairros populares. “*De todo o reino afluía gente a Lisboa, em busca de uma vida melhor. Criados, aprendizes, trabalhadores braçais, vendedeiras, lavadeiras...*”.¹⁶⁶ A sua inclusão na cidade - não só a dos Portugueses, mas também dos estrangeiros, não seria muito diferente do que é hoje em dia. Teresa Rodrigues nota que as

163 Idem, p. 46.

164 Idem, p. 50.

165 Menezes, Marluci - *Mouraria, Retalhos de Um Imaginário*, Celta, Oeiras, 2004, p. 37

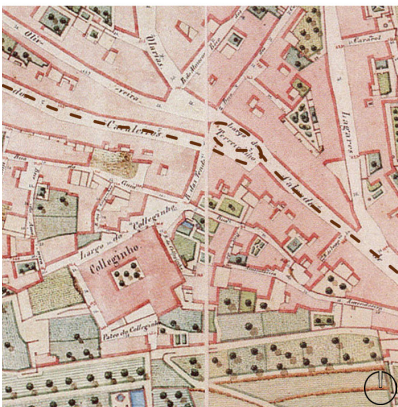
166 Rodrigues, Teresa - *Cinco séculos de quotidiano - A vida em Lisboa do século XV aos nossos dias*, Cosmos, Lisboa, 1997, p. 59.



40 A Rua das Farinhas por Roque Gameiro, no início do século XX. Na Balcoada um azulejo com São Marçal. À direita uma inscrição onde se lê “S.Mamede”.



41 O azulejo de São Marçal. Abaixo, um método de controlo de incêndios mais eficiente: a sinalização para um extintor comunitário dentro do edifício. Fotografia da autora.



42 A abertura do Largo do Terreirinho. Acima, a carta de Tinoco (Lisboa anterior ao Terramoto). Abaixo, a de Filipe Folque (1856-58). Fonte: Lisboa Interactiva.

origens dos migrantes se ligavam intimamente com o lugar que viriam a ocupar na cidade, tendência que ainda hoje ocorre frequentemente. O número de indígenas diminuía substancialmente nas zonas da Mouraria, de Alfama e nas periferias próximas, como Alcântara, Beato, Olivais ou Santa Isabel, considerando que nestas áreas as rendas estariam mais dentro das posses destas *muitas e desvairadas gentes*.¹⁶⁷ Naturalmente, com a sobrelotação, as casas aumentaram perigosamente os seus pisos, os logradouros e restantes espaços verdes foram ocupados. O bairro estava mais imundo que nunca, fazendo jus ao topónimo *Rua Suja*, o nome popular da Rua do Capelão que provavelmente surgiu nesta altura. Em 1759, a situação da Freguesia de Nossa Senhora do Socorro era descrita da seguinte forma:

*(...) esta freguesia de Nossa Sn.^{na} do Socorro tem ao presente oitocentos e trinta fogos, e tres mil, e trezentas e trinta pessoas, he orago da parochia Nossa Sn.^{na} com o titullo do Socorro, tem quatro altares, a saber o altar mayor que está Nossa Sn.^{na} do Socorro, o das Almas em que está Santo André, e São Miguel, outro de Cristo crucificado, e o de Nossa Senhora da Conceição”*¹⁶⁸

Ora, uma simples divisão do número de casas pelo número de habitantes confere que, em média, havia quatro pessoas para cada um dos fogos, fogos estes que dificilmente atingiriam em média os 50 m².¹⁶⁹ No final de oitocentos, a Mouraria contava com 600 habitantes por metro quadrado, constituindo, a par com o Bairro Alto, a zona de Lisboa com maior densidade populacional.¹⁷⁰ Para agravar as contas, é de notar que foi neste período que se instalaram diversas famílias abastadas no bairro e na sua envolvente (isto é, ocupando grandes áreas com poucos habitantes) especialmente na parte norte da Costa do Castelo, juntando-se às que já habitavam o Palácio da Rosa e o Palácio Marquês de Tancos.

O aumento da densidade populacional que chegou com o século

167 Idem, p. 63.

168 Menezes, Marluci - *Mouraria, Retalhos de Um Imaginário*, Celta, Oeiras, 2004, p. 37

169 Observando o quadro de Luís Filipe Oliveira e Mário Viana, com a área dos fogos no período do arrabalde mouro nos anexos deste documento, na página 205.

170 Rodrigues, Teresa - *Cinco séculos de quotidiano - A vida em Lisboa do século XV aos nossos dias*, Cosmos, Lisboa, 1997, p. 45.

ANOS	CRESCIMENTO TOTAL	CRESCIMENTO NATURAL	CRESCIMENTO MIGRANTE
1801-1821	1,1	5,3	-4,2
1821-1841	1,2	4,8	-3,6
1841-1857	-9,9	4,6	-14,5
1857-1864	6,2	3,2	3,0
1864-1878	12,9	5,0	7,9
1878-1890	19,8	3,0	16,8
1890-1900	14,5	3,5	11,0

43 Crescimento anual médio total, natural e migratório de Lisboa entre 1801 e 1900. In Menezes, Marluci - *Mouraria, Retalhos de Um Imaginário*, Celta, Oeiras, 2004, p. 39.

XIX - particularmente na segunda metade (figura 43) - em bairros como a Mouraria, Santa Catarina ou Alfama veio alterar o quotidiano destes lugares, assim como o paradigma social em que se inseriam, passando a ser vistos como *bairros pobres*.¹⁷¹ Esta forma de olhar a cidade, distinguindo os lugares ricos dos pobres, acaba por perpetuar o estigma e segregação espacial que a Mouraria sofria desde a sua criação. Curiosamente, a identidade territorial que forçosamente foi atribuída à Mouraria não impedia o bairro de participar no fenómeno que foi a Lisboa boémia do século XIX.¹⁷²

Por esta altura, a cidade era de uma intensa vitalidade, com as suas gentes na rua, independentemente do tempo ou da ocasião. O barulho do trânsito caótico, produzido por uma diversa gama de carroças e de animais de carga, era pontuado por uma miríade de vozes apregoando os mais diversos serviços, ementas e mezinhas. As guitarradas prolongavam-se noite fora, acompanhadas ora pelas vozes de um ou outro cantando a saudade, ora pelas matilhas de cães que corriam a cidade até altas horas. O vinho jorrava das torneiras sem parar, ateando um sem número de escaramuças, crimes de paixão, mortes. As gentes da Mouraria eram protagonistas de toda esta azáfama, com...

“As casas suspeitas, os hotéis para pernoitar, com a sua tradicional lanterna de luz frouxa, os seus cantos e recantos que protegem baixas aventuras, as estalagens das lavadeiras saloias, os vendedores de elixires maravilhosos que pregam ao domingo a infalibilidade dos seus medicamentos nos largos do bairro; e ainda o formigar de gente baixa pelas ruelas da encosta, o Capelão, João do Outeiro e

171 Menezes, Marluci - *Mouraria, Retalhos de Um Imaginário*, Celta, Oeiras, 2004, p. 40.

172 Idem, p. 42

*Amendoeira, tudo nos ajuda a invocar o quadro cheio de cor deste bairro popular, onde ainda se vê nas mais sujas serventias o nicho devoto, o registo de azulejos com St.º António ou S. Marçal, e um ou outro pormenor arquitectónico dos tempos idos (...)*¹⁷³

O retrato do Guia de Portugal desenha uma perspectiva colorida e pitoresca, apagando a lixeira e a imundície da Rua Suja, difusora das mais diversas pragas e uma ajuda constante ao aumento da taxa de mortalidade. “*Nascia-se e morria-se mais cedo, e com maior intensidade*”¹⁷⁴, não só pelas brigas supra-citadas, mas principalmente pela luta diária do homem contra o meio ambiente. De facto, a Mouraria em particular viu-se a braços com um alarmante crescimento do número de óbitos, derivada das muitas gentes que ali viviam, apertadas onde já no século XVI se dizia não caberem mais casas. Cerca de metade das mortes na documentação paroquial seriam crianças com menos de dez anos. Vale a pena notar que, para além do aumento da construção nas zonas antigas do bairro (particularmente nas Ruas João do Outeiro e Mouraria), também se iniciou a construção nas áreas que até ali estavam vazias. Tanto nos terrenos envolventes à Calçada de Santo André como nos muitos logradouros disponíveis surgiram pátios e vilas operárias. A lista é longa, compilada por Marluci Menezes¹⁷⁵ e representada, em mapa, na figura 44¹⁷⁶. Embora de construção recente, as condições de vida nestes lugares não seriam as melhores. Com o virar do século, a baixa qualidade da habitação proletária veio a piorar, sendo estudados num inquérito que veio clarificar a penosa situação dos mesmos:

(...) Recintos irregulares, onde se aglomeram os vários moradores em pequenas habitações de construção defeituosa e muita limitada capacidade, húmidas por encostarem ao terreno, ou terem lojas subterrâneas. Enfim, em deploráveis condições de salubridade, mas que, pela falta que se nota em Lisboa de casas convenientes

173 Proença, Raul - *Guia de Portugal - Lisboa e Arredores*, vol. I, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1981, p. 272.

174 Rodrigues, Teresa - *Cinco séculos de quotidiano - A vida em Lisboa do século XV aos nossos dias*, Cosmos, Lisboa, 1997, p. 48.

175 Menezes, Marluci - *Mouraria, Retalhos de Um Imaginário*, Celta, Oeiras, 2004, p. 40

176 Aos dados de Menezes juntam-se a informação compilada do *Inquérito aos Pátios de Lisboa: Anno de 1902, 1903*, Imprensa Nacional, Lisboa, disponível nos anexos deste documento na página 209.



44 Mapa das Vilas e Pátios operários na zona da Mouraria, São Cristóvão e Intendente:

1. Pátio do Lima (Beco da Bombarda)
 2. Pátio Mariana Vapor (Escadas do Monte)
 3. Vila Irene (Escadas do Monte)
 4. Vila Júlia (Calçada Agostinho de Carvalho)
 5. Pátio Porçiles
(localização provável, morada: Rua de S. Lázaro 1)
 6. Vila Luz Pereira (Travessa do Jordão)
 7. Pátio do Jordão (Travessa do Jordão)
 8. Pátio das Olarias (ao largo das Olarias)
 9. Pátio do Caldas
(localização provável, morada: Rua da Guia 5)
 10. Pátio do Miguel Rodrigues (Largo da Severa)
 11. Pátio do Beco da Guia (Beco da Guia 3)
 12. Pátio do Ceitil
(localização provável, morada: Beco do Jasmim 3)
 13. Vila Almeida (à Igreja do Socorro)
 14. Pátio do Coleginho (à Igreja do Socorro)
 15. Pátio do Marquês de Castelo Melhor
(ao Palácio da Rosa)
 16. Vila Castelo (Escadinhas da Costa do Castelo)
 17. Vila do Leitão e Vila Isaura (Rua da Costa do Castelo 58)
- Não encontrados:
Vila Eduardo (sem localização)
Pátio Ramos (Largo da Achada 65)

*para operários e classes pobres e indigentes, a esses immundos recintos não lhes falta moradores e os senhorios assim folgam desalmadamente(...)*¹⁷⁷

Como sempre, a miséria e a morte - a par com a fervorosa religião - andavam de mãos dadas pelas ruas do bairro. A prostituição sempre fora actividade recorrente (desde os tempos Romanos em que os forasteiros pernoitavam na Rua do Benfornoso, às portas da cidade), mas na Lisboa oitocentista, a vadiagem, a má vida e a fadistagem tomaram um nome particular: *Maria Severa Onofriana*.

Esta mulher, cuja fama tem tanto de lenda e misticismo como de realidade, nasceu na Madragoa em 1820, e diz Pinto de Carvalho (*Tinop*)¹⁷⁸ que era filha de uma taberneira do bairro, a *Barbuda*. Passou pela Graça e pelo Bairro Alto, antes de assentar arraiais na Rua do Capelão, habitualmente frequentada “*pela marujada inglesa e portuguesa*”. A Severa, diz *Tinop* “*era um typo agradável, insinuante, uma rapariga alta, bonita, clara, graciosa, bem feita e bem posta, com olhos peninsulares que eram dois abysmos negros cheios das vertigens do infinito. Cantava e batia o fado como um fadista. Também fumava, embora, então, as mulheres da sua laia pouco fumassem em publico e á porta, onde ainda se não usavam as meias portinhas da actualidade.*”¹⁷⁹ As suas contemporâneas, não tão bonitas por sinal, chamava-as *Tinop* “*Damas (...) baixamente cotadas na Bolsa dos amores fáceis*”, teriam certamente uma vida mais difícil que a da Severa, que cedo ficou debaixo de olho do Conde de Vimioso, notável amante de fado, e que a protegeu até à sua prematura morte, aos vinte e seis anos. Segundo José Machado Pais, a estratificação social no mundo da prostituição no século XIX era claríssima:

177 *Inquérito aos Pátios de Lisboa: Anno de 1902, 1903*, Imprensa Nacional, Lisboa, pp. 5-6

178 Carvalho, Pinto de (*Tinop*) - *História do Fado*, Arquimedes, Lisboa, 2010

179 *Idem*, p. 52.

CAPÍTULO QUATRO: DO TERRAMOTO À REGENERAÇÃO

	ÁREA HABITACIONAL	ZONA DE GIRO	USOS E PADRÕES DE COMPORTAMENTO	PREÇOS	CLIENTELA
1ª CLASSE	Habitam, em geral, os 1.º andares. Outras vezes, as casas toleradas onde vivem em comum ocupam todo um prédio. Preferem as ruas da Baixa e do Chiado. Algumas casas não têm sinal exterior que as distinga e outras estão oficialmente registadas como casas de passe.	Frequentam os passeios e os teatros, onde se tornam conhecidas.	Luxo no trajar e em suas casas. Não provocam, em geral, escândalos.	De 1000 a 2250 réis.	Classes abastadas da sociedade
2ª CLASSE	Vivem geralmente em comum em ruas da Baixa, Rua Nova do Almada, algumas ruas do Bairro Alto, imediações do Chiado e Rua de São Paulo. Quase todas as casas toleradas estão em 1.º andares, com tabuinhas nas janelas. Em alguns prédios existem até 3 casas toleradas, com serventia pela mesma escada.; outras vezes são estas casas fronteiras uma à outra em ruas não muito largas ou em prédios contíguos. As meretrizes isoladas habitam quase todas em quartos alugados.	Área habitacional	Vivem com menor luxo. Provocam os homens com gestos e palavras, nas ruas e das janelas das casas que habitam.	De 240 a 1000 réis.	Classes médias e pequena burguesia.
3ª CLASSE	Aglomeram-se, nomeadamente, no Bairro Alto, Mouraria e Esperança. A Rua dos Vinagres, a Rua dos Canos e o Beco da Ricardina têm grande concorrência. Quase todas vivem isoladas em lojas, casas térreas, muitas vezes sem ar nem luz, com uma só habitação, que pagam a 300 réis diários e mais.	Provocam à porta de casa, geralmente guarnecida de uma meia porta de madeira, ou nas baiucas das vizinhanças	Pobres no trajar. Provocantes e desordeiras. Cultivam uma gíria específica e são muito supersticiosas	De 40 a 240 réis.	Classes mais pobres: operários, soldados e marinheiros.

45 "A estratificação das prostitutas nos finais do século XIX. (...) Quadro compilado fundamentalmente, de dados de Armando Gião, *Contribuição para o Estudo da Prostituição em Lisboa, Lisboa, 1891*, pp.20-27" in Pais, José Machado - *A prostituição na Lisboa boémia dos inícios do século XX*, in *Análise Social*, vol. XIX, Lisboa, 1983, p. 951.

A realidade era tal que, para uma prostituta da Mouraria fazer face ao pagamento da sua renda, teria de ter mais que sete relações sexuais diárias, isto sem contar com a personagem que delas se começa a aproveitar nos finais do século XIX - o *chulo*, que por esta altura era ora marido, ora guarda-costas, ora fadista. É necessário aqui dizer que o fado e a prostituição eram unha com carne. Como diz José Machado Pais, “o fado pode ser considerado como filho da prostituição e das baiucas. Daí que no bordel de meados do século XIX estivesse sempre uma guitarra.” O fadinho era a canção preferida dos boémios, das meretrizes e dos vadios, e fadista era, ou a mulher que se entregava à prostituição, ou o homem arruaceiro.¹⁸⁰ Eram muitas vezes perigosos, causando a maior parte dos distúrbios na noite lisboeta. No obsceno Cancioneiro do Bairro Alto, encontra-se este retrato casual do fadista lisboeta, pedindo a autora desde já perdão ao leitor pela linguagem grosseira:

*“Na tasca da putaria
Eu fiz hontem grande bulha,
Veio de lá a patrulha,
Pra o Carmo levar me queria.*

(...)

*Mas não me faz espantar,
Que tinha vinho nas tripas;
Preguei-lhe quatro chulipas
E depois toca a safar.*

*Trabalho por m'esconder,
Mas fervem já os apitos;
Soldados como mosquitos
Sobre mim vem a correr.*

*Trazem brilhando na mão
O maldicto peixe espada
Querem matar á lambada
Este fadista pimpão*

180 Pais, José Machado - *A prostituição na Lisboa boémia dos inícios do século XX*, in *Análise Social*, vol. XIX, Lisboa, 1983, pp. 940-941.

*Não me podendo safar
D'aquella grande canalha,
Puxo logo da navalha
Que não costuma falhar.*

(...)

*É certo que vou parar
C'òs ossos ao Limoeiro,
Mas também quero primeiro
Algum maroto ensinar*

(...)

*Já livre da entalação,
Donde escapei por milagre,
Na tasca do Zé Vinagre
Fui tomar o meu pifão.”¹⁸¹*

As mulheres eram tanto ou mais desordeiras que os homens. O trabalho que davam à polícia foi o suficiente para Júlio de Castilho dizer que as “*estatísticas criminais hão-de-abrir uma casa negra nos seus mapas, com o nome Mouraria.*”¹⁸² Era comum as prostitutas adoptarem frequentemente nomes de guerra, à semelhança dos homens, que encarnavam o verdadeiro espírito do fadista, o galanteador arrogante, o homem brigão, vadio, desordeiro.¹⁸³ As mulheres eram a *Júlia Gorda*, a *Joaquina dos Cordões*, a *Umbelina Cega*, a *Gertrudes Preta*. Os homens eram o *Facada*, o *Trinca*, o *Naifa*.

Curiosamente, a classe alta rapidamente se relacionou com a fadistagem, sendo comum fazer-se um giro maroto à Mouraria, ao Bairro Alto ou a Alfama.¹⁸⁴ Nas esperas de touros era comum ver as senhoras chiques ao lado das meretrizes da Mouraria. Os fidalgos imitavam o trajar dos

181 Autor desconhecido - *Cancioneiro do Bairro Alto: Collecção de chistosas poesias de um author patusco offerecidas a certas meninas que fazem certas coisas*, Apenas Livros, Lisboa, 2011, pp. 84-85.

182 Castilho, Júlio de - *Lisboa Antiga, Bairros Orientais*, vol. III, Lisboa, Serviços Industriais da CML, 1935, pp. 300-301

183 Pais, José Machado - *A prostituição na Lisboa boémia dos inícios do século XX*, in *Análise Social*, vol. XIX, Lisboa, 1983, p. 941.

184 Costa, Júlio de Sousa - *Severa*, Acontecimento Lisboa, 1995, p. 125

fadistas, passeando-se de “calças à boca de sino, cabelo em bandós, chapéu desabado e sapatos de saltos de prateleira”¹⁸⁵ e participando n’*“a desordem épica da tresmalhação”*. Já dentro da praça, “depois da tresmalhação adorada, (...) deixava[m]-se ficar em continuas guitarradas até manhã”¹⁸⁶. Ao seu lado estavam sempre as amantes “e outras mulheres de vida fácil”. Em última análise, neste cenário social do século XIX, os aristocratas estariam perfeitamente integrados com os seus pares de baixa classe, pondo de parte as classes sociais a favor da diversão. Porém, no virar do século, a situação alterou-se. Entre 1868 e 1869, diz concretamente Tinop, o fado aristocratizou-se, passando a ser cantado nas “salas e praias da moda”¹⁸⁷, ou nas grandes salas de espectáculos. Em 1873 estreava-se o fado no Casino Lisbonense, com grande sucesso entre a alta sociedade. Com a chegada do século XX, esta viragem de paradigma acentuou-se. Era de *rigueur* ver “a rameira da viela, com a chinela pespontada bailando na ponta do pé”¹⁸⁸ cantar o fado na revista. A guitarra passa a traduzir o queixume não só dos pobres mas também dos ricos, cimentando o seu lugar nos assentos dos salões e nos toucadores das senhoras, compreendendo-lhes a tristeza de uma forma que a música erudita não conseguia. Num instante veio o povo ridicularizar a nova moda:

*“Se isto assim continua
Onde irá parar não sei
Veremos andar pl’a rua
De guitarra o proprio rei.*

*Oh fado, que foste fado,
Oh fado, que já não és,
O fadinho invade tudo
Da cabeça até aos pés.”*¹⁸⁹

O fado cresceu, para se tornar mais literário, e artístico, esquecendo

185 Pais, José Machado - *A prostituição na Lisboa boémia dos inícios do século XX*, in *Análise Social*, vol. XIX, Lisboa, 1983, p.939.

186 Carvalho, Pinto de (Tinop)- *História do Fado*, Arquimedes, Lisboa, 2010, pp. 29-30.

187 Idem, p. 79.

188 Pais, José Machado - *A prostituição na Lisboa boémia dos inícios do século XX*, in *Análise Social*, vol. XIX, Lisboa, 1983, p.946.

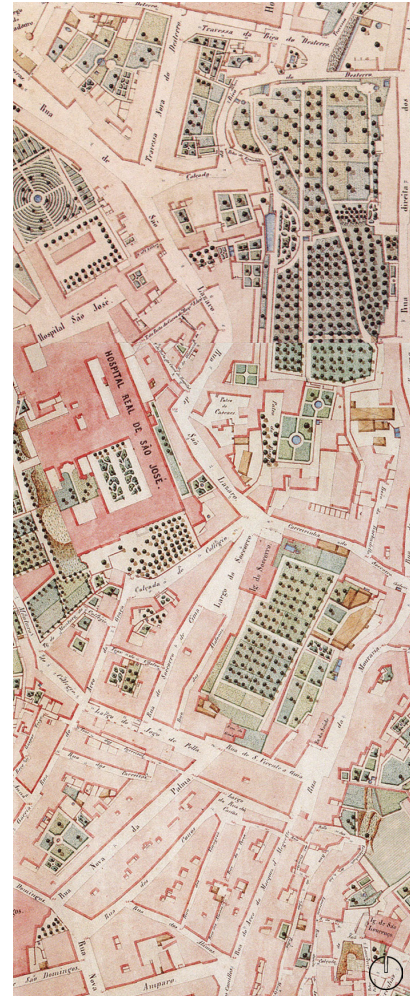
189 Carvalho, Pinto de (Tinop)- *História do Fado*, Arquimedes, Lisboa, 2010, p. 255.

por vezes a sua raiz popular. A destreza da navalha, a fadistagem e as prostitutas continuaram pela Mouraria, bem mais brandas certamente, devido ao aumento da densidade populacional nas periferias, mas principalmente devido às brutais alterações urbanas que se iniciaram no fim do século XIX. Antes da mudança, no tempo da Severa, o bairro (figura 48) foi eloquentemente descrito por Tinop.¹⁹⁰ Em bom rigor, todo o discurso deveria ser transcrito para estas páginas. Em vez, será integralmente copiado para os anexos deste documento¹⁹¹, e o leitor terá o ingrato dissabor de ler o resumo que se segue:

Tinop fala da escassez de lojas nos pisos térreos. Na maioria delas, vivia lá gente (a Severa, inclusive, viveu numa dessas lojas na Rua do Capelão). Fala do confeitiro em frente à Ermida da Saúde, de um funileiro, de outra loja de bolos, desta feita a *Preta-Branca*, um barbeiro onde se barbeavam os clientes de cabeça encostada à parede (uma divertida analogia para o bairro, talvez?) e um par de sapateiros. Diz que as peixeiras faziam o *rendez-vous* entre as Ruas da Guia e dos *Cavalleiros*, vendendo os resquícios do peixe do dia às gentes pobres. Fala sobre a Calçada da Mouraria, que ainda não existia (figura 56), dizendo que o fundo da Rua (da Mouraria) era tapado e lá havia um recanto com um forno e um pátio onde se guardavam carroças. Ao lado de um prédio queimado que foi entretanto abaixo para a abertura da Calçada, realizava-se anualmente um arraial *com suas "bolinheiras, queijadeiras e bolacheiras"*. Na Carreirinha do Socorro [agora Rua Fernandes da Fonseca], um portão de ferro dava acesso à Quinta do Brandão, prolongando-se até ao Desterro num extenso laranjal (figura 46). Estava aqui a tasca do João do Grão, famoso lugar para se apreciar o prato da *desfeita*. A Rua Nova da Palma terminava defronte da Ermida da Guia, ladeada por uma fábrica de *vellas de cebo* e uma loja de chapéus (figura 46). Atrás da Ermida ficava a horta das Atafonas, que ia dali até à Igreja do Socorro. Eram tratadas pelo *Francisco da horta*, e o complexo incluía um tanque de lavadeiras, um poço com a sua nora, e jogos de malha e bola, atraindo a população do bairro, que ali bebia, jogava e tocava

190 Idem, pp. 46-51.

191 Na página 211.



46 O extenso laranjal da Quinta do Brandão (canto superior direito), na cartografia de Filipe Folque (1856-58), precisamente antes do prolongamento da Rua Nova da Palma, cujo troço inicial se pode observar no canto inferior esquerdo desta imagem. Escala 1:2000
Fonte: Lisboa Interactiva.



47 O cartaz do filme de Leitão de Barros, "A Severa", o primeiro filme sonoro português, de 1930. Imagem disponível em: <cinectartaz.publico.pt/Filme/50449_a-severa>. Consultado a 19 de Maio de 2016.

guitarradas. Também aqui se fazia anualmente um arraial. À frente da Igreja do Socorro estava uma das muitas vilas operárias da Mouraria, o pátio do Porciles (figura 44). Da travessa do Desterro até ao Intendente encontravam-se outros tantos pátios, barracas e quintais, muitos deles derribados em 1858-59, com os trabalhos de prolongamento da actual Rua da Palma.

*"Tal era a disposição topographica da Mouraria e suas visinhanças no momento em que a decantada Severa assentou arrayaes n'aquelle bairro portuguez velho e relho."*¹⁹²

Se a relação entre a vida da decantada Severa e a história urbana da Mouraria parece não existir, o certo é que a idealização desta mulher, que personifica o espírito de uma geração na peça de Júlio Dantas (1901), no filme de Leitão de Barros (figura 47), e na memória colectiva da cidade, (exaltada com o contributo das muitas biografias, fadinhos e parafernálias várias) veio pôr a Mouraria no mapa. O bairro de meretrizes e rufiões, que foi de mouros, e era agora casa do proletariado, era agora o bairro de Lisboa, de Portugal, o bairro popular. A aristocratização do fado, como se viu acima, em muito veio ajudar à tipificação. Mas a Severa não era necessariamente da Mouraria¹⁹³, nem necessariamente do Vimioso, mas à força da lenda, passou a ser do Capelão, simultaneamente do povo e da nobreza. Marluci Menezes é particularmente clara na desmistificação da Severa e na análise das suas repercussões no bairro, afirmando que a fábula à volta da fadista veio revelar-se um "artifício de reelaboração e reinterpretação da história"¹⁹⁴ do bairro, servindo tanto "para recordar o passado no presente como naturalizar o próprio presente"¹⁹⁵. Esta visão do passado na actualidade acaba por conduzir "à invenção de (...) sistemas culturais adstritos ao

192 Carvalho, Pinto de (Tinop)- *História do Fado*, Arquimedes, Lisboa, 2010, p. 51.

193 Como nota Marluci Menezes, na sua desconstrução do mito da Severa: "É comum a ideia de que a Severa está associada à Mouraria. Mas versa a lenda que ela nasceu no bairro da Madragoa (...) a sua mãe (...) chegou a ter três tabernas e foi nesses locais que a Severa manifestou o seu precioso jeito para cantar as desgarradas. A lenda versa ainda que a Severa e a mãe se mudaram para o Bairro Alto e só depois vieram viver para a Mouraria." . In Menezes, Marluci - *Mouraria, Retalhos de Um Imaginário*, Celta, Oeiras, 2004, p. 46.

194 Idem, p. 50.

195 Idem, p. 50.

*território do bairro” que em conjunto com os outros bairros antigos da cidade “se reflectiram na invenção das tradições populares. Isto correspondeu a um processo de emblematização da Mouraria como um dos bairros antigos embebidos de eficácia simbólica para representar e tipificar a cidade. (...) Na verdade, por detrás dessa emblematização ensaiava-se um (...) processo de estigmatização territorial que, inclusivamente se (...) reflecte na própria imagem do bairro.”*¹⁹⁶

Da *tipificação* dos hábitos da população da Mouraria (ou de parte dela, porque não seriam assim tantos os de guitarra debaixo do braço), ao carácter *típico*, vai uma distância que foi sendo ultrapassada nas rambóias do século XIX, até se registar como indelével no decurso do século XX, já em chave turística. O assento de comunidades migrantes e emigrantes na Mouraria e no Martim Moniz, se por um lado criou uma variedade étnica que não é mais do que o prolongamento de um antigo destino aqui traçado desde a Idade Média e que se repercute nesta espécie de *fossilização* sócio-económica, é também espelhado no *fóssil* urbano em que se transformou, ainda com notações fadistas e de vida nocturna consideráveis. A tipificação que se observa na Mouraria é incomparável à de Alfama, e muito menos à do Bairro Alto, mas a prazo ver-se-à (se é que não se vê já) uma gentrificação gradual deste bairro *típico*.

196 Idem, p. 42.



48 A rua da Guia na primeira década do século XX, poucos anos após a descrição de Tinop. Fotografia de Joshua Benoiel. Arquivo Fotográfico CML. C. Ref.: PT/AMLSB/JBN/000681.

“O sr. Francisco Maria da Silva, o velho bairrista da Mouraria a quem sem dúvida devo o maior auxílio na confecção deste trabalho, possuía a mais extraordinária memória que eu tenho conhecido! Raro falhava nas suas notas. Tinha um livro onde lançava tudo quando lhe despertara a atenção; assuntos pessoais e estranhos, factos políticos e sùmulas de conversações que tinha tido com várias pessoas. Era um curiosíssimo repositório que de bastante me serviu.

Disse algumas vezes com a saudade bem marcada no seu olhar:

—Quem viu a Mouraria e quem a vê agora!...

—Então está pior do que dantes?

—Não, meu amigo, ripostava com vivacidade repentina; havia mais movimento, mais vida intensa, mais alegria!...

—E mais facadas... as facadinhas que davam cor local; mais fadistas interessantes... correrias... apitos... balbúrdia... galegos a correr com macas para o vizinho hospital de S. José... cirurgiões a coserem as barrigas furadas pelas simpáticas navalhas de ponta e mola... Um Paraíso, sr. Silva, um autêntico Paraíso ao qual não faltavam os anjos das ruas do Capelão e da Amendoeira!... Um delírio!...

O sr. Silva sorria e repetia sempre:

—Oh! Havia muito mais animação!...

Se eu não conhecesse o coração e a bela alma do respeitável ancião, diria que ele adorava aquele inferno de ciúmes, desordens e facadas!...¹⁹⁷

CAPÍTULO CINCO

DA REGENERAÇÃO AO ESTADO NOVO

1851- 1926

*O primeiro prolongamento da Rua da Palma. Os novos espaços de lazer.
Abertura de novas ruas. Lisboa Monumental.*



49 "Lisboa 1900 - Planta mostrando o traçado completo da Avenida dos Anjos e das ruas adjacentes todas em parte já construídas e em projecto". Arquivo Fotográfico CML. C. Ref.: PT/AMLSB/CMLSB/

A segunda metade do século XIX foi particularmente marcante na história urbana do país, com o início de uma série de reformas nas infraestruturas básicas, como os caminhos de ferro, as estradas, os portos ou as telecomunicações. O idealismo liberal da Regeneração de 1851 e o protagonismo de Fontes Pereira de Melo no desenvolvimento do país viram nascer uma capital moderna, de grandes avenidas, pintando o retrato de uma Lisboa burguesa e Europeia¹⁹⁸. Com efeito, as ideias de Haussmann em Paris seriam na altura objecto de intensa análise na Câmara Municipal, e apenas a falta de recursos impediu o dismantelamento dos bairros populares da cidade, e “*se traçassem avenidas sobre o seu corpo desfeito e se substituíssem os bairros de Alfama e Mouraria por modernas “cités ouvrières”*”¹⁹⁹. O plano que materializava esta vontade era de P. J. Pezerat, engenheiro francês educado na École Polytechnique de Paris, que chegou a engenheiro e arquitecto da CML em 1852, sob o signo de D. Pedro IV e de Fontes Pereira de Melo, que nele depositaram as expectativas de uma Lisboa remodelada. Contudo, a cidade higienizada por ele desenhada, onde os bairros populares eram devastados para dar lugar a amplas avenidas mostraram-se felizmente demasiado radicais para uma Lisboa que cada vez mais respeitava o seu passado, as histórias e as memórias. Era o tempo de Júlio de Castilho e da *Ribeira de Lisboa*, momento inaugural da Olisipografia.²⁰⁰

Paralelamente, surge em 1859 a primeira proposta para a abertura de um *boulevard* entre o Passeio Público e as portas da cidade. Sem Pezerat, gravemente doente, a vaga de engenheiro da Câmara foi atribuída ao jovem Ressano Garcia, que se empenhou em criar uma avenida que não se extinguia em si mesma, mas um meio para a tão desejada Lisboa moderna e higienista, de avenidas estruturadas. O seu plano revelou-se um ponto de partida para as Avenidas Novas.

198 Proença, Sérgio - *A diversidade da rua na cidade de Lisboa - Morfologia e morfogénese*, Dissertação de doutoramento apresentada na Faculdade de Arquitectura da UL, Lisboa, 2014, pp. 180-181

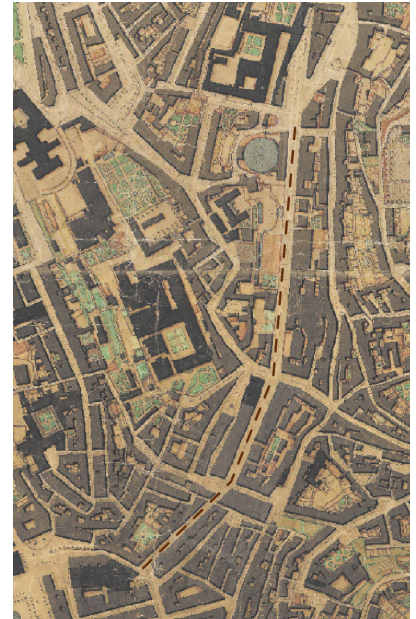
199 Silva, Raquel Henriques da - *Lisboa de Frederico Ressano Garcia, 1874-1909*, Catálogo de Exposição, FCG/CML, Lisboa, 1989, p.18.

200 Silva, Raquel Henriques da - “Os Últimos Anos da Monarquia” in *O Livro de Lisboa*, dir. Irisalva Moita, Livros Horizonte, Lisboa, 1994. p. 420.

É neste contexto de modernização, de grandes avenidas, que aparece o plano de prolongamento da Rua Nova da Palma e a criação da Avenida dos Anjos. Compreender a dinâmica e os processos urbanos da cidade de meados do século XIX é essencial para entender as suas repercussões na Mouraria, tanto nesta altura, como no século que se seguiu. De certa forma, as ideias radicais de Pezerat (particularmente em relação à Mouraria) que encontraram oposição no século XIX, em prol da valorização da memória, de alguma maneira encontraram forma de vingar em novecentos.

O processo de desenho da actual Avenida Almirante Reis inicia-se então com o prolongamento da Rua Nova da Palma, em 1858-59, em paralelo com a abertura do Passeio Público ao trânsito. Tornou-se imperativo o traçar de uma nova artéria que corroborasse os modernos ideais higienistas da cidade, já que, conforme descreve Tinop, a zona baixa da Mouraria estava coberta por hortas e barracas, e o novo troço, que se estendia até ao Desterro a partir da Rua Nova da Palma, facilitaria a necessária limpeza. Vale a pena repetir que a versão quinhentista da Rua Nova da Palma partia das traseiras da Igreja de São Domingos e terminava no Largo do Jogo da Péla (figura 46). A nova rua foi inicialmente apelidada “*da Imprensa*”, em 1859 roubou o topónimo à rua que a precedia²⁰¹ e finalmente, em 1889, unificou-se o conjunto, passando todo o troço da via a chamar-se simplesmente *Rua da Palma* (figura 50). Certamente por esta altura poucos se recordariam do João de Palma que vivia nas hortas do Mosteiro de São Vicente de Fora, de que falava Vieira da Silva.

A transformação urbana foi enorme: destruiu-se um troço da cerca fernandina, a Ermida de Nossa Senhora da Guia, construída apenas um século antes, expropriou-se a popular horta das Atafonas, assim como várias propriedades até ao Largo do Intendente. Por outro lado, a construção dos edifícios que ladeavam a nova rua foi morosa, ainda que a operação tivesse começado em 1852²⁰². Na carta de Silva Pinto (1904-



50 A tracejado, a extensão total da Rua a Palma antes da abertura da Avenida dos Anjos, na cartografia de Silva Pinto (1904-1911). Fonte: Lisboa Interactiva.

201 Silva, Augusto Vieira da - *A Cerca Fernandina de Lisboa*, vol. 1, CML, Lisboa, 1948, pp. 60-61.

202 Menezes, Marlucci - *Mouraria, Retalhos de Um Imaginário*, Celta, Oeiras, 2004, p. 52.



51 O Real Colyseu de Lisboa na Rua da Palma. Fotografia de Alexandre Cunha, 19---. Arquivo Fotográfico CML. C. Ref.: PT/AMLSB/ACU/001109



52 O Paraizo de Lisboa, recinto de diversões na Rua da Palma, o predecessor da Feira Popular. Fotografia de Alberto Lima, 19---. Arquivo Fotográfico CML. C. Ref.: PT/AMLSB/ACU/000984



53 O interior do Paraizo de Lisboa, com o palco art nouveau e o lago. Fotografia de Alberto Lima, 19---. Arquivo Fotográfico CML. C. Ref.: PT/AMLSB/LIM/002097

1911), ainda é possível ver uma grande faixa deserta do lado poente da via, onde só em 1907 abriria o *Paraizo de Lisboa* (figura 50). Marlucci Menezes afirma que inicialmente, a cêrcea definida seria de três pisos, mas que rapidamente a regra teria sido ultrapassada, e edifícios mais altos foram construídos.²⁰³

Também nasceram novos espaços de lazer: o *Teatro do Príncipe Real* (em homenagem a D. Carlos), depois *Teatro Apolo* (figura 54), em 1856, e o *Real Colyseu de Lisboa*, de 1887 (figura 51)²⁰⁴. Sobre este último, vale a pena dizer que foi aqui que pela primeira vez os lisboetas viram a *fotografia viva*, a 18 de Junho de 1896. O Diário de Notícias fala sobre a primeira sessão de cinema em Lisboa com muito entusiasmo:

“Convenceu-se todo o publico que hontem esteve no Real Colyseu, e foi grande a concorrência, que não era um reclamo artificioso o que dizia a imprensa com respeito a esta nova maravilha, que constitue um dos mais pitorescos e belos espectaculos, e uma das mais modernas applicações da fotografia (...), que encanta e maravilha, por ser a reprodução da vida.

Mr. Rousby teve hontem de repetir mais tres quadros (...), porque o público fez-lhe uma recepção do mais vivo entusiasmo e admiração e mostrava-se disposto a não deixar terminar aquelle interessante espectáculo que ha de chamar muita gente ao Real Colyseu (...).”²⁰⁵

Imediatamente abaixo abre em 1907 o *Paraizo de Lisboa* (figura 52), um parque de diversões à moda dos *bals* parisienses. *“(...) recinto ornado de pequenas muralhas, com promenade ao ar livre, ringue de patinagem, barracas de comes e bebes, circo e animatógrafo, labirinto de espelhos e um palco em art nouveau instalado sobre... um lago.”²⁰⁶*

203 Ibidem.

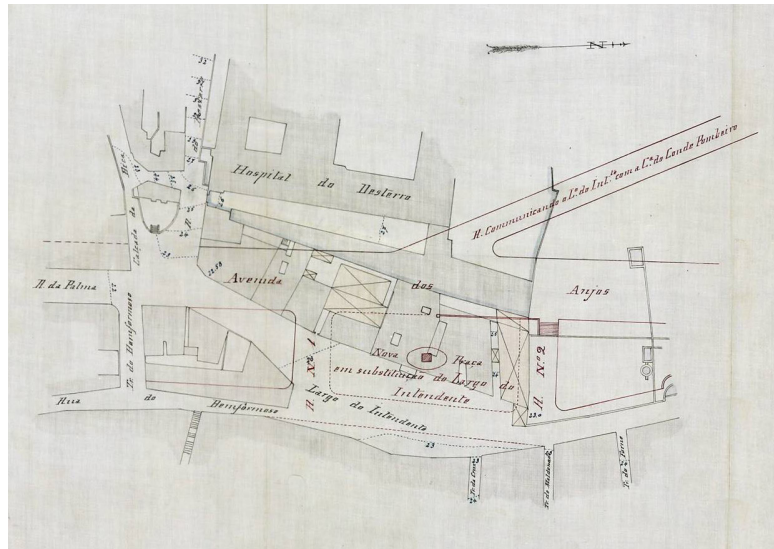
204 “Posteriormente esses espaço foi ocupado pelos serviços de Encomendas Postais, sendo destruído em meados do século XX, ficando no seu sítio a *Garagem Liz*.” Ibidem

205 *Animatographo*, artigo do *Diário de Notícias* de 19 de Junho de 1896. Microfilme disponível na cota F5701 da Biblioteca Nacional. Consultado a 27 de Março de 2016.

206 Leite, José - *Real Colyseu e Paraizo de Lisboa* in *Restos de Coleção*. Disponível em <<http://restosdecoleccion.blogspot.pt/2015/06/real-colyseu-e-paraizo-de-lisboa.html>>. Consultado a 30 de Março de 2016.



54 O *Theatro do Príncipe Real*, posteriormente *Theatro Apollo*, na Rua da Palma. A Igreja do Socorro ficava do outro lado da rua (figura 26). A fotografia é certamente anterior a 1910. Arquivo Fotográfico CML. C. Ref.: PT/AMLSB/ACU/001127



55 Planta de 1896, relativa à desanexação de parte das dependências do Hospital do Desterro para a abertura da Avenida dos Anjos e Largo do Intendente. AML-AC Documento PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/09/01063, Página 14

O *Real Colyseu* marcava o fim da cidade. Até aqui, Lisboa terminava no Largo dos Anjos e a Rua da Palma, entalada entre a Mouraria e o Intendente, terminava abruptamente nos anexos do Hospital do Desterro (figura 55). Com o crescimento da cidade para Norte em mente, é traçada a Avenida dos Anjos, estruturando um amplo conjunto de urbanizações que surgiram com o virar do século, tornando-as parte integrante da cidade.

O plano da Avenida dos Anjos é certamente o contraponto contemporâneo²⁰⁷ do projecto das Avenidas Novas, ambos elaborados no período de Ressano Garcia na Câmara de Lisboa (1874-1911). A data do projecto definitivo é de 1892, em pleno período de crise do capitalismo liberal, como nota Lurdes Ribeiro. A falta de dinheiro decorrente das dificuldades económicas levou a que o troço compreendido entre a Rua Fernandes da Fonseca (extremo nordeste da actual Praça do Martim Moniz) e a travessa do Benfornoso (imediatamente antes do Largo do

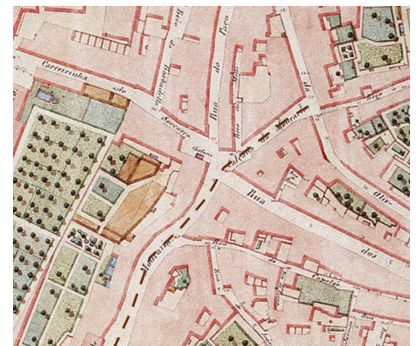
207 França, José-Augusto - *Lisboa: Urbanismo e Arquitectura*, Biblioteca Breve, vol. 53, Lisboa, 1980, p. 82.

Intendente) não fosse considerado na intervenção²⁰⁸. O projecto estava então balizado entre o Largo dos Anjos e a Estrada da Circunvalação, com uma extensão total de 1226,48 km, sem considerar todas as vias secundárias em que se interviu.²⁰⁹ O plano contemplava desafogadas larguras em todas elas. Na Avenida dos Anjos desenhou-se um perfil de 25 metros, arborizado, enquanto que as restantes vias laterais e transversais se inscreviam em 16 metros de largura. A generosidade destas dimensões prendia-se particularmente com a urgente necessidade de escoamento do trânsito, (constantemente interrompido, tal era a intensa movimentação de carros e peões) dos populosos bairros da Estefânia, Santa Bárbara e Andrade (naquele momento em construção), todos a Norte da cidade.

Com o mesmo propósito, embora não com a mesma escala, foi também aberta a Calçada da Mouraria (figura 56), melhorando o acesso ao bairro das Olarias. Recorde-se a descrição de Tinop:

*“O fundo da Mouraria era tapado. Havia um recanto, um forno e um pateo, onde se guardavam carroças, e, nas trazeiras, um prédio queimado, que a Camara Municipal demoiu para abrir a calçada da Mouraria. Anteriormente á demolição, realisava-se um arrayal annual (com suas bolinheiras, queijadeiras e bolacheiras) no espaço compreendido entre o prédio e a rua dos Cavalleiros.”*²¹⁰

A operação, datando algures dos meados do século XIX, antecede a da abertura da Rua do Marquês de Ponte de Lima, pensada em 1885 e construída dez anos depois²¹¹, também para melhorar as condições de acesso ao bairro, particularmente no eixo entre a Calçada de Santo André e a Rua das Farinhas. A intervenção, encarada como rua particular, segue desta última até ao Coleginho, seguindo o contorno da topografia, com um perfil de dez metros, bastante mais largo que o



56 Abertura da Calçada da Mouraria. Acima, a carta de Tinoco (Lisboa anterior ao Terramoto). Abaixo, a de Filipe Folque (1856-58). Escala 1:1000 Fonte: Lisboa Interactiva.

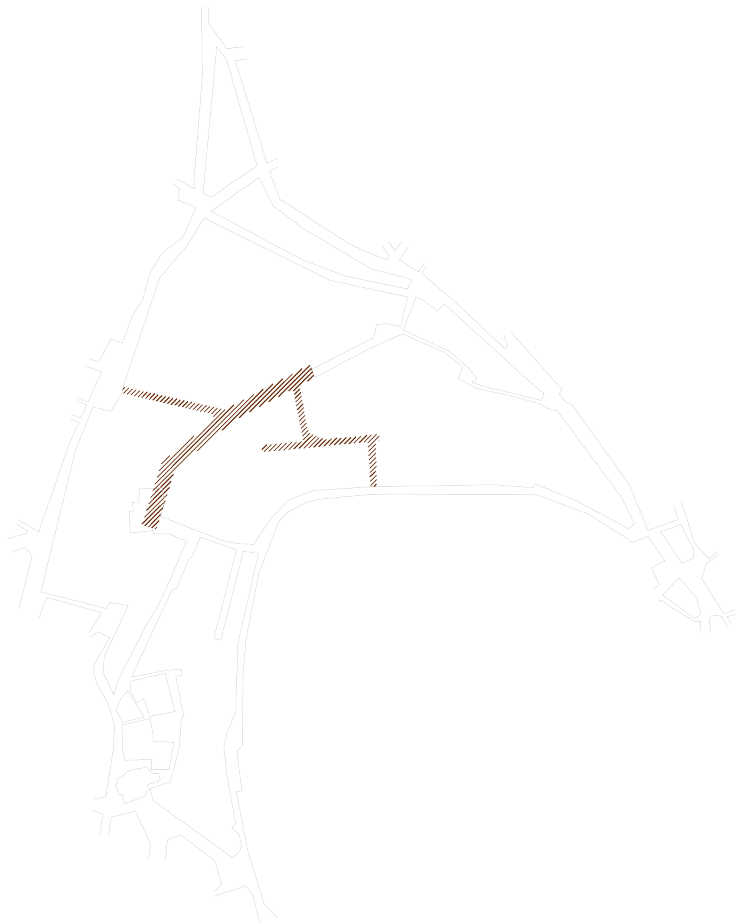
208 Ribeiro, Lurdes - *O projecto da Avenida dos Anjos - Algumas considerações gerais*, CML, Lisboa, sem data, p. 100.

209 Idem, p. 67

210 Carvalho, Pinto de (Tinop)- *História do Fado*, Arquimedes, Lisboa, 2010, p. 47.

211 Silva, Augusto Vieira da - *A Cerca Fernandina de Lisboa*, vol. 1, CML, Lisboa, 1948, p. 39.

das ruas da vizinhança. Ao mesmo tempo, melhoraram-se os acessos na colina, desde a Rua da Mouraria até à Costa do Castelo, com dois lances de escadas: as escadinhas da Saúde, e a meia cota, as escadinhas do Marquês de Ponte de Lima (figura 56). Sérgio Proença observa que o desenho urbano, no contexto dos ideais de Pezerat, se relaciona excepcionalmente bem com o lugar em que se insere, comparando-o com as ligações do outro lado da colina, entre o Campo das Cebolas e a meia encosta acima da Sé:



57 "Abertura da Rua do Marquês de Ponte de Lima, Escadinhas da Saúde e Escadinhas do Marquês de Ponte de Lima sobre o traçado urbano preexistente. Planta (1:5.000)" Cartografia original de Sérgio Proença

“(...) são exemplos da adequação evolutiva do pensamento informado por ideais da época(...)”

*“(...) apesar da largura de cerca de 10 metros da Rua do Marquês de Ponte de Lima, generosa em relação ao contexto, que introduz um elemento de excepção, o traçado destes arruamentos tem uma relação com o sítio de suporte e com o contexto urbano que é semelhante aquela que elementos ancestrais de estrutura urbana têm.”*²¹²

O virar do século e a mudança de regime não alteraram o curso de crescimento da Lisboa capitalista.²¹³ Retiram-se as coroas reais dos edifícios e comemora-se a vitória nos nomes das avenidas (República e 5 de Outubro). Do mesmo modo, é apagado o nome da Rainha Dona Amélia da Avenida, substituindo-a pelo Almirante Reis, mártir do quase fiasco golpe de 1910.

Em 1900, a cidade tinha 351 210 habitantes. Vinte anos depois, eram 485 000, e em 1930, 592 000. A cidade crescia a um ritmo sem precedentes.²¹⁴ As Avenidas Novas eram lentamente ocupadas pela alta burguesia Lisboeta, a quem os lotes eram vendidos a *valores consideráveis*, pagando os custos da grande operação urbanística²¹⁵. No vale dos Anjos, a pequena burguesia ocupa as colinas a quem a topografia não deu a oportunidade de grandes planeamentos, tendo-se antes construído com base no tradicional e no empírico, em “*módulos repetidos de pequenas moradias ou prédios que eram aqui mais modestos e anónimos do que nos eixos nobres das Avenidas Novas.*”²¹⁶ A dualidade urbanística e o *rigor sociológico*, como lhe chama França, pouco se alteraram até à contemporaneidade.

212 Proença, Sérgio - *A diversidade da rua na cidade de Lisboa - Morfologia e morfogénese*, Dissertação de doutoramento apresentada na Faculdade de Arquitectura da UL, Lisboa, 2014, pp 193, 195.

213 França, José-Augusto - *Lisboa: Urbanismo e Arquitectura*, Biblioteca Breve, vol. 53, Lisboa, 1980, p. 84.

214 França, José-Augusto - *Lisboa. História Física e Moral*, Livros Horizonte, Lisboa, 2008, p. 626

215 Silva, Raquel Henriques da - “*Os Últimos Anos da Monarquia*” in *O Livro de Lisboa*, dir. Irisalva Moita, Livros Horizonte, Lisboa, 1994. p. 419.

216 Idem, p. 418.



58 O Salão Lisboa em 1968. Fotografia de Eduardo Gageiro. Arquivo Fotográfico CML. C. Ref.: PT/AMLSB/EGA/000078.



59 “O palácio das festas no morro do Castello, coroando a cidade com as suas cupulas”, envolto nos ciprestes onde sempre esteve parte alta da Mouraria. À esquerda, a ponte que se estendia desde São Pedro de Alcântara.

Multiplicavam-se os teatros e os cinemas. A sociedade continuava a passear-se pelo São Carlos e pelos cafés do Rossio, mas com a explosão do cinema na capital tinham entretanto aberto uns quantos animatógrafos: o Salão Ideal, o Chiado Terrasse, o Salão Trindade, o Animatógrafo do Rossio com a sua belíssima entrada à moda da Arte Nova, e, às portas da Mouraria, o Salão Lisboa (figura 58)²¹⁷. Em 1908, abre a nova Igreja dos Anjos, do Mestre Monteiro, e em 1902-1094 constrói-se a nova sinagoga para a comunidade israelita, pela mão de Ventura Terra, que terá sido um dos mais prolíferos arquitectos do seu tempo. A produção arquitectónica ia sendo elogiada pelo Prémio Valmor, criado em 1898, e criticada por Fialho de Almeida, Malheiro Dias e outros tantos.

Em 1906, o primeiro dedica-se a escrever a sua visão de uma “*Lisboa Monumental*”, explicando que não há terra europeia tão deselegante como a nossa, onde as ruas dos novos bairros se ladeiam por “*palacetes em teatro de província, e prédios d’aluguer em fabrica de moagem!*”, “*palacetes-curraes e predios-comodas, prototypos de morada do lisboeta imbecil*”²¹⁸, sem nenhuma das entidades se preocupar sequer em “*interceder pela beleza*”²¹⁹. Entre grandiosas soluções para o Terreiro do Paço, a Praça do Saldanha e a Avenida da Índia, Fialho propõe:

*“completar a escoante com as projectadas e nunca realizadas pontes de S. Pedro d’Alcantara ao Campo de Sant’Anna, por cima da Avenida, e a de Sant’Anna á Graça ou ao Castello, sobre a rua da Palma, em vez da população dos bairros excéntricos continuar a encurrar e confluir aos focos de vida (...)”*²²⁰

Seria esta uma “*obra de seguro efeito scenographico*”, com a vantagem de cortar com o casario monótono da cidade. Ainda assim, seria uma alegria cruzar a ponte admirando do alto dos seus oitenta metros, os “*bairros pobres*” da Mouraria e da Colina de Santana. Mas qual seria o

217 França, José-Augusto - *Lisboa. História Física e Moral*, Livros Horizonte, Lisboa, 2008, p. 640.

218 Almeida, José Fialho de - *Lisboa Monumental*, in *Ilustração Portuguesa*, nº 36, Empreza do jornal O Século, Lisboa, 1906, pp. 398, 399.

219 Idem, p. 399.

220 Idem, p. 401.

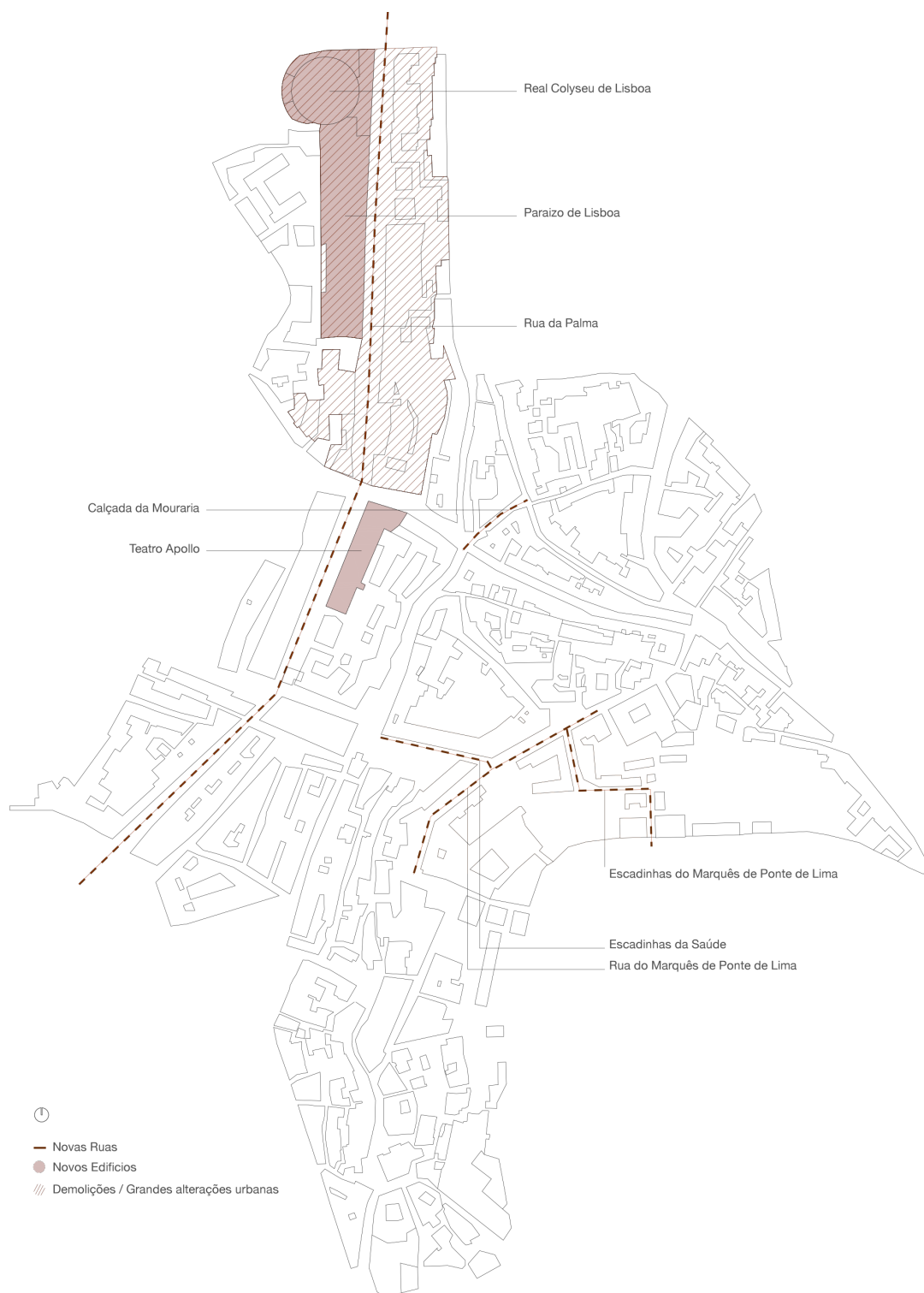
destino destas pontes, “*coração para essa aorta*”? Um palácio de festas da Alcáçova, pois claro (figura 59). Não o dos mouros, mas um que servisse as gentes chiques da cidade e os estrangeiros, que não sabiam como passar o serão, um lugar onde “*a vida se grelha[sse] no estonteio das quotidianas sensações*”. A colina seria *vestida* a ciprestes, “*cujo destaque decorativo, sobre a casaria, era soberbo*”²²¹. Não será de estranhar a sua posição sobre as zonas históricas: “*bairros «pútridos» com novos bairros operários a edificar, marcados por arquitecturas populares*”.²²²

Como expõe França, “*era uma nova utopia, a terceira e muito literata, após as de Pézerat e de Miguel Pais*”. O sonho da Lisboa Parisiense e Madrilena continuaria com o Engenheiro Melo Matos, com a “*Visão de Lisboa no ano 2000*”, que imaginava um túnel (e não uma ponte, uma opção certamente menos ficção científica) que unia Lisboa ao Seixal. Estas utopias estão, no entanto fora do campo de estudo desta história. As que a ela concernem acontecem uma quarentena de anos depois, em pleno Regime do Estado Novo...

221 Idem, p. 405.

222 França, José-Augusto - *Lisboa. História Física e Moral*, Livros Horizonte, Lisboa, 2008, p. 642.

CAPÍTULO CINCO: DA REGENERAÇÃO AO ESTADO NOVO



60 Mapa-síntese das grandes intervenções urbanas do capítulo. Escala 1:4000. Desenho da autora.

“Em meados de 57, restava o teatro. Fecharam-se portas, despediu-se a companhia em espectáculo final, armaram-se tapumes, fez-se um inventário. (...) No dia 22 de Agosto de 1957, a bandeira de leilão pende das sacadas do edifício. Todo o recheio do Apolo vai à praça. Um século de memórias do teatro português vendido para a sucata. O cenário é grotesco.

(...) Compra-se tudo aos lotes: a saia de Palmira Torres [a primeira Severa na peça de Júlio Dantas], os sapatos de Beatriz Costa, a luneta de Eduardo Brasão. Vestes de príncipes e de mendigos arremessadas a eito sobre uma mesa montada no palco. E a mesma frase, sempre: “Quem dá mais?”

Leitão de Barros escreveu, em 57, nos seus Corvos do Diário de Notícias: Depois, o silêncio. Em breves semanas, nada mais existirá do que um monte de entulho - igual àquele que esta tarde cobria já o antigo cartaz do Apolo do seu êxito máximo, rasgado no chão - e nele toda a ilusão, toda a dor, toda a glória destas eternas palavras, que são o próprio Teatro: SONHO DOURADO”

(...)

“Em Lisboa, fatal como o destino, decide-se primeiro o que se vai demolir e só depois se estuda propriamente o espaço desocupado. Assim com foi com o Martim Moniz - problema que ficou em aberto durante 40 anos -, assim foi com a Praça da Figueira.”²²³

223 Dias, Marina Tavares - *Lisboa Desaparecida*, vol. 1, Quimera Editores, Lisboa, 1987, p. 35, 46.

CAPÍTULO SEIS

AI MOURARIA!

1926-1971

O impacto do Estado Novo na zona baixa da Mouraria. Os antepianos de António Emídio Abrantes. Os projectos para um túnel. O plano de Gröer. As demolições. O plano de Remodelação da Baixa de Faria da Costa. O plano de Meyer-Heine.



61 Em primeiro plano, a Igreja da Saúde. À sua esquerda, está hoje o Centro Comercial da Mouraria. Atrás, a Rua da Mouraria e a entrada da Rua do Capelão. Ao centro, o edifício do Colégio dos Meninos Orfãos. Fotografia de Arnaldo Madureira. Arquivo Fotográfico CML. C. Ref.:PT/AMLSB/ARM/100736.

A entrega da pasta das finanças a Salazar transformou Portugal. A constante sucessão de governos decorrentes da 1ª República, e as sucessivas más gestões deixaram o país de rastos. Não querendo entrar no universo político de conhecimento geral, basta dizer que “*sem sombra de dúvida e receita de contradita*”, como dizia o Secretariado de Propaganda Nacional, que a reviravolta dos dinheiros portugueses resultou em “*fecundos resultados, no tocante à renovação e progresso do apetrechamento económico do país*”²²⁴. A ironia da citação é certamente óbvia. Não obstante, teremos - a autora e o leitor - que entender que o regime ditatorial teve um grande impacto nas grandes intervenções territoriais do país. Sobre a batuta de Duarte Pacheco, o homem das Obras Públicas do governo, orquestram-se modernizações nos correios e telecomunicações, revoluciona-se o sistema ferroviário, arboriza-se o parque de Monsanto, e planeiam-se os programas das casas económicas, sobre o signo do *Deus, Pátria e Família*, privilegiando a “*casa isolada para uma só família*”²²⁵, de onde saíram, entre muitos, muitos outros, os bairros da Encarnação, Campolide, Alvito ou Caramão da Ajuda.

Para melhor compreensão do fenómeno das obras públicas durante o Estado Novo, é necessário saber da inércia dos governos da 1ª República em atender aos problemas municipais, problemas que se quedaram até meados dos anos 30, com o Regime a incitar uma política de simples gestão dos problemas de maior²²⁶. A partir de 1932, com a atribuição a Duarte Pacheco da pasta das Obras Públicas, a situação altera-se. Vítor Matias Ferreira faz precisamente uma desconstrução dos períodos, e a sua relação com a vida de Duarte Pacheco (1900-1943):

“(…) uma primeira fase de progressiva actuação urbanística — de 1932-33 a 1938; uma fase seguinte de intensa intervenção territorial, com o seu «apogeu» em 1940 — de 1938 a 1943; e, finalmente, uma fase de declínio — de 1943 a 1948 —, que é também de transição para uma nova conjuntura que abertamente

224 Secretariado de Propaganda Nacional - *Obras Públicas. Cadernos de Ressurgimento Nacional*, Oficina Gráfica L.da., Lisboa, sem data, p. 9.

225 Costa, João Pedro - *Bairro de Alvalade: Um Paradigma no Urbanismo Português*, Livros Horizonte, Lisboa, 2002, p. 17.

226 Idem, p. 15.

se iniciará a partir dos anos 50."²²⁷

Ora, é precisamente nesse período de apogeu que surgem as primeiras soluções para a Baixa da Mouraria. Antes disso, no que toca à *vida urbanística* de Lisboa, tomando a expressão a França²²⁸, notam-se esforços municipais a partir de 1926. Vem de França (o país) o notável J. C. Forrestier, para aconselhar o governo em matérias de cidades, ajudando com os traçados. Com a saída deste, vem outro francês, A. Agache, para uma missão semelhante à do primeiro, em 1933. A burocracia e a inacção dominam o urbanismo municipal durante pelo menos dez anos, mas entretanto, Lisboa ganha folêgo para mais animação. De uma cidade de muitos hábitos rurais, suja e escura, nasce outra, mais cosmopolita, salpicada de inovadores néons, com os clubes da Baixa, todos projectados sob o signo modernista de Cassiano Branco ou Cristino Silva, e uma linha de metropolitano anunciada em 1925. Entre o *frufu* das *Arts Déco*, que ainda estava em voga, e as pilastras estilizadas que chegavam sobre a forma do Capitólio de Cristino Silva, o IPO de Carlos Ramos ou o Hotel Vitória de Cassiano Branco, vinha Raul Lino questionar o porquê destas construções de betão armado e coberturas em terraço, apelando à verdadeira arquitectura portuguesa, e à tradição.²²⁹

Voltando à Mouraria, a *vida urbanística* deste período inicia-se com o alargamento do troço da Rua da Palma não contemplado no plano da Avenida dos Anjos, para corresponder à urgente necessidade de escoamento do trânsito. Vale a pena referir a figura maior envolvida neste processo até ao final dos anos 50, António Emídio Abrantes, engenheiro civil da CML desde 1920. O primeiro plano para "*o problema da Rua da*

227 Ferreira, Vitor Matias - *A Lisboa do Império e o Portugal dos Pequeninos: estrutura fundiária e política urbana de Lisboa, anos de 1930-40*, in *Análise Social*; vol. XIX, Lisboa, 1983, p. 698.

228 França, José-Augusto - *Lisboa: Urbanismo e Arquitectura*, Biblioteca Breve, vol. 53, Lisboa, 1980, p. 94.

229 Idem, pp. 95-100.

*Palma*²³⁰ (termo por ele cunhado) é da sua autoria, datando de 1926, sem aplicação prática. Após este, e integrando o grupo de trabalho do plano director de 1938-48, foram por ele feitas inúmeras diligências para resolver os problemas da zona.

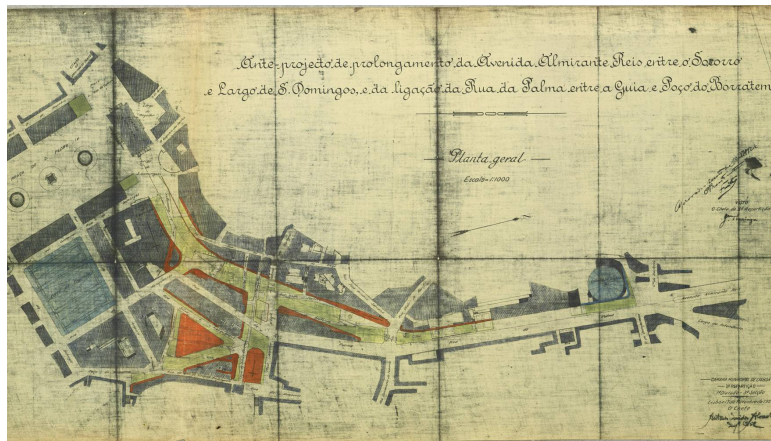
Mas antes de tratar dos planos deste e de outros projectistas, assim como das demolições na baixa da Mouraria, é necessário fazer uma ressalva em tom pessoal a este trabalho: é que se até aqui se tem acompanhado e sintetizado conclusões e hipóteses de olisopógrafos e estudiosos do urbanismo e da arquitectura do rincão que aqui interessa, temperando essas fontes com parcas deduções, não é menos verdade que doravante, essas fontes e esses estudos escasseiam. Daqui resulta uma humildade acrescida, uma vez que se apresentam os resultados das pesquisas efectuadas no labirinto dos Arquivos Municipais. Não é objecto deste documento o Martim Moniz ou o Estado Novo, até porque a relação entre estes dois temas é matéria suficiente para uma outra dissertação. O que aqui é proposto aponta para uma síntese dos conhecimentos sobre a história da Mouraria mais recente. Ainda assim, no lugar de passear por entre as correctas palavras de José Augusto França ou algumas das involuntárias imprecisões de Marluce Menezes, retenha-se a informação compilada, e a indecisão ainda patente em alguns capítulos de uma história que decorreu a um ritmo substancialmente mais rápido e que merecerá um desenvolvimento futuro. Volte-se, porém, a um tom narrativo:

O plano de Abrantes de 1926 é precedido de uma deliberação de 1907, expondo já os problemas de circulação e propondo por escrito já um prolongamento para a Rua da Palma. Em 1926, a proposta toma a forma de desenho, tendo nesse mesmo ano Abrantes explicado a situação da seguinte forma:

“O extraordinario e sempre crescente aumento de transito quer de peões, quer de vehiculos que principalmente nos ultimos anos se tem

230 Abrantes, António Emídio (CML) - *Ante-projecto de prolongamento da Avenida Almirante Reis e da ligação da rua da Palma entre a Guia e o Poço do Borratém*, CML, Lisboa, 1926. Documento disponível no AML - AC. C. Ref.: PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/10/002/02, p. 5.

acentuado (...) originou aquilo a que já se chama o problema da Rua da Palma. Muitas e variadas teem sido as soluções apresentadas (...), mas a nosso vêr nunca se encarou esta dificuldade no seu verdadeiro aspecto: é que não se trata apenas da resolução de uma questão, mas sim de duas. - A primeira consiste em dar um rapido e facil descongestionamento ao transito da Rua da Palma; a segunda é o de dar uma saída á Avenida Almirante Reis compativel com a sua importancia.”²³¹



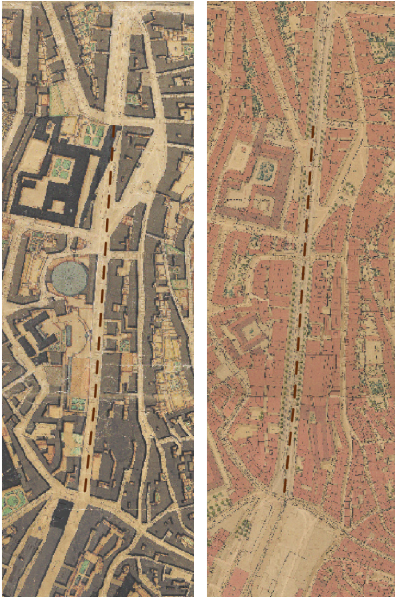
62 “Ante-projecto de prolongamento da Avenida Almirante Reis entre o Socorro e Largo de S. Domingos e da ligação da Rua da Palma entre a Guia e Poço do Borratém.” de António Emídio Abrantes, em 1926. Acima, a nova rua ligando a Rua da Palma ao Rossio. A verde, todos os edifícios a demolir. No triângulo vermelho desenha-se o mercado de Flores e ao lado, a nova Igreja do Socorro, no sítio do Palácio do Marquês de Alegrete. Entre os dois, a ligação da Rua da Palma ao poço do Borratém. AML-AC. C. Ref.: PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/10/002/02, p. 14.

Em linhas gerais, este documento sugere o desenho de uma rua inteiramente nova, com perfil de 15 metros, ligando o término da Rua da Palma ao Rossio. Ao mesmo tempo, o Poço do Borratém ligar-se-ia à Rua da Palma, no sítio do Largo da Guia (não o actual Largo da Guia, mas aquele de que fala Vieira da Silva, apresentado na figura 30). As demolições e expropriações para esta última são já justificadas com o urgente saneamento²³². No interstício, o engenheiro sugere um mercado de flores, “construção simples e airosa, em ferro, vidro e marmore”²³³, vendendo-o à CML como uma nova indústria e fonte de receita. Conserva-se a Rua do Arco do Marquês de Alegrete, mas as construções na Rua dos Vinagres e becos das redondezas estão “irremediavelmente

231 Ibidem.

232 “Como também para acabar com o infecto bairro compreendido entre a Rua Silva e Albuquerque e a Rua do Arco do Marquês de Alegrete, cujo saneamento se impõe urgentemente.” Idem, p.6

233 Ibidem.



63 Alargamento da Rua da Palma. Na planta de Silva Pinto, (1904-11) o troço após a Igreja do Socorro tem 14 metros de largura. Na planta de 1950 (CML), o mesmo troço passa a ter 25 metros. Escala 1:4000
Fonte e medições: Lisboa Interactiva.

condenadas, que se execute ou não o presente ante-projecto. - é na verdade uma vergonha para a cidade, a existencia d'aquelas pocilgas n'um sitio tão central."²³⁴ Sobre a nova rua, Abrantes admite que a escavação será algo difícil, com cortes no terreno que por vezes atingiriam os 10 metros de altura, mas como o autor o põe, *"atendendo a que nas grandes cidades tudo se deve sacrificar em beneficio da facilidade da viação, não nos pareceu demasiado grande a escavação a fazer."*²³⁵

Quanto à Igreja do Socorro, seria impossível a abertura da nova rua sem a sua demolição. Abrantes propõe a reconstrução, à semelhança do caso da Igreja dos Anjos, no lugar do Palácio do Marquês de Alegrete, ligando-se ao arco homónimo, *"o qual ficará até com mais character"*. Avança ainda que se poderia aproveitar *"os tres lindos portões seiscentistas dáquele palacio e que depois se enquadrarão com o resto da egraja."*²³⁶, melhorando a localização do templo e oferecendo-lhe uma praça arborizada. O projecto também beneficiaria os acessos ao Hospital de São José, já na altura problemáticos. Conclui-se a memória descritiva com as referências da praxe a projectos em Paris e Londres.

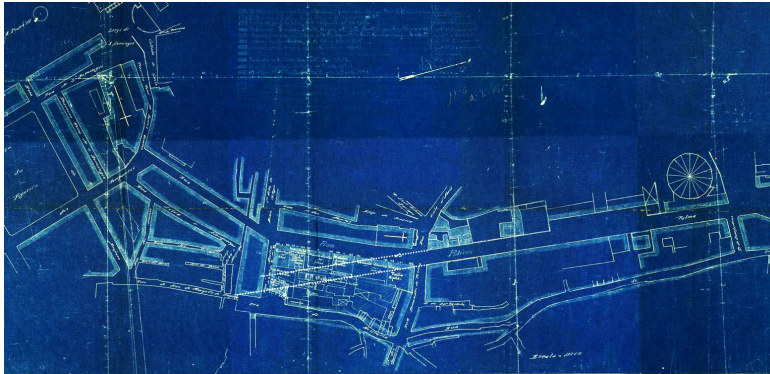
A situação resolveu-se como se apresenta na figura 63, não concretizando as ideias de Abrantes, mas ainda assim *"o problema da Rua da Palma"* persiste. Em 1930 é proposta e aprovada a expropriação e demolição de três prédios para *"a realização do projecto aprovado do prolongamento da Rua da Palma até ao Largo Silva e Albuquerque"*²³⁷. O projecto é no entanto diferente do de Abrantes, sugerindo apenas o prolongamento a direito da rua, terminando esta no Palácio do Marquês de Alegrete, a destruir (figura 64). Um destes prédios era o Teatro Apolo, e como este resistiu até 1957, presume-se que os outros dois se tenham também mantido. De qualquer das formas, sem Anuário da CML, cuja primeira publicação é de 1935, está fora do alcance desta dissertação confirmar se de facto os prédios foram demolidos ou não.

234 Idem, pp. 6 e 7.

235 Idem, p. 8.

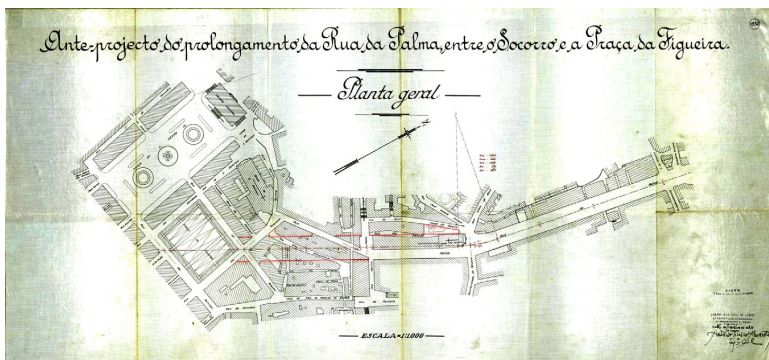
236 Ibidem.

237 CML - *Obra de prolongamento da rua da Palma: arruamento junto ao Teatro Apolo*, Lisboa, 1930, p. 3. Disponível no AML - AC. C. Ref.: PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/10/003/06.



64 "Obra de prolongamento da Rua da Palma no arruamento junto ao teatro Apollo". Planta de 1930. O pontilhado branco é acrescentado pela autora para melhor leitura da imagem. AML-AC. C. Ref.: PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/10/003/06, p. 4.

Quatro anos depois, aparece novo projecto de António Emídio Abrantes (figura 65). Desta feita não havia nem uma rua nova a ligar o Largo de São Domingos, nem uma rua até ao Largo Silva e Albuquerque, mas sim o prolongamento da Rua da Palma até à Praça da Figueira:



65 "Ante-projecto do prolongamento da Rua da Palma entre o Socorro e a Praça da Figueira" de António Emídio Abrantes, em 1934. O pontilhado vermelho é acrescentado pela autora para melhor leitura da imagem. AML-AC. C. Ref.: PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/10/003/01, p. 3.

Também estes esforços ficaram em águas paradas. É então que, como se sabe, em 1938, Duarte Pacheco chega à presidência da Câmara de Lisboa, para pôr ordem nas políticas urbanísticas. Encomenda de imediato um plano de conjunto para a cidade, para o qual foi chamado o francês Étienne de Gröer. Durante os dez anos seguintes, o urbanista orientou o desenvolvimento urbano da cidade, em conjunto com os serviços técnicos municipais, aos quais pertencia António Emídio Abrantes. Nesse mesmo ano, o engenheiro redige um completíssimo



66 Ante-plano para a construção de um túnel a construir entre o Socorro e o Largo de São Domingos, a cargo da Sociedade metropolitana e colonial de construções limitada. Disponível no AML-AC. C. Ref.: PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/10/004/01, p. 13.

estudo sobre a Lisboa da sua época, abordando temas que iam desde a meteorologia aos problemas de circulação. É posteriormente lido e corrigido por Gröer para formar os “*Elementos para o estudo do Plano de Urbanização da cidade de Lisboa*”. Neste documento, sobre a Rua da Palma, lê-se:

“Congestiona-se com facilidade por ser a única artéria da parte oriental que estabelece ligação com a Baixa; embora o trânsito nesta Rua seja feito unicamente em direcção norte-sul, o movimento de carroças é enorme, principalmente de manhã, para o abastecimento da Praça da Figueira.

Não é fácil efectuar o seu descongestionamento.

Em tempo resolveu-se em parte a dificuldade desviando toda a viação animal para a Rua de Silva e Albuquerque; ultimamente esse desvio foi alterado, com o argumento de que a inclinação da faixa de rolagem molestava demasiado os animais.

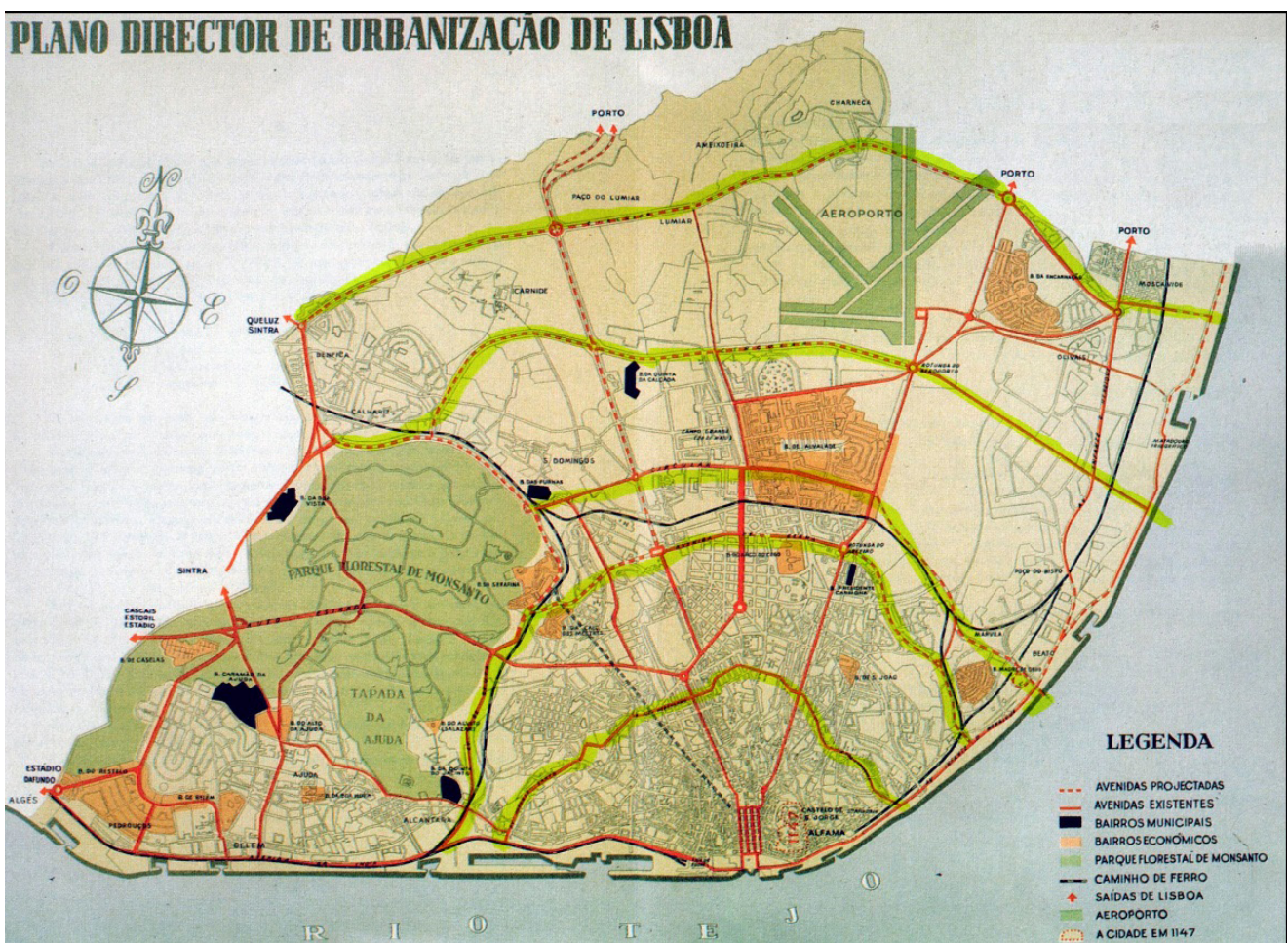
*A solução preconizada para este caso consiste no prolongamento da Avenida Almirante Reis, até ao Rossio.”*²³⁸

No ano de entrada de Duarte Pacheco para a CML aparece ainda no Arquivo Municipal um contrato para elaboração de um ante-projecto para túnel entre a Rua da Palma e o Largo de São Domingos (figura 66), a cargo da *Sociedade metropolitana e colonial de construções limitada* (SOMECE)²³⁹, baseando-se a empresa em pré-estudos da CML. A simples comparação entre as plantas presentes no documento dão conta que este é puramente a solução proposta por António Emídio Abrantes em 1926 (figura 62), construída no subsolo. De novo, o projecto ficou-se pelas gavetas municipais.

Em 1948, apresenta-se o plano do urbanista francês, estabelecendo linhas de força e marcando um conjunto de radiais que se cruzavam com os

238 Abrantes, António Emídio - *os Elementos para o estudo do Plano de Urbanização da cidade de Lisboa* - CML - Direcção dos serviços de urbanização e obras, Lisboa, 1938. p. 71. O rasureado é feito por Etienne de Gröer, ao qual acrescenta “*suprimmer*”. É necessário acrescentar que o documento com as correcções de Gröer disponível na Hemeroteca Digital tende a rasurar todas as afirmações sobre soluções para a cidade (em 1938 o urbanista tinha acabado de chegar à CML), incluindo as propostas por António Emídio Abrantes.

239 CML; Sociedade metropolitana e colonial de construções limitada - Estudos de projecto de túnel a construir na zona do Socorro. Sem publicação, Lisboa, 1938. Disponível no AML - AC. C. Ref.: PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/10/004/01. Consultado a 26 de Abril de 2016.



67 Plano Director de Urbanização de Lisboa de 1948 (Gröer). A tracejado, a 1ª e 2ª circulares, em projecto, assim como a Avenida de Berna e a sucessão de estradas até ao Lumiar. Na Baixa, é já visível a intenção de ligar a Avenida Almirante Reis com o Rossio e a Baixa.



68 Os bairros no Plano de Urbanização de Lisboa em 1938. Fonte: CML.

grandes arruamentos citadinos (figura 67). O objectivo maior seria um melhor escoamento do trânsito e a aproximação dos bairros da periferia ao centro da cidade. Para lá de sistema viário alargado, Gröer estabelece um sistema de bairros (à boa maneira parisiense), com o intuito de proteger “o carácter e interesse”²⁴⁰ das zonas antigas de um imbatível sistema de circulação que estes lugares jamais conseguiriam abarcar (figura 68). Por último, e também no interesse da melhor circulação viária, o plano director dita a criação de três *Centros Administrativos* complementares, em lugares “bastante afastados do actual centro”²⁴¹. Na Baixa, esse complicado centro comercial de difícil circulação, não apenas pelo bulício decorrente da sua actividade principal, mas também por servir “de ponte de junção de várias correntes de trânsito provenientes dos vales que a ela acedem e do seu porto”²⁴², é proposta, para além da descentralização de serviços, um esquema que termine com as deslocações desnecessárias a esta zona.

A acção do plano de Gröer na Mouraria apresenta-se apenas aquando da sua apresentação, mas antes disto é posto um processo em marcha que facilitará o massacre urbano de 1948: a revisão da lei das expropriações. Com a decisão do município de trazer para si o controle da iniciativa urbanística da cidade, estabelece-se que aos proprietários se relegaria, *eventualmente*, “o papel de simples colaborador passivo quando circunstâncias especiais o aconselham.”²⁴³ A primeira versão da lei das expropriações, ainda da 1ª República (1912), terá sido crucial para a regulamentação das compras e vendas municipais para os grandes planos de urbanização, mas tornava-se já inadequada, especialmente quando comparamos a actividade urbana desse período em contraste com os grandes planos que se imaginavam em 1938. Lê-se nos anais de 1938:

“Tão evidente é esta afirmação que já em relatório de 1936 da

240 Mesquita, Jorge Carvalho - *Plano director de Lisboa*, in XXI Congresso da Federação Internacional de Habitação e Jornalismo, CML, Lisboa, 1952, p. 10.

241 Idem, p. 9.

242 Idem, p. 7.

243 Sá, Alexandre de Vasconcelos - *Expansão e Remodelação de Lisboa* in XXI Congresso da Federação Internacional de Habitação e Jornalismo, CML, Lisboa, 1950, p. 4.

*Repartição de Expropriações se dizia «...porque a aquisição é normalmente feita por expropriação, convém acentuar a dificuldade que resulta, para o bom desempenho de uma das principais missões deste serviço, do facto de não estar a legislação sobre expropriações adaptada ao ritmo actual da vida nacional».*²⁴⁴

A legislação surge dois anos após a aquisição de cerca de 600 hectares para o projecto do Parque Florestal de Monsanto (1934-1938). O processo, “*um regime de expropriações muito sumário, sem protecção dos tribunais, com preços arbitrados por uma comissão, cuja decisão não admitia possibilidade de recurso...*”²⁴⁵, veio a ser a experiência necessária para arrancar com o processo que se queria rápido, já que o objectivo maior seria aplicado a tempo das Comemorações dos Centenários da Fundação da Nacionalidade, cujo expoente máximo seria, claro, a Exposição do Mundo Português, em 1940. Eram necessárias “*algumas obras públicas, no curto prazo de dois anos*”²⁴⁶. A solução encontrada foi simplesmente dar a Duarte Pacheco a última palavra em relação a todos os actos de expropriação. Ao mesmo tempo, os processos eram decididos por três árbitros, dois pertencentes à Justiça, e um representante de cada prédio, à escolha do proprietário, mas, como analisa Vitor Ferreira, a presença dos dois primeiros era um tanto ou quanto paradoxal, já que, após a decisão final, não haveria possibilidade de recurso²⁴⁷. Eliminando as burocracias, simplificando os processos, e agressivamente negociando propriedades, o Estado conseguia rapidamente realizar todas as grandes operações urbanísticas idealizadas pelo Regime, à custa dos direitos de muitos cidadãos, e, em última instância, se se observar as consequências desta lei na zona baixa da Mouraria, à custa da cidade. Em 1951, a CML possuía 35% da superfície total da área do concelho - 2800 ha -, com a rentável possibilidade de comercializar 135 desses hectares²⁴⁸

244 CML - Anais do Município de Lisboa, ano de 1938, CML, Lisboa, 1939, p. 84.

245 Ferreira, Vitor Matias - *A Lisboa do Império e o Portugal dos Pequeninos: estrutura fundiária e política urbana de Lisboa, anos de 1930-40*, in *Análise Social*; vol. XIX, Lisboa, 1983, p. 705.

246 Idem, p. 707.

247 Idem, p. 707.

248 França, José-Augusto - *Lisboa: Urbanismo e Arquitectura*, Biblioteca Breve, vol. 53, Lisboa, 180, p. 103.

Com as premissas de Gröer e com a lei das expropriações no prelo, voltam-se os olhares para a baixa da Mouraria. O eco de clamores que vinha já de Pezerat, Fialho de Almeida, António Emídio Abrantes, do próprio Gröer, de grande parte dos vereadores da Câmara e de tantos outros citados e por citar, era já insuportável. A higienização era urgente, e começa-se a falar do *Plano de Remodelação da Baixa*. A primeira referência a estes estudos data de 1944, e pode ler-se nos Anais do Município:

“Para o plano de Urbanização da Cidade, de cuja elaboração o Município tomou a iniciativa há alguns anos e para o qual se coligiram já tantos elementos, contribuiu-se em 1944 com alguns e importantes estudos parciais.(...)”

“Em matéria de Estudos de Conjunto, no decorrer do ano findo, podem citar-se como contribuições parciais, embora valiosas para o plano, alguns extensos estudos de urbanização à escala de 1:1.000 de diversas zonas da Cidade elaborados principalmente para fazer face a prementes necessidades, como sejam, a aguda crise de habitação que se atravessa, o descongestionamento de trânsito na Baixa ligado com o saneamento de determinados locais e o arranjo imediato de certos parques e jardins.(...)”

Citarei como mais importantes:(...)

III -Estudo de descongestionamento da Baixa por meio de uma circular de túneis e criação de um grande centro comercial e de edifícios públicos.”²⁴⁹

Em 1945:

“Também não podem deixar de mencionar-se as negociações para aquisição amigável das propriedades abrangidas pela remodelação da Baixa, trabalho de grande volume e importância e em relação ao qual, apesar de só iniciado no segundo semestre de 1945, já se obtiveram apreciáveis resultados a relatar em pormenor oportunamente, depois de organizados, em definitivo, os processos para transmissão das propriedades que lhe respeitam.”²⁵⁰

249 CML - *Anais do Município de Lisboa, ano de 1944*, CML, Lisboa, 1945, p. 28.

250 CML - *Anais do Município de Lisboa, ano de 1945*, CML, Lisboa, 1946, p. 98.

E em 1946:

“Ocorre, entre certos pontos notáveis de preocupação especial, abordar o problema do trânsito em Lisboa (...).

*[A] Câmara continua a pensar que a resolução definitiva do problema do trânsito depende fundamentalmente da aplicação de uma solução de remodelação da parte central da cidade - a Baixa - em que os Serviços continuam trabalhando desde 1945 e terá começo de realização logo que se aprontem as casas de renda económica (...)*²⁵¹

No relatório de expropriações desse mesmo ano, lê-se ainda:

“(...) [Iniciou-se] a aquisição de um importante grupo de prédios urbanos atingidos pela Remodelação da Baixa, muito embora para este fim as negociações preliminares tivessem já começado em 1945.

*O valor total das propriedades expropriadas atingiu porém este ano quantia muito superior às correspondentes dos três últimos anos (...). Para estes resultados finais (...) concorreu em muito, como era de esperar, a aquisição dos 45 prédios abrangidos pela Remodelação da Baixa, os quais, ocupando a pequena superfície total de 3.307 metros quadrados, têm o valor de Esc. 12.499.041\$00.”*²⁵²

E finalmente, esperando não maçãr o leitor com relatórios municipais, acrescenta-se um ultimo parágrafo de 1947, referente ao realojamento *gentrificador* dos habitantes da Baixa:

*“É evidente que as casas de renda económica do Sítio de Alvalade e as do Caramão da Ajuda contribuirão para se alojarem alguns milhares de pessoas mas a sua mais valiosa aplicação, como se previu ao elaborar-se o plano da sua construção, está na facilidade de realojamento que vem fornecer para prosseguir o plano de remodelação da Baixa que não é apenas obra de embelezamento e salubridade da parte central da cidade mas, e principalmente, indispensável e impreterível obra de descongestionamento de circulação e trânsito dessa zona de mais intensa vida lisboeta.”*²⁵³

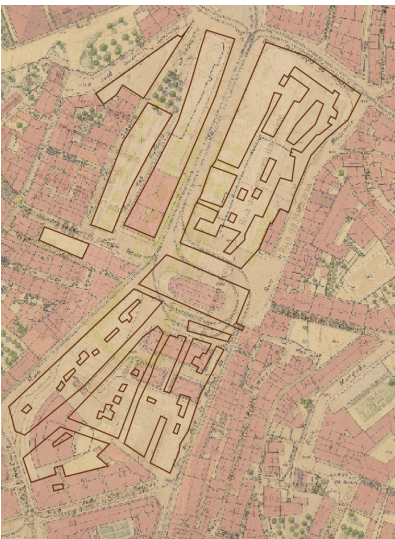
251 CML - *Anais do Município de Lisboa, ano de 1946*, CML, Lisboa, 1946, pp. 10-11.

252 Idem, p. 123.

253 CML - *Anais do Município de Lisboa, ano de 1947*, CML, Lisboa, 1948, p. 9.



69 O Arco do Marquês do Alegrete, ao qual se adossava o palácio com o mesmo nome. Fotografia de Eduardo Portugal, 1947. Arquivo Fotográfico CML. C. Ref.: PT/AMLSB/EDP/000947



70 A castanho, os edifícios existentes na carta de Silva Pinto (1904-11), sobrepostos na planta de 1950, mostrando a escala das demolições. Fonte: Lisboa Interactiva.

É evidente sim, depois destas referências, que se aproxima o camartelo. Apelando à melhoria da circulação e sublinhando a insalubridade, fala-se sobre a demolição do Palácio do Marquês de Alegrete e da Praça da Figueira, cuja posição central e de exclusividade no abastecimento dos produtos da cidade apenas aumentava os problemas de trânsito em seu redor.²⁵⁴ Quanto ao primeiro, encontra o seu destino em 1946 ²⁵⁵, deixando a sua demolição para trás o arco homónimo, que por ser monumento classificado achou-se por bem que este passasse a dividir coisa nenhuma²⁵⁶ (figura 69). Em 47, 48, 49, foi o resto (figura 70). Certamente que a nova lei das expropriações terá vindo a jeito para o processo (ver nota anterior, um bom caso de aplicação). Nos Anais do Município discriminam-se os prédios, o seu valor e a razão da demolição (figura 71). Foram copiados para este documento, não tanto para servir as funções contabilísticas a que se prestaram na altura, mas como referência visual da escala das demolições. Os doze anos que aqui se mostram representam o momento de maior importância para este trabalho, com o ano de 1948 a ser o mais impressionante. Dos listados, nota-se o Palácio do Marquês de Alegrete, logo em 1946, o Mercado da Praça da Figueira em 1950, a igreja do Socorro em 1950 e o Teatro Apolo em 1958 (referido como Rua da Palma, 154 a 192 e Rua Fernandes da Fonseca, 35 a 41).

254 Falando de um grande mercado abastecedor, diz-se nos Anais de 1945: “Acrece que a demasiada centralização acarretará posteriormente um encargo de distribuição bastante elevado e incomportável para certos produtos, além de congestionar o trânsito à volta dos mercados, aumentando-o tanto em quantidade de veículos como no tempo de duração.” in CML - Anais do Município de Lisboa, ano de 1945, CML, Lisboa, 1946, p. 197.

255 “A Câmara Municipal de Lisboa carecendo do terreno do palácio para melhorar a circulação pública naquele sítio, encetou em 1932 as negociações para a sua aquisição amigável, mas tendo estas falhado, promoveu a expropriação por utilidade pública, sendo a indemnização fixada por sentença do 2º Tribunal Cível da Comarca de Lisboa confirmada por assento do Supremo Tribunal de Justiça proferido em 16 de Dezembro de 1932, tendo-se feito a adjudicação à Câmara pelo mencionado Tribunal Cível em 9 de Janeiro de 1946. (...) A demolição do prédio começou nos primeiros dias de Agosto de 1946 e durou cerca de dois meses.” Silva - Augusto Vieira da - Sítio e Palácio do Marquês de Alegrete, in *Revista Municipal*, nºs 30 e 31, 1946, Publicação cultural da CML. Disponível em <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/RevMunicipal/N30_31/N30_31_master/N30_31.pdf>. Consultado a 16 de Abril de 2016.

256 A título de curiosidade, acerca do Arco do Marquês de Alegrete, leia-se a deliciosa entrevista ao arco feita por Gustavo de Matos Sequeira e Luíz Pastor de Macedo na página 217 dos anexos deste documento.

CAPÍTULO SEIS: AI MOURARIA!

	LOCAIS	VALOR DO PRÉDIO	FIM A QUE SE DESTINA
1948 1947 1946	Rua Martim Moniz, 21 a 23 - Palácio Condes de Tarouca [Marquês de Alegrete]	753.018\$	Arruamentos
	Rua do Arco Marquês de Alegrete, n.º 89	215.000\$	Arruamentos
	Largo Silva e Albuquerque, n.º 13 e 14	76.800\$	Arruamentos
	Rua do Socorro e Largo do Socorro, n.º 58/4 e 4-A	121.000\$	Remodelação da Baixa
	Rua do Socorro, n.º 54 e 56	252.000\$	Remodelação da Baixa
	Travessa do Alegrete, n.º 7 e 9	60.000\$	Remodelação da Baixa
	Travessa do Alegrete, n.º 8 e 5	100.000\$	Remodelação da Baixa
	Beco da Povoia, n.º 10 a 18 e Travessa do Alegrete n.º 11	261.880\$	Remodelação da Baixa
	Largo Silva e Albuquerque, n.º 16 a 22 e Travessa do Alegrete, n.º 29 a 31	539.841\$70	Remodelação da Baixa
	Largo Silva e Albuquerque, n.º 23 e 25 e Rua dos Vinagres e Beco da Póvoa, n.º 19	498.360\$	Remodelação da Baixa
	Beco da Póvoa, n.º 3 a 17	280.300\$	Remodelação da Baixa
	Rua dos Vinagres, n.º 5 e 7	164.000\$	Remodelação da Baixa
	Rua dos Vinagres, n.º 30, 32 e 34	218.800\$	Remodelação da Baixa
	Rua dos Vinagres, n.º 18 a 22	107.076\$	Remodelação da Baixa
	Rua dos Vinagres, n.º 12 a 16	180.000\$	Remodelação da Baixa
	Rua Silva e Albuquerque, n.º 66 a 72 e Rua. dos Vinagres n.º 33	448.300\$	Remodelação da Baixa
	Rua dos Álamos, n.º 22 a 28 e Rua dos Vinagres n.º 1 a 3	347.740\$	Remodelação da Baixa
	Rua dos Vinagres, n.º 36 a 40	315.000\$	Remodelação da Baixa
	Rua Silva e Albuquerque, n.º 56 a 58 e Rua dos Vinagres, n.º 29 a 31	364.000\$	Remodelação da Baixa
	Rua da Mouraria, n.º 27 a 31	1.330.000\$	Remodelação da Baixa
	Rua Silva e Albuquerque, n.º 60 a 64	143.904\$	Remodelação da Baixa
	Rua do Arco Marquês de Alegrete, n.º 41 a 43	132.000\$	Remodelação da Baixa
	Rua do Arco Marquês de Alegrete, n.º 37 a 39	507.000\$	Remodelação da Baixa
	Rua do Arco Marquês de Alegrete, n.º 85 e 87	156.000\$	Remodelação da Baixa
	Rua do Arco Marquês de Alegrete, n.º 55 a 59	163.800\$	Remodelação da Baixa
	Rua do Arco Marquês de Alegrete, n.º 17 a 25 e Rua dos Álamos, n.º 2 e 2-A	670.625\$	Remodelação da Baixa
	Rua do Arco Marquês de Alegrete, n.º 65 e 67	200.000\$	Remodelação da Baixa
	Rua do Arco Marquês de Alegrete, n.º 73 e 75	165.296\$	Remodelação da Baixa
	Rua do Arco Marquês de Alegrete, n.º 69 e 71	240.000\$	Remodelação da Baixa
	Rua do Arco Marquês de Alegrete, n.º 61 a 63	522.300\$	Remodelação da Baixa
	Rua dos Álamos, n.º 23 a 25-A	117.000\$	Remodelação da Baixa
Rua dos Álamos, n.º 40 a 44	530.000\$	Remodelação da Baixa	
Rua dos Álamos, n.º 34 a 38	222.369\$80	Remodelação da Baixa	
Rua dos Álamos, n.º 30 a 32	282.000\$	Remodelação da Baixa	
Rua dos Álamos, n.º 12 a 16 e Beco dos Álamos, n.º 1 a 3	409.880\$	Remodelação da Baixa	
Rua dos Álamos, n.º 27 a 29	150.000\$	Remodelação da Baixa	
Rua Silva e Albuquerque, n.º 20 a 30-A	483.000\$	Remodelação da Baixa	
Rua dos Álamos, n.º 4 e 6	190.000\$	Remodelação da Baixa	
Rua do Arco Marquês de Alegrete n.º 27 a 35	416.160\$	Remodelação da Baixa	

1949	Rua Silva e Albuquerque n.º 40 a 44	310.000\$	Remodelação da Baixa
	Rua Silva e Albuquerque n.º 36 a 38-A	507.000\$	Remodelação da Baixa
	Rua do Arco Marquês de Alegrete n.º 45 a 53	776.016\$	Remodelação da Baixa
	Rua Silva e Albuquerque n.º 25 a 29	303.000\$	Remodelação da Baixa
	Rua Silva e Albuquerque n.º 37 a 39	455.000\$	Remodelação da Baixa
	Rua Silva e Albuquerque n.º 47 a 49	254.364\$	Remodelação da Baixa
	Rua Silva e Albuquerque n.º 51 a 53	429.000\$	Remodelação da Baixa
	Rua Silva e Albuquerque n.º 61 a 63	168.000\$	Remodelação da Baixa
	Rua Silva e Albuquerque n.º 65 a 67	209.600\$	Remodelação da Baixa
	Rua dos Álamos, n.º 8 a 10 e Beco dos Álamos, 2	508.000\$	Remodelação da Baixa
	Rua dos Vinagres, n.º 35 a 39	126.800\$	Remodelação da Baixa
	Largo do Socorro, n.º 1 a 3 e Rua das Atafonas	348.000\$	Remodelação da Baixa
	Beco dos Álamos n.º 5 a 11	1.028.000\$	Remodelação da Baixa
	Beco da Póvoa n.º 2 a 8	453.000\$	Remodelação da Baixa
	Rua Silva e Albuquerque, n.º 69 a 73	204.000\$	Remodelação da Baixa
	Rua das Atafonas, n.º 53 a 57	190.666\$	Remodelação da Baixa
	1950	Rua Silva e Albuquerque e Largo Silva e Albuquerque 75 a 77 e 1.	666.776\$
Rua dos Vinagres, 17 a 21		221.800\$	Remodelação da Baixa
Mercado da Praça da Figueira		1.500.000\$	Remodelação da Baixa
Beco da Atafona, 4 a 8		155.000\$	Remodelação da Baixa
Igreja do Socorro - Rua da Palma		10.000.000\$	Remodelação da Baixa
Rua da Palma, 48 a 52		380.000\$	Remodelação da Baixa
Rua da Palma, 36 a 40		650.000\$	Remodelação da Baixa
Rua da Palma, 54 a 58		383.275\$	Remodelação da Baixa
Rua da Palma, 42 a 46		500.000\$	Remodelação da Baixa
Rua da Palma, 32 a 34		420.000\$	Remodelação da Baixa
Rua Silva e Albuquerque, 32 e 34		157.000\$	Remodelação da Baixa
Rua Silva e Albuquerque, 15 e 17-A		273.200\$	Remodelação da Baixa
Rua Silva e Albuquerque, 19 a 23		420.000\$	Remodelação da Baixa
Calçada Marquês de Tancos, 17 a 19		100.000\$	Novo Mercado à Calçada Marquês de Tancos
Rua da Palma, 60 a 64		679.500\$	Remodelação da Baixa
Rua da Palma, 86 a 92 e Largo Silva e Albuquerque, 3 e 5		420.000\$	Remodelação da Baixa
Rua Silva e Albuquerque, 55 e 59		360.000\$	Remodelação da Baixa
Rua da Palma, 80 a 84		150.000\$	Remodelação da Baixa
Rua dos Vinagres, 9 a 11		110.000\$	Remodelação da Baixa
Rua Silva e Albuquerque, 9 a 13		320.000\$	Remodelação da Baixa
Rua da Palma, 66 a 78		1.250.000\$	Remodelação da Baixa
Rua dos Vinagres, 13 a 15		90.675\$	Remodelação da Baixa
Rua da Palma, 26 a 30		688.500\$	Remodelação da Baixa
Rua Silva e Albuquerque, 3 a 7		423.000\$	Remodelação da Baixa
Rua da Palma, 2, Rua dos Fanqueiros, 396 a 408 e Rua da Silva e Albuquerque, 1		1.300.000\$	Remodelação da Baixa
Rua Silva e Albuquerque, 46 a 54		650.000\$	Remodelação da Baixa
1951		Beco dos Álamos, 8, Rua dos Vinagres, 24 a 28 e Beco da Póvoa	2.700.000\$
	Rua da Palma, 133 a 143	2.125.000\$	Remodelação da Baixa
1952	Rua das Atafonas, 12 a 16	413.578\$	Remodelação da Baixa
	Rua do Socorro, 38 a 40	200.000\$	Remodelação da Baixa
	Rua do Socorro, 26 a 30	313.902\$	Remodelação da Baixa
	Rua das Atafonas, 31 a 35	286.000\$	Remodelação da Baixa
	Rua das Atafonas, 25 a 29	364.000\$	Remodelação da Baixa

CAPÍTULO SEIS: AI MOURARIA!

	Rua das Atafonas, 21, 21-A e 23	372.000\$	Remodelação da Baixa
	Rua do Socorro, 20 a 24	243.485\$	Remodelação da Baixa
	Rua das Atafonas, 15 a 19	286.000\$	Remodelação da Baixa
	Rua do Socorro, 32 a 36	403.000\$	Remodelação da Baixa
	Largo do Socorro, 20 a 25	700.000\$	Remodelação da Baixa
	Rua do Socorro, 42 e 48 e Rua das Atafonas, 43 e 45	700.000\$	Remodelação da Baixa
	Rua do Socorro, 14 a 18 e Rua das Atafonas, 11 e 13	620.000\$	Remodelação da Baixa
	Rua do Socorro, 8 a 12	200.000\$	Remodelação da Baixa
1953	Rua D. Duarte, 384 a 394, tornejando para a Rua Silva e Albuquerque	2.250.000\$	Remodelação da Baixa
	Rua das Atafonas, 1 a 3 e Rua Martim Moniz, 44	360.000\$	Remodelação da Baixa
	Rua das Atafonas, 5 a 9	257.048\$	Remodelação da Baixa
	Rua Silva e Albuquerque, 12 a 18 e Rua dos Álamos, 43	800.000\$	Remodelação da Baixa
	Rua dos Álamos, 37 a 41	160.000\$	Remodelação da Baixa
	Rua das Atafonas, 47 a 51 e Rua do Socorro, 50 a 52	439.114\$30	Remodelação da Baixa
	Rua do Socorro, 2 a 6 e Rua Martim Moniz, 46	445.000\$	Remodelação da Baixa
1954	Rua da Mouraria, 27 a 31	2.000.000\$	Remodelação da Baixa
	Rua da Mouraria, 23 a 25	150.000\$	Remodelação da Baixa
	Rua da Mouraria, 47 a 51	295.000\$	Remodelação da Baixa
	Rua da Mouraria, 53 a 55	220.000\$	Remodelação da Baixa
	Rua da Mouraria, 57 a 59	141.000\$	Remodelação da Baixa
	Rua da Mouraria, 61 a 65	315.000\$	Remodelação da Baixa
	Rua da Mouraria, 67 a 73	300.000\$	Remodelação da Baixa
	Rua da Mouraria, 75 a 77	126.800\$	Remodelação da Baixa
	Rua da Mouraria, 91 a 95	350.000\$	Remodelação da Baixa
	Rua Martim Moniz, 51 e 55 e Calçada do Jogo da Pela, 1 e 1-A	1.100.000\$	Remodelação da Baixa
	Rua da Mouraria, 39 e 41	115.000\$	Remodelação da Baixa
	Rua da Mouraria, 33 a 37	220.000\$	Remodelação da Baixa
	Rua da Mouraria, 43 e 45	150.000\$	Remodelação da Baixa
	Rua da Mouraria, 79 a 85	420.000\$	Remodelação da Baixa
	Rua da Mouraria, 87 e 89	150.000\$	Remodelação da Baixa
1955	Largo do Socorro, 9 a 14 e Rua José António Serrano, 24 a 28	1.100.000\$	Remodelação da Baixa
	Rua José António Serrano, 8 a 19 e Largo do Socorro 3 a 8	1.200.000\$	Remodelação da Baixa
	Rua da Mouraria, 17 e 19	192.384\$	Remodelação da Baixa
	Rua da Mouraria, 21	110.000\$	Remodelação da Baixa
1956	Rua da Palma 126 a 138	2.200.000\$	Remodelação da Baixa
	Rua da Palma, 140 a 152	3.100.000\$	Remodelação da Baixa
	Rua da Mouraria, 13 e 15	128.000\$	Remodelação da Baixa
	Travessa do Hospital, 17 e 19	150.000\$	Remodelação da Baixa
	Rua de S. Lázaro, 119 a 125	475.000\$	Remodelação da Baixa
	Rua de S. Lázaro, 117 e Travessa do Hospital, 21 e 23	200.000\$	Remodelação da Baixa
	Rua da Guia, 43 e 45 e Rua Marquês de Ponte Lima, 8 a 10	200.000\$	Rua Marquês de Ponte Lima
1957	Rua José António Serrano, 4	960.000\$	Remodelação da Baixa
	Rua Fernandes da Fonseca, 17	4.500.000\$	Remodelação da Baixa
1958	Rua da Palma, 116 a 124	1.900.000\$	Remodelação da Baixa
	Rua Martim Moniz, 12 a 14-B e Rua da Mouraria, 27, pátio	1.250.000\$	Remodelação da Baixa
	Rua da Palma, 109 e 121	3.250.000\$	Remodelação da Baixa
	Rua da Palma, 154 a 192 e Rua Fernandes da Fonseca, 35 a 41	10.953.000\$	Remodelação da Baixa
	Rua Martim Moniz, 2/10 e Rua da Mouraria, 7/11	469.220\$	Remodelação da Baixa

71 Demolições referentes à Mouraria ou à *Remodelação da Baixa*. Dados compilados de CML - *Anais do Município de Lisboa 1946-58*, Lisboa, 1947-57. Páginas por ano: 1946 (p. 84), 1947 (p. 74), 1948 (pp. 81, 82), 1949 (p. 70), 1950 (pp. 88-90), 1951 (pp. 75,76), 1952 (pp. 81, 82), 1953 (pp. 94,95), 1954 (pp. 83, 84), 1955 (pp. 86, 86), 1956 (pp. 90, 91), 1957 (pp. 60,70), 1958 (p. 69). Fonte original da compilação: Hemeroteca Digital. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/AnaisMunicipio/AnaisMunicipiol.htm>>, consultado a 15/04/2016.



72 O largo do Martim Moniz por volta de 1946. Ao fundo, a Rua do Socorro e a Calçada do Jogo da Pela. Fotografia de Judah Benoliel. Arquivo Fotográfico CML. C. Ref.: PT/AMLSB/JBN/004413. À direita, fotografia da autora, no mesmo lugar, na actualidade.



73 O largo do Martim Moniz e a Rua Nova da Palma na década de 50. Ao fundo, a Igreja de São Domingos. Fotografia de Judah Benoliel. Arquivo Fotográfico CML. C. Ref.: PT/AMLSB/JBN/004416. À direita, fotografia da autora, no mesmo lugar, na actualidade.

CAPÍTULO SEIS: AI MOURARIA!



74 O Arco do Marquês de Alegrete em 1949 . Fotografia do estúdio Mário Novais. Arquivo Fotográfico CML. C. Ref.: PT/AMLSB/MNV/000107. À direita, fotografia da autora, no mesmo lugar, na actualidade.



75 A Ermida de Nossa Senhora da Saúde em 1902 .Autor desconhecido. Arquivo Fotográfico CML. C. Ref.: PT/AMLSB/FAN/002792. À direita, fotografia da autora, no mesmo lugar, na actualidade.



76 A antiga Rua Martim Moniz. Ao fundo, as Escadinhas da Saúde. Fotografia de Judah Benoliel. Arquivo Fotográfico CML. C. Ref.: PT/AMLSB/JBN/004433. À direita, fotografia da autora, no mesmo lugar, na actualidade.



77 A igreja do Socorro em 1944. Ao fundo, as Escadinhas da Saúde. Fotografia de Eduardo Portugal. Arquivo Fotográfico CML. C. Ref.: PT/AMLSB/POR/059178. À direita, fotografia da autora, no mesmo lugar, na actualidade.



78 A rua e arco do Marquês de Alegrete, no século passado. Ao fundo, a Ermida de Nossa Senhora da Saúde. Fotografia de José Barcia. Arquivo Fotográfico CML. C. Ref.: PT/AMLSB/BAR/000262. À direita, fotografia da autora, no mesmo lugar, na actualidade.



79 A paragem de eléctricos no lugar do Palácio do Marquês de Alegrete. Fotografia de Eduardo Portugal, em 1947. Arquivo Fotográfico CML. C. Ref.: PT/AMLSB/EDP/000948

O vazio deixado pelo Palácio do Marquês de Alegrete pavimentou-se em 1947, e à sua volta construiu-se uma raquete de carris para os eléctricos. Chamou-se ao vazio Largo Martim Moniz, porque o *alargamento* começava na antiga Rua Martim Moniz²⁵⁷. Na figura 79 é ainda possível ver a fachada Sul dessa antiga rua, onde hoje está o Hotel Mundial. Quanto à raquete, foi lá colocada para desafogo das paragens de eléctricos das redondezas, numa tentativa de diminuir o tráfego viário da zona, em paragem constante por causa dos eléctricos²⁵⁸. Ao mesmo tempo, várias paragens e carreiras de eléctrico foram suprimidas. Os resultados das alterações (introduzidas a 1 de Julho desse mesmo ano) são os seguintes:

ARTÉRIAS	CARROS POR HORA		
	ANTES DE 1 DE JULHO	A PARTIR DE 1 DE JULHO	DIFERENÇAS
Rua Augusta	109	51	-58
Rua Áurea	109	44	-65
Rossio (lados ocidental e oriental)	124	62	-62
Rua do Arsenal	105	87	-18
Rua dos Fanqueiros	47	55	+8
Rua da Prata	40	55	+15
Rua da Alfândega	60	79	+19
Socorro a Martim Moniz	130	145	+15
Martim Moniz à Praça da Figueira	85	100	+15
Restauradores (travessia)	70	101	+31

80 Contagem de carros por hora em Julho de 1947, após alterações na circulação de transportes públicos. in CML - *Anais do Município de Lisboa, ano de 1947*, CML, Lisboa, 1948, p. 178

257 Acerca deste tema, Marluci Menezes afirma, sem citar fontes: “No lugar do palácio e das ruas que lhe eram contíguas nasceria um largo que passou a ser designado por Martim Moniz, ou seja, o nome daquele que se tornou um mito da reconquista cristã e que se reporta à lenda de um soldado que no Cerco de Lisboa ficou preso numa das portas da Cerca Moura, desse modo auxiliando a entrada dos cristãos na área ainda controlada pelos mouros. O largo recebe, assim, um nome bastante conveniente para a ideologia do Estado Novo que, entre outros aspectos, pretendia apropriar-se dos espaços públicos da cidade.” in Menezes, Marluci - *Mouraria, Retalhos de Um Imaginário*, Celta, Oeiras, 2004, p. 56. Independentemente da matriz ideológica nacionalista, Menezes não menciona que a Rua Martim Moniz já ali existia desde 1915, de acordo com Augusto Vieira da Silva: “Posteriormente recebeu o nome de Rua de S. Vicente (à Guia, aditamento posterior ao terremoto), modernamente mudado para Rua Martim Moniz.⁽⁶⁸⁾”. A nota 68 diz: “Deliberação da Câmara Municipal de 11 de Fevereiro, e edital de 14 de Outubro e 1915” in Silva, Augusto Vieira da - *A Cerca Fernandina de Lisboa*, vol. 1, CML, Lisboa, 1948, p. 55.

258 “Com a construção da raquette do Largo Martim Moniz obteve-se um descongestionamento apreciável do último troço da Rua da Palma e dos troços das Ruas dos Fanqueiros, do Amparo e do Arco do Marquês de Alegrete utilizados para o retorno dos carros que descem Almirante Reis, ao mesmo tempo que permitiu um melhor aproveitamento destes carros que deixaram a parte de mais congestionamento do percurso.” CML - *Anais do Município de Lisboa, ano de 1947*, CML, Lisboa, 1948, p. 178.

A redução do tráfego nas principais ruas da Baixa veio apenas aumentar o tráfego que já se sabia caótico naquela zona da cidade. Foi então, com os problemas de circulação a agudizar, que se apresentou o plano de Faria da Costa²⁵⁹, desenhado com as directrizes de Gröer em mente (figura 81). Em modo de introdução, segue este parágrafo do Conselho Superior de Obras Públicas:

*“Em 1949, a Câmara Municipal de Lisboa apresenta um antepiano parcial de remodelação da zona da Baixa compreendida entre a Praça da Figueira e a Rua da Palma, ocupada, em parte, por bairros insalubres, propondo-se solucionar problemas de trânsito no centro da cidade e ampliar, em moldes modernos, a zona comercial e de escritórios da Baixa.”*²⁶⁰

Faria da Costa, também formado em Paris²⁶¹, desenhóu aquilo a que o Arquivo Municipal da cidade chama de “Plano de estudo futurista”.²⁶² A solução do urbanista, será a menor de duas utopias quando comparando com os planos da *Lisboa Monumental* de Fialho de Almeida, que dista apenas trinta e dois anos desta. Ainda assim, a seriedade com que é exposta, sem considerar a odisséia que seria a sua execução, é impressionante. Sumariamente, o projecto, que salienta as “soluções gerais para a urbanização de Lisboa”²⁶³, propõe o alargamento da Rua

259 “É designado por «Plano de Remodelação da Baixa» o plano parcial de urbanização, que tende a resolver por forma definitiva os problemas de circulação na Baixa e o saneamento de uma grande zona de edificações antigas e insalubres, que se estende desde o Largo do Intendente até ao Rossio.” - Mesquita, Jorge Carvalho - *Plano de Remodelação da Baixa - Praça da Figueira, Rossio, Rua da Palma e S. Lázaro*, in *II congresso das Capitais*, sem editora, Lisboa, 1950, p. 6.

260 Costa, Faria da, et al. - *Plano de Remodelação da Baixa*, sem publicação, Lisboa, 1956-58 - 1966. AML - AC, C. Ref.: PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/10/291, p.30.

261 João Guilherme Faria da Costa (1906-1971) formou-se em Lisboa e Paris. Autor de uma vastíssima obra arquitectónica e urbanística, maioritariamente realizada em Portugal entre os finais dos anos 30 e 60. De entre os seus grandes projectos, colaborou por exemplo no desenho dos planos de urbanização da Ajuda e Alvalade. Com Étienne de Gröer trabalha no plano de urbanização da Figueira da Foz. Previamente, a equipa já tinha trabalhado em conjunto com Alfred Agache, em Paris, sendo Costa o responsável pelo convite dirigido pela CML aos dois urbanistas para a colaboração nos planos de urbanização da cidade. A sua biografia completa está disponível em: <www.monumentos.pt/sitel/app_pagesuser/Entity.aspx?id=a34eedeb-1d22-4f8b-ae46-368811ee28df>. Consultado a 24 de Maio de 2016.

262 Descrição do conteúdo do documento PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/10/432, referente ao “Plano de Remodelação da Baixa”, 1949-50. AML - AC.

263 Costa, Faria da, et al. - *Plano de Remodelação da Baixa*, sem publicação, Lisboa, 1956-58 - 1966. AML - AC, C. Ref.: PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/10/291, p.31.



81 Plano de remodelação da Baixa - Planta de Apresentação, da autoria de Faria da Costa. Fotografia dos Estudos Mário Novais. Arquivo Municipal de Lisboa. C. Ref.: PT/AMLSB/DPP/000028.

da Palma, para que abarcasse o fluxo decorrente do término da Avenida Almirante Reis / Avenida do Aeroporto. Para tal, e considerando a afirmação de Jorge Carvalho de Mesquita de que 35% do trânsito que afluía ao Rossio se destinava a outras zonas da cidade, trânsito esse que apenas ali se desloca pela “*manifesta falta de ligações mais fáceis e directas*”²⁶⁴, Faria da Costa propõe... Uma circular em túnel.

Esta circular em túnel desenha-se à semelhança da 1ª e 2ª circulares de Gröer, mas, como diz Mesquita, “*verificada a impossibilidade de a construir à superfície, projectou-se a sua construção em túnel*”²⁶⁵. Partia do Campo das Cebolas, atravessando toda a colina do Castelo (o lugar maior de significação e história da cidade, convém sublinhar), escoando o tráfego de automóveis num primeiro momento na baixa da Mouraria, onde lhes era oferecida uma ampla praça (a Praça D. João I, descartando D. Martim Moniz, o entalado herói da pátria), seguidamente na Praça dos Restauradores, vindo desembocar ao Corpo Santo. Na visão do arquitecto, “*é difícil conceber que, artérias como as Avenidas da Liberdade e de Almirante Reis, terminem, a primeira nos Restauradores, e a segunda na Praça de D. João I*”²⁶⁶. Ao ligar as duas avenidas com as duas saídas no túnel, Faria da Costa esperava completar a rede de distribuição de trânsito da cidade.

O plano de Faria da Costa é a expressão das vontades de todos os que criticaram a baixa da Mouraria ao longo dos anos, favorecendo uma cidade de boulevards, higienizada. Enquanto o urbanista afirmava que foram “*os problemas de circulação e do estacionamento (...) que, decisivamente, criaram no espírito unânime da população, a ideia de imperiosas necessidades que o Município seria chamado a resolver*”²⁶⁷, o município aplaudia o projecto, concordando com a lógica de circulação e adiantando que a “*remodelação urgente de toda a zona compreendida*

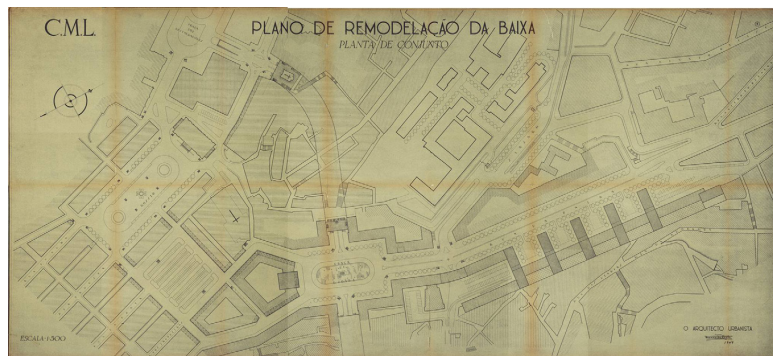
264 Mesquita, Jorge Carvalho - *Plano de Remodelação da Baixa - Praça da Figueira, Rossio, Rua da Palma e S. Lázaro*, in *II congresso das Capitais*, sem editora, Lisboa, 1950, p. 7.

265 Ibidem.

266 Costa, Faria da, et al. - *Plano de Remodelação da Baixa*, sem publicação, Lisboa, 1956-58 - 1966. AML - AC, C. Ref.: PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/10/291, p.25.

267 Idem, p. 8.

entre a Praça da Figueira (inclusivé) e o Socorro (...) resolverá ainda um problema grave de salubridade urbana.”²⁶⁸. Sobre este assunto, Faria da Costa é radical na descrição da zona que propõe intervir. A Ermida da Saúde “é melhor classificá-la assim - um dos restos piedosos da velha Lisboa”²⁶⁹, as ruas em volta do arco do Marquês do Alegrete eram tanto “de aspecto feio e desagradável” como “horríveis serventias”²⁷⁰ e o Beco do Cascalho é simplesmente “triste”. Por sua vez as fachadas da Rua da Mouraria “não oferecem antiguidade nem desenho bizarro”²⁷¹, mas felizmente, o urbanista acrescenta em nota que os “prédios foram demolidos em 1955”²⁷².



82 Faria da Costa - “Plano de Remodelação da Baixa - Planta de conjunto” À direita, o edifício Mundial, primeiro de escritórios, actualmente um hotel, defronte à Praça D. João I. Mais a Norte, a Rua da Palma. Planta de 1949. AML-AC, C. Ref.: PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/10/432, p. 3.

Passados dez anos da apresentação do projecto, o urbanista volta a pronunciar-se sobre esta matéria, numa segunda revisão, afirmando que o que se fez nos finais dos anos 40 e inícios de 50 “viria agravar uma crise de habitação quâsi crónica na nossa cidade.”²⁷³. Felizmente também neste caso, “O Município, com um respeito dignificante pela pessoa humana, inicia o Plano de Remodelação da Baixa (demolições), com a criação de uma verdadeira cidade - Alvalade - e do Bairro da Quinta das Furnas. Com estas duas realizações e outras já previstas, atende ao problema das

- 268 Idem, p. 33.
 269 Idem, p. 11.
 270 Idem, p. 12.
 271 Idem, p. 10.
 272 Idem, p. 11.
 273 Idem, p. 1.

*famílias desalojadas, tendo em vista as suas possibilidades económicas.”*²⁷⁴

Continua a não ser claro se as demolições foram realizadas tendo em vista o plano de Costa (ou um outro do passado, ou um outro que a autora não tenha encontrado), mas é certo que este será o mais abrangente, para além de ser o que segue as ideias de Gröer. No seu “*Estudo pormenorizado do arranjo da Praça dos Restauradores*”²⁷⁵, com desenhos de 1939, (um ano após a sua entrada na CML) Gröer inclui já a saída do túnel na Rua das Portas de Santo Antão, assim como um esboço de novos edifícios na Baixa da Mouraria (figura 83):



83 À esquerda, o “*Plan d'aménagement de Lisbonne. Esquisse de l'aménagement des environs immédiats du Rossio*”, desenhado por Gröer em 1939. Com a igreja de S. Domingos como referência (ao centro), pode ver-se o túnel que sai da Mouraria até à rua das Portas de Santo Antão, assim como as premissas para os novos edifícios na baixa da Mouraria. À direita, a planta de conjunto do “*Plano de Remodelação da Baixa*” de Faria da Costa, de 1949 (a orientação da planta original foi alterada para se alinhar com a de Gröer), onde o túnel vai desembocar por baixo, ou no lugar da Igreja de São Luís dos Franceses. Sem escala. AML-AC, C. Ref. (Gröer): PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/10/004/03, p. 3; (Faria da Costa): PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/10/432, p. 3.

O troço do projecto de Faria da Costa no Rossio parte definitivamente das ideias do urbanista chefe, podendo até ter sido um esforço conjunto. No entanto, quando se compara de novo as datas das demolições (1946-58) com as datas dos projectos (1948-49), a linha de tempo continua

²⁷⁴ Ibidem.

²⁷⁵ Gröer, Étienne de - *Estudo do arranjo da zona compreendida entre o Rossio e os Restauradores*, sem publicação, Lisboa, 1939, 1948. AML - AC, C. Ref.: PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/10/004/03

a não dar sentido às demolições, algo precipitadas considerando que nenhum dos projectos tinha ainda sido apresentado ao público. Especialmente quando se considera o plano de indemnizações aos comerciantes e indústria que consta do ficheiro do arquivo de Faria da Costa, sem data ou referências²⁷⁶, ou que se diz nos anais de 1947:

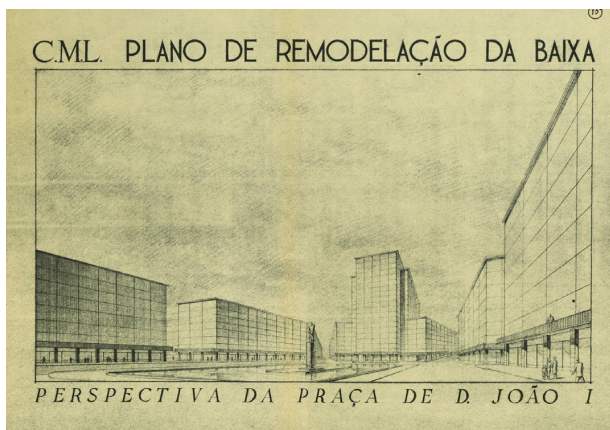
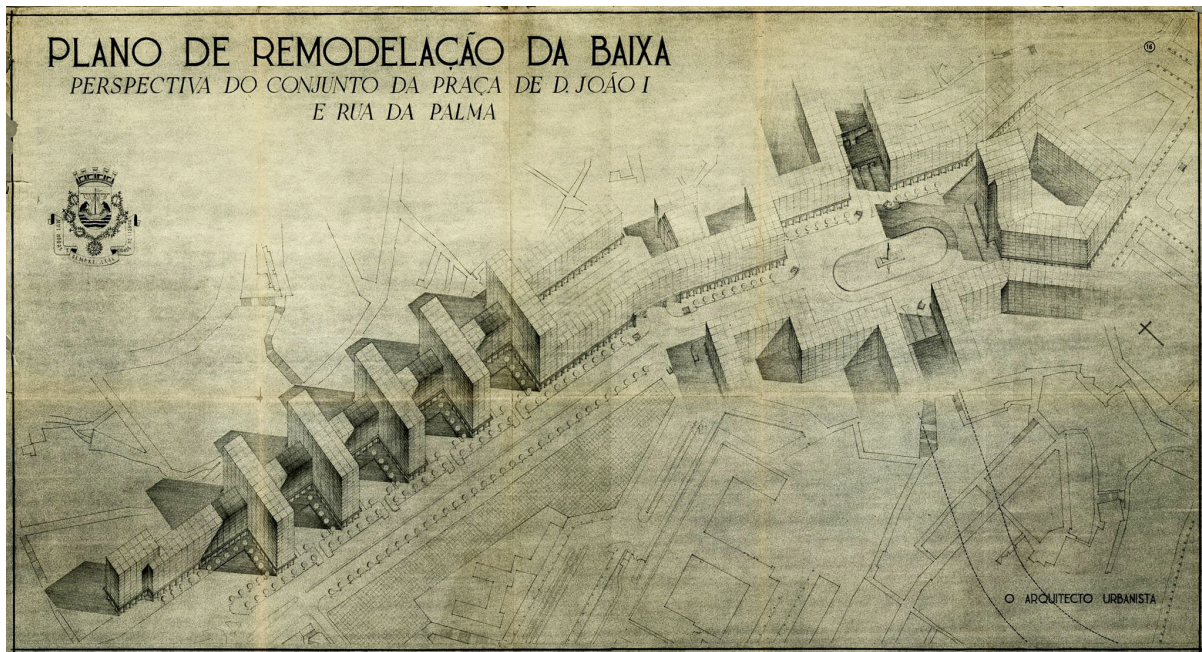
“O encargo da elaboração do Plano Director da Urbanização de Lisboa foi cometido, em princípios de 1947, ao arquitecto urbanista Etienne de Gröer, e o estado do adiantamento dos trabalhos permite esperar, confiadamente, a sua conclusão para fins de Junho de 1948. Uma vez apreciado e aprovado este Plano Director, o Município de Lisboa está então em condições de mandar elaborar, com segurança, todos os planos parciais de urbanização de que necessitar, quer para assegurar as extensões da Cidade, quer para promover as remodelações profundas que uma importante parte da urbe exige imperiosamente por motivos de circulação, de salubridade, de congestionamento de população, de adequada localização das actividades industriais, comerciais e dos serviços públicos.”²⁷⁷

Depois deste parágrafo, das palavras dos projectistas, e da cronologia factual das demolições, a história torna-se algo confusa. Se o plano de Gröer não estava ainda aprovado, os planos parciais de urbanização ainda não tinham sido mandados elaborar, com que argumentos se iniciam as demolições? É a interrogação que fica por responder, a qual se remete à ressalva do início deste capítulo.

Para lá das questões em aberto há ainda uma abundância de história urbanística que cabe nestas páginas. Ainda sobre os meados do século XX, apesar da memória descritiva do plano de 1949 não constar dos ficheiros da pasta do arquivo municipal, Faria da Costa discorre sobre os pontos de maior importância do projecto na segunda revisão do plano, de 1956-58. Para lá dessa contribuição, há também uma comunicação do engenheiro Jorge Carvalho de Mesquita, que já veio sendo citada. Com estes dados, e sem mais delongas, apresenta-se o restante plano de Faria da Costa (figura 84).

²⁷⁶ Costa, Faria da; Câmara Municipal de Lisboa. Direcção dos Serviços de Urbanização e Obras - *Plano de remodelação da Baixa, CML, Lisboa, 1948-49*. AML - AC, C. Ref.: PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/10/432.

²⁷⁷ CML - *Anais do Município de Lisboa, ano de 1947*, CML, Lisboa, 1948, p. 112.



84 Faria da Costa - "Plano de Remodelação da Baixa - Perspectiva do Conjunto da Praça de D. João I e da Rua da Palma."; "Perspectiva da Praça de D. João I", "Perspectiva de uma das pracetas da Rua da Palma", AML-AC, C. Ref.: PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/10/432, p. 3, 5, 6.

Mesquita começa por afirmar que o segmento do túnel que vai da Praça D. João I até ao Martim Moniz é de “*pequena extensão - cerca de 260 metros*”²⁷⁸, mas que a ele afluiria grande parte do trânsito viário e *pedonal* da zona, até porque na boca do túnel do lado dos Restauradores, se desenha um terminal de autocarros, com ligações ao metropolitano. É por estas razões que seriam incluídos neste troço dois amplos passeios, que se elevariam um metro acima das faixas de rodagem, assim como vários estabelecimentos comerciais. Quanto à praça, com os seus 140 metros de comprimento por 90 de largura, dimensões estas também “*modestas*”²⁷⁹, teria no seu centro um monumento a D. João I, da autoria do escultor Francisco Franco, que, como o plano, também não chegou a ser esculpida. Constituiria o grande nó de ligação à Baixa e ao novo pólo comercial e de negócios que se instalaria na Rua da Palma. Os monumentais edifícios desta rua, “*dignos de uma Capital*”²⁸⁰, seriam blocos de 8 pisos exclusivos a comércio, intersectados na perpendicular por prédios de 14 pisos, formando várias praticetas (figura 84). Teria um perfil de 40 metros²⁸¹, que o Conselho Superior de Obras Públicas requer que se aumente para 46, para albergar mais duas faixas de rodagem²⁸². Note-se que a Rua da Palma na carta de Silva Pinto tem um perfil de 15 metros²⁸³. O acesso ao hospital de São José também beneficiaria com o aumento da Rua da Palma. Quanto à Avenida Almirante Reis, pouco se podia fazer, já que os seus “*escassos*”²⁸⁴ 25 metros apenas podiam ser melhorados com a interrupção das carreiras de eléctrico. No topo Sul (onde hoje está o hotel Mundial), renascia o novo teatro Apolo.²⁸⁵

278 Mesquita, Jorge Carvalho - *Plano de Remodelação da Baixa - Praça da Figueira, Rossio, Rua da Palma e S. Lázaro*, in *II congresso das Capitais*, sem editora, Lisboa, 1950, p. 8

279 Idem, p. 10.

280 Idem, p. 12.

281 “*Rua da Palma: - Com a largura total de 40 metros, dispõe de duas faixas de rolagem com 9,75 metros cada uma [três vias, portanto], separadas entre si por uma faixa de separação e refúgio para peões. (...)*” Costa, Faria da, et al. - *Plano de Remodelação da Baixa*, sem publicação, Lisboa, 1956-58 - 1966. AML - AC, C. Ref.: PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/10/291, p.26.

282 Idem, p. 57.

283 Medição efectuada através da plataforma Lisboa Interactiva.

284 Idem, p. 25.

285 Mesquita, Jorge Carvalho - *Plano de Remodelação da Baixa - Praça da Figueira, Rossio, Rua da Palma e S. Lázaro*, in *II congresso das Capitais*, sem editora, Lisboa, 1950, p. 13.

Para terminar, Mesquita apresenta “*alguns elementos característicos, relativos à fase inicial de execução do plano*”²⁸⁶:

Número de prédios abrangidos	239
Número de estabelecimentos comerciais abrangidos	500
Número de pessoas abrangidas (aproximadamente)	5.000
Custo provável dos prédios atingidos	150.000.000\$00
Custo das indemnizações comerciais	50.000.000\$00
Número de prédios já adquiridos pela Câmara ou de aquisição acordada	125
Número de prédios já demolidos	42
Número de estabelecimentos comerciais a construir nos túneis	103
Número de estabelecimentos comerciais a construir nas galerias	100

Sobre o plano de Faria da Costa, resta dizer que, ainda que a óbvia impossibilidade de construção tenha sido eventualmente percebida, tanto pelo seu autor como pelas entidades encarregues de a fazer acontecer, a sua natureza revestia-se de um carácter anti-patrimonial, já que não se encontrava minimamente integrada numa perspectiva de conservação e reconsideração das malhas urbanas antigas e dos centros históricos, que só viria a acontecer mais tarde. Se o projecto foi de facto feito em conjunto com a Direcção dos Serviços de Urbanização e Obras, seria de esperar alguma atenção aos custos de tamanho empreendimento. Em 1958, o projecto estava estagnado, havia mercados provisórios no lugar de edifícios comerciais com 14 pisos, e a solução para o imbróglie estava longe de ser encontrada (*quão longe?*, pergunta-se ainda em 2016). Em 1954, o Município acha oportuno fazer uma revisão ao plano de 1949, “*tanto mais por irem em fase adiantada as expropriações e demolições, e, para evitar possíveis contratempos.*”²⁸⁷ A revisão chega em 1958, com plantas de 1956²⁸⁸, e seria de esperar que, com uma década de crescimento, pareceres e debates, houvesse mais diferenças que parecenças. Pelo contrário. Faria da Costa admite o que já se citou sobre a crise de habitação, admite o transtorno que terá causado a todos os comerciantes realojados, mas admite também que:

“(...) Embora baseados no nosso trabalho inicial, a solução que ora apresentamos teve sem dúvida alguma, sensíveis melhorias,

286 Idem, p. 14.

287 Idem, p. 33.

288 Que podem ser analisadas nos anexos deste documento nas páginas 221 a 225.

representadas principalmente pela ampliação da Praça de D. João I, por um maior desenvolvimento dos arruamentos secundários que muito aliviarão a circulação principal e por uma maior ampliação dos parques de estacionamento.

No que respeita à concentração de pessoas activas nesta zona, houve também uma sensível diminuição, por se ter reduzido o número de pisos destinados a escritórios.”²⁸⁹

E que:

“A circulação das grandes artérias da cidade só será completa, quanto a nós, com a construção da circular dos túneis, ligando no seu tópo as duas radiais principais (...)

Resta-nos ainda acrescentar que uma argumentação baseada em possibilidades económicas pode pôr as soluções no Tempo mas não deve eliminá-las.”²⁹⁰

Aumenta-se então a Praça D. João I, de 95 para 125 metros, *“de modo a assegurar não só uma giração em condições mais favoráveis, como ainda uma melhoria sensível nas condições de acesso aos túneis, como também nas suas ligações com as artérias secundárias.”²⁹¹*

Neste documento, seguem-se os pareceres de várias entidades ligadas ao Município. Ainda que grande parte deles sejam de aprovação ou reconhecimento do bom trabalho realizado, encontram-se alguns de manifesta discórdia, como: *“embora, tanto na generalidade como no pormenor, se julgue que devem ser revistos os conceitos que inspiraram e condicionaram a solução apresentada (...)”²⁹²*... Quanto aos primeiros, muitos deles foram já por aqui citados, mas em síntese, foi sistematicamente aplaudida a higienização da zona, aprovados os

289 Costa, Faria da, et al. - *Plano de Remodelação da Baixa*, sem publicação, Lisboa, 1956-58 - 1966. AML - AC, C. Ref.: PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/10/291, p.8.

290 Idem, p. 25.

291 Idem, p. 26.

292 Idem, p. 31.



87 A via rápida interior. Heine, George Meyer - Plano Director, Vol. 1, CML, Lisboa, 1967, tópico 1.8, p.3.



88 O primeiro edifício do Hotel Mundial, projecto de Porfírio Pardal Monteiro, inaugurado em 1958. Fotografia de Judah Benoliel, 195-. Arquivo Fotográfico CML. C. Ref.: PT/AMLSB/JBN/004917.

demolir logo que estejam concluídos os definitivos”²⁹⁹. Estes mercados, salienta o Município inúmeras vezes, “(...) não têm senão curta duração. Não se trata do corrente «provisório para ficar». (...) Mesmo a [instalação provisória] da Mouraria, menos cuidada pelas condições de localização, construções vizinhas e mais breve demolição, foi feita para durar, em boas condições, mais tempo que o previsto para a sua manutenção”³⁰⁰. Apesar das promessas da Câmara, os pavilhões fizeram parte do cenário do bairro durante muitas, muitas décadas. Felizmente, aquele “«provisório» não envergonha a Câmara e o munícipe tira dele imediato proveito.”³⁰¹

Chegados os anos sessenta, inaugurado o hotel Mundial nas costas da Mouraria³⁰² (figura 88), e com os pavilhões a passar do provisório para o definitivo, no que toca a planos urbanísticos, o município manteu-se implacável na demanda de uma solução para o *buraco do Martim Moniz*. Chega em 1967 um novo plano director, coordenado por Georges Meyer-Heine. Para lá de directrizes gerais para a cidade, propondo aglomerados locais, evitando ao máximo as migrações diárias, e uma inovadora “*via rápida interior*”³⁰³, que ora acima ora abaixo do solo atravessaria as zonas mais densas do tecido urbano, de Alcântara, à Assembleia, à Avenida da Liberdade, ao Martim Moniz até à Avenida do Aeroporto (figura 87), sendo realizados um conjunto de estudos de pormenor para a cidade, a fim de resolver os seus problemas pontuais. Para o Martim Moniz³⁰⁴, é curioso observar que a estética do plano de Faria da Costa está ainda subjacente, particularmente no troço da Rua da Palma ao Intendente (figura 89). Mas surpreendentemente, o rasto de ablação patrimonial apresentado em 1967 consegue projectar-se ainda com maior vigor.

299 Idem, p. 261.

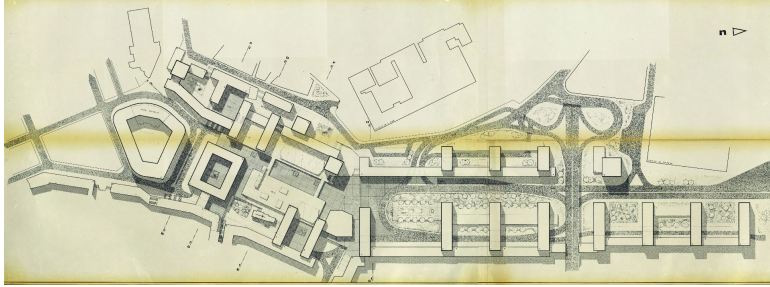
300 Ibidem.

301 Idem. p. 262.

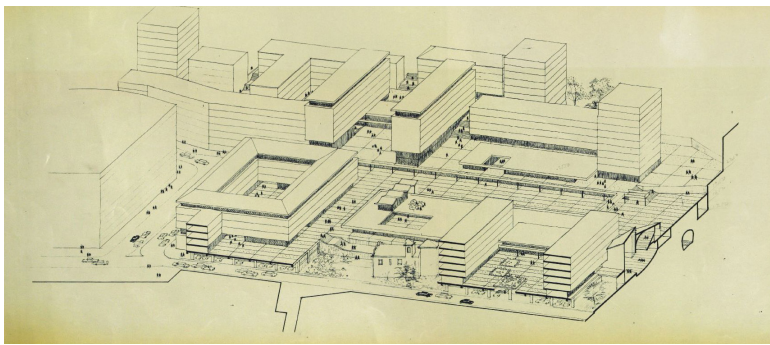
302 Segundo os autores, o troço do Hotel Mundial nesta altura construído liga-se ainda ao plano de Faria da Costa. Duarte, Carlos; Lamas, José - *Renovação Urbana do Martim Moniz*, in *Arquitectura*, n.º 146, CESL, Lisboa, 1982, p. 28.

303 Heine, George Meyer - Plano Director, vol. 1, CML, Lisboa, 1967, tópico 1.8, p.3.

304 Os desenhos apresentados para ilustrar este projecto são originais do AML - AC, com data de 1965. Em vários pontos divergem do resultado final que consta da planta de conjunto no plano director de 1967, mas na impossibilidade de encontrar as revisões feitas no intervalo de dois anos, e considerando a falta de detalhe da imagem do P.D.U.L, tomou-se a liberdade de mostrar o projecto mais antigo, que conserva as ideias base ainda em 1967. De qualquer modo, a página de 1967 está disponível para comparação nos anexos deste documento na página 226.



89 “Apresentação” do Estudo de conjunto do Martim Moniz. À esquerda, a plataforma pedonal. À direita, o viaduto entre os vales, e a nova rua da Palma. AML-AC, C. Ref.: PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/10/430, p. 12.

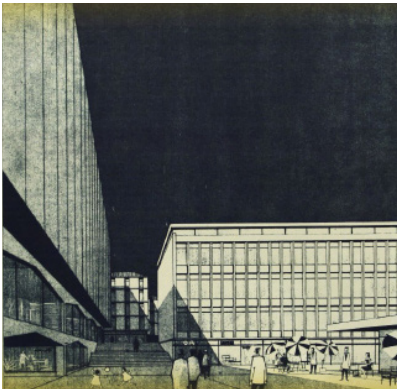


90 “Perspectiva geral” do Estudo de conjunto do Martim Moniz. No fundo, a capela de Nossa Senhora da Saúde. À esquerda, o Hotel Mundial. AML-AC, C. Ref.: PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/10/430, p. 6.

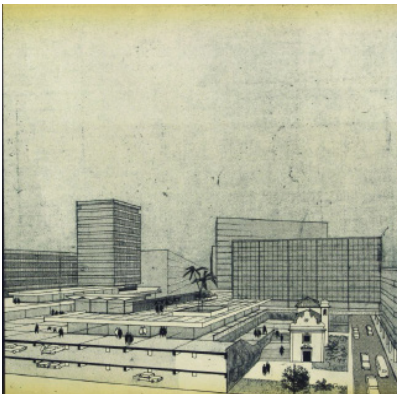
Com o intuito de promover o término da Avenida Almirante Reis enquanto pólo de atracção comercial, a fim de “*aliviar a pressão que esta grande penetração exerce na Baixa*”³⁰⁵, desenham-se duas zonas distintas, a primeira exclusiva para peões, a segunda destinada a uma *praça de circulação de tráfego*. Não deixa também de ser significativo o facto da linguagem deste projecto adoptar um “estilo internacional”, de edifícios paralelepípedicos e em banda, com um desenho límpido e racionalista, mas com uma apresentação um tanto idealista senão mesmo utópica, sobretudo de tivermos em consideração algumas divergências entre a sua apresentação em desenho perspectivado e aquilo que deveria ser o respeito pelas “escalas” e “cérceas” das pré-existências. Mas é um passo propositivo, e inédito de modernização, e de novo, de higienização, com a marca do fomento da segunda metade do século XX.

No novo Martim Moniz, sobre uma plataforma escondendo um

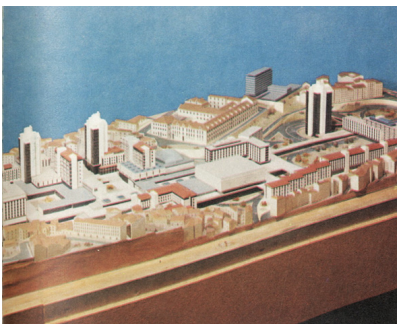
305 Heine, George Meyer - Plano Director, vol. 2, CML, Lisboa, 1967, tópico 2.5.2.



91 “Integração no ambiente local” do Estudo de conjunto do Martim Moniz. AML-AC, C. Ref.: PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/10/430, p. 15.



92 “Enquadramento da capela existente” do Estudo de conjunto do Martim Moniz. AML-AC, C. Ref.: PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/10/430, p. 16.



93 A proposta do P.D.L. de Paiva Lopes e Barros da Fonseca (1967). Duarte, Carlos; Lamas, José - *Renovação Urbana do Martim Moniz*, in *Arquitectura*, nº 146, CESL, Lisboa, 1982, p. 29.

amplo parque de estacionamento e espaços para circulação automóvel no subsolo, desenham-se estabelecimentos comerciais, espaços administrativos e habitação (figuras 90 e 91). Seria um ponto de encontro para os diversos pontos de acesso às colinas. Quanto aos edifícios que a compõem, *“deverão ter um porte tal que não destoe da volumetria envolvente e que, pelo contrário até contribua para restabelecer no vale o tecido urbano hoje completamente arrasado”*³⁰⁶. À capela de Nossa Senhora da Saúde é reservado um lugar de importância, enquadrando-a *“num conjunto arquitectónico que lhe restitua a sua escala natural”*³⁰⁷ (figura 92). A circulação por meio de rampas, elevadores, e escadas rolantes, providenciariam uma fluída circulação entre os vários níveis, destinados a diferentes tipos de circulação: pedonal, viária, e acesso ao metropolitano. Por fim, espera-se que *“o espaço destinado a estacionamento, pela sua grande capacidade, funcione como dissuasor de trânsito, convidando o automobilista a não prosseguir mais além quando por Almirante Reis se dirige à Baixa”*³⁰⁸. De facto, em observação atenta dos desenhos, repara-se que o projecto funciona como uma grande rua sem saída, que parte da Avenida do Aeroporto e ali termina, com dois mínimos (quando se compara com a escala do projecto) escoamentos de trânsito a nascente e a poente, para dar acesso à Baixa.

Quanto à segunda zona, na Rua da Palma, *“projectou-se um conjunto de grandes edificações marginais que permita substituir as existentes, dado o seu estado de decrepitude e aspecto inestético”*³⁰⁹. Estabelece-se um termo de comparação com o outro lado do vale, observando que aquela zona se equipara à Praça dos Restauradores, como término natural da grande avenida. Por fim, no topo norte do projecto, junto ao Largo do Intendente, desenha-se um viaduto *“que atravessa perpendicularmente a Avenida Almirante Reis e se integra numa via envolvente da zona central, constituída em grande parte por troços de túnel que, ligando os vales convergentes na Baixa, atravessa as elevações intermédias pelos menores percursos sem necessidade de quaisquer alterações do tecido urbano que as*

306 Ibidem.

307 Ibidem.

308 Ibidem.

309 Ibidem.

*recobre*³¹⁰. As preces de Fialho de Almeida foram finalmente atendidas.

O sumário estudo que consta do plano de 1967 foi depois continuado pelo atelier de Eduardo Paiva Lopes e Barros da Fonseca (figura 93). O município decide, novamente, pôr esse plano de parte, desta vez para criar o Gabinete do Martim Moniz, tornado obsoleto com a criação da EPUL em 1972³¹¹.

No fim de tudo isto, muito pouco mudou nas redondezas dos mercados provisórios. Para lá do Hotel Mundial, vai abaixo em 1961 o Arco do Marquês de Alegrete, por ameaça de ruína devido à empreitada do metropolitano no subsolo³¹². Sobrou a lápide comemorativa, que há já largos anos se tinha instalado no prédio da Rua da Mouraria. Em 1971, dá-se uma inauguração caricata. Com as diligências para a Praça D. João I e a execução do plano de Faria da Costa ultrapassadas, e a Praça da Figueira albergando diariamente um mar de carros, tomou-se a decisão de expulsar as viaturas e abrir uma praça. Elevando-se proeminentemente no seu centro está uma estátua equestre de... D. João I (figura 95). Desta feita, a escultura não seria de Francisco Franco, mas sim de Leopoldo de Almeida, com um pedestal de Jorge Segurado,³¹³ excedendo em mais do dobro o orçamento previsto.

Até ali, as redondezas da ermida da Saúde exprimiam o impressionante silêncio deixado pelas demolições, o distópico vazio que concretizava finalmente a salubridade imposta pela ditadura³¹⁴(figura 96). A nova Praça da Figueira expulsou os carros daquele lugar, mandando-os para o Martim Moniz, que até ali ocupavam apenas o que hoje é o empreendimento da EPUL. Pleno de carros, deu-se uma função ao

310 Ibidem.

311 Duarte, Carlos; Lamas, José - *Renovação Urbana do Martim Moniz*, in *Arquitectura*, n.º 146, CESL, Lisboa, 1982, p. 28.

312 CML - *Anais do Município de Lisboa, ano de 1961*, CML, Lisboa, 1962, p. 180.

313 Dias, Marina Tavares - *Lisboa Desaparecida*, vol. 1, Quimera Editores, Lisboa, 1987, p. 47.

314 As fotografias de Armando Seródio de 1970, guardadas no Arquivo Fotográfico Municipal são chocantes na sua denúncia do silêncio. Aconselha-se vivamente a sua consulta, sobre as palavras chave "*Martim Moniz 1970*".



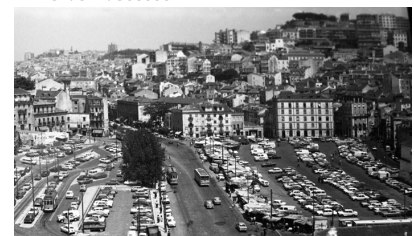
94 A praça da Figueira em 1966, enquanto parque de estacionamento. Fotografia de Armando Seródio. Arquivo Fotográfico CML. C. Ref.: PT/AMLSB/SER/S03849



95 A praça da Figueira em 1972. A inauguração da estátua Equestre fez-se um ano antes. Fotografia de Armando Seródio. Arquivo Fotográfico CML. C. Ref.: PT/AMLSB/SER/S07798.



96 O Martim Moniz em 1970. Ao centro, as traseiras da capela de Nossa Senhora da Saúde. Ao fundo, os pavilhões provisórios. Fotografia de Armando Seródio. Arquivo Fotográfico CML. C. Ref.: PT/AMLSB/SER/S06830.



97 Martim Moniz em 1976, como parque de estacionamento. Fotografia de F. Gonçalves. Arquivo Fotográfico CML. C. Ref.: PT/AMLSB/GON/S00222.

vazio (figura 97). Chegados os anos setenta, o plano de Meyer-Heine estava ainda por executar.

Bem vistas as coisas, percebe-se que mesmo passado cerca de 30 anos, o Martim Moniz situava-se agora no pólo oposto ao da Praça do Areeiro. A *monumentalização* em estilo internacional do Martim Moniz respondia no outro extremo à *monumentalização imperial* - como lhe chama França³¹⁵- promovida pelo Estado Novo no Areeiro com projecto e realização de Cristino da Silva.

Com efeito, embora a área do Martim Moniz fosse ainda maior do que a do Areeiro, não deixava de ser um attractor urbano poderoso. Mas os tempos eram outros, e portanto como se viu, a linguagem arquitectónica também do *português suave* salazarista, passou a um traço fomentista - ainda de Salazar, e pós- Duarte Pacheco- que constituiu a marca de transição para a ideia de construção de uma cidade *nova* cujos eixos principais já o incansável engenheiro e herói do Estado Novo tinha traçado. Mas, repetindo, os tempo eram outros, eram mesmo outros, e o sentido de manipulação do espaço urbano virava-se agora para um modelo europeu, que trazia afinal para o centro da cidade - para as imediações do seu casco velho - um projecto que sempre assentou melhor em zonas arejadas de periferia, como se iria verificar no já nascente parque de Olivais - com pressupostos bem distintos, como se sabe- e não já como construção quase *berlinense* de um novo centro modernizador baseado numa espécie de devastação (o buraco do Martim Moniz...) causado por uma Guerra Mundial que Portugal não teve.

315 França, José-Augusto - *Lisboa: Urbanismo e Arquitectura*, Biblioteca Breve, vol. 53, Lisboa, 1980, p. 110.



98 O Martim Moniz na década de 70. Fotografia de Amadeu Ferrari. Arquivo Fotográfico CML. C. Ref.: PT/AMLSB/FER/003738.

CAPÍTULO SEIS: AI MOURARIA!



99 Mapa-síntese das grandes intervenções urbanas do capítulo. Escala 1:4000. Desenho da autora.

*“a Mouraria foi um bairro de mouros, mas eles foram expulsos. Mas agora voltaram, os mouros voltaram todos, é só ir ali em baixo e ver tudo cheio de paquistaneses, indianos e chineses.”*³¹⁶

316 O testemunho que “D. Júlia, aproximadamente 70 anos, nascida e criada no bairro” dá a Marluci Menezes acerca do bairro na actualidade. Menezes, Marluci - *Mouraria, Retalhos de Um Imaginário*, Celta, Oeiras, 2004, p. 69.

CAPÍTULO SETE

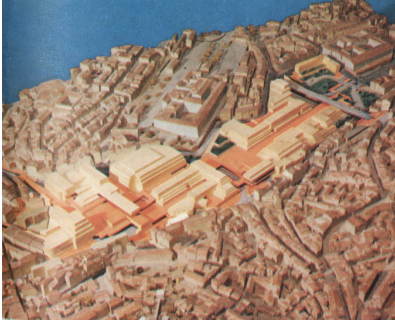
MOURARIA: O MUNDO CABE AQUI

1971-2016

Os projectos da EPUL. A imigração pós ditadura. O gabinete técnico local. QREN Mouraria. EPUL Jovem 8. Associação Renovar a Mouraria.



100 A campanha de marketing da EPUL para venda dos apartamentos do Martim Moniz. Ao lado da fadista Carminho, que dá a cara pelo empreendimento, lê-se: “Tenha uma casa com vista para o fado”. Fotografia de António Guterres, autor do blog *Buala*, no artigo “Interações reflexivas sobre o novo plano MARTIM MONIZ” de 7 de Outubro de 2012. Disponível em: <<http://www.buala.org/pt/cidade/interacoes-reflexivas-sobre-o-novo-plano-martim-moniz>>. Consultado a 6 de Maio de 2016.



101 A proposta de Filipe Lopes e Leopoldo Criner da EPUL (1975). Duarte, Carlos; Lamas, José - *Renovação Urbana do Martim Moniz*, in *Arquitectura*, n.º 146, CESL, Lisboa, 1982, p. 29.

A política urbanística do Estado Novo, ancorada no controlo maioritário do solo por parte do município permitiu o desenvolvimento da cidade a par do seu crescimento populacional. A decisão de expropriar cerca de um terço do solo municipal, definiu uma expansão da cidade baseada no controlo público, sufocando o investimento privado. Em 1965, a lógica de propriedade altera-se, com o aumento da pressão sobre os municípios, levando o Governo a publicar o Decreto-lei n.º 46.673, que permitiu a aprovação de projectos de loteamento de iniciativa privada.³¹⁷ É neste contexto que nasce, em 1971, a Empresa Pública de Urbanização de Lisboa (EPUL), criada pelo governo, sendo a CML a sua única accionista. Os primeiros planos passam pelo Restelo e Telheiras, considerando-se já em 1972 a remodelação da zona do Martim Moniz.

Iniciam-se os estudos logo nesse ano, por Filipe Lopes e Leopoldo Criner. Esta primeira tentativa partia ainda das premissas do estudo de 1967³¹⁸, separando o tráfego viário do pedonal, diminuindo o número de pisos, tornando os edifícios maioritariamente horizontais, ainda que de escala desadequada (figura 101). Chegando 1975, o projecto viu também o fim, com uma nova conjuntura política e as vontades da EPUL e do Município, que juntos promovem um concurso público para o Martim Moniz. Das vinte e sete propostas, seleccionou-se a de Carlos Duarte e José Lamas (figura 102). Era 1982.

O projecto dos dois arquitectos parte do princípio que qualquer resolução para o lugar deve ancorar-se na história, na imagem da cidade, e na sua significação:

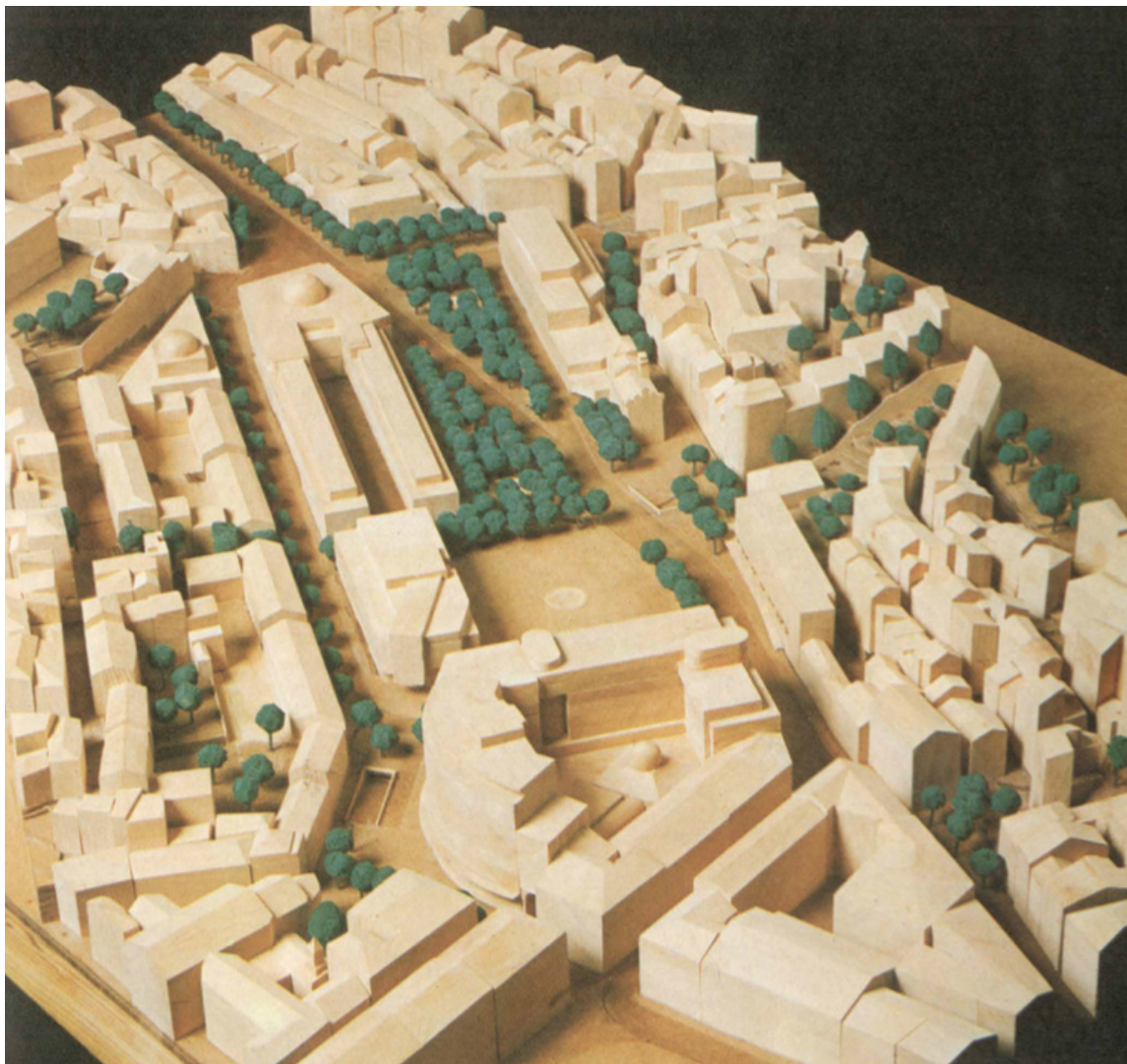
“Pensamos que o primeiro problema de renovação de um lugar urbano consiste em compreender as imagens dominantes, resolver as dificuldades de percepção e dar forma (dir-se-ia que naturalmente) à sua personalidade latente.”³¹⁹

Posto isto, a equipa parece afastar-se destas nobres intenções e da

317 Venda, António; Fonseca, João - *EPUL, 40 anos*, EPUL, Lisboa, 2011, p. 12.

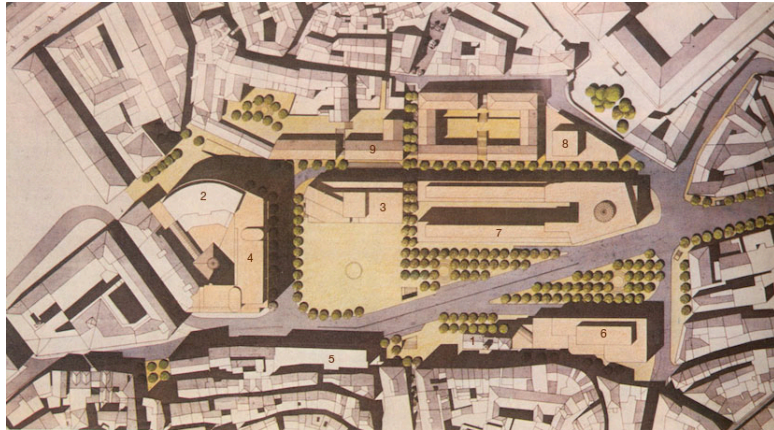
318 Duarte, Carlos; Lamas, José - *Renovação Urbana do Martim Moniz*, in *Arquitectura*, n.º 146, CESL, Lisboa, 1982, p. 26.

319 Idem, p. 29.



102 Maquete de apresentação do projecto de Carlos Duarte e José Lamas. Duarte, Carlos; Lamas, José - *Renovação Urbana do Martim Moniz*, in *Arquitectura*, nº 146, CESL, Lisboa, 1982., p. 30.

103 Planta de apresentação do projecto de Carlos Duarte e José Lamas. Legenda 1: Capela de Nossa Senhora da Saúde. 2: Hotel Mundial. 3: Centro Cultural. 4: Hotel e Centro Comercial. 5: Comércio e escritórios. 6: Comércio, escritórios, estacionamento. 7: Comércio, escritórios, grande estacionamento público. 8: Armazém comercial, Restaurante Panorâmico. 9: Comércio, escritórios, cinema e teatro.



compreensiva análise histórica que antecede o projecto, preferindo ideais formais que exprimissem uma *“imagem revestida de certa monumentalidade, que (...) constitua um símbolo e referência da sua situação na cidade”*³²⁰, relacionando-se, claro, com as referências do seu tempo - Venturi, Charles Moore ou Rossi - aos quais José Lamas estava profundamente ligado³²¹, sobre eles discursando nas revistas *Arquitectura* e *Arquitectura Portuguesa*, que dirigiu correspondentemente entre 1978-1984 e 1986-1988, ou na sua publicação *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*. A ligação com a história deste lugar vem relacionar-se, então, não com o lugar em si, mas com as vistas que o lugar permite. Como diz a equipa:

“Não se verificando a existência imediata de edifícios de interesse arquitectónico apreciável, e residindo o principal interesse da zona

320 Idem, p. 30.

321 Acerca dos princípios arquitectónicos orientadores da proposta para o centro comercial da Mouraria: *“Mas não podemos deixar de ter sempre presente, como ponto de referência, a cultura arquitectónica e a sua evolução mais recente - no período “pós-moderno” (...) esta “operação” (...) tem de colocar estes problemas como oportunidade única no momento presente de intervir em termos urbanísticos e fazer arquitectura no centro da cidade. À intervenção na cidade e o exercício de arquitectura actual - já colocados e equacionados no Plano de Renovação - deverão ser prolongados e encontrar o seu momento próprio na realização de edifícios, como exemplo didáctico para outras intervenções na cidade e como exemplo também a oferecer à população daquilo que a arquitectura actual pode oferecer (...)”*. Duarte, Carlos; Lamas, José - *Memória descritiva - anteprojecto do Edifício de comércio e escritórios. Sector IV plano de renovação urbana da área do Martim Moniz*. Sem publicação, Lisboa, 1982. Disponível no AML - AC. C. Ref.: PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/10/290, p. 24.

nas vistas panorâmicas que dela se desfrutam, deverá procurar-se valorizar essas vistas controlando a volumetria das construções e procurando os enquadramentos mais favoráveis para o efeito.”

E assim foi. Partindo de um prolongamento da Avenida Almirante Reis desaguando na Rua do Arco do Marquês de Alegrete, abre-se uma nova artéria, ladeada de edifícios para comércio e escritórios, proporcionando boas vistas para o Castelo, “*que se descobre progressivamente para quem se dirige ao centro*”³²². Ao fundo, uma praça densamente arborizada, limitada pela extensão do Hotel Mundial e um centro cultural. À Rua do Arco do Marquês do Alegrete, agora com um amplo passeio, vão dar todas as vielas e escadinhas que vêm do Castelo. Esta é a única rua do projecto com quatro faixas de rodagem, com todas as outras pensadas apenas com uma faixa para cada sentido. Há inclusive duas ruas que não permitem a circulação automóvel: a Rua da Mouraria, exclusiva para peões, e a Rua de D. Duarte, para carros eléctricos. Em nenhuma destas há lugar para estacionamento, preferindo-se parques subterrâneos em todos os edifícios, com a capacidade total de 1250 lugares, sendo 515 destes particulares.

As duas ruas pedonais são a premissa maior de uma organização de tráfego bastante hierarquizada. Os percursos permitem um mínimo contacto com o tráfego viário, por vezes acima, por vezes abaixo do solo, estabelecendo ligações com locais chave do projecto, como a baixa ou a estação de metropolitano do Socorro. Os lugares de paragem são igualmente importantes. A praça marginalmente arborizada de que se fala acima é uma plataforma de nível, de dimensões quase quadradas (65m x 55m) ligeiramente sobrelevada em relação à via. Os arquitectos tomam então a decisão de separar o lugar do peão do lugar de permanência da praça: “*Ao contrário dos caminhos de peões, que são lugares de movimentação e animação, a praça é um lugar de estar e convívio.*” O isolamento em relação à via e os acessos pontuais alienam a praça do resto do projecto, criando um limite rígido e de certa forma, desprezando a ideia maior de praça como lugar *público* (por oposto

³²² Duarte, Carlos; Lamas, José - *Renovação Urbana do Martim Moniz*, in *Arquitectura*, n.º 146, CESL, Lisboa, 1982, p. 31.



104 A rua de serventia junto ao hotel, do projecto de Carlos Duarte e José Lamas. Duarte, Carlos; Lamas, José - *Renovação Urbana do Martim Moniz*, in *Arquitectura*, nº 146, CESL, Lisboa, 1982, p. 30.

ao lugar *privado*), local de encontros fortuitos, sinónimo do acaso, do *flâneur*, e de múltiplas apropriações. É curioso observar que, apesar de o desenho actual da praça não ter partido destes arquitectos, as suas ideias tiveram continuidade, apesar do invulgar conceito de *praça* por eles proposto, que os autores relacionam com a Praça Luís de Camões, onde apenas o limite sul é parcialmente murado, por questões de topografia.³²³ A praça, lugar de *“calma e estabilidade”*³²⁴ faz o contraponto com os lugares de peões, cujo expoente máximo é a *rua de serventia* (figura 104), no sopé da colina da Pena, em linha com a antiga Rua da Palma. Seria *“uma via intensamente animada por estabelecimentos comerciais, com situações muito variadas nos seus troços componentes (...)”*³²⁵. Na colina em si há teatros, cinema, habitação. No topo norte pensa-se um edifício de armazém comercial com um restaurante panorâmico no seu topo (figura 103).

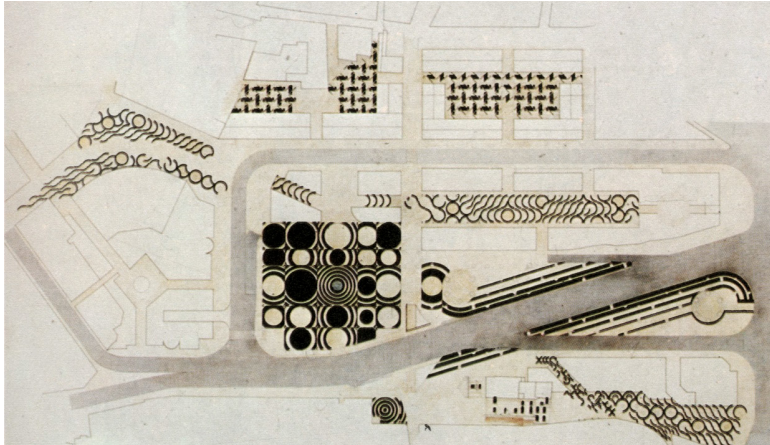
De grande importância foi também o arranjo dos espaços exteriores. Chamou-se Daciano da Costa para o mobiliário urbano, e o pintor Eduardo Nery para o desenho de pavimentos. Ora em calçada de vidro, ora em lajetas de betão, acentuam-se os principais percursos, diferenciam-se zonas de permanência de zonas de passagem, tudo integrado com os restantes edifícios e o mobiliário urbano: *“a agitação da fonte situada no centro da praça comunica-se a todo o espaço circundante através da ilusão do movimento centrífugo do desenho do pavimento”*. Ao mesmo tempo, Nery pisca o olho ao passado, lembrando o lugar da velha porta da Mouraria ou estendendo a Ermida da Saúde para fora dos seus limites.

O mérito deste trabalho é ainda hoje notável, num elogio simultâneo à tradição calceiteira lisboeta e à contemporaneidade. Apenas parte do projecto de pavimentos foi concretizado, e da mesma forma, apenas parte do projecto urbano. A dupla de arquitectos termina um antepiano

323 *“Outro aspecto a referir é a situação parcialmente sobrelevada em relação à rua, que lhe imprime um certo afastamento àquela e tornará a sua presença mais dominante e sugestiva. É uma situação de que temos alguns exemplos em Lisboa, como é o caso da Praça de Camões.”* Idem, p. 35.

324 Ibidem.

325 Ibidem.



105 O plano de pavimentos da autoria de Eduardo Nery. Duarte, Carlos; Lamas, José - *Renovação Urbana do Martim Moniz*, in *Arquitectura*, nº 146, CESL, Lisboa, 1982,, p. 30.

para o edifício de remate à Ermida da Saúde, com comércio escritórios, estacionamento, que se transfigura num centro comercial o que, segundo Lamas, obrigou ao aumento de cérceas e volumes³²⁶. O próprio autor explica o fracasso:

“(...) O plano deveria prolongar-se pelos projectos dos edifícios e estes começavam logo na definição do próprio plano. Plano e projecto deveriam constituir dois momentos do mesmo processo - defrontando, (...) o jogo de forças e questões de índole política e conjuntural a que qualquer plano deve responder como processo no tempo. As vicissitudes do plano e o afastamento dos seus autores da realização dos projectos dos edifícios geraram um profundo desfasamento dos resultados finais em relação às previsões e propostas de planeamento.”³²⁷

Do plano proposto, constrói-se até 1989 o sector que envolve a Ermida da Saúde - o centro comercial da Mouraria, a Rua da Mouraria e o plano de pavimentos para estes desenhado, o centro comercial do Martim Moniz em 1991 (no lugar do edifício de armazéns), o prolongamento do Hotel Mundial, reabilita-se o palácio dos Aboim, pela arquitecta Olga Quintanilha³²⁸, enquanto o arquitecto Bartolomeu

326 Lamas, José - *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2004, 3ª edição, p. 475.

327 Ibidem.

328 Venda, António; Fonseca, João - *EPUL, 40 anos*, EPUL, Lisboa, 2011, p. 62.

Costa Cabral se encarrega do edifício Marquês de Alegrete, ao lado do Salão Ideal. Ficou adormecida a intenção de construir um parque de estacionamento público sob a praça.³²⁹ Em análise, França afirma que o grande empreendimento “*que se pretendia definir como um centro terciário de grande densidade não teria razões económicas de ser na crise de 1975-1980*”³³⁰. O plano de Duarte e Lamas foi suspenso, encarregando-se outra vez à EPUL o estudo de novas soluções. A empresa incumbiu a sua subsidiária Rasgo, que encontrou três soluções que partiam da construção de edifícios sobre a praça. De novo, o projecto foi suspenso pela CML, indicando a retoma da antiga solução para uma praça com estacionamento no piso inferior. Iniciou-se assim nestes moldes uma nova intervenção, com projecto de arquitectura da autoria de João Paulo Bessa e Daniela Ermano, com a colaboração do arquitecto paisagista Gonçalo Ribeiro Teles.

A equipa parte da mitologia do lugar para dar significado ao projecto. De Dom Martim Moniz para:

*“A vista do castelo, o nome mitológico do guerreiro, a visão romântica da tomada de Lisboa, a imagem das margens do esteiro transformadas em campo de lutas atravessado por cavaleiros de armadura e lança, a conquista, os mouros, as muralhas com a suas passagens, arcos e postigos de acesso, os nomes de João Peculiar, de Pedro Pitões, Fernão Cativo, Paio Delgado ou Pedro Plágio que, à volta do Conquistador, se juntavam ao nome mitológico do guerreiro mártir, formam o imaginário medieval popular traduzindo o espírito do lugar onde, nós projectistas, nos iremos mover.”*³³¹

O poético imaginário, em conjunto com a solução de problemas concretos, tais como a intensidade do tráfego, a articulação com a Avenida Almirante Reis ou a necessidade de comércio para a praça resultam no projecto de uma praça com uma “*cortina de salvaguarda visual*”, rodeada de “*revestimento arbóreo denso e elevado*”, dividida em

329 Venda, António; Fonseca, João - *EPUL, 40 anos*, EPUL, Lisboa, 2011, p. 141.

330 França, José-Augusto - *Lisboa. História Física e Moral*, Livros Horizonte, Lisboa, 2008, p. 769.

331 Bessa, João Paulo - “*Martim Moniz, Uma Praça de Lisboa*”. Artigo no blogue *Finisterra Suave*, 2014. Disponível em: <<http://finisterrasuave.blogspot.pt/2014/05/martim-moniz-uma-praca-de-lisboa.html>>. Consultado a 4 de Maio de 2016.

três zonas distintas. A primeira, um espaço de paragem “numa estrela, numa rosa dos ventos, que constitui uma placa giratória capaz de inflectir um eixo e, na leveza dos seus jogos de água, relacionar e articular a escala urbana com a redução necessária ao conforto de quem passeia”. No centro, “um conjunto de quiosques destinados à venda de artesanato qualificado”.³³²

Na zona final, nas palavras do próprio arquitecto, tem-se:

”três degraus para entrar num espaço que aborda, com ironia, a mitologia histórica das proximidades do sítio. Um muro-muralha, vaga impressão fernandina e onde guerreiros - de bandeiras colocadas ao alto e engalanados de românticas plumas ao vento - parecem perfilados na perenidade da recordação de conquistadores, dá o tom à plasticidade de uma outra praça.

Uma porta entreaberta - marcando a direcção das escadarias das encostas opostas - um machado enorme jorrando das suas marcações um labirinto de águas de que a miudagem foge e, pelo sim, pelo não, guardiões - companheiros de Osberno? eventualmente templários - tomando conta, não vá o diabo tecê-las!, das passagens-pontes sobre a água borbulhenta de mistérios insondáveis.

Lá ao fundo, no limite que obriga ao retorno, restos marcantes da cultura vencida que, por tantos anos quantos os que chegam até hoje. Continua a jorrar marcando a vida e os passos do ser português. A esta cultura dum sul tão próximo juntam-se pequenas influências das sete partidas do mundo que demandamos em quinhentos.

*É assim: uma praça espaço de paragem, de lazer, feita de percursos com lembranças à frescura das árvores e do correr da água. Um espaço de divertimento.”*³³³

É assim, um espaço de divertimento. A praça inaugurou em 1997 não a visão romântica que se imaginou, mas justamente um buraco de marginalidade no coração da cidade. Com os lugares para *artesanato qualificado* por abrir, sem razões para entrar num lugar de escassos e difíceis acessos, onde o que está para lá do *revestimento arbóreo denso e elevado* é um mistério, os transeuntes ficam-se pelos exíguos passeios,

332 Ibidem.

333 Ibidem.



106 O Martim Moniz da estação de Metro homónima.
Fotografia da autora.

deixando os 14 000 metros quadrados de espaço livres para actividades ilícitas. Não querendo dizer que estas últimas tenham nascido em consequência do espaço (especialmente se observarmos a história do vício e da miséria que se vem contando nestas páginas) não é difícil compreender que este novo lugar se mostrou uma excelente incubadora.

Na mesma lógica revivalista e simbólica, aparece também em 1997 a estação de metro do Socorro de cara lavada. Entre o Martim Moniz entalado (figura 106) e as referências à reconquista cristã, a obra azulejar de Gracinda Candeias inclui palavras em árabe, touradas e fado e ainda painéis inspirados nos tecidos africanos, todas referências ao passado e ao presente multicultural do bairro.³³⁴ Com efeito, a remodelação da estação de metro, e de certa forma, a da Praça, estabeleciam já a Mouraria como o principal destino dos imigrantes da cidade. O fenómeno, que parece de sempre (e de certa forma até o é) ganha força especialmente após o 25 de Abril, com a independência das colónias. Ao forte movimento de retornados de 1975-77, junta-se a imigração proveniente dos PALOP, vindos de países de rápido crescimento demográfico e conflitos armados de difícil resolução. No conforto da partilha linguística, os emigrantes africanos, assim como muitos outros vindos do outro lado do Atlântico, criam uma estável corrente migratória. Tem também peso considerável a vaga de imigrantes proveniente dos países da Europa de Leste, e noutros moldes, a dos naturais da China e Sul da Ásia, particularmente da Índia.³³⁵ Quanto a estes últimos, chegados também com a descolonização, mantiveram os fluxos migratórios com o apoio das comunidades indianas radicadas em Moçambique e na costa oriental Africana, trazendo consigo, por trajectória directa, paquistaneses, cingaleses ou, com mais força, bangladeshianos. Se antes a imigração vinda do oriente para Portugal não era mais que famílias goesas abastadas, a partir de meados de oitenta encontravam-se em Lisboa gentes de todos os estratos sociais, desde pessoal qualificado a indivíduos que conquistam o seu espaço no comércio local, venda de

³³⁴ Informação disponível em: <www.cm-lisboa.pt/equipamentos/equipamento/inf/ol/azulejos-na-estacao-de-metro-do-martim-moniz>. Consultado a 9 de Maio de 2016.

³³⁵ Malheiros, Jorge Macaísta - *Imigrantes na região de Lisboa: Os anos da mudança*, Colibri, Lisboa, 1996, pp. 9-10.

artigos importados, construção ou serviço doméstico. Um dos lugares de maior afluência destas pessoas foi a Mouraria.

A comunidade imigrante da Mouraria trabalha principalmente por conta própria, em negócios de família relacionados com a venda a retalho ou comércio alimentar, na Rua da Palma e do Benfornoso. Partindo da tradição de comércio grossista já existente no bairro, que surgiu principalmente com a facilidade de acessos que a Avenida Almirante Reis veio a criar no início do século XX, e tendo em conta que, em toda a artéria, este era o lugar menos prestigiado, com pouco comércio (afastado pela criminalidade e prostituição para outras zonas da cidade), e ainda a sofrer a falta do mercado abastecedor da Praça da Figueira, o eixo Mouraria Intendente tornou-se a casa e o local de trabalho natural destas comunidades. A remodelação dos anos 80 e os centros comerciais vieram ajudar em muito o negócio. A comunidade chinesa vem depois, instalando-se um pouco por toda a cidade, mas pelas razões acima citadas, marcam uma importante presença no bairro. Começando por se instalar no centro comercial da Mouraria, ocupando depois os pisos do centro comercial do outro lado da rua, onde se instalava já na cave a Associação Comercial China Town, constituída no início do milénio, acabaram por ocupar grande parte dos espaços comerciais na Rua Fernandes da Fonseca e na Rua da Palma. A Associação Comercial formou inclusive um importante acordo com a EPUL em 2000, quando a empresa lhes cede a exploração de trinta dos quiosques da Praça Martim Moniz, já que a ideia dos quiosques de artesanato qualificado não tinha saído do papel. Com o monopólio da zona do Martim Moniz, o bairro veio a tornar-se um lugar de grande importância para a comunidade chinesa.

Após a revolução tem-se então uma nova leitura etnológica da Mouraria. De um lugar profundamente cristão, da procissão da Senhora da Saúde, dos santinhos em todas as portas, o bairro tem agora duas mesquitas, uma grande, uma mais pequena, como no tempo da mouraria dos mouros. Ainda que a população autóctone continue a dominar as estatísticas (em 1991 eram 195 indivíduos, não incluindo todos os que,

por serem ilegais, não contaram para as contas³³⁶), com esta injeção de população, o bairro mudou para sempre. A pobreza, os mendigos, a criminalidade e a prostituição ainda moram ali, mas não são já a identidade de um bairro que agora é *exótico, multicultural*. O comércio grossista dos imigrantes compete com os mercados tradicionais, assim como os cheiros e sabores das muitas diferentes gastronomias. Músicas e vestimentas de tantas partes do mundo compõem uma paisagem única no país, e as diversas formas de ocupação e interação tornaram-se a cara do bairro.

A injeção multicultural do período pós revolução revelou-se a maior mudança que o bairro veria em muitos séculos. Mas há uma outra, não menos importante, que começa a ferver. Se a baixa Mouraria, demolida trinta anos antes por insalubridade viu uma alteração dramática na forma urbana, o mesmo não se pode dizer da zona alta, essa sim bem mais antiga e suja, que lentamente definhava, vítima do esquecimento de todas as autoridades. Na ressaca da revolução dos cravos, as lutas levadas a cabo por várias comissões de moradores dos bairros antigos levaram, em 1985, à criação de dois gabinetes técnicos locais de iniciativa municipal, um em Alfama, outro na Mouraria, cuja missão principal seria a intervenção imediata nos edifícios com maiores riscos de segurança, com vista a travar o processo de degradação destas áreas urbanas³³⁷ e melhorar a imagem do bairro, tornando-o mais atractivo para a população autóctone (que convinha ficar) e para a alóctone (que convinha atrair).³³⁸ Ao mesmo tempo, estabeleceram-se

³³⁶ Gésero, Paula - *Configuração da paisagem urbana pelos grupos imigrantes: o Martim Moniz na migrantscape de Lisboa*, Teses, 43, Alto Comissariado para as Migrações, Lisboa, 2014, p. 42.

³³⁷ Sobre o gabinete técnico da Mouraria, o locutor do documentário "Mouraria", exibido pela RTP em 1989, diz: "Para atender ao degradado estado em que se encontram a maioria dos edifícios da Mouraria foi criado pela Câmara Municipal o Gabinete técnico da Mouraria que tem dentro das suas competências tentado reparar a maioria dos prédios. Por isso, por toda a parte se vêm andaimes, mostrando que a Câmara levou a peito este seu empreendimento.". In *Mouraria*, documentário da colecção "Bairros Populares de Lisboa", dir. Courinha Ramos, RTP, 1989. Disponível em: <<http://www.rtp.pt/arquivo/index.php?article=389&tm=35&visual=4>>. Consultado a 5 de Maio de 2016.

³³⁸ Coelho, Teresa Campos - Poder e Política - *As operações de Reabilitação Urbana em Lisboa (O caso da Mouraria)* in *Discursos. Língua, Cultura e Sociedade* III Série, Nº 2, Centro de Estudos Históricos Interdisciplinares - Universidade Aberta, 2000, p. 254.

medidas anti especulação imobiliária, permitindo a permanência da população desfavorecida do bairro, sendo que todos teriam direito a habitação temporária durante a reabilitação dos edifícios. Chegados os anos noventa, os gabinetes expandiam a sua área de intervenção e iniciavam planos de urbanização e de pormenor. Na Mouraria, a zona de intervenção crítica de dez hectares veio a expandir-se para dezoito, contemplando quase um milhar de edifícios para lá de locais de importância cultural, como o Teatro Romano ou o Teatro Taborda.

Os trabalhos de conservação abrangeram maioritariamente o edificado pré-pombalino, num regime de *reabilitação de tipo integrado*, tratando não só do edificado, mas também do tecido social e económico. Neste campo, era particularmente importante restituir os fogos à sua função habitacional, considerando que grande parte deles era ocupado por comércio grossista, especialmente no eixo das Ruas da Mouraria e Benfornoso. Tornar parte destes lugares habitáveis seria da maior importância na fixação da população de um bairro de população envelhecida, de fracos recursos e escolaridade. Era necessário manter a camada jovem no bairro, ao mesmo tempo que se lhes reforçavam as ligações económicas, culturais e afectivas. Para tal, o gabinete técnico da Mouraria fez também por melhorar e aumentar a oferta de equipamentos e formação profissional e diversificar o espaço público. Nos anos noventa nasce inclusive um pequeno mercado na rua da Guia, com o intuito de juntar os muitos vendedores ambulantes do bairro no mesmo lugar (figura 107).

Quanto ao património do bairro, foi feito um levantamento extensivo do edificado que levou à elaboração da *Carta do Património*, primeiro definindo duas zonas: a pré cristã e a cristã, e dentro destas, analisar ao pormenor as suas características, desde a época à estrutura de construção, passando por anotar todos os elementos notáveis (de grande interesse, e como tal, a conservar) ou perturbadores (de período diferente, ou que perturbem a leitura) dos edifícios. Posto isto, e após a declaração do bairro da Mouraria como área de potencial valor arqueológico de nível 1, significando que o licenciamento de projectos de arquitectura



107 O mercado da Rua da Guia em 1989, no documentário "Mouraria" da RTP.

poderia ficar sujeito à realização de obras arqueológicas, iniciaram-se a partir de 1991 várias escavações³³⁹. O bairro tem finalmente o interesse da comunidade científica e histórica, em parte até aqui renegado em favor de núcleos históricos potencialmente mais interessantes.

Entretanto, na zona baixa, e já no virar do milénio, a saga da EPUL continua. Depois dos centros comerciais, do Edifício Marquês de Alegrete (vulgo *comboio*, *mamarracho*), da Praça do Martim Moniz, mais um projecto estava encomendado à empresa: habitação para jovens no coração de Lisboa. O projecto, aprovado em 2000, contemplava 87 fracções, entre T1, T2 e T3, além de oito espaços comerciais. O projecto foi aprovado nesse ano, e a construção começa de imediato. Encaminhou-se também rapidamente o concurso para atribuição de apartamentos, com a sua entrega aos novos proprietários em Dezembro de 2003, mas em Julho de 2002, já os apartamentos vendidos, a obra é suspensa pela CML, ordenando-se a reformulação do projecto, e a anulação de todos os compromissos assumidos, com excepção dos contratos-promessa de compra e venda. Diz Santana Lopes ao Público: “*Não gosto nada da intervenção que está projectada para esta colina*”³⁴⁰. Novo projecto aprovado, nova data estabelecida para 2006, a empreitada tinha agora mais habitações, e parte delas eram já alocadas ao mercado livre. Entretanto, em 2009, as obras param de novo, por início do processo de falência da construtora. Até se adjudicar a obra a outra, passou mais um ano, e em 2014 essa segunda construtora larga o empreendimento, já com a extinção da EPUL marcada para o fim desse ano. Em Outubro de 2014, acontece um lucrativo leilão, fruto

339 Rua João do Outeiro, nº 36-44 (1991), com a descoberta de uma taça em pedra com inscrição cúfica; A Igreja de São Lourenço e o Palácio da Rosa (1991-) com a descoberta de inúmeros silos islâmicos e capelas góticas do século XIII; Beco de S. Marçal nº 13, com vestígios de uma olaria do século XV; Beco das Farinhas (1193) com material arqueológico dos séculos XV/XVI; Cerca do Coleginho (1996), revelou detritos dos séculos XIX e XX; Rua da Amendoeira e Cc. de Santo André 67-75 (1998), onde se descobriu material medieval dos séculos XIII a XV; Recuperação da Rua da Mouraria, com vista a proteger o troço da Cerca Fernandina; Quarteirão dos Lagares (1999 - ?), descobriu a estrutura de uma habitação da época muçulmana. Para lá do quarteirão dos Lagares, há actualmente escavações a decorrer na travessa do Jordão e na cerca da Graça.

340 Pincha, João Pedro - *Há 13 anos a pagar uma casa que não podem estrear*. Artigo do Jornal *Observador* de 10 de Julho de 2014. Disponível em: <http://observador.pt/especiais/ha-11-anos-desesperar-por-uma-casa/>. Consultado a 9 de Maio de 2016.

do marketing da empresa, promovendo “casas com vista para o fado”, em conjunto com a fadista Carminho (figura 100), com compradores de origem chinesa a arrematar a maioria das propriedades, incluindo os estabelecimentos comerciais. Lucros feitos, despesas pagas, a EPUL termina a sua intervenção na cidade. Actualmente há já flores nas varandas *que olham para o fado*, e as lojas ostentam já as últimas modas vindas do oriente, mas os *jovens* que apostaram no empreendimento há 16 anos atrás não vivem ali. O aluguer das casas vai pagando os juros dos empréstimos contraídos, e o negócio, numa cidade que começa a viver em função do turismo, corre bem.



108 O Mercado Fusão do Martim Moniz em 2016. Fotografia da página de Facebook do Mercado Fusão.

Nos tempos que correm, e com o apoio do turismo, a praça reinventou-se. Com o forte apoio à regeneração por parte da CML, cada vez mais os visitantes procuram a entrada para o mundo exótico do Martim Moniz, agora pintado de muitas cores e cheiros, com regulares mercados de rua e eventos multiculturais, ostentando as muitas nacionalidades do bairro. A EPUL, que ainda em 2011 era proprietária da praça, lança um concurso para a concessão dos quiosques, que, em maioria fechados, iam albergando uma confusão de negócios, entre telemóveis, associações religiosas, ou até um escritório de um agente imobiliário da Amadora.³⁴¹ A vencedora da concessão, e única concorrente, foi a empresa NCS, que tem vindo a colaborar com alguns projectos na cidade, como Cais do Sodré, da LX Factory e a realização do festival Outjazz. Propôs-se, para lá da abertura de restaurantes de comida chinesa, africana, indiana ou japonesa, um mercado de fim de semana, com actividades “dominadas pela ideia da multiculturalidade, mantendo e aprofundando a vocação adquirida pela Mouraria nos últimos anos como lugar de encontro de povos e culturas”³⁴², chamando-lhe *Mercado Fusão* (figura 108). Diz José Rebelo Pinto, gerente da NCS, que o empreendimento “é para ficar virado para a Mouraria, e não de costas para a Mouraria.”³⁴³ Com os elogios da imprensa, que afirma a devolução do espaço à cidade, a

³⁴¹ Cerejo, José António - *Martim Moniz vai ter restaurantes e um mercado intercultural*. Artigo do Jornal *Público* de 10 de Maio de 2012. Disponível em: <www.publico.pt/local/noticia/martim-moniz-vai-ter-restaurantes-e-um-mercado-intercultural-1545447>. Consultado a 9 de Maio de 2016.

³⁴² Ibidem.

³⁴³ Ibidem.



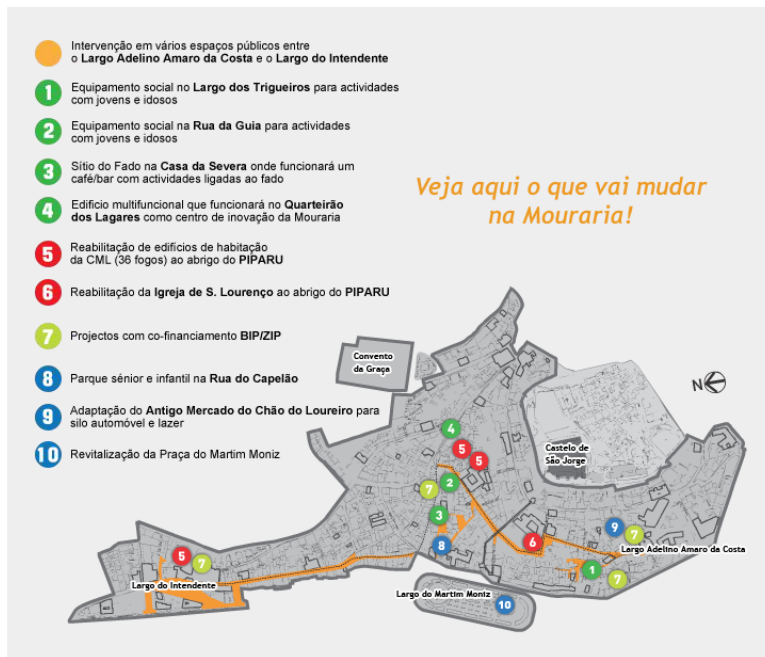
109 Associação Renovar a Mouraria. Fotografia da autora.

praça começa a ser mais movimentada, as actividades marginais retraem para os Becos da Amendoeira, e turistas, locais e habitantes curiosos do bairro usufruem do novo espaço de lazer em comunidade. No entanto, António Guterres, na análise que faz da nova requalificação do Martim Moniz, afirma que *“apesar da ocupação dos quiosques apresentar alternativas diferentes, no geral não representam o tipo de comércio local nem são promovidos por agentes locais”*³⁴⁴, vindo os negócios de outras partes da cidade, patrocinados por grandes empresas como a Meo, deixando os comerciantes locais de fora. De novo, este lugar continua a escapar aos interesses da sua comunidade, prolongando a exclusão no tempo. Sobre este assunto, Guterres põe em cima da mesa um argumento muito válido: que a organização social e ordem económica dos grupos de imigrantes diverge da nossa, fomentando actividades muitas vezes ainda não regulamentadas pela lei portuguesa. A compreensão dessas lógicas económicas e modelos de negócio poderia ser a solução para a verdadeira integração do bairro na cidade: *“É esse capital social dessas comunidade que pode ser o segredo para um negócio próspero, que podia perfeitamente ser aplicado na Praça do Martim Moniz, criando o sucesso, integração, coesão social, a segurança e convivialidade”*³⁴⁵.

Se o Martim Moniz continua ainda de costas para a Mouraria, o mesmo não se passa com outras associações do bairro, que lutam para que o lugar que habitam se revitalize e abra as portas à cidade. É o caso da Associação Renovar a Mouraria, que presta diariamente serviços à comunidade, com apoios que vão desde cursos de português para imigrantes ao preenchimento do IRS. A sua grande contribuição para a história urbana é, no entanto, o início do diálogo com o Município para a reabilitação urbana que se tem vindo a desenvolver desde 2008. Tudo começa com a petição endereçada ao Presidente da República, apoiada pelo presidente da CML e quatro mil assinaturas, chamando a atenção para o estado de degradação do bairro, tanto a nível patrimonial

344 Guterres, António - *“Interações reflexivas sobre o novo plano MARTIM MONIZ”*. Artigo do blog *Buala*, de 7 de Outubro de 2012. Disponível em: <<http://www.buala.org/pt/cidade/interacoes-reflexivas-sobre-o-novo-plano-martim-moniz>>. Consultado a 6 de Maio de 2016.

345 Ibidem.



110 Plano de Intervenção do QREN Mouraria. Disponível em: <www.aimouraria.cm-lisboa.pt/plano-de-intervencao.html>. Consultado a 9 de Maio de 2016.

como social. Dois anos depois, em 2010, e já depois da formação oficial da Associação, surge o apoio do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) para um programa de desenvolvimento social para a Mouraria, com intervenções urbanas programadas até 2013, em conjunto com o parecer dos moradores, associações, juntas de freguesia e paróquias, num total de 44 parceiros. Surge o Plano de Acção da Mouraria. Uns meses mais tarde, a proposta “*Há vida na Mouraria*” foi a mais votada para o milhão atribuído pelo Orçamento Participativo, um projecto de acção social com vista a melhorar o quotidiano dos habitantes da Mouraria.³⁴⁶

Os planos eram muitos, e por uma vez na história recente do bairro, foram concretizados com meritória celeridade. Primeiro, a melhoria do

³⁴⁶ Filipe, Carlos - Lisboa decidiram dar um milhão para ajudar a Mouraria. Artigo do *Jornal Público* de 8 de Outubro de 2011. Disponível em: <www.publico.pt/local/noticia/lisboetas-decidiram-dar-um-milhao-para-ajudar-a-mouraria-1515540>. Consultado a 9 de Maio de 2016.



111 Largo do Caldas. Fotografia da autora.



112 Largo do Intendente. Fotografia da autora.



113 Rua das Farinhas. Fotografia da autora.



114 Largo da Achada. Fotografia da autora.

espaço público entre os Largos do Caldas (figura 109) e do Intendente (figura 112), que deram origem a um percurso turístico-cultural, onde as associações do bairro fazem visitas guiadas ou os turistas e curiosos percorrem os novos pavimentos em basalto. Repavimentou-se a Rua das Farinhas (figura 111), o Largo da Achada (figura 112), o eixo Rua do Capelão/Rua da Guia (figura 116) e desenha-se um espaço multi funcional no Largo da Rosa (figura 113). Depois, vários equipamentos de apoio ao bairro e dinamização económica, a começar pela sede da Associação Renovar a Mouraria, ao Beco do Rosendo (figura 109), depois a Casa da Severa (figura 116), no Largo da Severa, mais recentemente o Centro de Inovação da Mouraria (figura 115), no quarteirão de génese moura na Rua dos Lagares e ainda o parque de estacionamento do Mercado do Chão do Loureiro (figura 116), com um espaço comercial e um elevador panorâmico, que em muito veio facilitar os acessos ao bairro. A decorrer está a impressionante angariação de fundos para reabilitar a Igreja de São Cristóvão, com iniciativas que vão desde a venda de rifas, arraiais, ou *crowdfunding* até à compra de telhas para reabilitar o telhado³⁴⁷. Do outro lado da Rua da Palma, no Convento do Desterro, está para nascer “*um centro experimental aberto para o mundo*”³⁴⁸.

A par com o Martim Moniz, o Largo do Intendente recebeu a renovação social mais significativa. A mudança temporária do gabinete de trabalho do presidente da CML para o Largo foi um testemunho de confiança na alteração do uso do espaço, antes um afamado lugar de prostituição e consumo de drogas. Vários empreendimentos imobiliários se seguiram, incluindo residências artísticas e para estudantes, muitos cafés e bares, para lá de uma forte animação cultural.

Para lá dos muitos edifícios particulares reabilitados, vários para albergar turistas (o que, infelizmente contribui também para a diminuição de

347 As iniciativas, organizadas principalmente pelo padre da paróquia, Edgar Clara, podem ser vistas em: <arteporsao.cristovao.org>. Consultado a 9 de Maio de 2016.

348 Tomás, Carla - *A futura vida do Desterro*. Artigo do Jornal *Expresso* de 21 de Setembro de 2015. Disponível em: <<http://expresso.sapo.pt/sociedade/2015-09-21-A-futura-vida-do-Desterro>>. Consultado a 9 de Maio de 2016.

moradores), estão ainda dois projectos na calha. Um, do Atelier Bugio (figura 119), que engloba o melhoramento de acessos a toda a colina do Castelo, e que pretende requalificar a cerca do Coleginho, com um miradouro e parque de estacionamento.³⁴⁹ O outro, do atelier da arquitecta Inês Lobo, em concordância com a CML (figura 120), que desenha uma nova e muito necessária mesquita para o bairro, já que a maior é actualmente visitada por cerca de 600 pessoas e está localizada num edifício residencial no Beco de São Marçal.³⁵⁰ O projecto, a construir entre as Ruas da Palma e do Benfornoso, contempla também uma praça coberta e um jardim. As boas intenções do Município prevêm, no entanto, um desfecho ao qual a Mouraria já está mais que habituada:

“De acordo com o Projecto, a área de intervenção é constituída por um núcleo construído composto por um edifício da Câmara Municipal de Lisboa, dois edifícios de propriedade da EPUL (...) e três edifícios privados”. Estes edifícios serão expropriados e demolidos, uma vez que “não apresentam especial interesse arquitectónico”, de forma a libertar a totalidade da área para a escavação e construção. O total das indemnizações ultrapassa o milhão de euros: são cerca de 712 mil euros para as indemnizações autónomas do prédio municipal e cerca de 762 mil euros para os prédios particulares.”³⁵¹

Enquanto o bairro respira fundo com uma profunda sensação de *déjà-vu* no peito, as demolições, num discurso que em tudo faz lembrar o massacre de há sessenta anos atrás, estão para acontecer. O estudo prévio foi aprovado por unanimidade logo em 2012, afirmando-se que está *“adequado ao espaço em que se insere”*³⁵². Sobre o assunto, o fórum Cidadania LX, que ao longo dos seus anos de actividade tem vindo a

349 Projecto disponível em: <www.atelierbugio.com/box2/uploads/pres_release_plano_geral_acessibilidades_castelo.pdf>. Consultado a 9 de Maio de 2016.

350 Projecto disponível em: <www.ilobo.pt/ines_lobo_arquitectos_lda/01092_Mosque_in_Mouraria.html>. Consultado a 9 de Maio de 2016.

351 Silva, Cláudia Carvalho - “Em 2017, a Câmara de Lisboa construirá nova mesquita, uma praça e um jardim na Mouraria”. Artigo do Jornal Público de 23 de Outubro de 2015. Disponível em: <www.publico.pt/local/noticia/em-2017-a-camara-de-lisboa-construira-nova-mesquita-uma-praca-e-um-jardim-na-mouraria-1712156>. Consultado a 9 de Maio de 2016.

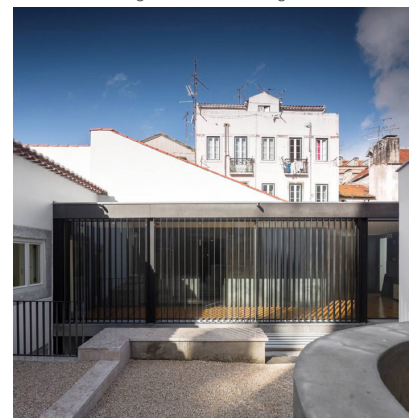
352 LUSA/ Sol - Lisboa: Mouraria terá praça coberta, jardim e nova mesquita. Artigo do Jornal Sol de 23 de Outubro de 2015. Disponível em: <sol.sapo.pt/noticia/418471/lisboa-mouraria-ter-a-praca-coberta-jardim-e-nova-mesquita>. Consultado a 9 de Maio de 2016.



115 Largo da Rosa. Fotografia da autora.



116 Casa e Largo da Severa. Fotografia da autora.



117 Centro de Inovação da Mouraria. Fotografia de Fernando Guerra.



118 Mercado do Chão do Loureiro. Fotografia da autora.

questionar muitos dos projectos de dúbio valor para a cidade, e com sucesso, travado outros tantos, afirma, em carta para o presidente e vereador de urbanismo da CML, que a demolição dos edifícios, que o município classifica de “*devolutos e em mau estado de conservação*”³⁵³, e o próprio projecto, são alheios ao traçado e às características da Mouraria³⁵⁴. Deixa ainda três inquietações muito pertinentes, pedindo esclarecimentos sobre:

“ A origem dos 3 milhões de euros anunciados como financiamento, via orçamento municipal, previsto para a empreitada de demolição e de construção nova?”*

** O porquê da empreitada não se fazer antes por via da demolição dos aberrantes centros comerciais existentes no Martim Moniz ou, quiçá, de construção no próprio Martim Moniz, se assim fosse entendido no quadro de um concurso de ideias/concurso público?*

** O porquê do montante indicado não ser antes aplicado na continuação e na conclusão do excelente trabalho de reabilitação desenvolvido pela CML na Mouraria, que incluísse a própria realocação da mesquita?”*³⁵⁵

As demolições, previstas para Maio de 2016, estão, ao momento de escrita ainda por encetar³⁵⁶. Já na notícia do Sol, Manuel Salgado garante que “*está em curso o processo de libertação do terreno para dar início à concretização do projecto*”³⁵⁷. Projecta-se o término da obra para Abril de 2017, segundo o Público.

353 Ibidem.

354 AA.VV. - *Construção de praça na Rua da Palma - pedido de esclarecimentos*. Artigo do blog *Cidadania LX*, de 4 de Abril de 2015. Disponível em: <cidadania.lx.blogspot.pt/2015/02/construcao-de-praca-na-rua-da-palma.html>. Consultado a 9 de Maio de 2016.

355 Ibidem.

356 Sobre o assunto, leia-se a entrevista a um dos proprietários dos prédios a expropriar, que nota o valor injusto que a CML se propõe a pagar. A expropriação dos três imóveis privados é de 1,5 milhões de euros, metade do orçamento previsto para a operação. O proprietário ameaça acção judicial, provavelmente atrasando a data proposta para demolição. O Corvo - *Dono de prédios que cairão para erguer mesquita diz-se enganado pela câmara*. Artigo de 6 de Novembro de 2015. Disponível em: <ocorvo.pt/2015/11/06/dono-de-predios-que-cairao-para-erguer-mesquita-diz-se-enganado-pela-camara/>. Consultado a 9 de Maio de 2016.

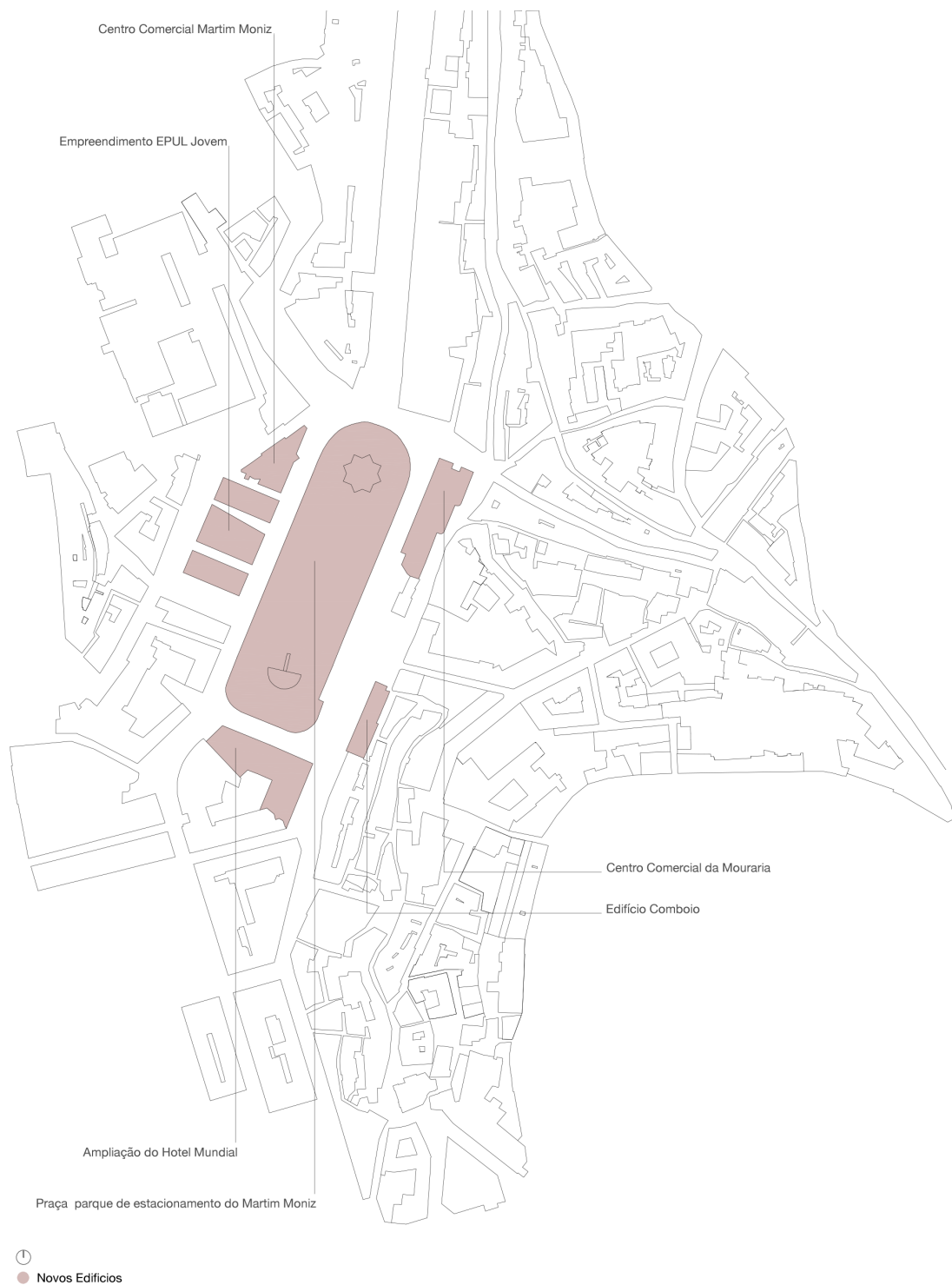
357 LUSA/ Sol - *Lisboa: Mouraria terá praça coberta, jardim e nova mesquita*. Artigo do *Jornal Sol* de 23 de Outubro de 2015. Disponível em: <sol.sapo.pt/noticia/418471/lisboa-mouraria-terá-praça-coberta-jardim-e-nova-mesquita>. Consultado a 9 de Maio de 2016.

*“Não namores os franceses
Menina, Lisboa,
Portugal é meigo às vezes
Mas certas coisas não perdoa
Vê-te bem no espelho
Desse honrado velho
Que o seu belo exemplo atrai
Vai, segue o seu leal conselho
Não dês desgostos ao teu pai*

*Lisboa não sejas francesa
Com toda a certeza
Não vais ser feliz
Lisboa, que ideia daninha
Vaidosa, alfacinha,
Casar com Paris
Lisboa, tens cá namorados
Que dizem, coitados,
Com as almas na voz
Lisboa, não sejas francesa
Tu és portuguesa
Tu és só pra nós (...)”³⁵⁸*

358 Rodrigues, Amália - *Lisboa, não sejas francesa*. Letra de José Galhardo e música de Raúl Ferrão.

CAPÍTULO SETE: MOURARIA: O MUNDO CABE AQUI



121 Mapa-síntese das grandes intervenções urbanas do capítulo. Escala 1:4000. Desenho da autora.

DATAS	LISBOA	MOURARIA
138 A.C		Entrada dos Romanos em Olisipo. Primeiro esboço da Rua do Benfornoso como entrada na cidade.
SÉC. V		Invasões barbaras. Contracção do tecido urbano, Lisboa tem 15 hectares e 5000 habitantes.
472		Terramoto.
714		Ocupação muçulmana por Tarique. Olissipo torna-se Al Uxbuna e o centro político, económico e religioso do vale do Tejo. Aumento da cidade para 30 hectares e 40 000 habitantes.
SÉC. VIII		Início da construção da cerca moura. No período mouro: Penha de França (burdj). Campos hortícolas na Mouraria.
1140		Primeira tentativa de conquista cristã.
1147		Conquista da cidade por D. Afonso Henriques, mudança da comunidade moura da cidade para a mouraria. A comuna beneficia de administração própria.
1170		Foral dos mouros de Lisboa, Almada, Palmela e Alcácer e criação real das primeiras mourarias, incluindo a de Lisboa.
1249		Fim da reconquista cristã com a tomada de Faro.
1258 ou 1271		Construção da Igreja de São Lourenço.
1273		Fundação original do Colégio dos Meninos Orfãos pela Rainha D. Brites.
SÉC. XIII		Há dois capelães no bairro e duas mesquitas, indicadoras de um grande número de habitantes na comuna. Aparecimento do arrabalde Novo e aumento da actividade inter-religiosa na rua do Benfornoso.
1357-1367		Reinado de D. Pedro I e imposição de caminhos exteriores à Mouraria de Lisboa para as mulheres cristãs.
1361		Criação jurídica das mourarias e judiarias nas cortes de Elvas, primeiras leis segregacionistas.
1375		D. Fernando manda construir a Cerca Nova - Cerca Fernandina.
1385-1433		Reinado de D. João I - Ordem de fecho das portas das mourarias e judiarias ao pôr do sol; ordem para que todos os documentos oficiais sejam escritos em português, sob pena de morte. Fecho provável da madrasa.
SÉC. XV		O bairro da Mouraria era um aglomerado de casas e ruas estreitas, ocupando uma área máxima de 5 hectares entre os dois arrabaldes. As balcoadas eram um elemento comum. O costume mouro acabou por alastrar para o resto da cidade.
1495		Início do reinado de D. Manuel I.
1496		Édito de expulsão dos Mouros e Judeus. A estrutura comunal da Mouraria desfez-se, e inicia-se o processo de substituição da comunidade moura pela Cristã.
1498		Mudança da corte da alcáçova para a beira rio.
1499-1502		Normas de demolição dos balcões e balcoadas da cidade, poupando os inferiores a palmo e meio.

CRONOLOGIA

DATAS	LISBOA	MOURARIA
1505		Construção da Ermida de S. Sebastião (Nossa Senhora da Saúde) e início da devoção à santa.
1511		Convento da Anunciada (Igreja do Socorro, Convento de Santo Antão-o-Velho).
1519		Convento de Nossa Senhora da Rosa.
1539		Palácio do Marquês de Tancos.
1542	Os jesuítas mudam-se para o Colégio de Santo Antão-o-Velho.	
1549		Reforma do Colégio dos Meninos Orfãos, passando a albergar e preparar crianças pobres para missões no Brasil e em África.
SÉC. XVI		Início do forte crescimento demográfico.
1554		Abertura da Rua Nova da Palma e construção de trinta casas nas hortas do Mosteiro de São Vicente de Fora.
1562		Construção da ponte acima do rego de Arroios, no prolongamento da Rua de S. Vicente à Guia. Primeira procissão de Nossa Senhora da Saúde. Mudança dos Jesuítas para o actual hospital de São José. O Coleginho é habitado pelos frades da Graça, da Ordem de Santo Agostinho. Igreja de São Sebastião da Mouraria. Criação da Paróquia do Socorro e freguesia de São Sebastião da Mouraria. Esta operação marca simbolicamente a integração do bairro no resto da cidade.
SÉC. XVII	Grande aumento da população da cidade: mais de 100 000 habitantes.	
1625		Palácio da Rosa. Reparações na Cerca Fernandina. Colocação de uma grade de ferro no rego da Rua dos Canos e entaipamento da Porta da Rua Nova da Palma. Alteração do nome da Igreja de São Sebastião da Mouraria para Igreja de Nossa Senhora do Socorro. A Ermida de São Sebastião passa a designar-se oficialmente como Nossa Senhora da Saúde. Recebe a imagem da santa padroeira. Incêndio no Convento da Rosa, e abandono deste pelas freiras dominicanas que o habitavam. Alargamento da porta de São Vicente. Palácio do Marquês de Alegrete.
1755	Terramoto e maremoto a 1 de Novembro. A Igreja do Socorro, a Igreja de Nossa Senhora da Saúde, o Convento de Santo Antão-o-Velho, o Colégio dos Meninos Orfãos, o Palácio do Marquês de Alegrete e o Convento e Palácio da Rosa sofreram graves danos. Todos foram rapidamente reconstruídos e a alguns foram atribuídos novos usos. Faz-se uma separação entre a Lisboa medieval e a Lisboa barroca.	

DATAS	LISBOA	MOURARIA
SÉC. XVIII (MEADOS)	Aumento da migração em Lisboa, particularmente nos bairros populares.	
1759	A freguesia do Socorro está sobrelotada. Construção do edifício de rendimento no lugar do Convento da Rosa. Ermida de Nossa Senhora da Guia.	
SÉC. XIX	Lisboa e Mouraria boémia. Aumento da taxa de mortalidade. Aparecem vários pátios e vilas operárias.	
1820	Abertura da Calçada da Mouraria. Nasce, na Madragoa Maria Severa Onofriana.	
1830	Missão Portuguesa no Colégio de Santo Antão-o-Velho (jesuítas franceses).	
1833	Invasão do Colégio de Santo Antão-o-Velho pelos liberais.	
1846	Morre, na Mouraria Maria Severa Onofriana.	
1851	Regeneração.	
1852	Chega à CML P.J. Pezerat, com Fontes Pereira de Melo na pasta das Obras Públicas.	
1856	Teatro do Príncipe Real, depois Tetro Apolo.	
1858	Prolongamento da Rua Nova da Palma até ao Largo do Intendente.	
1859	Demolição da Ermida de Nossa Senhora da Guia com vista a abrir caminho à Rua Nova da Palma.	
1868	Aristocratização do fado.	
1874	Ressano Garcia é engenheiro na CML.	
1887	Inauguração do boulevard no Passeio Público, a Avenida da Liberdade.	
1887	Real Colyseu de Lisboa.	
1892	Plano da Avenida dos Anjos.	
1895	Abertura da Rua do Marquês de Ponte de Lima.	
SÉC. XX	Aumento significativo da população lisboeta.	
1901	Livro A Severa, de Júlio Dantas.	
1906	Lisboa Monumental, de Fialho de Almeida.	
1907	Paraizo de Lisboa.	
1912	Primeira lei das expropriações.	

CRONOLOGIA

DATAS	LISBOA	MOURARIA
1925	Início da construção da linha de Metropolitano de Lisboa.	
1926	Ditadura Nacional: golpe de Estado liderado por Gomes da Costa. O general Carmona é Presidente da República interino.	
		Anteprojecto de António Emídio Abrantes para a Rua da Palma.
1930	Filme A Severa, de Leitão de Barros.	
1932	Duarte Pacheco chefia o inistério das Obras Públicas.	
		Início do processo de demolição da zona do Martim Moniz, com as negociações para a expropriação do Palácio do Marquês de Alegrete.
1933	Estado Novo.	
1934-38	Parque Florestal de Monsanto.	
1938	PDM 1938-1948 (Étienne de Gröer) . Duarte Pacheco acumula a presidência da CML ao Ministério das Obras Públicas.	
		Primeiro projecto para túnel entre a Rua da Palma e o Largo de São Domingos (SOMEÇ).
1940	Exposição do Mundo Português.	
1943	Morre Duarte Pacheco.	
1944		Primeiras conversas sobre o Plano de Remodelação da Baixa.
1947-49		Demolições na Mouraria.
1947		Abertura do Largo Martim Moniz. Mercados provisórios e raquete para paragem de eléctricos.
1948	Revisão da lei das expropriações	
1949		Demolição da Igreja do Socorro para a construção da praça do Martim Moniz. Mudança da sede da Paróquia para a Igreja de Santo Antão-o-Velho, tomando esta o nome da igreja destruída. Anteplano de Remodelação da Baixa (Faria da Costa) .
1950		Apresentação do Plano de Faria da Costa por Jorge Carvalho Mesquita no II congresso das Capitais. Demolição do Mercado da Praça da Figueira e da Igreja do Socorro.
1956-58		Revisão do Plano de Remodelação da Baixa por Faria da Costa.
1957-58		Demolição do Teatro Apolo.
1958		Inauguração do Hotel Mundial.
1961		Demolição do Arco do Marquês de Alegrete.
1967	PDM (Georges Meyer-Heine).	
		Plano para o Martim Moniz.
1970		Aquisição do Palácio da Rosa pela CML.

CRONOLOGIA

DATAS	LISBOA	MOURARIA
1971		Inauguração da estatua de D. João I na Praça da Figueira. Mudança do parque de estacionamento desta para o Martim Moniz.
1972		Criação da EPUL.
1974	Revolução dos Cravos. Aumento da imigração vinda das colónias.	
		Grande afluência à Mouraria. Primeiro projecto da EPUL para o Martim Moniz.
1982		Concurso Público para o Martim Moniz, com proposta seleccionada de Carlos Duarte e José Lamas.
1985		Gabinete técnico da Mouraria.
1986		Colégio dos Meninos Orfãos - classificação como Monumento de Interesse Público.
1989		Centro Comercial da Mouraria.
1991		Centro Comercial do Martim Moniz. Prolongamento do Hotel Mundial. Palácio Aboim. Edifício Marquês de Alegrete. Projecto de Duarte e Lamas suspenso.
1991-2000		Várias escavações arqueológicas começam a realizar-se na Mouraria.
1997		Inauguração da praça do Martim Moniz, projecto de João Paulo Bessa e Daniela Ermano. Redesenho da estação de metro do Socorro.
2000		Aprovação do projecto de habitação EPUL Jovem 8. Obra suspensa em 2003 pela CML.
2006		Novo projecto, nova suspensão em 2009.
2008		Associação Renovar a Mouraria.
2009		Plano geral de acessibilidades suaves e assistidas à colina do castelo. Projecto do Atelier Bugio.
2010		QREN Mouraria.
2011		Projecto da NCS para a Praça do Martim Moniz - Mercado Fusão.
2012		Palácio da Rosa - classificação como Monumento de Interesse Público.
2013		Reabilitação de pavimentos e redes de esgotos na Mouraria. Mesquita na Rua da Palma. Projecto de Inês Lobo .
2014		Extinção da EPUL.
2015		Inauguração do Centro de Inovação da Mouraria.

“Como sucede com tôdas as cidades populosas, há em Lisboa muitas Lisboas. Não se conhecem entre si; não sabem quási da existência umas das outras; e quando se encontram, por acaso, tratam-se de forasteiras.

*¿ Quem explicará ao risonho Buenos-Aires o que é a carrancuda Mouraria ?
¿ Quem será capaz de acender na irrequieta Alcântara as devoções do fidalgo S. Vicente ?*

(...) Podem empreender-se verdadeiras jornadas, verdadeiras viagens, de Lisboa para Lisboa. Vão de um bairro a outro estudar-se costumes novos, fisionomias novas, edificações de estilo diverso, pontos controvertidos de História pátria, moderna e antiga.”³⁵⁹

³⁵⁹ Castilho, Júlio de - *Lisboa Antiga, Bairros Orientais*, vol. I, Lisboa, Serviços Industriais da CML, 1935, pp. 17-18.

Se a pergunta a que se queria responder no início deste texto fosse qualquer coisa como “*qual a origem do tecido urbano da Mouraria da actualidade?*”, talvez o objectivo não tenha sido cumprido. Se o texto que se acabou de escrever for comparado com as obras mestras da história do urbanismo português, amiúde citadas por entre estas páginas, observar-se-á que neste texto não há análises da tipologia, categorização, comparação e contraste. Este trabalho começou com a intenção de as realizar a todas, mas distraiu-se com a história dos lisboetas. Se muito se esforçou para contar a história urbana da Mouraria, mais se fez para compreender a herança islâmica da cidade e as suas repercussões no *arrabalde*. Se o trabalho queria analisar o período de cada um dos prédios do bairro, tirar medidas e datar ruas, ficou-se por contar a história de como umas ruas e outras casas apareceram. Se o trabalho queria pôr ordem no caos, acabou apenas por contar uma história do caos.

Chega-se ao fim sabendo mais, mas sabendo também que há ainda muito mais para saber, e muito que se sabe que não se incluiu neste trabalho. Saberes à parte, a história que se contou deriva simplesmente da transparente curiosidade de conhecer o bairro. Quem lá viveu, como viveu, como morreu. E talvez este trabalho não esteja assim tão distante daquele que os primeiros olisipógrafos fizeram. Júlio de Castilho, diz Luiz Pastor de Macedo, era um “*poeta que em cada pedra antiga encontra motivos permanentes de evocação e beleza*”.³⁶⁰ Um arquitecto, um verdadeiro arquitecto, deve ir em busca da poesia das pedras antigas, se quer fazer arquitectura. Noutros moldes, como diz Ruskin, “*there are but two conquerors of the forgetfulness of men, Poetry and Architecture; and the latter in some sort includes the former, and is mightier in its reality.*”³⁶¹

Trazendo as palavras de volta à Mouraria, este trabalho veio enaltecer as contribuições do bairro a Lisboa, Lisboa essa que sempre olhou para o bairro à sua margem. Com a descida da bandeira do crescente do alto do Castelo, Lisboa vai-se passeando entre o tortuoso urbanismo de génese islâmica e a nova lógica polarizadora cristã. A Mouraria, que até

360 Idem, p. 1.

361 Ruskin, John - *The Seven Lamps of Architecture*, John Wiley, New York, 1849, p. 148.

ali marginava apenas uma saída da cidade, entre portas e à margem do crescimento, vai prolongando no seu espaço os becos, os pátios islâmicos, as muxarabias, as adufas, mas também o tijolo, a olaria, a tapeçaria e a azulejaria, numa vivência não muito distante da de *Al-Uxbuna*. Não obstante, lá fora, o tecido urbano medieval ia crescendo tanto com novas capelinhas como com os antigos elementos mouros. Como confirma Helder Carita, “*a permanência de um vasto tecido urbano de época islâmica tem diluído o legado urbanístico cristão medieval, levando a confundir um com o outro (...). A imagem, muito divulgada, duma Lisboa medieval caracterizada, fundamentalmente por um emaranhado tortuoso de ruas estreitas e pequenos becos corresponde sobretudo à cidade islâmica e aos seus arrabaldes (...)*”.³⁶²

A entrada *oficial* do bairro na cidade acontece com o reinado de D. Manuel, e enquanto nascem grandes edifícios polarizadores na colina Norte do Castelo, vão caindo os balcões e demais elementos de génese árabe por toda a cidade. Deixam-se ficar as balcoadas de palmo e meio, precursoras da janela de sacada lisboeta.

A expulsão dos mouros encerra um período da cidade, mas deixa para trás um vasto léxico arquitectónico diluído nas ruas medievais, pombalinas, modernas, contemporâneas. Num lugar tolerado à sombra da cristandade, floresce o artesanato, e prolongou-se até D. João I o culto da língua árabe. Os mouros deixam no nosso país um riquíssimo património linguístico, que Adalberto Alves dá conta no seu extenso *Dicionário de Arabismos na Língua Portuguesa*³⁶³. Mas, acima de tudo, os árabes infundiram nos portugueses uma outra cultura, que nos distingue das demais nações europeias. Desde a música - o adufe, a guitarra, a dança *mourisca* - ao direito, à agricultura, passando pelo vestuário (do bioco à *algibeira*), a herança árabe está ainda muito presente nas tradições portuguesas. O seu expoente máximo estará talvez no pensamento filosófico, regado pela tolerância e abertura a

³⁶² Carita, Helder - *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna (1495-1521)*, Livros Horizonte, Lisboa, 1999, p. 21.

³⁶³ Alves, Adalberto - *Dicionário de Arabismos da Língua Portuguesa*, INCM, Lisboa, 2013.

CONCLUSÃO

outras culturas que formou o saber português. Adalberto Alves conclui que “*Sem o repositório de saber que os árabes trouxeram de todas as partes do mundo, e que afeiçãoaram e desenvolveram com o seu génio próprio, jamais teria havido Renascimento e teria sido difícil, senão impossível, a grande aventura das Descobertas levada a cabo pelos portugueses*”.³⁶⁴

A Mouraria, plena de igrejas e capelinhas, muda de crença e aumenta o fervor. Pouco afectada pelo terramoto de 1755, mantém ainda os seus edifícios, muitos medievais, outros tantos manuelinos e pré-pombalinos. Com a vaga de migração pós terramoto, dirigida principalmente aos bairros populares da cidade, a Mouraria aumenta os seus limites, o número de fogos (ora nos logradouros, ora por cima de outros fogos) os habitantes, e consequentemente a insalubridade e as pestes. A pobreza vem tirar a abertura que se tinha forçado no período manuelino. Os palácios vão sendo abandonados, e o bairro, não tendo mouros, tem pobres, vadios, prostitutas. Toca-se guitarra nos bordéis, toca-se a saudade e a brejeirice. As classes altas não tardam a voltar, não para viver, mas para conviver com a fadistagem. O fado aristocratiza-se, e a Mouraria de novo se volta para fora, agora fazendo de término da Baixa e prolongamento para o Norte da cidade, com a Avenida dos Anjos, depois D. Amélia, depois Almirante Reis, casa de novos espaços de lazer. Rasgam-se novas ruas no interior do bairro, trazendo para dentro de si os primeiros edifícios pombalinos, e muitos edifícios de rendimento, para dar casa a uma população que não parava de aumentar.

Já no século XX, depois das Avenidas Novas, da Regeneração, das ideias de Pezerat e de Fialho de Almeida, chegam os primeiros planos para o prolongamento da Avenida Almirante Reis para o centro da cidade. A baixa da Mouraria era o maior obstáculo. Entre soluções mais consideradas, a mais utópicas, muitos foram os projectos que se foram fazendo ao longo do tempo. Com a expedição do processo de expropriações, e sem nenhum projecto em particular na calha, a Câmara Municipal leva a cabo uma quantidade massiva de demolições na baixa do bairro, afastando os moradores para os novos bairros periféricos,

³⁶⁴ Alves, Adalberto - *Portugal, Ecos de um passado árabe*, Instituto Camões, Lisboa, 1999, p. 9.

e criando um buraco expectante. O projecto de Faria da Costa chega com as demolições bem encaminhadas, mas a solução apresentada era de tal forma megalómana que se previa inconcretizável. A solução chega apenas passados quase cinquenta anos, sob a forma de dois centros comerciais e uma praça. A Avenida Almirante Reis termina no sítio que sempre terminou, e o novo Martim Moniz fortalece a tradicional má vida do bairro.

Na actualidade, a Mouraria está de novo numa encruzilhada. Com mais demolições à vista, e uma recém criada vontade de renovar o bairro, que agora é *very typical*, do *fado*, um *melting pot*, é mais importante que nunca compreender o seu desenvolvimento urbano, e a sua conturbada, mas deliciosa história, para nele se poder intervir. O mesmo se aplica à restante cidade, que, com sucessivos alojamentos, lojas e animações para turistas parece querer matar a galinha dos ovos de ouro, fazendo eco às afirmações de Catarina Portas³⁶⁵.

Não se pretende fechar este texto fazendo uma apologia ao passado. O que se escreveu é, para lá de uma síntese, uma denúncia às muitas políticas urbanas da cidade que parecem ter a actualidade dos anos quarenta. Há que construir com responsabilidade, respeito e *amor* a Lisboa. Há que considerar que, quando se manda abaixo (o Martim Moniz, agora a Rua da Palma), o que nasce das cinzas deve servir a cidade, as pessoas, mas deve tanto elogiar o seu futuro, como o seu passado. É um desafio, certamente.

365 Declarações de Catarina Portas ao Observador. In Ferreira, Rita - *A resposta de Catarina Portas ao novo McDonald's: "Não quero o turismo a qualquer preço"*. Artigo do Jornal Observador, de 11 de Março de 2016. Disponível em: <observador.pt/2016/03/11/catarina-portas-critica-camara-lisboa-nao-quero-turismo-preco/> Consultado a 28 de Maio de 2016.

CONCLUSÃO

No caso particular da Mouraria, o bairro não merece uma nova mutilação. A reabilitação não deve pôr em causa a identidade da cidade. Se a história que se contou servir para uma melhor compreensão da Mouraria, se servir para compreender os triunfos e os erros das intervenções de arquitectura e urbanismo, o seu propósito está mais que realizado. Enquanto estudante de arquitectura, a autora compreende a importância da herança depositada em cada metro quadrado de terra em que o arquitecto vai intervir. E compreende também que essa importância por vezes é relegada ao último ponto da lista de prioridades. O Martim Moniz é a bandeira desse despojo histórico, o grande buraco do *esquecimento dos homens*, voltando a Ruskin. Que bandeira hasteará o resto da Mouraria?

*“Tudo passa! tudo o tempo e a evolução dos costumes apagam e destroem! Da Mouraria tradicional dos tempos antigos, (...) pouco, quasi nada já resta! Algumas ruas apenas, onde o camartello municipal vae abrindo clareiras para alargamento e saneamento do sitio, e onde os proprietarios vão dia a dia restaurando, desfigurando os predios, cuja architectura original caracterizava aquellas viellas tortuosas.”*³⁶⁶

³⁶⁶ Ribeiro, Victor - *A Mouraria in Serões, Revista Mensal Ilustrada*, Série II, vol. IV, Lisboa, 1907. 260

AA.VV. - *Construção de praça na Rua da Palma - pedido de esclarecimentos*. Artigo do blog Cidadania LX, de 4 de Abril de 2015. Disponível em: <cidadania.lx.blogspot.pt/2015/02/construcao-de-praca-na-rua-da-palma.html>. Consultado a 9 de Maio de 2016.

Abrantes, António Emídio (CML) - *Ante-projecto de prolongamento da Avenida Almirante Reis e da ligação da rua da Palma entre a Guia e o Poço do Borratém*, CML, Lisboa, 1926. Documento disponível no AML - AC. C. Ref.: PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/10/002/02.

Abrantes, António Emídio - *Elementos para o estudo do Plano de Urbanização da cidade de Lisboa* - CML - Direcção dos serviços de urbanização e obras, Lisboa, 1938.

Al-Himyari - *Kitab Ar-Rawd Al-Mitar*, trad. António Borges Coelho, *Portugal na Espanha Árabe vol. I*, Seara Nova, 1972.

Almeida, José Fialho de - *Lisboa Monumental*, in *Ilustração Portuguesa*, no 36, Empresa do jornal O Século, Lisboa, 1906. Disponível em <hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/IlustracaoPort/1906/N36/N36_master/N36.pdf>. Consultado a 5 de Abril de 2016.

Alves, Adalberto - *Dicionário de Arabismos da Língua Portuguesa*, INCM, Lisboa, 2013.

Alves, Adalberto - *Em Busca da Lisboa Árabe*, Clube do Coleccionador dos Correios, Lisboa, 2007.

Alves, Adalberto - *Portugal, Ecos de um passado árabe*, Instituto Camões, Lisboa, 1999.

AN/TT - *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1.

Autor desconhecido - *Cancioneiro do Bairro Alto: Collecção de chistosas poesias de um author patusco offerecidas a certas meninas que fazem certas coisas*, Apenas Livros, Lisboa, 2011.

Auzelle, Robert, *Clefs pour l'urbanisme*, Seghers, 1971.

Azevedo, Pedro A. de - *Do Areeiro á Mouraria*, in *O Archeologo Português*, vol. V, Museu Ethnologico Português, Lisboa, 1900.

Barros, António - *Os canos na drenagem da rede de saneamento da cidade de Lisboa antes do terramoto de 1755*, Cadernos do Arquivo Municipal, 2a Série, no 1, Lisboa, 2014.

Barros, Filomena - *A comuna muçulmana de Lisboa*, Hugin, Lisboa, 1998.

Bessa, João Paulo - *"Martim Moniz, Uma Praça de Lisboa"*. Artigo no blogue *Finisterra Suave*, 2014. Disponível em: <www.finisterrasuave.blogspot.pt/2014/05/martim-moniz-uma-praca-de-lisboa.html>. Consultado a 4 de Maio de 2016.

Branco, Fernando Castelo - *Lisboa Seiscentista*, Livros Horizonte, Lisboa, 1990.

Carita, Hélder - *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna (1495-1521)*, Livros Horizonte, Lisboa, 1999.

Carvalho, Pinto de (Tinop) - *História do Fado*, Arquimedes, Lisboa, 2010.

Castilho, Júlio de - *Lisboa Antiga, Bairros Orientais, vol. I*, Lisboa, Serviços Industriais da CML, 1935.

Castilho, Júlio de - *Lisboa Antiga, Bairros Orientais, vol. III*, Lisboa, Serviços Industriais da CML, 1935.

BIBLIOGRAFIA

Cerejo, José António - *Martim Moniz vai ter restaurantes e um mercado intercultural*, artigo do Jornal Público de 10 de Maio de 2012. Disponível em: <www.publico.pt/local/noticia/martim-moniz-vai-ter-restaurantes-e-um-mercado-intercultural-1545447>. Consultado a 9 de Maio de 2016.

CML - *Anais do Município de Lisboa, ano de 1938*, CML, Lisboa, 1939.

CML - *Anais do Município de Lisboa, ano de 1944*, CML, Lisboa, 1945.

CML - *Anais do Município de Lisboa, ano de 1945*, CML, Lisboa, 1946.

CML - *Anais do Município de Lisboa, ano de 1946*, CML, Lisboa, 1947.

CML - *Anais do Município de Lisboa, ano de 1947*, CML, Lisboa, 1948.

CML - *Anais do Município de Lisboa, ano de 1948*, CML, Lisboa, 1949.

CML - *Anais do Município de Lisboa, ano de 1949*, CML, Lisboa, 1950.

CML - *Anais do Município de Lisboa, ano de 1950*, CML, Lisboa, 1951.

CML - *Anais do Município de Lisboa, ano de 1951*, CML, Lisboa, 1952.

CML - *Anais do Município de Lisboa, ano de 1952*, CML, Lisboa, 1953.

CML - *Anais do Município de Lisboa, ano de 1953*, CML, Lisboa, 1954.

CML - *Anais do Município de Lisboa, ano de 1955*, CML, Lisboa, 1956.

CML - *Anais do Município de Lisboa, ano de 1956*, CML, Lisboa, 1957.

CML - *Anais do Município de Lisboa, ano de 1957*, CML, Lisboa, 1958.

CML - *Anais do Município de Lisboa, ano de 1958*, CML, Lisboa, 1959.

CML - *Anais do Município de Lisboa, ano de 1959*, CML, Lisboa, 1960.

CML - *Anais do Município de Lisboa, ano de 1960*, CML, Lisboa, 1961.

CML - *Anais do Município de Lisboa, ano de 1961*, CML, Lisboa, 1962.

CML - Edifício no Largo da Rosa, 6 (Vestígios do Antigo Convento da Rosa). Disponível em: <www.cm-lisboa.pt/equipamentos/equipamento/info/edificio-no-largo-da-rosa-6-vestigios-do-antigo-convento-da-rosa>, consultado a 26 de Janeiro de 2016.

CML - Palácio da Rosa, incluindo a Igreja de São Lourenço e toda a área de jardim. Disponível em: <www.cm-lisboa.pt/equipamentos/equipamento/info/palacio-da-rosa-incluindo-a-igreja-de-sao-lourenco-e-toda-a-area-de-jardim>, consultado a 26 de Janeiro de 2016.

CML - *Obra de prolongamento da rua da Palma: arruamento junto ao Teatro Apolo*, Lisboa, 1930, p. 3. Disponível no AML - AC. C. Ref.: PT/AMLSB/CMLSB/UROB- PU/10/003/06.

CML; Sociedade metropolitana e colonial de construções limitada - *Estudos de projecto de túnel a construir na zona do Socorro*. Sem publicação, Lisboa, 1938. Disponível no AML - AC. C. Ref.: PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/10/004/01. Consultado a 26 de Abril de 2016.

Coelho, António Borges - *O Domínio Germânico e Muçulmano* in *O Livro de Lisboa*, dir. Irisalva Moita, Livros Horizonte, Lisboa, 1994.

Coelho, Teresa Campos - *Poder e Política - As operações de Reabilitação Urbana em Lisboa (O caso da Mouraria)* in *Discursos. Língua, Cultura e Sociedade III Série, No 2*, Centro de Estudos Históricos Interdisciplinares - Universidade Aberta, 2000.

Conselho dos Melhoramentos Sanitários - *Inquérito aos Pátios de Lisboa: Anno de 1902, 1903*, Imprensa Nacional, Lisboa.

Costa, Faria da, et al. - *Plano de Remodelação da Baixa*, sem publicação, Lisboa, 1956-58 - 1966. AML - AC, C. Ref.: PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/10/291.

Costa, Faria da; Câmara Municipal de Lisboa. Direcção dos Serviços de Urbanização e Obras - *Plano de remodelação da Baixa*, sem publicação, Lisboa, 1948-49. AML - AC, C. Ref.: PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/10/432.

Costa, João Pedro - *Bairro de Alvalade: Um Paradigma no Urbanismo Português*, Livros Horizonte, Lisboa, 2002.

Costa, Júlio de Sousa - *Severa*, Acontecimento Lisboa, 1995.

Dantas, Júlio - *A Severa: Peça em Quatro Actos*, Portugal-Brasil, Lisboa, 1931.

Diário de Notícias - Animatographo, artigo de 19 de Junho de 1896. Microfilme disponível na cota F5701 da Biblioteca Nacional de Portugal. Consultado a 27 de Março de 2016.

Dias, Marina Tavares - *Lisboa Desaparecida*, vol. 1, Quimera Editores, Lisboa, 1987.

Duarte, Carlos; Lamas, José - *Memória descritiva - anteprojecto do Edifício de comércio e escritórios. Sector IV plano de renovação urbana da área do Martim Moniz*. Sem publicação, Lisboa, 1982. Disponível no AML - AC. C. Ref.: PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/10/290.

Duarte, Carlos; Lamas, José - *Renovação Urbana do Martim Moniz*, in *Arquitectura*, n.o 146, CESL, Lisboa, 1982.

Ferreira, Rita - *A resposta de Catarina Portas ao novo McDonald's: "Não quero o turismo a qualquer preço"*. Artigo do Jornal Observador, de 11 de Março de 2016. Disponível em: <observador.pt/2016/03/11/catarina-portas-critica-camara-lisboa-nao-queiro-turismo-preco/> Consultado a 28 de Maio de 2016.

Ferreira, Vitor Matias - *A Lisboa do Império e o Portugal dos Pequeninos: estrutura fundiária e política urbana de Lisboa, anos de 1930-40*, in *Análise Social*; vol. XIX, Lisboa, 1983. Disponível em <analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223464571B4yHJ2at6Wq07IE0.pdf>. Consultado a 8 de Abril de 2016.

Filipe, Carlos - *Lisboetas decidiram dar um milhão para ajudar a Mouraria*. Artigo do Jornal Público de 8 de Outubro de 2011. Disponível em: <www.publico.pt/local/noticia/lisboetas-decidiram-dar-um-milhao>

BIBLIOGRAFIA

para-ajudar-a-mouraria-1515540>. Consultado a 9 de Maio de 2016.

França, José-Augusto - *Lisboa. História Física e Moral*, Livros Horizonte, Lisboa, 2008.

França, José-Augusto - *Lisboa: Urbanismo e Arquitectura*, Biblioteca Breve, vol. 53, Lisboa, 1980.

Freire, João Paulo - *Lisboa do meu tempo e do Passado*, vol. 1, Parceria António Maria Pereira, Lisboa, 1931-1939

Gameiro, Alfredo Roque - *Lisboa Velha*, Vega, ACD, Lisboa, 1992.

Gaspar, Jorge - *A cidade Portuguesa na Idade Média. Aspectos da estrutura física e desenvolvimento funcional*, in *La ciudad hispanica durante los siglos XIII a XVI, Actas del coloquio celebrado en La Rábida y Sevilla del 14 a 19 de septiembre de 1981, tomo I*, Madrid, Universidad Complutense, 1985.

Gésero, Paula - *Configuração da paisagem urbana pelos grupos imigrantes: o Martim Moniz na migrantscape de Lisboa*, Teses, 43, Alto Comissariado para as Migrações, Lisboa, 2014.

Gonçalves, Iria - *Posturas Municipais e vida urbana na baixa Idade Média: o exemplo de Lisboa*, *Sep. de Estudos Medievais*, 7, Porto, 1986.

Gröer, Étienne de - *Estudo do arranjo da zona compreendida entre o Rossio e os Restauradores*, sem publicação, Lisboa, 1939, 1948. AML - AC, C. Ref.: PT/AMLSB/CMLSB/ UROB-PU/10/004/03

Guterres, António - *Interações reflexivas sobre o novo plano MARTIM MONIZ*, artigo do blog Buala, de 7 de Outubro de 2012. Disponível em: <www.buala.org/pt/cidade/interacoes-reflexivas-sobre-o-novo-plano-martim-moniz>. Consultado a 6 de Maio de 2016.

Hakim, Besim - *Arabic Islamic Cities - Building and Planning Principles*, Kegan Paul, Londres, 1986.

Heine, George Meyer - *Plano Director, vols. 1 e 2*, CML, Lisboa, 1967.

Herculano, Alexandre - *Portugaliae monumenta historica - Leges et consuetudines Vol. I, f. III*, Olisipone Typis Academicis, 1863

Kostof, Spiro - *The City Shaped - Urban Patterns and Meaning Through History*, Thames and Hudson, London, 1991.

Lamas, José - *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*, 3ª edição, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2004.

Leite, José - *Real Colyseu e Paraizo de Lisboa* in *Restos de Colecção*. Disponível em <www.restosdecoleccion.blogspot.pt/2015/06/real-colyseu-e-paraizo-de-lisboa.html>. Consultado a 30 de Março de 2016.

LUSA; Sol - *Lisboa: Mouraria terá praça coberta, jardim e nova mesquita*. Artigo do Jornal Sol de 23 de Outubro de 2015. Disponível em: <sol.sapo.pt/noticia/418471/lisboa-mouraria-tera-praca-coberta-jardim-e-nova-mesquita>. Consultado a 9 de Maio de 2016.

Macedo, Luiz; Sequeira, Gustavo - *A Nossa Lisboa : Novidades antigas dadas ao público*, Portugália, Lisboa, 19--,

Macías, Santiago; Torres, Cláudio - *A arquitectura e as artes: O Garb Al-Andaluz in História da Arte Portuguesa, vol. I*, dir. Paulo Pereira, Círculo de Leitores, Lisboa, 1995.

- Malheiros, Jorge Macaísta - *Imigrantes na região de Lisboa: Os anos da mudança*, Colibri, Lisboa, 1996.
- Marques, A. H de Oliveira - *Novos Ensaios de História Medieval Portuguesa*, Editorial Presença, Lisboa, 1988.
- Matos, José Luís - *Lisboa Islâmica*, in *Actas do Colóquio "Lisboa, encruzilhada de Muçulmanos, Judeus e Cristãos (850o aniversário da reconquista de Lisboa)"*, Edições Afrontamento, Lisboa, 2001.
- Mattoso, José - *No 850º Aniversário da Conquista de Lisboa*, in *Actas do Colóquio "Lisboa, encruzilhada de Muçulmanos, Judeus e Cristãos (850o aniversário da reconquista de Lisboa)"*, Edições Afrontamento, Lisboa, 2001.
- Menezes, Marluci - *Mouraria, entre o mito da Severa e o Martim Moniz*, Dissertação de doutoramento apresentada na FCSH -UL, Lisboa, 2011.
- Menezes, Marluci - *Mouraria, Retalhos de Um Imaginário*, Celta, Oeiras, 2004.
- Mesquita, Jorge Carvalho - *Plano de Remodelação da Baixa - Praça da Figueira, Rossio, Rua da Palma e S. Lázaro*, in *II congresso das Capitais*, sem editora, Lisboa, 1950.
- Mesquita, Jorge Carvalho - *Plano director de Lisboa*, in *XXI Congresso da Federação Internacional de Habitação e Jornalismo*, CML, Lisboa, 1952.
- Moita, Irisalva - *Das Origens Pré-Históricas ao Domínio Romano. O Domínio Romano*. in *O Livro de Lisboa*, dir. Irisalva Moita, Livros Horizonte, Lisboa, 1994.
- Moita, Irisalva (dir.) - *O Livro de Lisboa*, Livros Horizonte, Lisboa, 1994.
- O Corvo - *Dono de prédios que cairão para erguer mesquita diz-se enganado pela câmara*. Artigo de 6 de Novembro de 2015. Disponível em: <ocorvo.pt/2015/11/06/dono-de-predios-que-cairao-para-erguer-mesquita-diz-se-enganado-pela-camara/>. Consultado a 9 de Maio de 2016.
- Oliveira, Luís Filipe; Viana, Mário - *A Mouraria de Lisboa no século XV*, in *Arqueologia Medieval*, Edições Afrontamento, Mértola, 1993.
- Osberno - *Conquista de Lisboa aos Mouros (1147)*, trad. José Augusto de Oliveira, Serviços Industriais da CML, 1935.
- Pais, José Machado - *A prostituição na Lisboa boémia dos inícios do século XX*, in *Análise Social*, vol. XIX, Lisboa, 1983.
- Pereira, Nuno Teotónio - *Pátios e Vilas de Lisboa, 1870-1930: a promoção provada do alojamento operário*, in *Análise Social*, vol. XXIX, Lisboa, 1994.
- Pereira, Paulo (dir.) - *História da Arte Portuguesa, vol. I*, Círculo de Leitores, Lisboa, 1995.
- Pereira, Paulo - *Arte Portuguesa: História Essencial*, Temas e Debates, Círculo de Leitores, Lisboa, 2014
- Pincha, João Pedro - *Há 13 anos a pagar uma casa que não podem estrear*. Artigo do *Jornal Observador* de 10 de Julho de 2014. Disponível em: <observador.pt/especiais/ha-13-anos-desesperar-por-uma-casa> Consultado a 9 de Maio de 2016.

BIBLIOGRAFIA

- Proença, Raul - *Guia de Portugal - Lisboa e Arredores, vol. I*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1981.
- Proença, Sérgio - *A diversidade da rua na cidade de Lisboa - Morfologia e morfogénese*, dissertação de doutoramento apresentada na Faculdade de Arquitectura da UL, Lisboa, 2014.
- Ribeiro, Lurdes - *O projecto da Avenida dos Anjos - Algumas considerações gerais*, CML, Lisboa, sem data.
- Ribeiro, Victor - *A Mouraria in Serões, Revista Mensal Ilustrada, Série II, vol. IV*, Lisboa, 1907. Disponível em: <hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/Seroes/Indices/INDICES/Indice_2SerieVol4/Indice_2SerieVol4_item1>. Consultado a 25 de Maio de 2016.
- Rodrigues, José Albertino - *Ecologia Urbana de Lisboa na segunda metade de século XVI*, in *Análise Social; n.º 29*, Lisboa.
- Rodrigues, Teresa - *Cinco séculos de quotidiano - A vida em Lisboa do século XV aos nossos dias*, Cosmos, Lisboa, 1997.
- Rossa, Walter - *A urbe e o traço - Uma década de estudos sobre o urbanismo Português*, Almedina, Coimbra, 2002.
- Rossa, Walter - *Além da Baixa: Indícios de Planeamento Urbano na Lisboa Setecentista*, Ministério da Cultura. Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, 1998.
- Ruskin, John - *The Seven Lamps of Architecture*, John Wiley, New York, 1849.
- Sá, Alexandre de Vasconcelos - *Expansão e Remodelação de Lisboa in XXI Congresso da Federação Internacional de Habitação e Jornalismo*, CML, Lisboa, 1950.
- Santana, Francisco; Sucena, Eduardo (dir.) - *Dicionário da História de Lisboa*, Carlos Quintas e Associados, Lisboa, 1994.
- Saramago, José - *História do Cerco de Lisboa*, Caminho, Lisboa, 2006.
- Schwalbach, Fernando - *O Vício em Lisboa (Antigo e Moderno)*, Livraria Editora, Lisboa, 1912.
- Secretariado de Propaganda Nacional - *Obras Públicas. Cadernos de Ressurgimento Nacional*, Oficina Gráfica Lda, Lisboa, sem data.
- Silva, Augusto Vieira da - *A Cerca Fernandina de Lisboa, vol. 1*, CML, Lisboa, 1948.
- Silva, Augusto Vieira da - *A Cêrca Moura de Lisboa*, Publicações CML, Lisboa, 1939.
- Silva, Augusto Vieira da - *O Castelo de S. Jorge em Lisboa*, Tip. Empresa Nacional de Publicidade, Lisboa, 1937.
- Silva, Augusto Vieira da - *Sítio e Palácio do Marquês de Alegrete*, in *Revista Municipal, nos 30 e 31*, 1946, Publicação cultural da CML. Disponível em <www.hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/RevMunicipal/N30_31/N30_31_master/N30_31.pdf>. Consultado em 16 de Abril de 2016.

BIBLIOGRAFIA

Silva, Carlos Guardado da - *Lisboa no reinado de D. Afonso Henriques*, in Salvado Salete, coord. - *Afonso I de Portugal : nos 900 anos do seu nascimento*, Grupo de Amigos de Lisboa, Lisboa, 2012.

Silva, Carlos Guardado da - *Lisboa Medieval: A organização e a estruturação do espaço urbano*, Colibri, Lisboa, 2007.

Silva, Cláudia Carvalho - *Em 2017, a Câmara de Lisboa construirá nova mesquita, uma praça e um jardim na Mouraria*, artigo do Jornal Público de 23 de Outubro de 2015. Disponível em: <www.publico.pt/local/noticia/em-2017-a-camara-de-lisboa-construira-nova-mesquita-uma-praca-e-um-jardim-na-mouraria-1712156>. Consultado a 9 de Maio de 2016.

Silva, Raquel Henriques da - *Lisboa de Frederico Ressano Garcia, 1874-1909*, Catálogo de Exposição, FCG/CML, Lisboa, 1989.

Silva, Raquel Henriques da - *Os Últimos Anos da Monarquia in O Livro de Lisboa*, dir. Irisalva Moita, Livros Horizonte, Lisboa, 1994.

Silva, Rodrigo Banha da - *Olissipo*, in *La Gestión de los residuos urbanos en Hispania*, Instituto de Arqueología de Mérida, Mérida, 2011, pp: 203-212.

Sucena, Eduardo - *Mouraria (Bairro da)* in Santana, Francisco; Sucena, Eduardo (dir.) - *Dicionário da História de Lisboa*, Carlos Quintas e Associados, Lisboa, 1994, p. 589

Tavares, Maria José - *Os judeus em Portugal no século XV*, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1982.

Teixeira de Sampayo, Mafalda - *Os regulamentos da cidade islâmica*, *Arquitextos*, São Paulo, nº 169.04, Vitruvius, 2014. Disponível em: <www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/15.169/5224>, consultado em 14 de Setembro de 2015.

Tomás, Carla - *A futura vida do Desterro*. Artigo do Jornal *Expresso* de 21 de Setembro de 2015. Disponível em: <expresso.sapo.pt/sociedade/2015-09-21-A-futura-vida-do-Desterro>. Consultado a 9 de Maio de 2016.

Torres Balbás, Leopoldo - *Ciudades Hispano Musulmanas*, Instituto Hispano-Árabe de Cultura, Madrid, 1970.

Trindade, Luísa - *Urbanismo na Composição de Portugal*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 2013.

Venda, António; Fonseca, João - *EPUL, 40 anos*, EPUL, Lisboa, 2011.

Viterbo, Sousa - *Ocorrências da vida mourisca*, in *Archivo Historico Portuguez, vol. V*, Lisboa, 1907.

FILMOGRAFIA / MUSICOGRAFIA

Barros, José Leitão de (realização) - *A Severa*, produção Sociedade Universal de Superfilmes, Lisboa, 1930.

Ramos, Courinha (realização) - *Mouraria*, documentário da colecção *Bairros Populares de Lisboa*, RTP, 1989. Disponível em: <www.rtp.pt/arquivo/index.php?article=389&tm=35&visual=4>. Consultado a 5 de Maio de 2016.

Oliveira, Manoel de (realização) - *A Caixa*, Madragoa Filmes, Lisboa, 1994.

Rodrigues, Amália - *Lisboa, não sejas francesa*. Letra de José Galhardo e música de Raúl Ferrão.

ANEXOS

1. Foral dos Mouros Forros de Lisboa, Almada, Palmela e Alcácer.
2. Cristãos referidos como moradores na Mouraria
3. Áreas e dimensões de construções na Mouraria
4. Plano de Lisboa no século XVI, segundo a gravura do *Theatrum Urbium* de J. Braunio
5. Compilação da informação relevante às freguesias do Socorro e São Cristóvão no “*Inquérito aos Pátios de Lisboa: Anno de 1902*”
6. Relato do “*aspecto topographico da Mouraria do tempo da Severa*”, de Pinto de Carvalho (Tinop)
7. “*Uma entrevista com o Arco do Marquês de Alegrete*”
8. Revisão dos desenhos do plano de Remodelação da Baixa de Faria da Costa (1956)
9. A Mouraria no Plano Director Municipal de 1967

Foral dos Mouros Forros de Lisboa, Almada, Palmela, Alcazar. 1070.
In Herculano, Alexandre - *Portugaliae monumenta historica - Leges et consuetudines Vol. I, f. III.*
Olisipone Typis Academicis, 1863, pp. 396-397. Disponível em: <http://purl.pt/12270/3/cg-2698-a-8/cg-2698-a-8_item3/index.html#0>. Consultado a 20 de Maio de 2016.

“Em nome de Deos Amem. Eu Rey Dom Affonso de Portugal emseembra com meu filho Rey Dom Sancho faço Carta de fieldade, e firmidooen a vós Mouros, que soodes forros em Lixboa, e em Almadaa, e em Palmela, e em Alcacer, assy que em minha terra nenhuum mal, e sem razom nom recebades, e que nenhuum Chrisptaaõ, nem Judeu sobre vos aja poder de vos empeecer, mais aquelle, que vós da gente, e fe vossa sobre vós por Alquaide enlegerdes, esse medês vos julgue.

E esto vos faço per tal, que dedes a mim em cada huum anno senhos maravidis de cada huã cabeça dês aquelle tempo, que o mantimento necessario gaançar poderdes; e que dedes a mim Alfitra, e Azaqui, e a dizima de todo vosso trabalho; e todallas minhas vinhas adubedes, e vendades os meos figos, e o meu azeite, como venderem os moradores da Villa a terça parte dos meos moyos.

Porem esta Carta sempre aja firmidom, e forteleza, e nenhuum nom volla ouse de britar, nem os vossos Fóros. Feita a dita Carta em Coimbra no mez de Março Era de mil e duzentos e oito annos : e Eu sobre dito Rey Dom Affonso emseembra com meu filho Rey Dom Sancho a vós Mouros esta Carta, que seer feita mandei, afortellego, e confirmo, e em ella este meu signal ponho. Testemunhas, que presentes forom, Miguel de COimbra Bispo, etc”

Quadro 1: "Cristãos referidos como moradores na mouraria"

Abreviaturas nos quadros:
A.N.T.T. - Arquivo Nacional da Torre do Tombo
ant. - anterior
f. - filho
g. - genro
m. - mulher
s. - seu/sua"

in Barros, Filomena - *A comuna muçulmana de Lisboa*, Hugin, Lisboa, 1998, pp. 194-195

ANEXOS

2. CRISTÃOS REFERIDOS COMO MORADORES NA MOURARIA

DATA	NOME	PROFISSÃO	RUA	FONTE
1374	Afonso Domingues	Homem do rei	-	A.N.T.T., Most. de Santos, caixa 8, doc. 673
1418	Lourenço Domingues	Albardeiro	Benfica	A.N.T.T., Most. de Santos, caixa 6, doc. 650
1426 / 1431	Pedro Eanes	Sapateiro	Benfica	A.N.T.T., Most. de Santos, caixa 8, docs. 673 e 677
1431	Gonçalo Aparício e s.m. Catarina	Braceiro	Benfica	A.N.T.T., Most. de Santos, caixa 8, doc. 656
1440	João Aparício e s.m. Maria Martins	-	-	A.N.T.T., Most. de Santos, caixa 7, doc. 638
1444	Afonso Velho	Sapateiro	-	A.N.T.T., Most. de Santos, caixa 7, doc. 640
1446	Gonçalo Afonso e Luís Lopes	Ferradores	Benfica	A.N.T.T., Most. de Santos, caixa 7, doc. 609
1447 (ant.)	Maria Anes	-	-	A.N.T.T., Most. de Santos, caixa 7, doc. 583
1447	Diego Domingues	Requeredor das vinhas	-	A.N.T.T., Most. de Santos, caixa 7, doc. 583
1447	Pedro Eanes	Sapateiro	-	A.N.T.T., Most. de Santos, caixa 7, doc. 583
1448 / 1476*	João Afonso e s.m. Catarina Anes	Oleiro	Benfica	A.N.T.T., Most. de Santos, caixa 7, doc. 610; doc. 600 ¹
1455	Martim Afonso	Braceiro	Benfica	A.N.T.T., Most. de Santos, caixa 7, doc. 607
1455	Rodrigo Anes	Oleiro	-	A.N.T.T., Most. de Santos, caixa 7, doc. 645
1459	Gonçalo de Afonso e s.m. Isabel Anes	Ferrador	Benfica	A.N.T.T., Most. de Santos, caixa 7, doc. 604
1469	Catarina Vaz, viúva de Rodrigo Eanes	Oleiro	Benfica	A.N.T.T., Most. de Santos, caixa 7, doc. 639
1470	Catarina Afonso, m. de João Fernandes	Oleiro	-	A.N.T.T., Most. de Santos, caixa 7, doc. 598
1470	Lucas Bernaldes	Oleiro	-	A.N.T.T., Most. de Santos, caixa 8, doc. 646
1477	Gomes Eanes	Barbeiro	Benfica	A.N.T.T., Most. de Santos, caixa 8, doc. 674
1479	Álvaro de Lisboa	Sapateiro	Arrebalde de Benfica	A.N.T.T., Livro 7 de Estremadura, fl. 79
1489	Afonso Eanes, s.m. Leonor Eanes, s.f. Lourenço Afonso e s.g. Gonçalo Domingues	-	-	A.N.T.T., Most. de Santos, caixa 7, doc. 608
1491	Garcia Lopes	Oleiro	-	A.N.T.T., Most. de Santos, caixa 7, doc. 584
1491	Lourenço Afonso	Oleiro	Limita com a rua de Benfica	A.N.T.T., Most. de Santos, caixa 7, doc. 596
1491	Gonçalo Dias	Oleiro	-	A.N.T.T., Most. de Santos, caixa 7, doc. 596

1 Neste documento, é apenas referido João Afonso

Quadro 2

“Áreas e dimensões de construções na mouraria (1497 - 1500)”

Convenções:

ANTT - Arquivo Nacional da Torre do Tombo; CDM - Chancelaria de D. Manuel; Estrem. - Leitura Nova - Estremadura; Gavetas - Gavetas da torre do Tombo; Santos - Mosteiro de Santos-o-Novo.

Notas:

1) As interrogações correspondem a cinco aforamentos de casas cuja localização no interior da Mouraria não é completamente segura. No entanto, as respectivas cartas situam-nos no “arrabalde que soya seer mouraria”, fórmula que habitualmente os distingue dos bens situados no Arrabalde Novo.

2) Os dois pardieiros anexos à Escola dos Mouros e a umas casas localizadas junto da Mesquita foram contabilizados entre as dependências. Esta opção deveu-se ao desconhecimento das funções que desempenhavam e à circunstância de um deles estar afastado do núcleo habitacional.”

in Oliveira, Luís Filipe; Viana, Mário - A Mouraria de Lisboa no século XV, in Arqueologia Medieval, Edições Afrontamento, Mértola, 1993, p. 197

ANEXOS
3. ÁREAS E DIMENSÕES DE CONSTRUÇÕES NA MOURARIA

TIPO	COMPR.	LARG.	ÁREA	Á. CASA	Á. DEPS	Á. TOTAL	LOCALIZAÇÃO	FONTE
3 Casas Térreas Sobrado sobre uma casa	11 m	3,3 m	36,3 m ²	36,3 m ²	-	36,3 m ²⁵	Beco que atravessa as ruas direitas	ANTT, <i>Estrem.</i> liv 1, fls. 187 v.-89
Casas				15,5 m ²	36,3 m ²	51,8 m ²	Rua da Carniçaria	ANTT, <i>CDM</i> , liv.29, fl.15; <i>Estrem.</i> liv 1, fls 48 v.-50 v.
Casa	4,05 m	1,65 m	8,2 m ²					
Casa	4,4 m	1,65 m	7,3 m ²					
Quintal/pátio à entrada da porta	8,25 m	4,4 m	36,3 m ²					
Casa Térrea sem repartimento	6,05 m	3,29 m	19,9 m ²	19,9 m ²	-	19,9 m ²	Rua da Carniçaria	ANTT, <i>Estrem.</i> liv 2, fl. 171 v.
Casa pequena de Taipas com Sobrado e Loja	7,15 m	1,83 m	13,08 m ²	13,08 m ²	-	13,08 m ²	Rua de Almamar	<i>Santos</i> , cx., 7, mç. 31, n.ºs. 624 e 625; <i>Gavetas</i> 21, mç.1, doc. único, fl. 86
Casas Térreas				16,6 m ²	26,8 m ²	43,4 m ²	Junto da Mesquita Grande	ANTT, <i>Estrem.</i> , liv. 9, fl. 108 v.
Casa Térrea	7,15 m	1,65 m	11,8 m ²					
Casa Térrea	2,2 m	2,2 m	4,8 m ²					
Entrada descoberta das casas	4,4 m	2,75 m	12,1 m ²					
Pardieiro sem telhado e portas	4,03 m	3,66 m	14,7 m ²					
Casas Sobradadas				33,27 m ²	-	33,27 m ²	?	ANTT, <i>CDM</i> , liv. 17, fl. 15 e v.; <i>Estrem.</i> , liv. 2, fls. 93 v. 95
Casa Térrea (loja)	5,5 m	3,3 m	18,15 m ²					
Casa Térrea (loja)	5,5 m	2,75 m	15,12 m ²					
Sobrado	5,5 m	3,3 m	18,15 m ²					
Sobrado	5,5 m	2,75 m	15,12 m ²					
Casa Térrea (loja) Meio sobrado (sobreloja)	6,05 m	4,03 m	24,38 m ²	24,38 m ²	-	24,38 m ²	?	ANTT, <i>Estrem.</i> , liv. 2, fls 213 v.-33
Casa Térrea	6,05 m	3,3 m	19,96 m ²	19,96 m ²	-	19,96 m ²	?	ANTT, <i>Estrem.</i> , liv. 2, fls. 171v.-72v.
Casa Térrea Sobrado	4,4 m	2,56 m	11,29 m ²	11,29 m ²	-	11,29 m ²	?	ANTT, <i>Estrem.</i> , liv. 6, fls. 116 v.-17 v.
Mesquita Grande				291,7 m ²	20 m ²	311,7 m ²	-	ANTT, <i>CDM</i> , liv. 16, fl. 109; <i>Estrem.</i> , liv. 2, fls. 220 v.-22.
Casa Grande	19,8 m	13,75 m	272,3 m ²					
Casa Pequena de 3 quinas	8,8 m	4,4 m	19,4 m ²					
Quintal com poço	4,4 m	3,3 m	14,5 m ²					
Quintal com árvores	2,48 m	2,2 m	5,5 m ²					
Mesquita Pequena Casa Térrea	8,25 m	5,72 m	47,19 m ²	47,19 m ²	-	47,19 m ²	Rua de Dentro	ANTT, <i>Estrem.</i> , liv. 2, fl. 106 v.
Escola dos Mouros				28 m ²	19,96 m ²	47,96 m ²	Junto da Mesquita Grande	ANTT, <i>Estrem.</i> , liv. 1, fl. 178.
Casa Térrea	6,05 m	2,75 m	16,6 m ²					
Casa Térrea	4,13 m	2,75 m	11,4 m ²					
Piso sobradado com sacada	6,05 m	3,03 m	18,3 m ²					
Piso sobradado com sacada	4,4 m	3,3 m	14,5 m ²					
Pardieiro com varanda	6,05 m	3,3 m	19,96 m ²					
Sobradado que atravessa a rua	2,75 m	2,48 m	6,8 m ²					
Carniçaria dos Mouros Casa Térrea	2,2 m	1,46 m	3,2 m ²	3,2 m ²	-	3,2 m ²	Rua da Carniçaria	ANTT, <i>Estrem.</i> , liv. 1, fl. 235.
Cadeia dos Mouros Casa Térrea	4,4 m	3 m	13,2 m ²	13,2 m ²	-	13,2 m ²	?	ANTT, <i>CDM</i> , liv. 16, fl. 118 v; <i>Estrem.</i> , liv 2, fls. 226 v.-28
5 tendas Térreas	13,2 m	4,12 m	54,45 m ²	54,45 m ²	.	54,45 m ²	Rua de Dentro	ANTT, <i>Estrem.</i> , liv. 2, fl. 106 v.

Plano de Lisboa no século XVI, segundo a g



ANEXOS

5. COMPILAÇÃO DA INFORMAÇÃO RELEVANTE ÀS FREGUESIAS DO SOCORRO E SÃO CRISTÓVÃO NO "INQUÉRITO AOS PÁTEOS DE LISBOA: ANNO DE 1902"

	LOCALIZAÇÃO	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	HABITAÇÕES	HABITANTES	DISPOSIÇÃO
Socorro	Pátio do Caldas Rua da Guia 5	Estado condenável.	17	36	5 lojas 1º andar
	Pátio do Ceítal Beco do Jasmim 3	Em bom estado.	4	8	3 lojas 1º andar
	Pátio do Coleginho Largo do Coleginho 9	Em bom estado	15	44	9 lojas 6 1 ^{as} andares
	Pátio do Beco da Guia Beco da Guia 3	Mau estado mas reparável	6	14	3 lojas 2 1 ^{as} , 2 ^{as} andares
	Pátio do Porciles Rua de São Lázaro 1	Mau estado mas reparável	sem dados	sem dados	1 loja
São Cristóvão	Pátio do Marqués Ponte de Lima Largo da Rosa 4	Em bom estado	17	64	17 lojas
	Pátio Ramos Largo da Achada 65	Em bom estado	7	14	3 lojas 2 1 ^{as} , 2 ^{as} andares

Compilação da informação relevante às freguesias do Socorro e São Cristóvão no *Inquérito aos Pátios de Lisboa: Anno de 1902, 1903*, Imprensa Nacional, Lisboa.

differente do dos nossos dias. Poucas lojas existiam n'esta rua, porque a maior parte d'ellas destinava-se a casas de habitação. Notavam-se principalmente a loja do Bernardino confeitiro, fronteira á ermida da Saude, a do funileiro Cidade, ao lado da botica em n.ºs 35 e 37 — onde, muitos annos depois, esteve empregado o sr. Marianno de Carvalho —, a loja de bolos da *Preta-Branca*, que ainda existe em n.ºs 47 e 49, a loja do barbeiro *Longuinho* na escada n.º 30 — onde se fazia a barba encostando-se a cabeça á parede — e um outro sapateiro. Ao cahir da noite, muitas *peixeiras* se davam *rendez-vous* n'este local, entre as ruas da Gnia e dos Cavalleiros, sentando-se nos degraus das portas e fazendo alli praça de peixe, que vendiam á gente pobre e aos operarios que recolhiam a suas casas. O fundo da Mouraria era tapado. Havia um recanto, um forno e um pateo, onde se guardavam carroças, e, nas trazeiras, um predio queimado, que a Camara Municipal demoiu para abrir a calçada da Mouraria. Anteriormente á demolição, realisava-se um arrayal annual (com suas bolinheiras, queijadeiras e bolacheiras) no espaço comprehendido entre o predio e a rua dos Cavalleiros ¹. A' esquerda, ficava a Carreirinha do Soccorro, n'esta um chafariz e defronte d'elle a casa em que se estabeleceu, muitos annos depois, a popularissima tasca do *João do Grão*, na qual se manipulava o appetitoso prato de *desfeita* ². Este baiuqueiro fôra soldado da municipal, mas, havendo emprestado o fardamento para uma mulher se mascarar no entrudo, expulsaram-n'o

¹ Vendiam-se então muito as bolachinhas de erva-doce, em grande parte fabricadas na Mouraria e vizinhanças.

² Citaremos mais duas tabernas, em que se cosinhava o succulento prato de *desfeita*: a do José do Borrvalho, ao Campo de Sant'Anna, na esquina da rua do Moinho de Vento, e a da Marianna do grão, muito antiga, defronte do chafariz da Esperança.

“Antes de proseguirmos, diremos qual era o aspecto topographico da Mouraria do tempo da Severa, algo differente do dos nossos dias. Poucas lojas existiam n’esta rua, porque a maior parte d’ellas destinava-se a casas de habitação. Notavam-se principalmente a loja do Bernardino confeitiro, fronteira á ermida da Saude, a do funileiro Cidade, ao lado da botica em n.ºs 35 e 37 - onde, muitos annos depois, esteve empregado o sr. Marianno de Carvalho -, a loja de bolos da Preta-Branca. que ainda existe em n.ºs 47 e 49, a loja do barbeiro Longuinho na escada n.º 30 - onde se fazia a barba encostando-se a cabeça á parede - e um ou outro sapateiro. Ao cahir da noite, muitas peixeiras de davam rendez-vous n’este local, entre as ruas da Guia e dos Cavalleiros, sentando-se nos degraus das portas e fazendo alli praça de peixe, que vendiam á gente pobre e aos operarios que recolhiam a suas casas. O fundo da Mouraria era tapado. Havia um recanto, um forno e um pateo, onde se guardavam carroças, e, nas trazeiras, um predio queimado, que a Camara Municipal demoiu para abrir a calçada da Mouraria. Anteriormente á demolição, realisava-se um arrayal annual (com suas bolinheiras, queijadeiras e bolacheiras) no espaço comprehendido entre o predio e a rua dos Cavalleiros². A’ esquerda, ficava a Carreirinha do Socorro, n’esta um chafariz e defronte d’elle a casa em que se estabeleceu, muitos annos depois, a popularissima tasca do João do Grão, na qual se manipulava o appetitoso prato de desfeita³. Este baiuqueiro fôra soldado da municipal, mas, havendo emprestado o fardamento para uma mulher se mascarar no entrudo, expulsaram-n’o

² Vendiam-se então muito as bolachinhas de erva-doce, em grande parte fabricadas na Mouraria e visinhanças.

³ Citaremos mais duas tabernas, em que se cosinhava o succulento prato de desfeita: a do José do Borralho, ao Campo de Sant’Anna, na esquina da rua do Moinho de Vento, e a da Marianna do grão, muito antiga, defronte do chafariz da Esperança.

Relato do “aspecto topographico da Mouraria do tempo da Severa”, de Pinto de Carvalho (Tinop).

in Carvalho, Pinto de (Tinop)- *História do Fado*, Arquimedes, Lisboa, 2010, pp. 47-51.

Obra digitalizada disponível em: <ia600205.us.archive.org/18/items/historiadofado00carvgoog/historiadofado00carvgoog.pdf>. Consultado a 24 de Maio de 2016.

da guarda, foi estabelecer-se com a tabernoria e morreu em 1883 ou 1884, deixando fortuna.

A rua Nova da Palma terminava na rua de S. Vicente, á Guia, onde formava um largosinho. Junto a esta ultima rua ficava a ermida da Guia, com a frente virada ao Sul, tendo a um lado uma fabrica de vellas de cebo e ao outro lado uma logita de chapeus. De frente, fazendo esquina para o largo do Jogo da Pêlla ou de S. Vicente, á Guia, e para o largo dos Canos, era a taberna do Carreira, e defronte da rua das Atafonas estava a taberna do José Avelino, onde ia apanhar a sua moafa o Angelo Cardona, dentista e barbeiro sangrador no sitio ¹. Por detraz da ermida ficava a *horta das Atafonas*, que se prolongava até á igreja do Socorro. A horta pertencia a um velho chamado o *Tio Francisco* ou o *Francisco da horta*, possuia um tanque de lavadeiras, um poço com sua nora e jogos de malha e de bola. Era frequentadissima pela gente do sitio. Ahi se empinavam os copazios do tinto e se guitarreava para matar tristezas, e ahi se fazia annualmente um arrayal. Pegado á ermida da Guia, e já na rua de S. Vicente, á Guia, estava uma fontesinha com

¹ *Angelo Cardona*, folhetins de Gomes de Amorim no *Diario de Noticias* de 9, 10, 11 e 13 de Setembro de 1872.

Gomes de Amorim diz que a taberna do José Avelino foi a primeira onde se vendeu vinho a quatro vintens a canada no tempo da Maria da Fonte. Sabemos de outra onde então se chegou a vender vinho a 60 réis a canada. Foi na taberna do Felippe do Outeiro na rua dos Cavalleiros, 106 e 108. Este homem era almocreve e conseguira prender na estrada um correio que sahira de Lisboa para o Porto com a noticia da partida do duque da Terceira. Em paga d'este serviço, o Costa Cabral deu-lhe um passo para entrar diariamente pelas barreiras de Lisboa com tres machos carregados de ôdres de vinho, isento de direitos. Mas elle illudia o fisco, entrando por diversas portas da cidade no mesmo dia.

da guarda, foi estabelecer-se com a tabernoira e morreu em 1883 ou 1884, deixando fortuna.

A rua Nova da Palma terminava na rua de S. Vicente, á Guia, onde formava um largosinho. Junto a esta ultima rua ficava a ermida da Guia, com a frente virada ao Sul, tendo a um lado uma fabrica de vellas de cebo e ao outro lado uma logita de chapeus. Defronte, fazendo esquina para o largo do Jogo da Pélla ou de S. Vicente, á Guia, e para o largo dos Canos, era a taberna do Carreira, e defronte da rua das Atafonas estava a taberna do José Avelino, onde ia apanhar a sua moafa o Angelo Cardona, dentista e barbeiro sangrador no sitio.⁴ Por detraz da ermida ficava a horta das Atafonas, que se prolongava até á igreja do Socorro. A horta pertencia a um velho chamado o Tio Francisco ou o Francisco da horta, possuia um tanque de lavadeiras, um poço com a sua nora e jogos de malha e de bola. Era frequentadissima pela gente do sitio. Ahi se empinavam os copazios de tinto e se guitarreava para matar tristezas, e ahi se fazia annualmente um arrayal. Pegado á ermida da Guia, e já na rua de S. Vicene, á Guia, estava uma fontesinha com

¹ Angelo Cardona, folhetins de Gomes de Amorim no Diario de Noticias de 9, 10, 11 e 13 de Setembro de 1872.

Gomes de Amorim diz que a taberna do José Avelino foi a primeira onde se vendeu vinho a quatro vintens a canada no tempo da Maria da Fonte. Sabemos de outra onde então se chegou a vender vinho a 60 réis a canada. FOi na taberna do Felippe do Outeiro na rua dos Cavalleiros, 106 e 108. Este homem era almocreve e conseguiu prender na estrada um correio que sahira de Lisboa para o Porto com a noticia da partida do duque da Terceira. Em paga d'este serviço, o Costa Cabral deu-lhe um passo para entrar diariamente pelas barreiras de Lisboa com tres machos carregados de ôdres de vinho, isento de direitos. Mas elle illudia o fisco, entrando por diversas portas da cidade no mesmo dia.

seu tanque em forma de concha. Na Carreirinha do Socorro—que ligava a Mouraria á rua de S. Lazaro— havia um portão de ferro, que dava accesso á quinta do Brandão (1.º barão da Folgosa)¹, a qual se estendia até ao Desterro, sendo a parte da actual rua da Palma occupada por um pomar de laranjeiras. Defronte da igreja do Socorro encontrava-se o pateo do Porciles, tendo uma bomba para tirar agua ao centro. E da travessa do Desterro até ao largo do Intendente existiam uns quintalejos ou pateos e barracas, pertencentes a D. M. Guimarães e á Casa-Pia (senhora do dominio directo), cuja expropriação se realisou em 1859². Parte dos terrenos estava arrendada ao Lamego da fabrica de louça. Na mesma data se expropriaram dois predios no começo da rua Nova da Palma—á esquina da rua Nova do Amparo e defronte de S. Domingos—,adquirindo a rua muito maior largura.

Quando se abriu a rua Nova da Palma, a imagem da Senhora da Guia, que estava na ermida d'esta invocação, mudou-se para a ermida da Mouraria, que, desde então, tomou o nome de ermida da Guia.

Tal era a disposição topographica da Mouraria e suas vizinhanças no momento em que a decantada Severa assentou arrayaes n'aquelle bairro portuguez velho e relho.

A *Barbuda*, mãe da Severa, era mulher de faca na liga, cabellino na venta e lingua de prata, uma fadis-

¹ O 1.º barão da Folgosa, Jeronymo de Almeida Brandão e Sousa, morava no pateo do Porciles, fronteiro á igreja do Socorro. Fôra capellista no respectivo arruamento. Seu pae tambem fôra capellista, e morreu victima do seu amor á liberdade, na cadeia do Limoeiro.

² A primeira proposta camararia para a abertura da rua Nova da Palma fez-se em 1852. E a proposta para a abertura do lanço do Desterro ao Intendente é de 1854.

seu tanque em forma de concha. Na Carreirinha do Socorro - que ligava a Mouraria á rua de S. Lazaro - havia um portão de ferro, que dava acesso á quinta do Brandão (1º Barão da Folgosa) ⁵, a qual se estendia até ao Desterro, sendo a parte da actual rua da Palma occupada por um pomar de laranjeiras. Defronte da igreja do Socorro encontrava-se o pateo do Porciles, tendo uma bomba para tirar agua ao centro. E da travessa do Desterro até ao largo do Intendente existiam uns quintalejos ou pateos e barracas, pertencentes a D. M. Guimarães e á Casa Pia (senhora do dominio directo) cuja expropriação se realisou em 1859⁶. Parte dos terrenos estava arrendada ao Lamego da fabrica de louça. Na mesma data se expropriaram dois predios no começo da rua Nova da Palma - á esquina da rua Nova do Amparo e defronte de S. Domingos -, adquirindo a rua muito maior largura.

Quando se abriu a rua Nova da Palma, a imagem da Senhora da Guia, que estava na ermida d'esta invocação, mudou-se para a ermida da Mouraria, que, desde então, tomou o nome de ermida da Guia.

Tal era a disposição topographica da Mouraria e suas visinhanças no momento m que a decantada Severa assentou arrayaes n'aquelle bairro portuguez velho e relho. (...)"

⁵ O 1.º barão da Folgosa, Jeronymo de Almeida Brandão e Sousa, orava no pateo do Porciles, fronteiro á igreja do Socorro. Fôra capellista no respectivo arruamento. Seu pae tambem fôra capellista, e morreu victima do seu amor á liberdade, na cadeia do Limoeiro.

⁶ A primeira proposta camararia para a abertura da rua Nova da Palma fez-se em 1852. E a proposta para a abertura do lanço do Desterro ao Intendente é de 1854.

Mês sim, mês não, aparece nos jornais a notícia, o boato, a sugestão de que vai ser ou deve ser sacrificado à estética cidadã ou às necessidades do trânsito, o velho Arco do Marquês de Alegrete. A vida moderna, veloz e desatinada, embirra com os arcos. Está no seu pleníssimo direito, e às vezes, até, grita com razão. O que convém a êste desvairamento de circulação urbana, são espaços largos, ruas direitas, e nada de quinas, nem de reintrâncias, nem de estrangulamentos. Tem de se olhar de frente e andar depressa. Absolutamente de acôrdo. O que nos parece, porém, possível e que se deixe, por lembrança, um bocadinho de dificuldade e de complicação.

Tudo muito fácil e muito simples também não tem graça nenhuma.

E depois, na febre de endireitar e de alargar, acontece dar-se cabo de muita coisa que nos fala à sensibilidade, que nos entretém, que sabe conversar. E nós nunca vimos coisas mais descaroáveis de conversação do que as ruas modernas, estúpidamente rectas e sensaboronamente alinhadas como galuchos na forma.

Sempre que se propala a nova de que a venerável Porta da Mouraria vai abaixo, sentimos cá por dentro uma pena que não sabemos explicar. É bem certo que aquela garganta está a precisar que lhe cortem as amígdalas, para que o ar-gente possa passar à vontade, e o sítio não definhe e possa desenvolver-se; as, confessamos, custa-nos um bocado. Não está mais em nós.

Há ainda outra coisa que não nos agrada. Que uns digam que sim, que outros digam que não, que se goste ou não goste, parece-nos que não chega. Já pensaram na opinião do arco? Pois quando se tem de fazer uma operação, o primeiro a ser consultado deve ser o doente. Foi por isso que resolvemos ir entrevistar aquela triste e última porta da cidade. Estivemos lá ontem, em casa d'êle, ali à Mouraria.

*Estava amachucado, o reboco a cair-lhe de uma ilhargá esbeçada, um ar de desânimo e de abandono de quem já conta com o fim. Os olhares dos que passavam, uns de piedade, outros de raiva, vexavam-no. Mal nos viu - nós conhecemo-nos de há muito - entrou a dizer:
-Estou sempre a esperar a sentença. Como as pessoas pensei logo ao avistá-*

lo - já sei ao que vem. Obrigado pela lembrança. A minha vez chega qualquer dia. À porta de Santo André sucedeu o mesmo, com a agravante de lhe prolongarem o «oratório». Deitaram-na abaixo para passar os eléctricos. Birras! Caprichos!

-E as outras do seu tempo?

- Nem uma. As que fêz o senhor D. Fernando, que eram as da minha criação, já se foram tôdas. Deixaram-me aqui para amostra. A de Santa Catarina, para passar não sei que cortejo de coches, fizeram-na em entulho. A de Santo Antão já não me lembro quando foi.

- E o arco do Cego?

- Esse era mais novinho, mas arrazaram-no também para o carroção do senhor D. João V poder passar quando êle foi um dia às Caldas.

- O progresso não gosta de vocês. Diz-lhe que empacham o Carro. O que se quiere agora é largueza. O que as perde é esta estreiteza. Veja a confusão que por aqui vai. Aquêlê automóvel - viu? - ia quási levando um bocado.

- E para que vai êle tão depressa? Manias meu amigo. Os senhores é que não nos merecem... porque não nos entendem. Repare para essa sombra que eu deito. Anh? que diz? É bonita ou não é?

Enviezámos os olhos para a pincelada escura, côr de violeta, que se arqueava na rua, e murmurámos:

-Realmente é curiosa....

-Veja lá se os prédios, todos alinhados uns pelos outros, são capazes de fazer isso. Bate o sol, ou bate o luar, na gente, e aí está na rua um recorte de sombra que é um regalo.

...mas êsses pegões que você tem - amigo Arco - a sair das fachadas e a estrangular a passagem...

-Há algum mal nisso? Se não fôsse esta graça, esta quebra de linhas que a

"Uma entrevista com o arco do Marquês de Alegrete", in Macedo, Luiz; Sequeira, Gustavo - A Nossa Lisboa : Novidades antigas dadas ao público, Portugália, Lisboa, 19--., pp. 31-37.

gente faz, olhe que Lisboa era bonita. Que é que os senhores tem, agora, que preste? As avenidas?

-Sim. Temos a da República, a de Cinco de Outubro, a...

-São frescas essas. Eu não p'osso sa'ir de aqui para ir vê-las, porque os mestres de pedraria do Rei Fernando - Deus lhes fale n'alma! - Prenderam-me ao chão; mas têm-me dito que os tais «boulevards» além da largura não têm mais que ver.

- Não diga isso. Então os palácios, a arquitectura moderna...

- Puff. - expediu o arco por um rasgão de alvenaria. Um rufista (agora chamam-lhe rufião) que aqui costuma vir à vizinhança para afiambrar os pés em botins de luxo, já me falou de um prédio que lá há com elefantes nas sacadas, e de outro com as janelas em forma de ferraduras. Dizia êle que era a marca do arquitecto. E os caixotes feitos em série como as máquinas de costura daquele anúncio que aqui está no cunhal do palácio do Marquês! São bonitos, não são?

- Talvez, você, em parte, tenha razão, mas - desculpe - a respeito de beleza a sua fisionomia está muito por baixo. Ao menos devia pintar-se como as mulheres para disfarçar a idade. Veja como tudo aqui à volta é escuro e tortuoso.

- Percebo-o à légua, tornou o Arco, um pouco melindrado. A mim agrada-me ser velho, e a Câmara, passam-se os anos, e não me dá um bocadinho de côr. Deixá-lo! O que se quere agora é tudo fácil e prático, e muito ornamentado para disfarçar a mesquinhez da carcassa. Um arco, assim como eu, liso, modesto, simples, não presta numa cidade moderna. Sou de pedra. Com uns ornatos de gesso ou de estuque, com uma imposturice qualquer, ali como aquêlê teatro dos Restauradores, em estilo «Sofisma», ou como foi o alpendre da calçada da Glória que parecia um templo dos Assírios, traçado por qualquer melquetrefe estrangeiro, eram capazes de gostar de mim. Assim apagado e pobre...

-... rico de tradições, acrescentámos logo, para o louvaminhar.

- Lá vem o cumprimento do estilo. Já cá tardava. Os que mandam, os das

picaretas, é que não querem saber de sentimentalismos. Eu ainda hei-de -ver uma estação de carros eléctricos ao pé da Memória do Terreiro do Paço. Pergunte aos estrangeiros se eles gostam mais de mim ou da rua do Conde de Redondo.

- Não seja rabugento, amigo Arco, Resigne-se.

- Isto é da velhice; mas o senhor compreende. Há quinhentos e tantos anos aqui, estou agarrado a isto. Tenho amizade a tudo; às casas que vi nascer, à gente que passa, aos vendedores de elixires que tem tanta graça, ao gentio miúdo do bairro que se encosta a mim e que anda a pairar à minha volta. Gente pobre, alguma ruim, mas tudo amigos velhos. Até tenho amizade ao Salão Lisboa. É novinho, mas traz-me gente; anima-me. E eu gosto de ver muito povo.

- A procissão da Saúde, lembra-se?

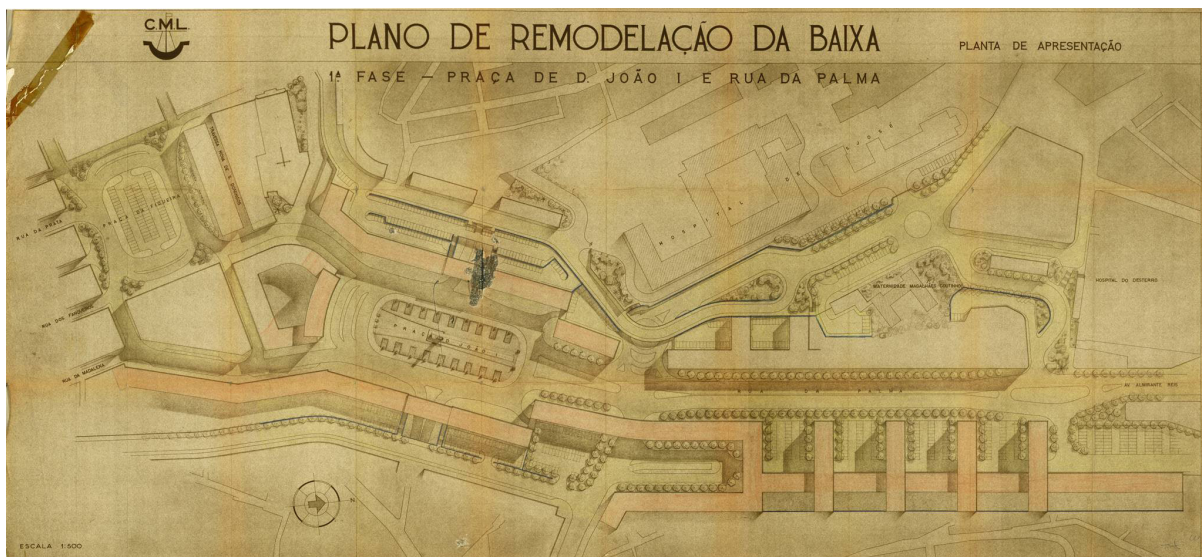
- Isso é que era bonito. Era a safra do sítio. Espadanas na rua, colchas pelas janelas, bandeiras, foguetes, os artilheiros de opa, o mulherio de saia de folhos que vinha da Amendoeira, e fidalgaria que desaguava de tôda a banda. Já a tornaram a fazer; mas que diferença! A mim fez-me saüdades. Comovi-me. Ouvi recomendar que não se me encostassem por causa da água que eu ressumava. Não era umidade. Eram lagrimas

-Tudo acaba, meu amigo, os palácios, os monumentos, os arcos...

-E os homens.

A noite começava a cair. O vulto pesado da casa dos Alegretes tingia-se de sombras, e o povoleo da Mouraria, acesas as luzes, vomitado para a liberdade, formigava mais na rua. Roçamos pelo arco a mão como a despedir-mo-nos dêle, e abalamos para o Rossio.

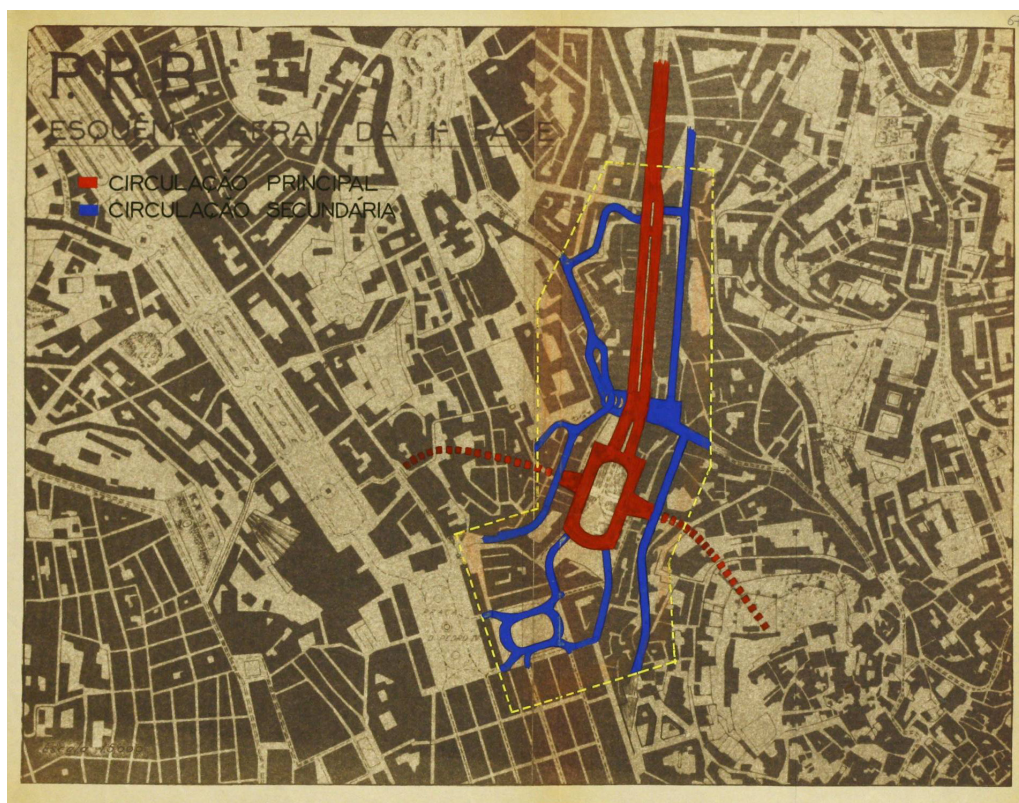
Os placards luminosos picando o escuro, pareceu-nos que sorriam. Era a Civilização que lavrava, numa ironia, para a última porta da cidade, a sua trágica sentença.



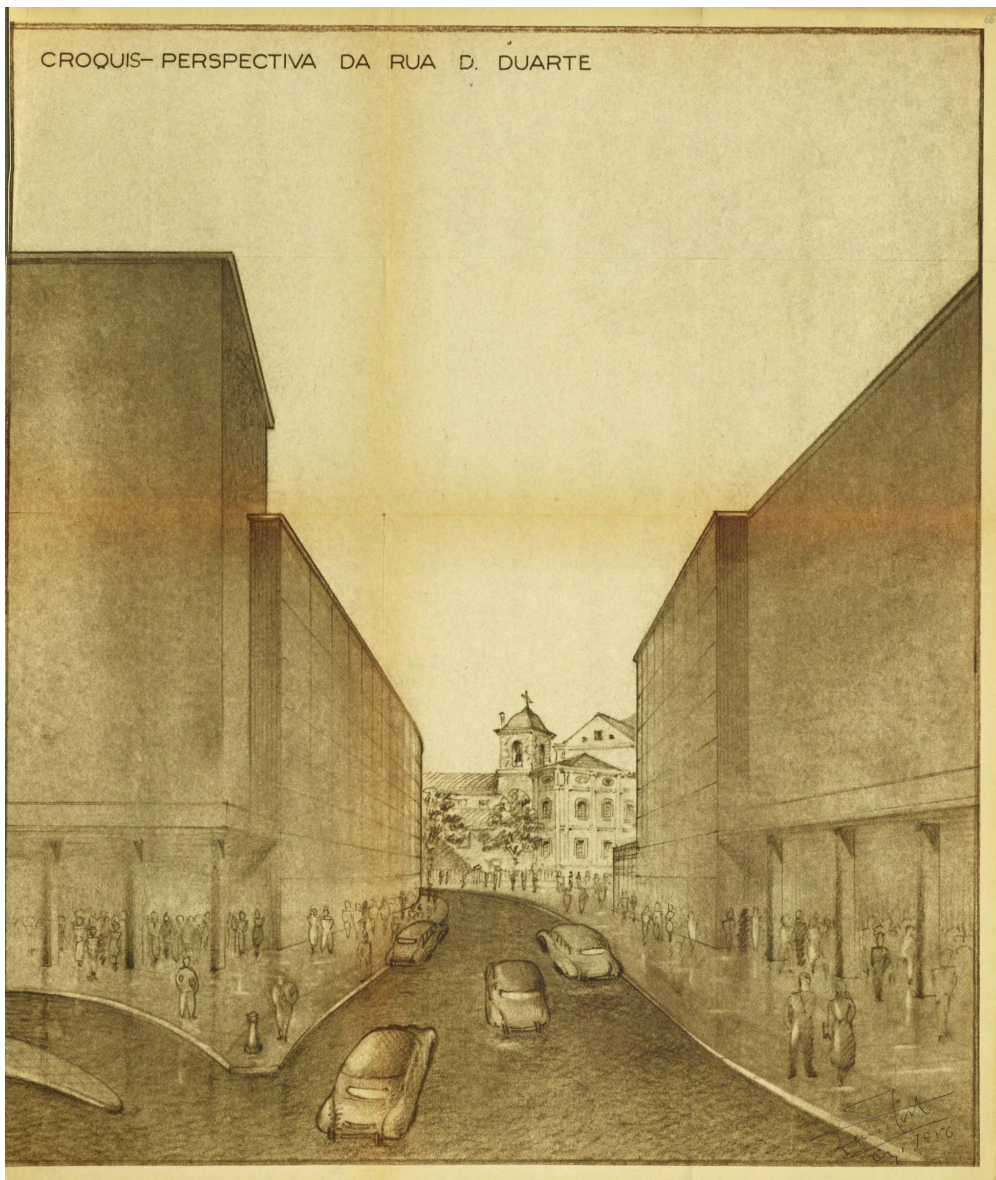
Plano de Remodelação da Baixa- 1ª Fase- Praça de D. João I e Rua da Palma. Planta de apresentação. in Costa, Faria da, et al. - Plano de Remodelação da Baixa, sem publicação, Lisboa, 1956-58 - 1966. AML-AC, C. Ref.: PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/10/291, p.63.

ANEXOS

8. REVISÃO DOS DESENHOS DO PLANO DE REMODELAÇÃO DA BAIXA DE FARIA DA COSTA (1956)



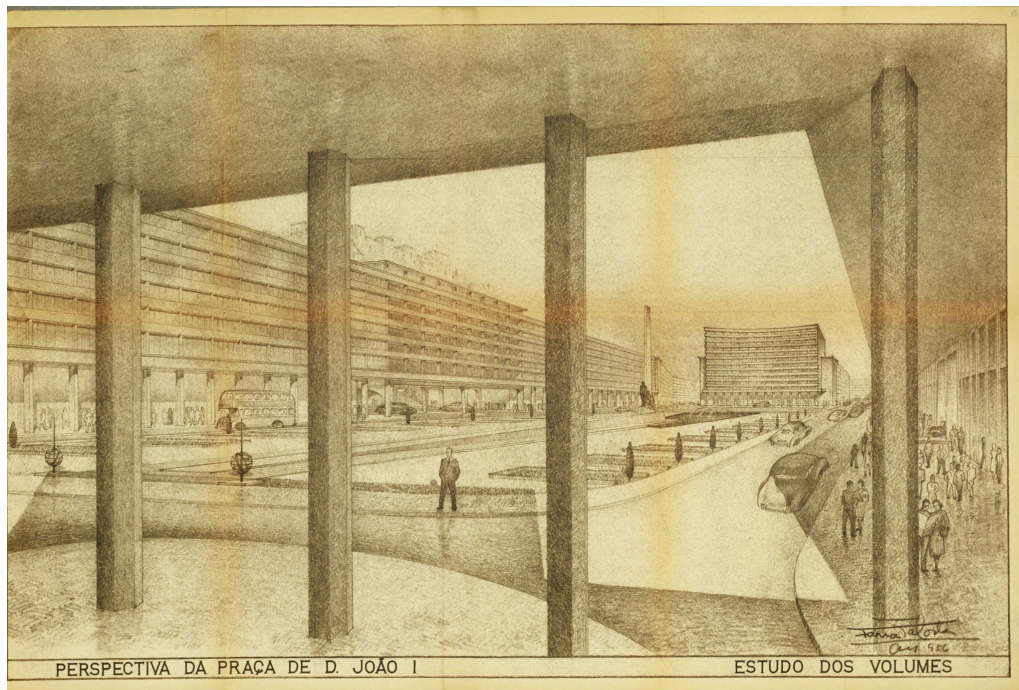
Plano de Remodelação da Baixa- Esquema de circulações primárias e secundárias. in Costa, Faria da, et al. - Plano de Remodelação da Baixa, sem publicação, Lisboa, 1956-58 - 1966. AML-AC, C. Ref.: PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/10/291, p.63.



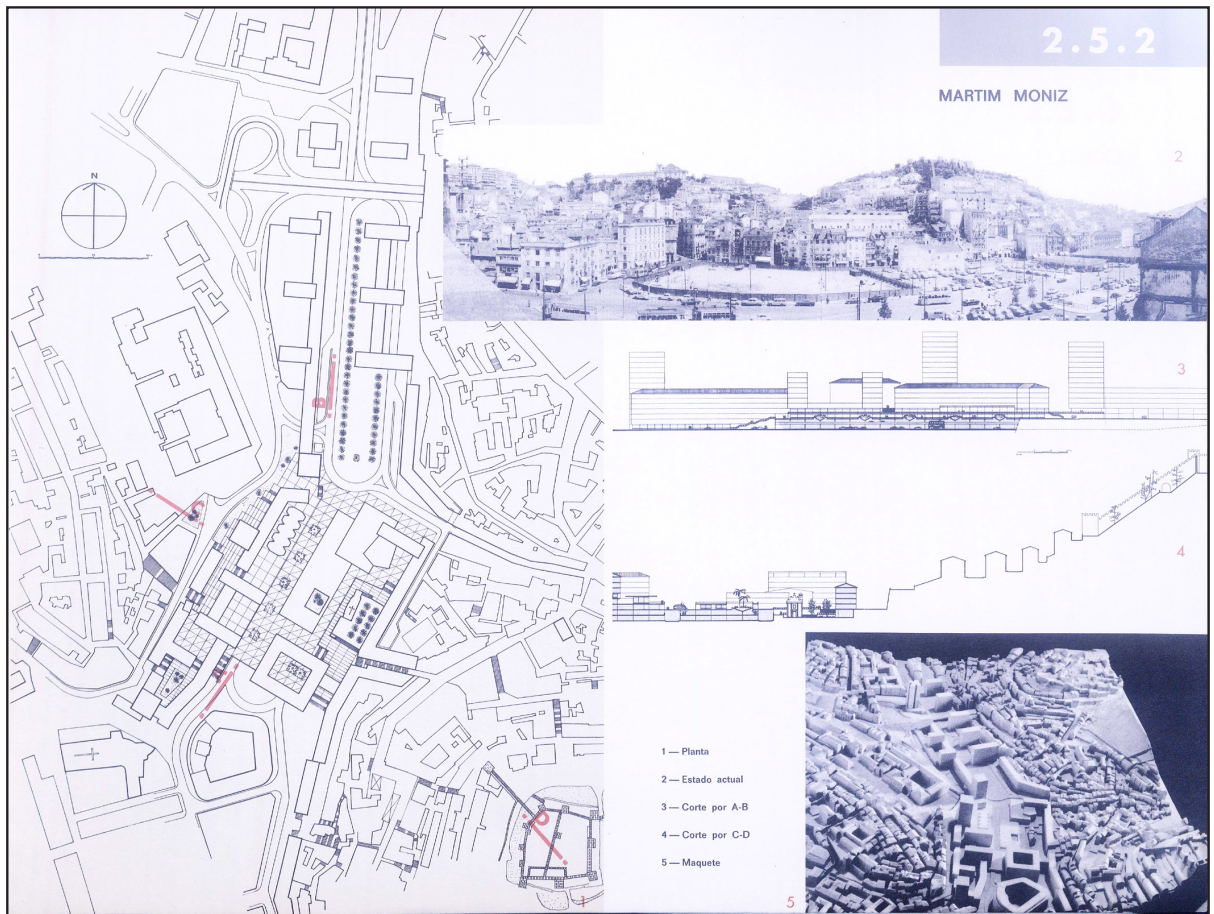
Plano de Remodelação da Baixa- Croquis da Rua de D. Duarte. in Costa, Faria da, et al. - *Plano de Remodelação da Baixa*, sem publicação, Lisboa, 1956-58 - 1966. AML-AC, C. Ref.: PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/10/291, p.63.

ANEXOS

8. REVISÃO DOS DESENHOS DO PLANO DE REMODELAÇÃO DA BAIXA DE FARIA DA COSTA (1956)



Plano de Remodelação da Baixa- Perspectiva da Praça de D. João I. in Costa, Faria da, et al. - *Plano de Remodelação da Baixa*, sem publicação, Lisboa, 1956-58 - 1966. AML-AC, C. Ref.: PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/10/291, p.63.



Intervenção no Martim Moniz no Plano director Municipal de 1967. In Heine, George Meyer - *Plano Director*, vol. 2, CML, Lisboa, 1967, tópico 2.5.2.